



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 5^a REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura)

**06/07/2021
TERÇA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senadora Kátia Abreu
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**5^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

5^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Terça-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1^a PARTE - PLANO DE TRABALHO E ATO N^º 1 DE 2021 - CRE

FINALIDADE	PÁGINA
<p>- Apreciação do Plano de Trabalho - Apreciação do Ato nº 1 de 2021, que Disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores, para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Autoria: Senadora Kátia Abreu</p>	12

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	REQ 6/2021 - CRE - Não Terminativo -		17
2	REQ 7/2021 - CRE - Não Terminativo -		18
3	REQ 8/2021 - CRE - Não Terminativo -		19

4	REQ 9/2021 - CRE - Não Terminativo -		20
5	REQ 10/2021 - CRE - Não Terminativo -		21
6	REQ 11/2021 - CRE - Não Terminativo -		22
7	REQ 12/2021 - CRE - Não Terminativo -		23
8	REQ 13/2021 - CRE - Não Terminativo -		24
9	REQ 4/2021 - CRE - Não Terminativo -		25

3^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 17/2021 - Não Terminativo -	SENADORA KÁTIA ABREU	26
2	MSF 16/2021 - Não Terminativo -	SENADOR CID GOMES	103
3	MSF 14/2021 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	221
4	MSF 15/2021 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	261

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP, REPUBLICANOS)

Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)	AL 3303-2261	1 Dário Berger(MDB)(9)(50)(52)(53)	SC 3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 4084	2 Marcio Bittar(MDB)(9)(50)(53)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522 / 3593 / 3475	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(50)(51)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PATRIOTA)(4)(21)(34)(35)(38)(40)	RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 Daniella Ribeiro(PP)(10)(42)	PB 3303-6788 / 6790
Kátia Abreu(PP)	TO 3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	6 Ciro Nogueira(PP)	PI 3303-6187 / 6188 / 6192

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(PODEMOS, PSDB, PSL)

Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(26)(28)(33)(45)	AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PSDB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(45)	CE 3303-4502 / 4503 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(PSL)(14)(39)(54)	MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(19)(25)(44)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(PSL)(19)(25)(27)(36)(44)(56)(58)	SP 3303-4177

PSD

Antonio Anastasia(2)(43)	MG 3303-5717	1 Lucas Barreto(2)(32)(43)	AP 3303-4851
Nelsinho Trad(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Sérgio Petecão(2)(29)(43)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Carlos Viana(47)	MG 3303-3100	3 VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, DEM, PSC)

Chico Rodrigues(DEM)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(DEM)(3)	RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(3)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PROS, PT)

Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PROS)(6)(46)	AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PROS)(6)(15)(46)	RR 3303-6315

Bloco Parlamentar Senado Independente(PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

Cid Gomes(PDT)(49)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(REDE)(49)(57)	ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton(PDT)(49)	MA 3303-4161 / 1655

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Álvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jairzinho Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jairzinho Wagner, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC](https://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC)
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56^a LEGISLATURA**

Em 6 de julho de 2021
(terça-feira)
às 09h

PAUTA

5^a Reunião, Extraordinária - Semipresencial

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1^a PARTE	Plano de Trabalho e Ato nº 1 de 2021 - CRE
2^a PARTE	Requerimentos
3^a PARTE	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Complementação da Pauta:
1 - Inclusão do Relatório da MSF 17/2021;
- 2 - Retirada dos Requerimentos nºs 2 e 3/2021-CRE; e
- 3 - Inclusão dos Requerimentos nºs 6 a 13/2021-CRE, conforme Plano de Trabalho. (05/07/2021 22:31)
2. Correção do arquivo do Ato nº 1 de 2021-CRE. (19/07/2021 14:21)

1ª PARTE

Plano de Trabalho e Ato nº 1 de 2021 - CRE

Finalidade:

- Apreciação do Plano de Trabalho
- Apreciação do Ato nº 1 de 2021, que Disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores, para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Anexos da Pauta

[Minuta do Ato](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 6, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Meio Ambiente como centro da geopolítica mundial e a posição do Senado para a COP-15 da Biodiversidade e COP-26 das Mudanças Climáticas

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 7, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Mercosul: ampliação e modernização”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 8, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Acordo de Associação Mercosul – União Europeia: desafios, ratificação e implementação”

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 9, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “COSBAN: parceria estratégica Brasil-China”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 10, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “BRICS: parcerias estratégicas, investimentos e o Novo Banco de Desenvolvimento”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 11, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Estratégia Nacional de Defesa: Segurança, Desenvolvimento e Defesa”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 12, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Fortalecimento da Base Industrial de Defesa”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 13, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “A Inteligência Brasileira: instrumento de apoio ao Comércio Exterior”.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Resultado: Aprovado

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 4, DE 2021

Requer voto de repúdio ao Presidente da Nicarágua

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2021

- Não Terminativo -

submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A arguição será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A arguição será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Collor (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A arguição será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A arguição será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)



**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Senado Federal
Presidente Senadora Kátia Abreu**

Metodologia de apreciação de candidatos a chefia de missão diplomática

CONSIDERANDO que a Carta Magna estabelece em seu art. 52, IV a prerrogativa do Senado Federal de “aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente”;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Senado Federal – RISF regulamenta em seu Título X, Capítulo II (arts. 383 a 385) os procedimentos a serem adotados para a apreciação dos nomes propostos de acordo com a Constituição;

CONSIDERANDO que o RISF faculta, em seu art. 383, IV que “além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares”;

CONSIDERANDO que essa mudança propiciará uma melhor compreensão da racionalidade da escolha do perfil dos indicados, que deve ser embasada nos critérios de eficiência, experiência e adequação ao posto específico;

CONSIDERANDO que, ao vincular a aprovação de Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional a um planejamento estratégico apresentado e arquivado na Comissão, o Senado contribui para dar estabilidade ao serviço diplomático;

Esta Presidência submete aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o seguinte Regulamento Interno da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Senado Federal
Presidente Senadora Kátia Abreu**

ATO Nº 1, de 2021 - CRE

Disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores, para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL resolve:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Este Ato disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores, para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Capítulo II

Do Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação

Art. 2º Cada processo de escolha de Chefe de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional será instruído, obrigatoriamente, com o encaminhamento de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação, proposto pelo candidato ao posto a que se destina.

§ 1º A Mensagem de indicação do candidato não será objeto de deliberação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional até a apresentação do Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação.



Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Senado Federal
Presidente Senadora Kátia Abreu

§ 2º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação não dispensa o envio dos demais documentos necessários para instruir a decisão deste colegiado.

Art. 3º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá ser formulado conforme metodologia a ser regulamentada pelo MRE, contendo metas e prioridades, com indicadores de performance objetivos quanto às distintas áreas de atuação do posto, abordando em especial os seguintes temas, conforme o caso, respeitadas as peculiaridades de cada posto específico:

I - promoção de comércio e investimentos;

II - relações políticas bilaterais;

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e hídrica, o saneamento básico e a proteção ao meio ambiente;

VI - cooperação em agropecuária, ciência, tecnologia e inovação;

VII - cooperação em educação, cultura, direitos humanos, saúde e defesa;

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

VIII - cooperação na área de fronteira, quando for o caso;

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso;

X –promoção da integração regional de caráter econômico, político, social e cultural.

Parágrafo único. O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá incluir conteúdo relativo a jurisdições cumulativas, caso existam, a ser avaliado conjuntamente durante o processo de escolha..



Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Senado Federal
Presidente Senadora Kátia Abreu

Art. 4º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação, em função de seu teor estratégico para o Estado brasileiro, poderá ser submetido com parte de seu conteúdo no grau secreto de sigilo de informações, nos termos do art. 27, II da Lei 12.527, de 2011, por meio de classificação definida pelo Ministro das Relações Exteriores, nos termos do art. 27, I, c da mesma lei.

Art. 5º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá ser considerado na elaboração do relatório final da gestão do Chefe de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional, demonstrando os resultados alcançados.

Parágrafo único. Metas, prioridades e objetivos não cumpridos em sua integralidade deverão ser justificados de forma específica.

Capítulo III
Disposições Finais

Art. 6º A Comissão promoverá debates, no início de cada biênio, ou sempre que houver necessidade, no entendimento da Presidência, para contribuir com a consolidação da imagem do país e da marca Brasil e para a inserção internacional brasileira em conformidade com o interesse nacional.

Art. 7º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Senadora KÁTIA ABREU
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

1

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

2

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

3

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

4

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

5

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

6

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

7

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

8

2^a PARTE - REQUERIMENTOS

9

3^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2021

submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 8

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **TOVAR DA SILVA NUNES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **TOVAR DA SILVA NUNES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

EM nº 00021/2021 MRE

Brasília, 8 de Janeiro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com os artigos 41 e 42, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **TOVAR DA SILVA NUNES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil em Genebra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, **MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das missões diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* do ministro de primeira classe **TOVAR DA SILVA NUNES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.000092/2021-51



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 471/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 10 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000092/2021-51

SEI nº 2632486

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE TOVAR DA SILVA NUNES

CPF:029.431.398-23

ID.: 8616 MRE

1959 Filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes, nasce em 6 de fevereiro, em Birigüi/SP

Dados Acadêmicos

1981	International Relations, Comparative Foreign Policy e International Economics pela Harvard University/EUA
1982	Direito pela Universidade de São Paulo
1983	CPCD - IRBr
1986	Ciclo Longo Completo, Ecole Nationale d'Administration/Paris (ENA)
1992	CAD - IRBr
1999	Mestrado em Economia Política Internacional pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
2000	Especialização em Diplomacia Pública pelo Institut de Sciences Politiques, Paris/FR
2004	CAE - IRBr, O Impacto da Trade Promotion Authority nas Negociações da ALCA, à Luz dos Interesses Comerciais Brasileiros

Cargos:

1984	Terceiro-secretário
1988	Segundo-secretário
1995	Primeiro-secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1985-86	Divisão das Nações Unidas, assistente
1986-88	Divisão de Política Comercial, assistente
1988-91	Missão Permanente em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
1991-94	Embaixada em Quito, segundo-secretário
1994-95	Divisão do Meio Ambiente, assistente
1995	Presidência da República, assessor especial
1995-97	Presidência da República, chefe de Gabinete do secretário de Comunicação Social
1995	Conselho de Administração da Radiobrás, presidente
1997-2001	Embaixada em Londres, primeiro-secretário e conselheiro
2001-03	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, chefe de Gabinete
2003	Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA, chefe
2003-06	Divisão da Área de Livre Comércio das Américas, chefe
2006-11	Embaixada em Berlim, ministro-conselheiro
2011-13	Gabinete do Ministro de Estado, assessor especial
2013-15	Gabinete do Ministro de Estado, chefe do Gabinete
2015	Embaixada em Nova Déli, cumulativa com a Embaixada junto ao Reino do Butão, embaixador
2018	Embaixada em Moscou, embaixador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS SEDIADOS EM GENEbra**



**Informação Ostensiva
Outubro de 2020**

Escritório das Nações Unidas em Genebra e Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Escritório das Nações Unidas em Genebra

A segunda maior sede da Organização das Nações Unidas (ONU) está situada em Genebra, na Suíça (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização).

No Escritório da ONU em Genebra estão sediados, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*) tem como sede o Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Ademais de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, a cidade de Genebra é também sede de outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha.

Missão Permanente do Brasil em Genebra

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a um Organismo Internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada.

Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993-1995), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005), Maria Nazareth Farani Azevedo (2008-2013) e Regina Dunlop (2013-2017).

Desde 2017, desempenha a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Organização Mundial da Saúde (OMS)



Membros	194 membros: Niue, Ilhas Cook e todos os países membros da ONU, à exceção de Liechtenstein
Ano da fundação	1948
Ano de adesão do Brasil	1948
Sede da OMS	Genebra, Suíça Endereço: Avenue Appia 20 1211 Genève 27 Suisse
Diretora-Geral	Tedros Adhanom Ghebreyesus
Escritório da OMS no Brasil	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - 70800-400 - Brasília
Diretor do Escritório no Brasil	Socorro Gross

Informações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é organismo especializado para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Nos termos de sua constituição, seu objetivo principal é "a obtenção por todos os povos do mais alto nível de saúde possível". O

amplo mandato da OMS inclui promover a cobertura universal de saúde (UHC, na sigla em inglês), monitorar os riscos à saúde pública, coordenar respostas a emergências de saúde e promover a saúde e o bem-estar humanos. Está encarregada de debater as questões internacionais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham em coordenação com outros parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado.

A Assembleia Mundial da Saúde é o órgão decisório supremo da OMS. Os encontros ocorrem, geralmente, em maio de cada ano, e contam com a participação de delegações dos 194 países-membros. A principal função é determinar as políticas da Organização. A Assembleia indica o Diretor-Geral, supervisiona as políticas financeiras da organização, bem como revisa e aprova o programa de orçamento proposto. Examina, ademais, relatos da comissão executiva, à qual fornece instruções relativas a assuntos que podem requerer ação, estudo, investigação ou relato. Outro órgão intergovernamental decisório da OMS é o Conselho Executivo, o qual o Brasil presidiu entre 2018 e 2019.

O Secretariado da OMS conta com cerca de 7.000 funcionários, incluindo especialistas de saúde e de outras áreas, bem como funcionários de apoio contratados por períodos fixos, trabalhando nos escritórios-sedes, nos seis escritórios regionais e nos 150 escritórios nacionais. Seu orçamento é de cerca de USD 5,9 bilhões, composto majoritariamente por contribuições voluntárias.

A Organização é dirigida pelo Diretor-Geral, que é indicado pela Assembleia Mundial da Saúde quando da nomeação da Junta Executiva. O brasileiro Marcolino Candau foi DG-OMS por quatro mandatos sucessivos, entre 1953 e 1973.

Perfil do Diretor-Geral da OMS



O Doutor Tedros Adhanom Ghebreyesus é o Diretor-Geral da OMS, eleito durante a 70ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em maio de 2017. Seu mandato

iniciou-se em 1 de julho de 2017 e terminará em 30 de junho de 2022.

Tedros é biólogo, tem doutorado em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham e mestrado em Imunologia de Doenças Infecciosas pela Universidade de Londres.

É o primeiro Diretor-Geral da OMS do continente africano e o primeiro a ter sido eleito entre vários candidatos pela AMS. O Brasil apoiou sua candidatura.

O atual DG-OMS delineou cinco prioridades principais para a Organização: cobertura universal de saúde; emergências de saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; impactos na saúde das mudanças climáticas e ambientais; e uma OMS transformada.

Antes de sua eleição como Diretor-Geral da OMS, o Dr. Tedros serviu como Ministro das Relações Exteriores da Etiópia de 2012–2016. Nessa função, liderou negociações da Agenda de Ação de Adis Abeba, na qual 193 países se comprometeram com o financiamento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Foi, igualmente, Ministro da Saúde da Etiópia de 2005 a 2012, onde liderou uma reforma abrangente do sistema de saúde do país e obteve reconhecimento internacional pelo aumento do acesso da população aos serviços de saúde e pela melhoria dos indicadores de saúde naquele país.

Diretora-Geral Adjunta para Acesso a Medicamentos e Produtos de Saúde, Mariângela Simão

A brasileira Mariângela Simão ingressou na OMS em 2017. Antes, fez parte do quadro do UNAIDS (a partir de 2010). Previamente, foi Diretora do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Atuou no sistema público de saúde brasileiro a partir 1982. Como profissional de saúde pública, em âmbito municipal, estadual e nacional, teve participação ativa na descentralização do SUS, adquirindo ampla experiência em seu fortalecimento. Cursou graduação em Pediatria e Saúde Pública e mestrado em Saúde Materno Infantil no Reino Unido. No âmbito da pandemia de COVID-19, tem realizado importante papel na promoção do acesso a tratamentos para a doença e na elaboração do Marco de Alocação Equitativa, que define diretrizes para distribuição de vacinas, testes para diagnóstico e tratamentos.

Principais funções da OMS

O 13º Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW 13) define a estratégia da Organização para o período 2019-2023. Concentra-se nos impactos mensuráveis sobre a saúde das pessoas em nível nacional e definiu três prioridades (conhecidas como “triplo bilhão”): i) um bilhão de pessoas a mais beneficiando-se da cobertura

universal de saúde; ii) um bilhão de pessoas a mais melhor protegidas de emergências de saúde; e iii) um bilhão de pessoas a mais desfrutando de melhor saúde e bem-estar.

Entre as principais funções da OMS, estão as seguintes:

- Proporcionar liderança em assuntos críticos para a saúde, e engajamento para o estabelecimento de parcerias visando ação conjunta quando for necessário;
- Elaborar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento;
- Estabelecer normas e padrões, e promover e monitorar sua implementação;
- Articular opções de políticas éticas e baseadas em evidências;
- Promover apoio técnico, catalisando mudanças e construindo capacidade institucional sustentável; e,
- Monitorar a situação da saúde e avaliar tendências na área de saúde.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Foram concluídas em agosto de 2015 as negociações que culminaram na adoção, no mês seguinte, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Resultado de processo iniciado em 2013 e que seguiu mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão apoiar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

Breve Histórico da OMS

- 1945: na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945, uma das questões discutidas foi o estabelecimento de uma organização de saúde mundial, tema suscitado conjuntamente pelas delegações do Brasil (sob a iniciativa de Geraldo de Paula Souza) e da China. A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em vigor em 7 de abril de 1948. O dia 7 de abril passou a ser o Dia Mundial da Saúde.
- 1948: delegados de 53 dos 55 países membros fundadores da OMS compareceram à primeira Assembleia da Organização em junho de 1948. Decidiram que as prioridades iniciais da OMS seriam a malária, saúde das mulheres e crianças,

tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, nutrição e saúde ambiental. O trabalho da OMS, desde então, ampliou-se para, também, cobrir problemas de saúde que não eram sequer conhecidos em 1948, incluindo novas doenças como o HIV/Aids. Em 1948, a OMS assumiu a responsabilidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que remonta aos anos de 1850. A CID é usada para classificar doenças e outros problemas de saúde, e tornou-se o padrão internacional usado para fins clínicos e epidemiológicos.

- 1952: O Doutor Jonas Salk (EUA) desenvolveu a primeira vacina bem-sucedida contra a pólio.
- 1952 – 1964: Programa Global de controle da boubá (erupção cutânea também conhecida como frambesia ou yaws). Uma das primeiras doenças que chamou a atenção da OMS, a boubá é uma doença degenerativa que afeiou cerca de 50 milhões de pessoas em 1950. O Programa Global de controle dessa doença, em operação entre 1952-1964, usou penicilina de longa ação para tratá-la com uma única injeção. Por volta de 1965, o Programa já havia examinado 300 milhões de pessoas em 46 países, e reduzido a incidência global da doença em mais de 95%.
- 1967: O cirurgião sul-africano Christiaan Barnard conduziu o primeiro transplante de coração.
- 1974: A Assembleia Mundial da Saúde adotou resolução para a criação do Programa de Extensão em Imunização, a fim de dar acesso a vacinas básicas para todas as crianças do mundo.
- 1977: Criação da Lista de Medicamentos Essenciais, dois anos depois de a Assembleia Mundial da Saúde introduzir os conceitos de medicamentos essenciais e política nacional de remédios. Atualmente, 156 países dispõem de uma lista nacional de medicamentos essenciais.
- 1978: A Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, em Alma-Ata, Cazaquistão, estabeleceu a meta histórica de “saúde para todos”. A referida declaração, que estabeleceu a atenção primária como prioridade, foi atualizada pela Declaração de Astana, de 2018, que comemora os 40 anos do “espírito de Alma-Ata” e reafirma que uma atenção primária à saúde forte é essencial para alcançar a cobertura universal de saúde.
- 1979: Erradicação da varíola – doença que havia mutilado e causado a morte de milhões – considerada uma das maiores conquistas da OMS. A campanha para a erradicação dessa doença mortal pelo mundo foi coordenada pela OMS entre 1967 e 1979. Foi a primeira e, até agora, a única vez que uma doença infecciosa foi erradicada.

- 1983: O Instituto Pasteur, da França, identifica o vírus HIV.
- 1988: A iniciativa global de erradicação da pólio é estabelecida. Desde seu lançamento em 1988, a iniciativa reduziu o número de casos de pólio em mais de 99%. Conduzido pelos governos nacionais, OMS, Rotary Internacional, centros para prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos e a UNICEF, o programa já imunizou mais de dois milhões de crianças, graças à mobilização de mais de 20 milhões de voluntários e trabalhadores da saúde. Como resultado, estima-se que cinco milhões de crianças estão andando atualmente e que mais de 1,5 milhão de mortes infantis foram evitadas. A meta de erradicar a pólio segue vigente.
- 2003: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) foi reconhecida pela primeira vez, e, então, controlada.
- 2003: Estabelecimento da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco. Após cerca de quatro anos de negociações intensas, a Assembleia Mundial da Saúde adotou, de maneira unânime, o primeiro tratado internacional público de saúde da OMS. A Convenção tem como objetivo reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabaco pelo mundo.
- 2004: Adoção de uma estratégia global em dieta, atividade física e saúde.
- 2005: A Assembleia Mundial da Saúde revisa e atualiza o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), internalizado pelo Brasil em janeiro de 2020.
- 2012: Adoção do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, durante a V Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
- 2013: Publicação do Plano Global de Ação para prevenção e controle de Doenças Não Transmissíveis (2013-2020).
- 2016: Estabelecimento do Programa de Emergências em Saúde, atualmente dirigido por Michael Ryan, em resposta à epidemia de Ebola na África Ocidental. No mesmo ano, foi declarada nova Emergência Pública de Saúde de Interesse Internacional pela propagação do vírus Zika e estabelecido o Marco de Ação de Resposta Estratégica e Plano de Operações Conjuntas para orientar a resposta internacional à doença.
- 2020: Declaração de Emergência Pública de Saúde de Interesse Internacional em decorrência da pandemia de COVID-19, em 30 de janeiro.

OPAS/OMS Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública criado em 1902, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS tem personalidade jurídica internacional própria e faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na qualidade de escritório regional da OMS, cabe à OPAS prestar cooperação técnica aos estados-membros para melhoria de seus serviços públicos de saúde. Assim, a cooperação técnica com o Brasil é prestada pela OPAS. Ressalte-se, por oportuno, que o Ministério da Saúde mantém estreita coordenação e cooperação com a Organização, por meio de Termos de Cooperação, utilização do Fundo Rotatório de Vacinas, o Fundo Estratégico de Compra de Medicamentos e outros mecanismos.

A OPAS tem 35 estados membros, incluindo todos os estados do hemisfério, e 3 estados participantes (França, Países Baixos e Reino Unido), estados estes que embora não tenham sede de governo no hemisfério, consideram territórios ou grupos de territórios no hemisfério como parte de seu território ou conduzem as relações internacionais destes. Há ainda estados associados e observadores, sem voto. Seus órgãos diretivos são a Conferência Sanitária Pan-Americana, o Conselho Diretor e o Comitê Executivo.

A atual Representante da OPAS/OMS no Brasil é a Doutora Socorro Gross.

OMS/OPAS e a pandemia de COVID-19

Em 5 de janeiro de 2020, a OMS tornou público o surgimento de "pneumonia de causa desconhecida" na China e anunciou investigação sobre a doença. Em 20 de janeiro, confirmou a transmissão da doença entre humanos. Em 30 de janeiro, declarou Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional e instou todos os países a iniciar plano de resposta. Em 11 de março, o DG-OMS afirmou que o surto constituía uma pandemia. A OMS coordena diversas iniciativas em resposta à crise, como o ACT-Accelerator e os "Solidarity Trials", que buscam acelerar o desenvolvimento e o acesso de todos os países a ferramentas essenciais – como vacinas, tratamentos e medicamentos, e testes para diagnóstico – para o enfrentamento da pandemia.

A pandemia de COVID-19 tem revelado as limitações e as deficiências da Organização Mundial da Saúde (OMS). A incapacidade da Organização de responder com celeridade e efetividade à crise abriu oportunidade para dar início a processo de reflexão, revisão e reforma. A 73ª Assembleia Mundial de Saúde aprovou Resolução sobre a Resposta à COVID-19 (WHA 73.1), copatrocinada pelo Brasil, que prevê avaliação independente a respeito das origens e disseminação da pandemia, bem

como avaliação sobre a atuação da OMS e reflexão sobre medidas necessárias para aperfeiçoar a resposta da Organização, mas não contempla diretamente reforma da instituição.

Na esteira da referida resolução, foi criado Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (IPPR, na sigla em inglês) para avaliar a resposta mundial à pandemia COVID-19. O Painel é co-presidido pela ex-Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, e pela ex-Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf. Deverá apresentar, ao final, relatório e recomendações para eventual reforma do sistema de resposta internacional a emergências de saúde pública de importância internacional. Em 27 de agosto, a OMS anunciou a criação de um Comitê de Revisão de especialistas independentes para examinar os aspectos do tratado internacional que rege a preparação e a resposta a emergências de saúde.

COVAX Facility

O Brasil aderiu, em 25 de setembro, à COVAX Facility - iniciativa coordenada pela GAVI, CEPI e OMS - autofinanciada de países de renda alta e média-alta que colaboram para fundo comum de recursos para garantir seu acesso a futuras vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19 em melhores condições.

A COVAX Facility tem como objetivo fornecer vacinas que permitam a imunização de 10 a 50% da população, conforme decisão do país signatário. Atualmente, 9 projetos de vacinas, selecionadas por especialistas, integram a carteira da iniciativa, que pode se ampliar no futuro. Os projetos têm diferentes tecnologias e vieram de diferentes continentes. Os critérios de escolha são: i) probabilidade de revelar-se eficaz e segura; ii) tempo para sua finalização; e iii) possibilidade de produção em larga escala.

O Brasil escolheu inicialmente imunizar 10% de sua população (cerca de 21 milhões de brasileiros) e ter a opção de compra de doses de diferentes vacinas no futuro.

Organização Internacional do Trabalho



Países-membros:	187 membros (todos os países-membros da ONU, à exceção de Andorra, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Mônaco, Liechtenstein, Micronésia e Nauru)
Ano da fundação	1919
Ano de adesão do Brasil	1919
Sede da OIT	Genebra, Suíça Endereço: 4 route des Morillons - CH-1211 Genève 22 - Switzerland -
Diretor-Geral	Guy Ryder
Escritório da OIT no Brasil	Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília - DF / Brasil - 70800-400 Tel.: +55.61.2106-4600 Fax: +55.61.3322-4352
Diretor do Escritório no Brasil	Martin Hahn

Perfil biográfico**Guy Ryder****Diretor-Geral da OIT**

Nasceu em Liverpool, Reino Unido, em 1956, e graduou-se nas Universidades de Cambridge e Liverpool. Começou sua carreira no Departamento Internacional do Congresso Sindical em Londres. Em 1985, tornou-se Secretário da Seção de Indústria da Federação Internacional dos Empregados Comerciais, Clericais, Profissionais e Técnicos (FIET), em Genebra. Em 1988, tornou-se Diretor-Assistente e, em 1993, Diretor do Escritório em Genebra da Confederação Internacional de Entidades Sindicais Livres.

Em 1988, tornou-se Diretor do Bureau para Atividades dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e, em 1999, foi indicado para o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral.

Em 1992, tornou-se Secretário-Geral da Confederação Internacional das Entidades Sindicais Livres (ICFTU), em Bruxelas, cargo ocupado até novembro de 2006, quando tornou-se Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC).

Em setembro de 2010, retornou à OIT como Diretor Executivo do Departamento de Normas e Princípios Fundamentais do Trabalho. Desde 2012, é Diretor-Geral da OIT. Foi reeleito em 2017, com apoio do Brasil.

Informações gerais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza essa missão histórica, sendo considerado condição fundamental

para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

São os seguintes os quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Estrutura da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência tripartite das Nações Unidas composta por representantes de Governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa estrutura tripartite faz da OIT o único fórum no qual Governos e parceiros sociais da economia de 185 países-membros possam debater, e elaborar livremente padrões e políticas.

O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em escritórios regionais e representações em mais de 40 países, inclusive o Brasil, sob a liderança do Diretor-Geral. O escritório regional para a América Latina e o Caribe está localizado em Lima, Peru.

Diretor-Geral da OIT

O Diretor-Geral é eleito a cada cinco anos pela Direção da OIT. O Diretor-Geral está sujeito às instruções dessa Direção, sendo responsável pela condução eficiente do Escritório Internacional do Trabalho.

Tribunal Administrativo da OIT

O Tribunal Administrativo da OIT examina queixas referentes a emprego por agentes do Escritório Internacional do Trabalho, e de outras organizações internacionais que tenham reconhecido a sua jurisdição. Atualmente está aberto para aproximadamente 46.000 funcionários civis ativos, ou ex-funcionários, de cerca de 60 organizações.

Os centros e escritórios da OIT

A OIT é importante referência no tema do trabalho. A Organização dispõe de institutos e centros que fornecem pesquisa especializada, treinamento e apoio para os escritórios e integrantes da OIT.

Histórico

A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. A OIT desempenhou, desde sua criação, papel importante na definição das legislações trabalhistas, e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas nacionais. É responsável pela formulação e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico.

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT, e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referiram-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT.

Em 1926, a Conferência Internacional do Trabalho introduziu inovação importante: com vistas a supervisionar a aplicação das normas, criou a Comissão de Peritos, composta por juristas independentes, encarregada de examinar os relatórios enviados pelos governos sobre a aplicação de convenções por eles ratificadas (as “memórias”). A cada ano, essa Comissão apresenta seu próprio relatório à Conferência. Desde então, seu mandato foi ampliado para incluir memórias sobre convenções e recomendações não ratificadas.

Entre 1919 e 1939, foram adotadas 67 convenções e 66 recomendações. A eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em agosto de 1940, a localização da Suíça no coração de uma Europa em guerra levou o novo Diretor-Geral, John Winant, a mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, constitui, desde então, a carta de princípios e objetivos da OIT. A Declaração reafirmou o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social, e estabeleceu quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: que o trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; e que todos os seres humanos têm o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

No final da guerra, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz através do diálogo entre as nações. A OIT, em 1946, se

transforma em sua primeira agência especializada.

Em 1969, ano em que comemorava seu 50º aniversário, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ao apresentar o prestigioso prêmio, o Presidente do Comitê do Prêmio Nobel ressaltou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países” e deve ser considerada “a consciência social da humanidade”.

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho, na sua 87ª Sessão, adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, definidos como o respeito à liberdade sindical e de associação; o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A Declaração associa a esses 4 direitos e princípios 8 convenções, que passaram a ser definidas como fundamentais. Estabelece que todos os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de a integrarem e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. A Conferência define também a ratificação universal dessas convenções como um objetivo, senta as bases para um amplo programa de cooperação técnica da OIT com os seus Estados-Membros com o objetivo de contribuir à sua efetiva aplicação e define um mecanismo de monitoramento dos avanços realizados.

Em junho de 2008, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra, representantes de governos, empregadores e trabalhadores, adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. O documento corresponde a uma das primeiras manifestações de um organismo internacional com preocupações sobre o mundo globalizado e a grave crise financeira internacional, que iria eclodir a partir de setembro de 2008.

Em 2019, a OIT completou 100 anos, celebrados durante a 108ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Dela resultou a “Declaração do Centenário sobre o Futuro do Trabalho”, que trata dos maiores desafios e oportunidades para um futuro justo e sustentável, com uma abordagem centrada no ser humano: investimento em emprego, formação, proteção social; igualdade de gênero; regulação do mercado de trabalho de modo a oferecer salários adequados, limitação de jornada de trabalho, saúde e segurança; e garantia dos direitos fundamentais, mediante a adoção de políticas que promovam um ambiente propício ao desenvolvimento de empresas sustentáveis, crescimento econômico e trabalho decente para todos.

Desde o início da pandemia de COVID-19, a OIT vem desenvolvendo trabalho atento e intenso de produção de análises, textos de orientação e debates com vistas ao enfrentamento do desemprego e manutenção da renda, saúde e segurança dos trabalhadores em todo o planeta.

OIT no Brasil

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras.

Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país, assinado em junho de 2003. A Agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda.

O Brasil é pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua Agenda em dezembro de 2007, e o Estado de Mato Grosso realizou, em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, com o mesmo objetivo.

Em maio de 2006, a ANTD foi lançada em Brasília pelo então Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, durante a qual também foi lançada, pelo Diretor-Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD). Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD se estrutura em torno de três prioridades: (i) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e de tratamento; (ii) a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; e, (iii) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

O processo de implementação da ANTD ganhou novo impulso no final de 2007, com a constituição de um Grupo Técnico Tripartite (GTT) de consulta e monitoramento. Também se avançou, nesse período, na discussão sobre os indicadores para monitorar os avanços nas diversas dimensões do trabalho decente, e na experiência pioneira de elaboração de Agendas estaduais (Bahia, Mato Grosso) e intermunicipais (região do ABC Paulista) de Trabalho Decente.

O passo seguinte foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo então MTE e com a assistência técnica da OIT. No dia 4 de junho de 2009, foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD.

Durante 2009, o PNETD foi intensamente discutido por diversas áreas do Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), em um importante processo de diálogo social. Como resultado, foi construído um consenso tripartite em torno às prioridades e resultados do PNETD, referendado por um documento firmado por representantes de governo, empregadores e trabalhadores durante a 98^a reunião da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2009). Na ocasião, uma Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT reafirmou o compromisso entre o Governo brasileiro e a OIT em relação ao tema.

O mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Esse objetivo foi cumprido durante o ano de 2010, através de um amplo e produtivo processo de diálogo tripartite. A ANTDJ se organiza em torno a quatro prioridades: (i) mais e melhor educação; (ii) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; (iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; (iv) diálogo social.

Cooperação Sul-Sul tripartite com a OIT

A cooperação entre o Brasil e a OIT teve início em 1992 por meio da implementação, no Brasil, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que contou com o apoio técnico da OIT e já beneficiou mais de 1 milhão de crianças. Desde 2005, o foco da parceria Brasil-OIT se voltou para a cooperação técnica Sul-Sul triangular em benefício de países em desenvolvimento, destacadamente na prevenção e eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, na promoção da proteção social, no fortalecimento de inspeções de trabalho e no fomento à ATD.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS)



Países-membros	Grupos Regionais de apoio
	<p>Grupo África - Leste e Sul África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritréia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malaui, Maurício, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.</p> <p>Grupo África - Norte e Oriente Médio Arábia Saudita, Argélia, Djibouti, Egito, Iémen, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Bahrain, Iraque, Kuwait, Síria e Emirados.</p> <p>Grupo África - Oeste e Central Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo.</p>

	<p>Grupo – América Latina e Caribe Argentina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.</p> <p>Grupo - Ásia e Pacífico Afeganistão, Austrália, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Ilhas Marshall, Japão, Kiribati, Laos, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, RD Coreia, República da Coreia, Solomon Islands, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Timor Leste, Tuvalu, Vietnã, Tonga.</p> <p>Grupo – Europa da Leste e Ásia Central Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Montenegro, República da Moldova, Rússia, Tajiquistão, República da Macedônia, Ucrânia, Uzbequistão.</p> <p>Grupo – Outros países Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Elováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda,</p>
--	---

	Israel, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia.
Ano de estabelecimento	1994
Sede da UNAIDS	Secretariado da UNAIDS UNAIDS Secretariat 20, Avenue Appia CH-1211 Geneva 27 Switzerland
Diretor Executivo	Winnie Byanyima
Escritório da UNAIDS no Brasil	CASA DA ONU Setor de Embaixadas Norte - SEN, Quadra 802 - Lote 17 CEP: 70800-400 – Brasília-DF TEL: 3038-9217 E-mail: brazil@unaids.org Site: www.unaids.org.br
Contatos da UNAIDS no Brasil	- Claudia Velasquez (Diretora do UNAIDS no Brasil)

Informações Gerais

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Co-patrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e cinco representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Para garantir que os países recebam o melhor apoio técnico especializado, e

para evitar duplicação de esforços, uma “divisão do trabalho”, baseada nas vantagens comparativas de cada Agência, orienta o apoio oferecido pelo Programa Conjunto (Secretariado do UNAIDS e Co-patrocinadores). Cada uma das organizações que integram o UNAIDS lidera em pelo menos uma área técnica.

O Secretariado do Gabinete Executivo da UNAIDS é um fórum para tomada de decisões em alto nível sobre temas estratégicos para a Organização. É composto pelo Diretor Executivo, pelos Vice-Diretores Executivos das filiais do Programa e da filial de Gerenciamento e Governança e pelo Diretor do Escritório Executivo.

Perfil da Diretora Executiva - Winnie Byanyima



Winnie Byanyima é a Diretora Executiva da UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

Nascida em Uganda, engenheira de formação, foi diretora-executiva da Oxfam até ser indicada ao atual cargo. Foi parlamentar em seu país por três mandatos, tendo participado de negociações de paz em países que passaram por conflitos armados, como Ruanda, Burundi e Sudão.

Foi diretora da área de desenvolvimento da União Africana, além de diretora de gênero e desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e participou do Painel de Alto Nível da ONU sobre Acesso a Medicamentos, em 2016. Propõe utilizar sua experiência em gerenciamento organizacional em prol do fortalecimento do UNAIDS.

Formada em engenharia aeronáutica, pela Universidade de Manchester, com mestrado em engenharia mecânica, pela Universidade de Cranfield, Byanyima recebeu diversos prêmios, incluindo um doutorado honorário da Universidade de Manchester, Reino Unido, um doutorado honorário da Universidade Monte São Vicente, Canadá, e o Prêmio de Direitos Humanos e Solidariedade entre os Povos de 2018, conferido pelo Conselho de Ciências Sociais da América Latina.

Indicada pelo SGNU, em 14 de agosto, após abrangente processo de consultas, que envolveu a criação de "Search Committee", formado por membros do Conselho Coordenador de Programas do UNAIDS (PCB, na sigla em inglês). A recomendação final, com base na lista curta produzida pelo "Search Committee", foi feita ao SGNU pelo Comitê de Copatrocinadores (CCO, na sigla em inglês). Parece ter sido decisivo o apoio de tradicionais doadores e de parte relevante da sociedade civil a Winnie Byanyima, cujos longos anos à frente da Oxfam, bem como o fato de ser a única mulher entre os cinco nomes da lista curta, também possivelmente contribuíram para a obtenção da recomendação por parte do CCO e sua designação final pelo SGNU.

Em sua primeira declaração após a designação, Byanyima afirma estar honrada em se juntar à equipe do UNAIDS, em momento fundamental para a resposta ao HIV. Assinala que o objetivo de eliminar a AIDS como ameaça à saúde pública até 2030 está ao alcance da comunidade internacional, mas que não se deve subestimar a escalada do desafio que se apresenta. Ressalta que o UNAIDS, juntamente com as organizações parceiras, deve seguir promovendo os direitos humanos e sendo uma voz para pessoas marginalizadas, a fim de lograr o fim da epidemia de HIV/AIDS.

Metas da UNAIDS para 2016-2021

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera iniciativas para alcançar a meta de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS. Na sua 37ª reunião, a Junta de Coordenação do Programa (PCB, da sigla em inglês) adotou uma nova estratégia para acabar com a epidemia da AIDS como ameaça à saúde pública até 2030.

A Estratégia UNAIDS 2016-2021 é um dos primeiros documentos do sistema das Nações Unidas a ser alinhado aos ODS, que estabeleceram o marco para a política de desenvolvimento global nos próximos 15 anos, incluindo o fim da epidemia da AIDS até 2030. As metas para o período 2016-2020 são conhecidas como '90-90-90':

- Até 2020, 90% de todas as pessoas vivendo com HIV saberão que têm o vírus;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas diagnosticadas como portadoras do vírus HIV receberão tratamento ininterruptamente;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas recebendo tratamento antirretroviral apresentarão supressão viral.

UNAIDS no Brasil

O UNAIDS mantém representação no Brasil desde o ano 2000, em Brasília. Desde 2010, é o ponto focal do Secretariado junto à CPLP, na área de cooperação em HIV/Aids.

Entre as ações desenvolvidas pelo UNAIDS no Brasil estão a campanha #ZeroDiscriminação e mostra internacional de filmes sobre o tema, além de projetos e campanhas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)



Países-membros: É composto por 47 Estados-membros das Nações Unidas, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em eleições diretas e secretas. A Assembleia Geral leva em consideração a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, bem como seus compromissos voluntários e empenho nessa área. A composição do Conselho é baseada em uma distribuição geográfica equitativa. Os assentos estão distribuídos da seguinte forma:

1. Países Africanos: 13 assentos
2. Países Asiáticos: 13 assentos
3. Países Latino-Americanos e Caribenhos: 8 assentos
4. Países da Europa Ocidental e outros: 7 assentos
5. Países da Europa Oriental: 6 assentos

Os membros eleitos servem por um período de três anos. É possível a reeleição. Os países não são elegíveis para nova reeleição imediata após servirem por dois períodos consecutivos.

Os atuais membros do Conselho, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, por grupos regionais, são os seguintes (os números entre parênteses indicam o ano de término do atual mandato):

Países Africanos:

Angola (2020)
 Burkina Faso (2021)
 Cameroun (2021)
 República do Congo (2020)
 Eritreia (2021)
 Líbia (2022)
 Mauritânia (2022)
 Namíbia (2022)

Nigéria (2020)

Senegal (2020)
 Somália (2021)
 Sudão (2022)
 Togo (2021)

Países Asiáticos:

Afeganistão (2020)
 Bahrein (2021)

Bangladesh (2021)
Catar (2020)
Fiji (2021)
Filipinas (2021)
Índia (2021)
Indonésia (2022)
Ilhas Marshall (2022)
Japão (2022)
Nepal (2020)
Paquistão (2020)
República da Coreia (2022)

Países Latino-Americanos e Caribenhos:

Argentina (2021)
Bahamas (2021)
Brasil (2022)
Chile (2020)
México (2020)
Peru (2020)
Uruguai (2021)
Venezuela (2022)

Países da Europa Ocidental e outros:

Alemanha (2022)
Austrália (202)
Áustria (202)
Dinamarca (2021)
Espanha (2020)
Itália (2021)
Países Baixos (2022)

Países da Europa Oriental:

Armênia (2022)
Bulgária (2021)
Eslováquia (2020)
Polônia (2022)
República Tcheca (2021)
Ucrânia (2020)

A mesa diretora do Conselho é composta por cinco pessoas – um Presidente e quatro Vice-Presidentes – representando os cinco grupos regionais. Eles servem por um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Ano de fundação: O Conselho de Direitos Humanos foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de março de 2006, pela Resolução 60/251. Sua primeira sessão ocorreu de 19 a 30 de junho de 2006. Substituiu a Comissão sobre os Direitos Humanos da ONU, que foi, por 60 anos, o principal mecanismo intergovernamental da ONU responsável pelos direitos humanos.

Adesão e/ou participação do Brasil: Todos os 193 países-membros das Nações Unidas podem, em princípio, tomar parte no Conselho. O Brasil participou do Conselho entre 2006 e 2011 (eleição e reeleição); entre 2013 e 2015; e entre 2017 e 2019. O atual mandato brasileiro teve início em 2020 expira em 2022. Segundo as regras do Conselho, o Brasil não poderá se candidatar à reeleição imediatamente, devendo permanecer pelo menos um ano fora do Conselho.

Sede: Genebra

Principais órgãos: O Conselho é um órgão deliberativo, cujo Secretariado é fornecido pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH).

O CDH trabalha com vários mecanismos, com o fim de fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo, atuando em situações de violações dos direitos humanos e fazendo recomendações sobre elas, incluindo resposta a emergências. Em sua atuação no Conselho, como membro pleno ou observador, o Brasil também tem buscado, na medida do possível, reforçar a função preventiva do órgão.

Esses mecanismos incluem:

- a) a Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Conselho avalia a situação dos Direitos Humanos em todos os 193 Estados-Membros da ONU, a cada período de 4 anos e meio aproximadamente; e
- b) os Procedimentos Especiais da ONU, já utilizados pela antiga Comissão sobre os Direitos Humanos. Seus mandatos podem ser temáticos ou sobre países, e podem ser realizados por um relator especial ou perito independente, ou por grupo de trabalho criado para esse fim pelo CDH. Seus titulares são indicados

pelo Conselho e exercem suas funções a título pessoal. Eles analisam, monitoram, aconselham e relatam publicamente as situações dos direitos humanos em países ou territórios específicos ou violações dos direitos humanos específicas. Há, no momento, 44 Procedimentos Especiais temáticos e 10 sobre países. Desses, há um Relator Especial brasileiro, a saber, o Senhor Léo Heller, Relator Especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento.

- c) Comissões internacionais de inquérito e missões de verificação de fatos (“fact-finding missions”), orientadas a investigar e responder a violações de direitos humanos, bem como a promover responsabilização de seus autores. O Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, brasileiro, é o atual Presidente da Comissão de Inquérito sobre a República Árabe da Síria.

Chefia: Trata-se de Órgão colegiado, com alterações regulares de sua Presidência. A atual Presidente do Conselho é a Embaixadora Elisabeth Tichy-Fisslberger, Representante Permanente da Áustria.

Elisabeth Tichy-Fisslberger
Presidente do Conselho de Direitos Humanos



Elisabeth Tichy-Fisslberger ocupa a função de Representante Permanente da Áustria junto às Nações Unidas em Genebra, desde dezembro de 2017. Antes de assumir a posição, era Diretora Geral de Temas Jurídicos e Consulares do Ministério Federal para Europa, Integração e Relações Exteriores da Áustria. Desempenhou, ademais, a função de primeira Coordenadora Nacional da Áustria sobre o combate ao tráfico de pessoas, bem como de Presidente da Força-Tarefa austríaca para o combate ao tráfico de pessoas, desde 2009. É docente da Universidade de Viena, desde 2002, e da Academia Diplomática de Viena, desde 2006. Antes de ingressar no serviço exterior austríaco, em 1988, a Embaixadora Tichy-Fisslberger trabalhou na

Atual Chefe da Missão brasileira junto ao CDH: Embaixadora Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Representante(s) do Organismo no Brasil: Por tratar-se de Órgão colegiado de fundo deliberativo, sem caráter executivo, o CDH não dispõe de Representantes no Brasil.

Demais informações:

O Conselho é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo, buscando atuar em situações de violações dos direitos humanos e fazendo recomendações para evitar a recorrência dessas violações, inclusive em situações emergenciais. Seus principais mecanismos para exercer a função de monitoramento são a Revisão Periódica Universal e os Procedimentos Especiais da ONU.

O Conselho desempenha, ainda, papel relevante na formação de consenso internacional em prol dos direitos humanos, bem como no progresso do Direito Internacional sobre a matéria.

Os atuais “procedimentos especiais” incidem, entre outros, sobre os seguintes países: Belarus, República Popular Democrática da Coreia, Irã, Myanmar (Rohyngia), Palestina, Somália e Sudão. Abrangem, também, os seguintes temas, entre outros: afrodescendentes; pessoas com albinismo; detenções arbitrárias; direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas; direitos culturais; direito ao desenvolvimento; pessoas com deficiência; desaparecimentos forçados ou involuntários; direito à educação; obrigações de direitos humanos relacionadas ao usufruto de um meio-ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; direito à alimentação; efeitos da dívida externa e obrigações financeiras internacionais correlatas sobre o gozo pleno dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; direitos de livre associação e reunião pacíficas; implicações para direitos humanos do manejo e do descarte ambientalmente sãos de substâncias e resíduos perigosos; direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e direito à não-discriminação nesse contexto; situação dos defensores de direitos humanos; independência de juízes e advogados; direitos dos povos indígenas; direitos humanos de deslocados internos; promoção de ordem internacional democrática e equitativa; direitos humanos e solidariedade internacional; eliminação da discriminação contra pessoas afetadas por hanseníase e seus familiares; uso de mercenários como meio de violação de direitos humanos e de impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação; direitos humanos de migrantes; assuntos de minorias; pessoas idosas; extrema pobreza e direitos humanos; direito à privacidade; formas contemporâneas de racismo,

ou crença; venda de crianças, venda e exploração sexual de crianças, incluindo prostituição e pornografia infantis e outros materiais de abuso sexual de crianças; proteção contra violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero; formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e suas consequências; promoção e proteção de direitos humanos no combate ao terrorismo; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, inumanas ou degradante; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não-recorrência; impactos negativos de medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos; violência contra mulheres, suas causas e suas consequências; direito humano à água potável segura e ao saneamento; discriminação contra mulheres e meninas.

Ademais, certos países são objeto de atuação de equipes de investigação, inquérito ou verificação de fatos (“fact-finding”) criadas pelo Conselho: Venezuela e Líbia (missões de verificação de fatos); Burundi e Síria (comissões de inquérito); Mianmar (mecanismo de investigação independente); Iêmen (grupo de peritos eminentes); Sudão do Sul (comissão de direitos humanos); e República Democrática do Congo/região de Kasai (equipe internacional de peritos).

Relações bilaterais: O Brasil participou ativamente dos trabalhos que levaram à criação do Conselho, com o intuito de corrigir os problemas encontrados com a antiga Comissão. O país foi eleito pela primeira vez em maio de 2006, para um mandato de 2 anos. Em maio de 2008, reelegeu-se para segundo mandato, até 2011. Não sendo possível novo pleito, de acordo com as regras do Conselho, o Brasil deixou o órgão entre 2011 e 2012, sendo novamente eleito para terceiro mandato no período 2013-2015. Em 2016, o país esteve fora do Conselho, para regressar em 2017, em seu quarto mandato (2017-2019), renovado nas eleições de outubro de 2019, realizadas em Nova York. Atualmente, o Brasil cumpre seu quinto mandato, no período 2020-2022.

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e, desde 2001, estende convite permanente aos procedimentos especiais temáticos (relatores especiais). Desde 1995, mais de trinta relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil. Em 2019, foram recebidos os relatores sobre hanseníase, albinismo e substâncias tóxicas. As visitas previstas para 2020 tiveram de ser suspensas, em razão da pandemia de COVID-19. Espera-se para 2021 a visita da relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo e discriminação racial.

Michelle Bachelet Jeria
Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos



Assumiu suas funções como Alta Comissária em 1º de setembro de 2018. De nacionalidade chilena, é a sétima a ocupar o posto e a primeira Alta Comissária latino-americana. A Assembleia Geral da ONU estabeleceu o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em dezembro de 1993, por meio de sua resolução 48/141, que também detalha seu mandato.

Bachelet foi presidente do Chile por dois mandatos, de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018. Ela também atuou como ministra da Saúde, de 2000 a 2002, e como ministra da Defesa, de 2002 a 2004. Além disso, em 2011, Bachelet foi diretora da ONU Mulheres e, em 2018, após o término de seu mandato na presidência do Chile, foi nomeada presidente da Parceria pela Saúde Materna, de Recém-Nascidos e Crianças.

Bachelet é graduada em medicina, pela Universidade do Chile, com especialização em pediatria e saúde pública.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)



Ano de Fundação	1950
Sede Central	Genebra
Mandato	Assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem. Promover os direitos e o bem-estar dos refugiados.
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais Órgãos	Comitê Executivo (ExCom)
Principais Chefias da Organização	Filippo Grandi (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados)
Representante do ACNUR no Brasil	José Egas

PERFIL BIOGRÁFICO

FILIPPO GRANDI

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
(mandato 2016-2020)



Filippo Grandi nasceu em 1957, em Milão, na Itália. Formado em história pela Universidade Estatal de Milão e em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, possui o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coventry, no Reino Unido.

Iniciou sua carreira no ACNUR em 1988, tendo servido em países como Sudão, Síria, Turquia, Iraque e República Democrática do Congo. Também liderou operações de resposta a emergências humanitárias no Quênia, Benin, Gana, Libéria, Iêmen, Afeganistão e na região dos Grandes Lagos na África Central. Em 2004, atuou como vice-representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para assuntos políticos na Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA). Em 2005, passou a trabalhar na Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), da qual veio a tornar-se comissário-geral em 2010, cargo em que permaneceu até 2014.

Seu mandato como Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados teve início em 1º de janeiro de 2016 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020, quando será reconduzido para novo mandato de 2 anos e meio (metade dos cinco anos de um mandato regular, a pedido).

INFORMAÇÕES GERAIS

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo original de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, passando a abranger a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Em 1967, foi adotado o Protocolo à Convenção de 1951, que ampliou a definição de refugiado para além do continente europeu.

O trabalho do ACNUR já beneficiou milhões de pessoas, entre refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos, apátridas e retornados, e foi reconhecido, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). De apenas 34 funcionários no momento de sua fundação, o ACNUR emprega, hoje, mais de 9.700 pessoas e desenvolve atividades em 126 países. O orçamento do ACNUR, por sua vez, foi ampliado de US\$ 300 mil em seu primeiro ano para mais de US\$ 8,6 bilhões em 2020.

Em 2003, a AGNU decidiu estender o mandato do ACNUR "até que o problema dos refugiados seja resolvido". A organização celebrou 60 anos em dezembro de 2010 e firmou-se como uma das principais agências humanitárias do mundo, uma vez que a situação dos refugiados no mundo continua a exigir atenção constante. Segundo o ACNUR, existem hoje no mundo mais de 79 milhões pessoas forçadamente deslocadas, entre as quais 20,4 milhões de refugiados formalmente reconhecidos.

Escopo da Organização

O mandato do ACNUR é definido em seu Estatuto, aprovado pela AGNU em 1950. O art. 1º do documento estabelece que:

"O Alto Comissário das Nações Unidas, agindo sob a autoridade da Assembleia Geral (da ONU), deverá assumir a função de prover proteção internacional, sob os auspícios da ONU, aos refugiados que se enquadrem no escopo do presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para os problemas dos refugiados, por meio de assistência aos Governos e, mediante aprovação dos Governos interessados, a organizações privadas, de forma a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais."

O Estatuto do ACNUR também enfatiza o caráter humanitário e estritamente apolítico do seu trabalho e define como competência da agência assistir a qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo "por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política". Posteriormente, definições mais amplas do termo refugiado passaram a considerar também como refugiado quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Embora seu mandato não se refira expressamente a deslocados internos, o ACNUR vem desenvolvendo atividades em benefício dessa população desde, pelo menos, a década de setenta. Para que possa oferecer sua assistência a deslocados internos, contudo, o ACNUR precisa contar com o consentimento do estado em que tenha ocorrido o deslocamento. Sua atuação baseia-se nos Princípios Orientadores sobre Deslocamentos Internos, elaborados em 1998, que definem como deslocados internos as pessoas que tenham sido obrigadas a deixar suas casas ou lugares de residência habitual, sem cruzar fronteiras internacionais, como resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou de causas humanas. Em 2005, o ACNUR assinou acordo com outras agências humanitárias pelo qual assumiu a responsabilidade por oferecer proteção e abrigo a deslocados internos.

Também na década de setenta, o ACNUR foi incumbido pela AGNU de oferecer assistência às pessoas abrangidas pela Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e pela Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961. Uma série de resoluções aprovadas pela AGNU desde 1995 fortaleceram o mandato do ACNUR para identificar pessoas apátridas, proteger seus direitos e prevenir e reduzir a apatridia ao redor do mundo.

Estados membros

Ao contrário do que se verifica com outras agências do sistema ONU, não há processo específico de adesão ao ACNUR. As atividades da agência são financiadas quase integralmente por contribuições voluntárias, com exceção dos cargos de direção geral, que são financiados pelo orçamento regular das Nações Unidas.

Um bom indicativo do grau de adesão dos estados às atividades da agência é o número de ratificações à Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e/ou ao seu Protocolo de 1967: 148 Estados ratificaram ao menos um dos dois instrumentos, ambos dos quais fazem referência explícita à obrigação de cooperação com o ACNUR.

De toda maneira, o ACNUR está submetido ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e à AGNU, da qual fazem parte todos os 193 estados membros da ONU.

Principais Órgãos

O principal órgão subsidiário do ACNUR é o seu Comitê Executivo (ExCom), atualmente composto por 106 membros – dentre os quais, o Brasil. A adesão ao ExCom depende de resolução da AGNU, que cria novas vagas a pedido do estado interessado, e de posterior eleição pelo ECOSOC.

O ExCom é responsável por aprovar, bienalmente, os programas do ACNUR e o orçamento necessário para sua execução. O órgão reúne-se anualmente em Genebra (geralmente, em outubro) e, no restante do ano, é representado por um Comitê Permanente.

Importância do ACNUR e desafios a enfrentar

O ACNUR é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos deslocamentos forçados e da apatridia. Trata-se de fenômenos extremamente sensíveis, que passam por deterioração acentuada nos últimos anos. O número global de pessoas deslocadas à força aumentou 75% nas últimas duas décadas, passando de 37,3 milhões em 1996 para 65,3 milhões em 2015, e mais de 79 milhões em 2020, dentre as quais 20,4 milhões são refugiadas, 4,2 milhões são solicitantes de refúgio e 45,7 milhões são deslocadas internas. O total de deslocados à força perfaz, em 2020, 1% da população mundial, sendo que 40% desse contingente é composto por menores de idade. 85% dos deslocados no mundo estão em países em desenvolvimento, e 80% em países ou territórios que atravessam situações de insegurança alimentar. 68% das pessoas deslocadas fora de seus países de origem são provenientes de 5 países (Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar). 73% dessa população encontra-se nos 5 maiores países anfitriões (Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha). Pela primeira vez desde a criação do ACNUR, a segunda maior situação de deslocamento forçado encontra-se na América Latina: a crise venezuelana, que já provocou a saída de cerca de 5,1 milhão de pessoas do país, sendo que 85% desse total permanece em países de acolhida na região (O Brasil abriga hoje 254 milhões de venezuelanos, sendo cerca de 45 mil formalmente reconhecidos como refugiados, o que faz do Brasil o maior país anfitrião de refugiados venezuelanos no mundo). Ademais, estima-se que haja cerca de 10 milhões de pessoas apátridas no mundo, embora registros governamentais atestem a existência de apenas 4,2 milhões de pessoas sem nacionalidade.

Credita-se o aumento exponencial de pessoas deslocadas, em particular a partir do início da década de 2010, à proliferação de crises e conflitos armados ao redor do mundo, que costumam motivar a movimentação de enormes contingentes de civis. O convívio com situações de conflito gera grandes

~~desafios operacionais para o ACNUR, cujos funcionários não só encontram~~

dificuldades para cumprir sua missão adequadamente, como também são, por vezes, obrigados a pôr em risco suas próprias vidas.

Com a crise econômico-financeira que atingiu fortemente a Europa e a América do Norte desde 2008, tem havido cada vez menos disposição para incrementar contribuições por parte daqueles países que são, tradicionalmente, seus principais doadores. Em 2015, a agência recebeu apenas 51% dos recursos necessários para a execução das atividades aprovadas para o ano. A necessidade de fazer frente a contingente sem precedentes de refugiados e deslocados e as dificuldades de financiamento levaram a um esforço de mobilização que culminou na realização, em Nova York, em 2016, da cúpula das Nações Unidas sobre refugiados e migrantes. A reunião de alto nível resultou na adoção da Declaração de Nova York, importante compromisso político no nível de Chefes de Estado e Governo com o apoio financeiro e técnico aos países anfitriões e ao próprio ACNUR e outras agências. Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas, dando seguimento a decisão emanada da Cúpula de Nova York de 2016, adotou o Pacto Global para os Refugiados, com recomendações nas áreas de apoio aos países anfitriões, soluções duráveis, apoio à autonomia de refugiados e apoio aos países de origem para permitir o retorno voluntário, digno e seguro. Sob os auspícios do Pacto Global, realizou-se em 2019 o primeiro Fórum Global sobre Refugiados, que buscou mobilizar recursos e compromissos políticos por parte de países e do setor privado.

A estratégia de mobilização de recursos a partir de 2016 rendeu frutos e permitiu a expansão das atividades do ACNUR (inclusive no Brasil), embora o financiamento da agência siga muito abaixo do estimado para atender a uma população cada vez maior de pessoas deslocadas e muitas vezes em situações de crise humanitária. De um orçamento de 8,6 bilhões de dólares em 2020, apenas 4,8 foram efetivamente cobertos. A situação de subfinanciamento é particularmente grave na América Latina, onde estão 25% dos refugiados no mundo e que conta com apenas 8% dos recursos do orçamento total do ACNUR.

Relacionamento bilateral

As relações entre o Brasil e o ACNUR encontram-se no seu melhor momento histórico. O país participa do ExCom desde a sua criação, em 1951, e foi a primeira nação do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951, no ano de 1960. A legislação brasileira sobre refúgio é tida como uma das mais avançadas e o Brasil é reconhecido internacionalmente como país acolhedor, que abriga, hoje, mais de 55 mil refugiados de 79 nacionalidades (45 mil venezuelanos). O ACNUR participa, por meio de seu Escritório em Brasília, de todas as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pelas deliberações sobre pedidos de refúgio em território brasileiro. Em 2019 e 2020, decisões do CONARE de julgar “em bloco” solicitações de venezuelanos, sem necessidade de entrevistas individuais e com

~~o entendimento de que a situação na Venezuela é de “grave e generalizada”~~

violação de direitos humanos, tornou o Brasil o maior anfitrião de refugiados venezuelanos no mundo, beneficiando mais de 45 mil pessoas. A decisão foi objeto de manifestação oficial do ACNUR, nos seguintes termos: “Essa decisão constitui um marco na proteção a refugiados em toda a região e se baseia em uma decisão tomada pelo CONARE em junho deste ano [2019] de reconhecer que a situação na Venezuela é de grave e sistemática violação de direitos humanos tal como descrita na Declaração de Cartagena de 1984 sobre Refugiados”. Foi objeto também de declaração do Porta-Voz do Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres (“O Secretário-Geral saúda e agradece ao Brasil por essa decisão. Como alguém que já foi Alto Comissário para Refugiados, ele sabe muito bem o impacto que isso terá para os venezuelanos, ao dar-lhes maior proteção e acesso a serviços vitais”).

Além de ocupar posição de vanguarda no reconhecimento da condição de refugiado, o Brasil se destacou pelos esforços humanitários na recepção, assistência e integração de refugiados e migrantes venezuelanos, por meio da “Operação Acolhida”. Estabelecida em 2018, com base em legislação e decretos específicos, trata-se uma força-tarefa composta por governo, sociedade civil e organismo internacionais, sob liderança governamental, que articula esforços de assistência emergencial, inclusão e integração socioeconômica (com ações de documentação, imunização, assistência, abrigamento e “interiorização”). Seu objetivo central é promover a autonomia de migrantes e refugiados como solução duradoura. Além dos desafios emergenciais, em vista da situação de sobrecarga no estado de Roraima, ela contempla ações de longo prazo, com o engajamento de diversos atores em diferentes níveis federativos. Além de mais de 265 mil refugiados e migrantes que estão no Brasil, a Operação já assistiu um total de mais de 500 mil venezuelanos (aí incluídos os que passaram pelo Brasil com destino a outros países). Aspecto fundamental dessa estratégia é a documentação de todos os venezuelanos, seja como residentes, solicitantes de refúgio ou refugiados. Independente de seu estatuto migratório, todos os venezuelanos têm pleno acesso a todos os serviços públicos, mercado de trabalho e benefícios sociais no Brasil, o que inclui o benefício de renda mínima emergencial instituído para famílias e indivíduos de baixa renda em razão da pandemia de COVID-19.

Um dos eixos fundamentais da Operação, além do ordenamento da fronteira e do abrigamento, é a interiorização – programa inovador de realocação voluntária de migrantes e refugiados para mais de 600 cidades brasileiras onde encontram maiores oportunidades de trabalho e integração social. O programa já beneficiou mais de 41 mil pessoas e constitui a principal ferramenta de promoção da transição entre assistência emergencial (prestada por meio dos serviços oferecidos em 13 abrigos mantidos pela Operação) e a integração socioeconômica, com apoio de ministérios, agências internacionais, sociedade civil e municípios. Além dos cerca de 400 milhões de dólares já investidos diretamente na Operação desde 2018 (estruturas, processos e apoio ao governo de Roraima, sendo cerca de 65 milhões de dólares desde 2019), e

~~além dos custos diretos relacionados aos serviços públicos e benefícios~~

sociais, o Governo brasileiro não hesitou em adotar rapidamente medidas de emergência, com apoio da sociedade civil e organismos internacionais, para fazer face à pandemia de COVID-19 no contexto da resposta ao fluxo de migrantes e refugiados.

A Operação Acolhida e a decisão brasileira de receber refugiados e migrantes venezuelanos com uma política de fronteiras e braços abertos constitui objeto de grande reconhecimento internacional e elevou o patamar das relações com o ACNUR, que vem expandindo, desde 2017, sua estrutura no Brasil, com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Boa Vista e Manaus. O Alto Comissário Filippo Grandi visitou o Brasil em fevereiro de 2018, ocasião em que participou de reunião regional preparatória às negociações do Pacto Global para os Refugiados, em que foi adotado o documento “100 pontos de Brasília” (compilação de melhores práticas regionais. Em agosto de 2019, Grandi voltou a visitar o país, e incluiu em seu programa passagem pelas instalações da Operação Acolhida. Na ocasião, o Alto Comissário declarou: “a solidariedade do povo brasileiro com os refugiados e migrantes venezuelanos tem sido exemplar. Estou profundamente impressionado pela Operação Acolhida como exemplo de uma resposta eficiente, coordenada, humana e inovadora para enfrentar as necessidades e promover soluções para os venezuelanos”.

O Brasil também tem-se empenhado para contribuir para o financiamento dos trabalhos do ACNUR nos últimos anos, tanto por meio de contribuições financeiras quanto de doações de gêneros alimentícios, já tendo figurado, em 2011, entre os 25 maiores doadores da agência. Em 2016, o Brasil será o 42º maior doador do ACNUR, com participação de cerca de US\$ 1,2 milhão de dólares no orçamento da agência para este ano. Em 2018, efetuou doação de 4 milhões de reais para as operações do Alto Comissariado em favor de refugiados venezuelanos.

O Brasil tem historicamente desempenhado papel de liderança na proteção a refugiados na região. O País sediou, em 2014, a Conferência Cartagena+30, que resultou na adoção da Declaração e do Plano de Ação do Brasil, e em 2018 a reunião regional que adotou os “100 Pontos de Brasília”, como contribuição latino-americana ao Pacto Global para os Refugiados. Em relação aos refugiados sírios, o CONARE estabeleceu, em 2013, programa de vistos humanitários em favor de pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

A política de vistos humanitários foi aprimorada em 2019, em Portaria própria do MJSP, já à luz das disposições sobre o tema da nova Lei de Migrações (2017), o que resultou na diminuição das exigências documentais para a obtenção do visto e na possibilidade de sua conversão em residência permanente. O Brasil não deixou de avançar também em relação ao reassentamento – que consiste na realocação planejada e voluntária de refugiados que continuam em situação de vulnerabilidade em um terceiro país, sendo considerada uma das principais “soluções duradouras” na impossibilidade do retorno seguro e digno ao país de origem. Depois de haver

Brasil acolheu em 2019, pequeno grupo de refugiados oriundos de El Salvador, no primeiro programa de reassentamento que contou com recursos públicos para a assistência à integração local, que foi implementada por entidades da sociedade civil selecionadas por meio de edital.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Sede	Genebra (Suíça)
Fundação	1863
Chefia	Peter Maurer (desde 1º de julho de 2012)
Mandato	O mandato original do CICV restringe-se à promoção do direito internacional humanitário em situações de conflito armado (Convenções de Genebra de 1949 e dos Protocolos de 1977). Atualmente, no entanto, o CICV coordena ações humanitárias em outras áreas complexas e, em alguns casos, de competência de políticas domésticas dos estados, como migração, degradação ambiental, mudança do clima, violência urbana, sequestros e desaparecimentos forçados, doenças endêmicas e proibição de certas armas especialmente letais (como as de fragmentação).
Orçamento	Não há contribuição obrigatória ao CICV. A organização costuma anunciar o valor de que precisará para realizar suas atividades ao longo do ano e fazer apelos à comunidade internacional por contribuições voluntárias que cubram as despesas.
Outras informações	A organização tem cerca de 13 mil funcionários em 80 países. O escritório regional do CICV em Brasília cobre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Brasil e CICV mantêm, desde 2009, Diálogo Estratégico. As atividades do CICV no Brasil baseiam-se nos parâmetros estabelecidos em Acordo de Sede firmado em 1991.

PERFIL BIOGRÁFICO

Peter Maurer, Presidente do CICV



Peter Maurer nasceu em Thun, Suíça, em 1956. Diplomata de carreira, Maurer foi Representante Permanente da Suíça junto à ONU em Nova York (2004-2009) e Secretário de Estado de Relações Exteriores, cargo mais alto do serviço diplomático suíço (2010-2012). Assumiu a Presidência do CICV em julho de 2012, em sucessão a Jakob Kellenberger.

HISTÓRICO

Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

O CICV se declara como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. Atua diretamente “no campo”, agindo em resposta a emergências, crises e calamidades, mas também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao direito internacional humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

A estrutura deliberativa do CICV é composta pela Assembleia, o Conselho da Assembleia e a Diretoria. A Assembleia é o órgão máximo direutivo do CICV. Supervisiona todas as suas atividades e formula a política a ser seguida, define os objetivos gerais e a estratégia institucional, bem como aprova o orçamento da instituição. Composta por 15 a 25 membros de nacionalidade suíça, a Assembleia tem caráter de colegiado. Vinculado a ela, o Conselho da Assembleia prepara as atividades da Assembleia e toma decisões em assuntos de sua competência, em determinadas opções estratégicas no que se refere à política geral de recursos, pessoal e comunicação. Formado por cinco membros eleitos pela Assembleia, é coordenado pelo presidente do

CICV

A Diretoria é o órgão executivo do CICV, responsável por observar e garantir o cumprimento dos objetivos gerais e a estratégia institucional definida pela Assembleia ou pelo Conselho da Assembleia.

O BRASIL E O CICV

O Brasil ratificou a grande maioria dos tratados de Direito Internacional Humanitário (DIH), incluindo as Convenções de Genebra, seus três Protocolos Adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Sob liderança do Itamaraty e em parceria com outros Ministérios, o governo brasileiro vem buscando divulgar as obrigações derivadas do DIH em tempos de paz e o conhecimento dessas normas entre entes estatais, academia e sociedade civil.

Como sinal da importância que confere aos temas humanitários, o Brasil mantém, desde a visita ao país do então Presidente do CICV, Jakob Kellenberger, em ago/09, Diálogo Estratégico com a organização. O estabelecimento desse diálogo tem se refletido no grande número de encontros de alto nível entre o Brasil e o CICV, além de outros órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Encontro entre o Secretário de Assuntos de Soberania e Cidadania do Itamaraty e o Presidente Peter Maurer, à margem da abertura da Assembleia Geral da ONU em 2019, deu novo impulso ao Diálogo Estratégico, com a continuação de calendário de visitas de alto nível e da discussão de temas de interesse mútuo, como a situação humanitária em diversos países e regiões e a aplicação do DIH às tecnologias da informação, entre outros.

Representantes do CICV, por sua vez, têm reafirmado seu interesse em desenvolver relação mais próxima com o Brasil e dado mostras de valorizar o apoio brasileiro para a solução de crises humanitárias. Em entrevista concedida após retornar de visita à Síria, publicada pelo jornal O Globo, o Presidente do CICV, Peter Maurer, afirmou que o Brasil e outros países emergentes "definitivamente têm um papel" a desempenhar em conflitos como o sírio, e acrescentou que "o Brasil não é apenas um país com interesses crescentes na sua própria região, como está tomando posições em muitas questões na agenda internacional. E as pessoas escutam o Brasil".

Essa disposição se reflete na expansão das atividades do CICV no Brasil. O Comitê tem tido importante atuação na Operação Acolhida, com programa de restabelecimento de laços familiares e ações de assistência no setor de saúde. Além disso, implementa, junto a diversas prefeituras, o programa "Acesso Mais Seguro" (resultado de projeto piloto realizado no Rio de Janeiro). O programa visa à capacitação de servidores públicos quanto a protocolos de segurança em áreas de incidência de violência urbana, a partir do conhecimento humanitário adquirido pelo CICV. A implementação do projeto tem resultado em aumento da capacidade de prestação de serviços públicos essenciais, como educação e saúde, nessas localidades.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

Em 1919, foi criada a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com vistas à necessária coordenação entre as sociedades nacionais. A Federação integra o Movimento Internacional da Cruz Vermelha, ao lado do CICV e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (entre as quais, a Cruz Vermelha Brasileira).

Enquanto o CICV exerce as funções de órgão executivo central, a Federação encarrega-se da coordenação entre as Sociedades Nacionais – organizações autônomas, que operam em parceria com as autoridades públicas de seus respectivos países na consecução de programas nas áreas de educação, saúde e bem-estar social e na prestação de assistência a vítimas de conflitos armados, desastres naturais e outras emergências.

Com secretariado baseado em Genebra, a Federação age segundo sua própria Constituição, "com direitos e obrigações de entidade societária com personalidade jurídica" (art. 1º da sua Constituição, art. 6º dos Estatutos do Movimento). O principal órgão deliberativo da Federação Internacional é a Assembleia Geral, que se reúne uma vez a cada dois anos e é composta por representantes das Sociedades Nacionais.

Assim como o Comitê Internacional obteve o status de observador na Assembleia Geral da ONU (AGNU) em 1990, a Federação foi admitida na mesma qualidade em 1994, por meio da Resolução 49/2, adotada por consenso e copatrocinada por 130 países. As três principais razões para a concessão de status de observador, elencadas na resolução, seriam o papel específico exercido pela Federação; as funções especiais das sociedades que a integram; e a intenção de promover a cooperação entre a ONU e a Federação.

**DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO
ÀS NAÇÕES UNIDAS EM GENEBRA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

A Delegação do Brasil junto às Nações Unidas e demais Organismos Internacionais com sede em Genebra (DELBRASGEN) ocupa-se de ampla variedade de temas tratados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por diversas organizações internacionais sediadas nesta cidade, entre os quais direitos humanos, assuntos humanitários, migrações, refugiados, saúde, trabalho, meio ambiente, ciência e tecnologia e cooperação interparlamentar. Cada uma dessas áreas implica relacionamento com uma ou mais instituições internacionais, com marcos constitutivos, órgãos de governança, dinâmicas negociadoras e interlocutores próprios, como o Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), o Conselho de Direitos Humanos (CDH), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para Migrações (OIM), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a União Interparlamentar (UIP), a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), entre outras.

2. A assunção de minhas funções neste segundo período à frente do Posto, em fevereiro de 2017, coincidiu com conjuntura internacional marcada pela intensificação das diferenças políticas entre os Estados Unidos e a China no plano internacional, com consequências importantes para os organismos sediados em Genebra. Em muitos deles verificou-se, de um lado, fortalecimento das críticas dos Estados Unidos e, de outro, atuação cada vez mais assertiva da China. Essa conjuntura contribuiu, por exemplo, para a retirada dos EUA do Conselho de Direitos Humanos, em junho de 2018, e o anúncio, em julho último, de que aquele país se retiraria da Organização Mundial de Saúde. A essa conjuntura se associou a constante expansão da agenda de trabalho de praticamente todas as instituições internacionais genebrinas, bem como, a partir do corrente ano, os desafios acrescidos impostos pela pandemia de COVID-19. Além das implicações óbvias para todas as discussões relativas ao debate internacional na área de saúde, a pandemia, por sua escala global e pelas restrições que implica, tem repercutido significativamente tanto nos temas da agenda como nas modalidades de negociação e atuação de praticamente todos os órgãos e organismos acompanhados pelo Posto.

3. O Brasil manteve-se, ao longo desse período, como referência e liderança em vários processos multilaterais na cena genebrina, como se ilustrará nas seções específicas a seguir. Destacam-se, a esse respeito, nossa atuação decisiva no dossiê venezuelano no Conselho de Direitos Humanos, na Organização Internacional do Trabalho, no Alto Comissariado para Refugiados, além do contínuo impulso que emprestamos à agenda de acesso a medicamentos na OMS; ao reconhecimento granjeado por nossas ações na área humanitária, como a Operação Acolhida; e ao exemplo positivo

apresentado pelo Brasil com a nova Lei de Migração, entre outros. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, o Brasil foi eleito para exercer posições de especial destaque em diversos organismos internacionais. Presidiu, em 2018, o Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos. Na área de saúde, exerceu, em 2018-2019, a presidência do Conselho Executivo da OMS e, em 2019-2020, a vice-presidência do Comitê de Programas, Orçamento e Administração - PBAC.

4. Desde 2019, o Brasil também ocupa a vice-presidência do Conselho da UNITAID (mandato de 3 anos). O País é coordenador regional (2018-2021) para as Américas na Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Na OIT, o Brasil foi coordenador regional do GRULAC/GRUA (2018-2019) e vice-presidente do Grupo de Governos (2019-2020). Nos temas de meio ambiente, o Brasil presidiu o GRULAC no primeiro semestre de 2018. Além disso, na área humanitária, o País acaba de ser eleito para a presidência do Conselho Executivo (ExCom) do ACNUR.

5. Durante meu período na chefia de DELBRASGEN, pautei minha atuação conforme as instruções recebidas dessa Secretaria de Estado. Pude contar, também, com colaboração recebida de representantes dos demais Ministérios, Poderes e outras instituições do Estado brasileiro com atribuições correlatas aos vários temas acompanhados pelo Posto. Em todos os momentos, não deixei de contar com uma equipe amiga, dinâmica, competente, trabalhadora e consciente da importância e do privilégio de representar o Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra.

DIREITOS HUMANOS

6. O tema de direitos constitui um dos principais focos de atividades de DELBRASGEN e envolve interlocução e diálogo com numerosos órgãos e mecanismos independentes entre si, ainda que igualmente sob a égide do sistema das Nações Unidas. O trabalho de DELBRASGEN envolve a participação do Brasil nas sessões regulares e nas sessões especiais do Conselho de Direitos Humanos (CDH), nas reuniões do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) e nas sessões dos diversos grupos de trabalho intergovernamentais, foros e painéis intersessionais estabelecidos pelo Conselho. Implica, ademais, diálogo com os nove comitês de supervisão de cumprimento de tratados de direitos humanos da ONU dos quais o Brasil é parte, bem como com os titulares dos mais de 60 mandatos de grupos de trabalho, relatores especiais, peritos independentes, mecanismos de peritos e mecanismos investigativos criados pelo CDH.

Conselho de Direitos Humanos

7. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, o Brasil aprofundou sua posição de liderança no âmbito do Conselho de Direitos Humanos. Quando assumi DELBRASGEN em fevereiro 2017, o País iniciava seu quarto mandato eletivo no CDH. Desde a criação do Conselho, em 2006, o Brasil só não o integrou nos anos de 2012 e de 2016 (no primeiro caso em razão da regra que impede duas reeleições consecutivas). A participação ativa do Brasil no CDH baseia-se em décadas de presença na extinta Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como no envolvimento dinâmico e construtivo no processo de negociações que levou ao estabelecimento

do Conselho. O Brasil é reconhecido no CDH como estado membro incontornável nas negociações do colegiado, cuja experiência acumulada e capacidade de diálogo com diferentes agrupamentos regionais e políticos muitas vezes o credenciam como mediador honesto em diferentes negociações.

8. A importância que o Brasil atribui ao Conselho de Direitos Humanos no contexto das Nações Unidas também se verifica pela expressiva participação em seu Segmento de Alto Nível, que se realiza regularmente ao final dos meses de fevereiro nesta cidade. Durante o período em que estive à frente desta Missão, em três anos o Brasil se fez representar em nível ministerial no Segmento de Alto Nível: em 2017, pela então Ministra de Direitos Humanos, Luislinda Valois, e em 2019 e 2020 pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. A manutenção da participação de dignitários do Governo brasileiro no Segmento de Alto Nível do CDH reveste-se de especial importância. O Segmento de Alto Nível representa plataforma diplomática de grande visibilidade para a apresentação das políticas, avanços, desafios e perspectivas do Brasil tanto no que concerne à realização dos direitos humanos de seus próprios cidadãos, como também a respeito de preocupações de direitos humanos no plano internacional e das negociações sobre a matéria nas Nações Unidas.

9. Ao longo das sessões regulares do Conselho, o Brasil integrou cerca de trinta grupos negociadores para promover resoluções sobre temas variados, em sinal do protagonismo construído pelo País nas negociações do colegiado. Os projetos que DELBRASGEN promoveu em nome do Brasil abrangem direitos civis e políticos: incompatibilidade entre democracia e racismo, direito à privacidade na era digital, segurança de jornalistas, liberdade de expressão, direitos das pessoas afrodescendentes, não-discriminação de pessoas LGBT, entre outros. Abrangem igualmente direitos econômicos, sociais e culturais: resoluções sobre direito à saúde, acesso a medicamentos, direito à moradia adequada, promoção e proteção de direitos humanos e a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, entre outros. A defesa da cooperação técnica em matéria de direitos humanos constituiu também área prioritária da atuação diplomática do Brasil no CDH.

10. Merecem menção especial resoluções coordenadas pelo Brasil, a saber: incompatibilidade entre democracia e racismo, direito à saúde, acesso a medicamentos e vacinas, direito à privacidade na era digital, direitos humanos no contexto de HIV/AIDS, direito à moradia adequada e direitos humanos das pessoas idosas. Algumas dessas iniciativas, como as relativas a saúde, acesso a medicamentos e vacinas, e privacidade na era digital, adquirem especial relevância e urgência no atual contexto de esforços mundiais para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Cumprem também para chamar atenção da comunidade internacional sobre a importância da garantia à população mundial do acesso a medicamentos, vacinas e tratamentos com uma perspectiva de direitos humanos. Ainda no contexto dos direitos humanos, tais iniciativas contribuem para evitar que novas tecnologias empregadas para rastrear e interromper cadeias de transmissão do vírus sejam desvirtuadas de modo a violar indevidamente a privacidade de seus usuários.

11. Além de promover os temas acima por meio de resoluções, o Brasil organizou e/ou participou de inúmeros encontros, seminários, painéis e atividades paralelas às reuniões formais do CDH para

aprofundar a discussão e buscar encaminhamentos multilaterais para os desafios que se apresentam nos respectivos tópicos.

12. A partir de 2019, o Brasil passou a integrar, pela primeira vez e em coordenação com outros países americanos, grupos negociadores de resoluções sobre direitos humanos em países específicos: sobre promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua e sobre a situação de direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela. Tais iniciativas responderam à séria deterioração da situação de direitos humanos nos citados países, com graves consequências para as respectivas populações. A degradação da situação nesses países teve impactos diretos para o Brasil: do assassinato em 2018, até agora impune, da estudante brasileira Raynéia Lima durante a repressão das manifestações populares na Nicarágua aos mais de 253 mil migrantes e refugiados venezuelanos que ingressaram no Brasil, muitos dos quais em situação de extrema vulnerabilidade. É útil recordar que, embora expresse preocupação sobre desequilíbrio e seletividade em certas iniciativas do Conselho sobre países específicos, o Brasil sempre participou de forma construtiva das negociações e estendeu, com base em avaliação criteriosa, apoio a projetos sobre situações de especial preocupação, como Síria, Myanmar, Belarus, Coreia do Norte, entre outros.

13. No âmbito da Década Internacional para os Afrodescendentes (2015-2024), ora na metade de seu período, o Brasil continuou a buscar impulsionar no CDH a elaboração de um projeto de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes, em especial mediante projeto de resolução sobre a matéria, aprovado por consenso em junho de 2017 (resolução 35/30). O Brasil igualmente manteve participação ativa e construtiva em outras discussões e negociações sobre possíveis novos instrumentos internacionais de direitos humanos, como no âmbito dos Grupos de Trabalho Intergovernamentais sobre a Declaração dos Direitos dos Camponeses (adotada em 2018); sobre um instrumento juridicamente vinculante a respeito de empresas transnacionais e direitos humanos; sobre um arcabouço regulatório para empresas militares e de segurança privadas e direitos humanos; e sobre direito ao desenvolvimento.

14. Em outubro de 2017, tive a honra de ser nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos co-Presidente da edição daquele ano do Foro Social, que teve foco na promoção e proteção dos direitos humanos no contexto da epidemia de HIV e de outras doenças comunicáveis e epidemias. A referida nomeação também refletiu a liderança histórica do Brasil em iniciativas no CDH e em sua antecessora Comissão de Direitos Humanos na abordagem de tais questões com base em uma perspectiva de direitos humanos, inclusive o direito ao acesso a medicamentos como parte integral do direito à saúde e do direito à não-discriminação. O Foro Social, além de congregar número expressivo de membros da sociedade civil, contou com a participação ativa dos Diretores-Gerais da OMC, da OMS, da OMPI e o então Alto Comissário de Direitos Humanos.

15. Ao longo de minha gestão atuei intensamente em apoio à candidatura do Brasil à reeleição ao Conselho de Direitos Humanos, para o mandato 2020-2022, mediante gestões pessoais e formais. Tive a honra de representar o Governo brasileiro na divulgação de nossos compromissos voluntários em matéria de direitos humanos em evento promovido pelas ONGs Anistia Internacional e “International Service for Human Rights” com países candidatos às eleições que ocorreram em outubro de 2019. A reeleição do Brasil com expressiva votação, a maior de seu grupo regional e com número de votos superior ao obtido na eleição de 2016, demonstrou o amplo

reconhecimento internacional das credenciais do País em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos e do trabalho de DELBRASGEN junto ao conselho de direitos humanos. A manifestação de apoio de mais de 800 entidades da sociedade civil brasileira e internacional à postulação do Brasil também constitui importante reconhecimento da atuação do País no CDH, sempre estritamente em linha com as valiosas instruções dessa Secretaria de Estado e em coordenação com o Ministério das Mulher, Família e Direitos Humanos e demais instituições do Estado brasileiro com competências na matéria.

16. Não obstante o que precede, e tendo em conta a pluralidade da sociedade civil em um Estado democrático de direito como o Brasil, cabe frisar o aumento nos últimos quatro anos da organização de eventos paralelos e da realização de intervenções em reuniões do CDH nos quais ONGs brasileiras ou internacionais manifestam preocupações ou críticas a aspectos dos direitos humanos no Brasil. Questões relacionadas aos direitos dos povos indígenas e à preservação do meio ambiente no Brasil, em especial na Amazônia, continuam a receber ênfase especial por parte de tais interlocutores e exigir atenção permanente por parte desta Missão diplomática. Outros pontos igualmente objeto de comentários recorrentes têm sido direitos das mulheres, combate ao racismo, proteção de defensores de direitos humanos, segurança de jornalistas, direito à verdade e à memória e violência policial. Em algumas situações, tais questões encontraram eco em manifestações da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e de alguns estados europeus no CDH. DELBRASGEN tem procurado manter diálogo franco e prestar os esclarecimentos e as respostas necessárias sempre que lhe é franqueada tal oportunidade. Esse esforço para assegurar diálogo equilibrado e objetivo sobre eventuais questões de direitos humanos a respeito do País, muitas vezes a exigir coordenação quase imediata com os órgãos e instituições competentes no Brasil, poderá continuar como desafio importante para esta Missão diplomática.

Revisão Periódica Universal

17. Os primeiros meses de minha atual gestão em DELBRASGEN coincidiram com a apresentação do Brasil no 3º ciclo do mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos. O Brasil considera que a RPU constitui mecanismo de importância basilar para o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, ao proporcionar oportunidade para diálogo franco, construtivo e em bases equitativas sobre a situação de todos os direitos humanos em todos os Estados membros das Nações Unidas, em sintonia com os princípios da universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos direitos humanos. O Brasil foi um dos primeiros países a serem objeto de exame durante o 1º ciclo da RPU, em 2008, e vem-se manifestando de forma diligente e construtiva no exame de quase todos os demais estados ao longo dos três ciclos da RPU.

18. A revisão do Brasil no 3º ciclo da RPU ocorreu em maio de 2017, durante a 27ª sessão do respectivo Grupo de Trabalho. Na ocasião, o Brasil recebeu 246 recomendações de 103 delegações estatais. O país aceitou 242 das recomendações recebidas, havendo explicado não poder aceitar as 4 remanescentes por serem incompatíveis com o ordenamento jurídico doméstico, inclusive dispositivos Constituição Federal e decisões do Supremo Tribunal Federal. Em novembro de 2019, o Brasil apresentou, pela primeira vez, relatório de meio período sobre a implementação das

recomendações aceitas no 3º ciclo, em cumprimento de compromisso voluntário assumido durante sua candidatura à reeleição ao CDH. O Brasil foi um dos poucos países a apresentarem relatório de meio período no prazo normalmente previsto.

19. O próximo exame do Brasil na RPU encontra-se tentativamente previsto para ocorrer durante a 41ª sessão do Grupo de Trabalho, em outubro/novembro de 2022, com prazo para tentativo para envio do correspondente relatório nacional até junho de 2022. A preparação dos relatórios nacionais do Estados implica intenso exercício de coordenação entre diferentes Poderes e níveis de governo, bem como diálogo com a sociedade civil, com vistas à preparação de um documento que sintetize as medidas adotadas para implementar recomendações anteriormente aceitas, progressos alcançados e desafios existentes sobre toda a situação de direitos humanos no País. Da mesma forma, a reunião de exame do Brasil por seus pares exigirá ampla coordenação e expressiva participação intersetorial, a fim de que a delegação brasileira possa responder de maneira oportuna e substantiva aos principais comentários, perguntas e recomendações formuladas pelos demais estados. Após a revisão em si, tal coordenação continua a ser necessária para o processo de decisão sobre quais recomendações o Brasil aceitará e quais apenas notará.

Procedimentos Especiais

20. Os Procedimentos Especiais do CDH compõem-se de peritos independentes de direitos humanos, designados pelo Conselho, com mandato para apresentar relatórios, formular recomendações, realizar visitas a países e pedir informações sobre alegações de possíveis violações sobre determinados temas ou países específicos. O País esteve na liderança das negociações que criaram vários mandatos temáticos, como os Relatores Especiais sobre direito à saúde, direito à moradia adequada, direito à privacidade na era digital e não-discriminação de pessoas com hanseníase, bem como os Peritos Independentes sobre os direitos das pessoas idosas e sobre não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Coube a DELBRASGEN, durante os últimos 4 anos, manter esses temas em discussão por meio de diferentes iniciativas: resoluções, seminários e painéis que contaram com a participação não só de diferentes procedimentos especiais, mas também de pessoas afetadas, representantes permanentes de diferentes países e membros de organizações internacionais.

21. O Brasil mantém, desde dezembro de 2001, convite permanente para visitas de todos os Procedimentos Especiais temáticos. Entre 1992 e 2019, recebeu 29 visitas de tais Procedimentos, sendo um dos países no mundo que mais foi visitado por titulares de mandatos. Alguns dos mandatos visitaram o País em mais de uma oportunidade. O governo brasileiro estava em tratativas para receber visitas de três titulares de mandato no corrente ano, que, no entanto, tiveram de ser suspensas em razão das restrições ocasionadas pela COVID-19. Não obstante, coube a DELBRASGEN, durante minha gestão, contribuir para a organização de três visitas de procedimentos especiais ao Brasil: da Relatora Especial sobre hanseníase, Perita Independente sobre albinismo e do Relator Especial sobre resíduos tóxicos.

22. Além dos esforços para continuar a agendar as visitas pendentes de Procedimentos Especiais do Conselho quando as condições sanitárias permitirem e responder substantivamente aos

relatórios que dela emanem, tarefa de importância fundamental é a reação oportuna às distintas comunicações apresentadas pelos titulares de mandato, nas quais costumam pedir informações sobre alegações recebidas e apresentar comentários e recomendações a respeito de denúncias de violações de direitos humanos em casos específicos ou sobre questões sob exame em diferentes órgãos e Poderes dos estados atinentes aos respectivos mandatos.

23. As credenciais do Brasil de décadas de abertura e diálogo com os Procedimentos Especiais do Conselho fortalecem a posição do país para sublinhar questões nos quais o sistema carece de aperfeiçoamento. Sem prejuízo de o processo de seleção priorizar a experiência dos titulares de mandato, não se pode desconhecer que não tem traduzido a devida consideração à distribuição geográfica equitativa, ao equilíbrio de gênero e à representação apropriada de diferentes sistemas jurídicos. Atualmente, por exemplo, nenhum brasileiro é titular de mandato de Relator Especial ou Perito Independente do Conselho. Ademais, sem prejuízo de a independência dos titulares de mandato ser elemento fundamental do sistema, ela não é absoluta. Os titulares de mandato prestam contas perante o CDH e devem pautar-se conforme as regras estabelecidas nos respectivos Código de Conduta e Manual de Operações. Titulares que extrapolam os respectivos mandatos ou que simplesmente deixam de cumprir as tarefas que o CDH lhes atribui comprometem a credibilidade e a eficiência do sistema. Caberá ao Brasil seguir dialogando com os Procedimentos Especiais com vistas, inclusive à aperfeiçoar o sistema.

Eleições de especialistas brasileiros em direitos humanos

24. Uma das prioridades iniciais de minha gestão à frente de DELBRASGEN no que concerne ao relacionamento do Brasil com os órgãos de tratados de direitos humanos das Nações Unidas consistiu na campanha em favor da candidatura da Senadora Mara Gabrilli ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), para o mandato 2019-2022, nas eleições que se realizaram em junho de 2018. Por meio de numerosas gestões pessoais e formais, eventos e atividades de divulgação, esta Missão diplomática buscou alcançar o número mais amplo possível de Estados partes da Convenção a fim de apresentar as sólidas credenciais da candidata brasileira. O êxito do referido pleito possibilitou ao Brasil contar, pela primeira vez, com uma perita independente de sua nacionalidade no citado Comitê. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ocupa posição especial no marco dos compromissos internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos por ser um dos poucos tratados, até o momento, aprovado com status de emenda constitucional conforme o procedimento do artigo 5º, §3 da Constituição Federal.

25. Além do CRPD, o Brasil atualmente conta com nacionais como peritos independentes de outros dois “treaty bodies” de direitos humanos da ONU: o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (seu presidente, o Professor Renato Zerbini Leão, reeleito em 2018) e o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (embaixador Silvio Albuquerque, eleito em 2017). O País também tem um de seus nacionais como perito do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos, o embaixador José Augusto Lindgren Alves (eleito em 2018). Em todos estes casos, o trabalho diligente desta Missão diplomática igualmente contribuiu para o êxito das postulações nos respectivos processos eleitorais. O apoio a candidaturas de nacionais em

eleições para órgãos de direitos humanos das Nações Unidas é parte importante dos trabalho desta Missão e possibilita para que especialistas brasileiros com ampla experiência na matéria possam contribuir para o desenvolvimento e a implementação dos padrões internacionais de direitos humanos em todo o mundo.

Órgãos de tratados

26. Também durante o período da minha gestão, o Brasil envidou esforços significativos para atualizar o compromisso de apresentação de relatórios de cumprimento dos tratados de direitos humanos das Nações Unidas de que é parte. Foram encaminhados à ONU a versão atualizada do Documento Básico Comum; o relatório inicial de cumprimento da Convenção sobre Desaparecimento Forçado; o relatório inicial de cumprimento do Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança sobre Venda de Crianças, Pornografia Infantil e Prostituição Infantil; e os relatórios periódicos de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. O Brasil também manifestou interesse em apresentar, em formato simplificado, seus próximos relatórios de cumprimento da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

27. Estando o Brasil em dia com o envio de quase todos os relatórios a comitês de tratados de direitos humanos da ONU, as próximas etapas do exame dos respectivos documentos requererão esforços semelhantes de coordenação com os demais órgãos nacionais competentes. As próximas etapas do processo envolverão a preparação de respostas escritas às perguntas a serem encaminhadas pelos respectivos comitês com base na análise dos relatórios nacionais e, especialmente, a composição das delegações que representarão o País nas audiências públicas de diálogo construtivo com os órgãos de tratados pertinentes.

28. Salvo eventuais atrasos adicionais em função da situação sanitária, a próxima audiência de diálogo construtivo acerca de relatório do Brasil a órgão de tratado de direitos humanos da ONU ocorrerá em março de 2021, quando o Comitê sobre Desaparecimentos Forçados debaterá o relatório inicial brasileiro. Delegações chefiadas por autoridade de alto nível com atribuições ligadas à implementação doméstica dos referidos tratados e compostas por representantes das variadas instituições com atribuições na matéria têm exercido papel especial no esclarecimento oportuno de eventuais questionamentos dos peritos dos “treaty bodies” da ONU, o que poderá contribuir positivamente na formulação das conclusões e recomendações a serem adotadas pelos Comitês.

29. Além das atividades relacionadas à consideração de relatórios de cumprimento, cabe manter atenção especial aos diferentes procedimentos de comunicações individuais e apelos urgentes em Comitês de tratados da ONU para os quais o Brasil reconheceu tal competência. Embora tais queixas ocorram em número significativamente mais reduzido se comparado ao do sistema interamericano de direitos humanos, inclusive pela barreira do idioma, não deixam de adquirir, por vezes, especial visibilidade política.

SETOR HUMANITÁRIO

ACNUR

30. O movimento de aproximação do Brasil com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) intensificou-se, nos últimos quatro anos, com a escalada da crise humanitária global e, sobretudo, à luz do agravamento da situação na Venezuela. Durante o período em que estive à frente de DELBRASGEN e, mais especificamente, desde a adoção da Nova Lei de Migração, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, que contém dispositivos específicos sobre apatridia e vistos humanitários, pude constatar que o Brasil passou a ser visto pelo ACNUR como um aliado que compartilha sua convicção sobre os princípios de proteção internacional. A reforçar essa parceria, em diversas oportunidades, esta Missão diplomática envolveu-se diretamente em negociações e discussões técnicas e políticas, como, entre outras, aquelas que antecederam a assinatura do Pacto Global sobre Refugiados, em 2018, e no processo preparatório do Fórum Global de Refugiados, realizado em dezembro de 2019. Em todas as ocasiões, logramos compartilhar boas práticas e políticas inovadoras adotadas pelo país para a proteção de refugiados e, em particular, no âmbito da Operação Acolhida. Esta operação mereceu inúmeros elogios e seguidas manifestações de apreço por diferentes interlocutores em Genebra. É vista pelo alto comissário de Refugiados, mas não só por ele, como uma boa prática a ser replicada por outros países pela sua organização e pelas políticas de inclusão dos refugiados nos campos de saúde, educação e trabalho. O alto comissário, Filippo Grandi, foi duas vezes ao Brasil nos últimos três anos. Em 2018, pude acompanhá-lo a Brasília, onde, em reuniões com altas autoridades do governo, pude expressar seu reconhecimento à contribuição do Brasil no esforço internacional de solidariedade aos refugiados e deslocados internos. Nesta ocasião, participou também da Reunião de Consulta da América Latina e do Caribe, que resultou na Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados. Em 2019, O alto comissário teve oportunidade de conhecer mais detidamente os esforços engendrados pelo país em Roraima, no contexto da Operação Acolhida. Durante o meu período à frente de DELBRASGEN, pude atestar a importância da Operação Acolhida e da nova lei brasileira de migração, que abriram oportunidades para a construção de uma agenda positiva ao Brasil no campo humanitário.

31. Especialmente emblemático foi o reconhecimento da nacionalidade brasileira à apátrida Maha Mamo. Ao incorporar a possibilidade de processo acelerado de concessão de nacionalidade brasileira a apátridas, a Lei de Migração contribuiu para que Maha Mamo recebesse, em cerimônia promovida por esta Missão Diplomática na sede das Nações Unidas em Genebra, seu passaporte brasileiro. Emocionada, Maha Mamo exaltou a solidariedade do seu novo país e beijou a bandeira brasileira que trazia envolta em seu pescoço. Menciono, com igual entusiasmo, a marcante participação do Brasil no Fórum Global de Refugiados. Nessa ocasião, tivemos mais uma oportunidade de divulgar a abordagem inovadora da força-tarefa composta por governo, sociedade civil e organismos internacionais, sob liderança governamental, que articula esforços de assistência

emergencial, inclusão e integração socioeconômica (com ações de documentação, imunização, assistência, abrigamento e "interiorização").

32. Caberia, igualmente, chamar a atenção para o engajamento crescente de DELBRASGEN na governança do ACNUR. No período de 2018 a 2020, exercei a segunda e primeira vice-Presidências do "Bureau" do Comitê Executivo. No último mês de outubro, fui eleita para exercer a Presidência daquele órgão. Trata-se da primeira vez em que o Brasil ocupa a Presidência do órgão de governança do ACNUR desde a sua criação. O "Bureau" é responsável por rever e aprovar orçamentos da Agência, adotar conclusões e recomendações sobre proteção internacional, além de discutir uma série de temas administrativos, financeiros e processuais entre o ACNUR e seus parceiros governamentais e intergovernamentais. A presidência brasileira deverá ser exercida até o último dia da 72^a sessão do Comitê Executivo, prevista para o período de 4 a 8 de outubro de 2021. Avalio que a presidência do "Bureau" consistirá em excelente oportunidade de continuada projeção da imagem do país, já que, indiscutivelmente, a ação humanitária tem ganhado cada vez mais relevância na agenda internacional, transformando o tema em plataforma multissetorial de atuação diplomática.

33. Cabe sublinhar que, a partir de dezembro de 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) passou a adotar decisões de reconhecimento "em bloco" de solicitações de refúgio por parte de venezuelanos. Tais decisões basearam-se na aplicação, à situação na Venezuela, da chamada "cláusula de Cartagena", contemplada no inciso III do artigo 1º da lei 9474. De acordo com o dispositivo, "Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: (...)

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país."

34. Essa aplicação permitiu ao CONARE substituir o procedimento usual de entrevistas individualizadas de solicitantes de refúgio por procedimento de cruzamento de dados (referentes a comprovação de nacionalidade, maioridade, ausência de antecedentes ou impedimentos, entre outros), com vistas viabilizar o reconhecimento "prima facie" de refugiados venezuelanos. As decisões do CONARE sob essa modalidade inovadora, bem como a implementação de sistema eletrônico de solicitação de refúgio ("SISCONARE"), permitiram o reconhecimento, até o momento, de mais de 46 mil refugiados venezuelanos, e foram saudadas por diversas autoridades das Nações Unidas, como o Alto Comissário para Refugiados, Filippo Grandi, e o porta-voz do Secretário-Geral Antonio Guterres. A partir dessas decisões, já apontadas como exemplos de "melhores práticas" nos debates internacionais sobre temas humanitários, o Brasil tornou-se o país das Américas a abrigar o maior número de refugiados venezuelanos formalmente reconhecidos, fato que tem dado grande visibilidade às políticas brasileiras de proteção a refugiados e à Operação Acolhida.

CICV e FICV

35. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, tive a oportunidade de contribuir para o processo de aproximação entre o Brasil e o CICV, e para a superação de mal-estar decorrente do

programa da organização no Rio de Janeiro que tratava situações de violência urbana com instrumentos humanitários. Como se recorda, após consultas às autoridades locais e receber a anuência do Governo Federal, o programa tornou-se referência para implementação de iniciativas similares em outras cidades brasileiras e estrangeiras. A partir de conversas mantidas ao longo dos últimos anos, tanto em Genebra quanto em Brasília, a relação com o CICV aprimorou-se e evoluiu para o estabelecimento de diálogo estratégico de alto nível, que previa, inclusive, para o corrente ano, antes da crise sanitária, visita do presidente do CICV, Peter Maurer, a Brasília. Nesse contexto, sublinho os encontros mantidos pelo senhor SASC à margem da 40ª sessão do CDH, em 2019, com o vice-presidente do CICV, Gilles Carbonnier, os diversos encontros que mantive com Sophie Orr, Diretora Regional para as Américas, e membros de sua equipe, inclusive para organizar sua ida ao Brasil, em 2019, e os esforços da Missão junto ao CICV para adaptar os planos originais no âmbito do diálogo estratégico para que possa ser realizado, ainda que virtualmente, no corrente ano. O Posto também acompanha as reuniões promovidas pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV), responsável pelo monitoramento e apoio às Sociedades Nacionais (a exemplo da Cruz Vermelha Brasileira). Durante minha gestão, observei o apoio prestado pela FICV ao processo de saneamento financeiro e operacional da CVB e, mais recentemente, seu importante papel de coordenação e de arrecadação de fundos na resposta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (composto por CICV, FICV e Sociedades Nacionais) à pandemia do COVID-19.

OIM

36. A avançada legislação migratória que o país possui, em particular a mencionada Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), tem sido amplamente reconhecida e elogiada na Organização Internacional de Migração. A dissociação do país do Pacto Global sobre Migração, adotado em fins de 2018, na Conferência de Marraquexe, não trouxe prejuízo ao acompanhamento pela Missão dos temas de interesse para o Brasil tratados no âmbito da OIM. Sob as instruções de Brasília, determinei que esta Missão continuasse a participar ativamente das discussões em curso, em especial sobre as propostas de reforma da organização apresentadas pelo DG Vitorino. Nos debates substantivos sobre migrações, DELBRASGEN tem buscado enfatizar a importância do combate à violência e à discriminação contra mulheres e meninas, o combate ao tráfico de pessoas, bem como as necessidades específicas de idosos, jovens, pessoas com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Registro, ainda, o apoio e o processo de engajamento da OIM, em parceria com o ACNUR, nos esforços de acolhida e integração de venezuelanos nos países vizinhos, e o trabalho do enviado especial do SGNU, Eduardo Stein, com quem eu e minha equipe tivemos diversas oportunidades de interagir, em Genebra, ao longo de 2018 e 2019.

UNDRR

37. A Missão também tem mantido interlocução com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês), estabelecido em 1999 pela Resolução 54/219 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com o propósito de assegurar

a implementação da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres. Atualmente, o UNDRR tem a função de apoiar a implementação do Marco de Ação de Sendai. Destaco, por oportuno, o encontro mantido pelo sr. SASC com a ex-diretora do UNDRR, Mami Mizutori, durante visita a Genebra, em março de 2019, o qual demonstrou haver potencial para maior intercâmbio e cooperação. DELBRASGEN também tem participado das atividades promovidas, nesta cidade, pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (OCHA). Por fim, desde 2016, a Missão tem acompanhado os debates no âmbito da Plataforma sobre Deslocados por Desastres (PDD), criada para dar sequência à agenda da antiga Iniciativa Nansen, bem como os do grupo de amigos da PDD.

Considerações gerais sobre temas humanitários

38. Nos últimos quatro anos, em razão da interface da proteção internacional com assuntos de paz e segurança, direitos humanos, saúde e desenvolvimento, houve intensificação dos trabalhos em diferentes mecanismos dedicados à agenda humanitária. O otimismo verificado no final de 2019, contudo, quando, no intervalo de apenas duas semanas, Genebra sediou o Fórum Global de Refugiados e a 33^a Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, deu lugar à apreensão e à necessidade de adaptação decorrentes dos impactos da crise sanitária. Diante desse novo cenário, as agências humanitárias em Genebra vêm buscando preencher lacunas e, sobretudo, assegurar que refugiados e migrantes sejam contemplados nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pandemia. As boas práticas na proteção de refugiados e no contexto da Operação Acolhida asseguram ao Brasil imagem positiva e posição de destaque nos debates, devidamente reconhecidas e valorizadas pelas agências humanitárias que cooperam com os esforços do país. Embora, historicamente, privilegiem a interlocução com os seus maiores doadores, já que seus orçamentos operacionais dependem de aportes voluntários, observo que o reconhecimento de países que contribuem de maneira difusa para a proteção internacional, seja como anfitriões de grande número de refugiados, com o compartilhamento de boas práticas ou com esforços para modernizarem suas legislações nacionais, tem se traduzido em maior peso político nos foros genebrinos. Conversas mantidas com interlocutores da Missão, permitem-me inferir que o envolvimento construtivo do Brasil na resposta à crise venezuelana, assim como o sistemático empenho para contribuir, com dinamismo, aos desafios humanitários contemporâneos, garantem ao país prestígio e posição de referência nos debates sobre os rumos da proteção internacional.

MEIO AMBIENTE

39. A Missão acompanha de perto a agenda das organizações e convenções de meio ambiente cujos secretariados têm sede em Genebra, a saber:

Convenção sobre o Comércio Internacional de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)

40. Como país megadiverso, o Brasil tem interesse na regularização do comércio internacional da fauna e da flora, o que implica o acompanhamento cuidadoso dos temas tratados multilateralmente no âmbito da CITES. Em agosto de 2018, chefiei a delegação brasileira na COP-18, durante a qual o Brasil manteve estreita coordenação com os países do GRULAC. Ao final da COP-18, o Brasil foi confirmado para exercer a função de representante alterno da América do Sul, posição que legitima as credenciais do país junto aos demais membros da Convenção.

Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas

41. A Missão tem logrado defender temas de interesse do país nas reuniões do Comitê Permanente, ainda que o Brasil integre a Convenção na qualidade de observador. Nesta condição, O Brasil participou da 54ª reunião do CP (abril de 2018) e, na qualidade de coordenador GRULAC-meio ambiente em Genebra, foi convidado a presidir as reuniões de coordenação das Américas. Os encontros regionais constituíram, ademais, oportunidade para a delegação brasileira antecipar e buscar apoio a pontos de interesse do país na agenda.

Convenções de Químicos e Resíduos (Basileia, Estocolmo, Roterdã)

42. O Brasil é Parte das três Convenções desde sua entrada em vigor e desenvolveu ampla estrutura para a governança da segurança química. Durante minha gestão, chefiei a delegação brasileira à COP - tripla, em maio de 2019, que reune as conferências das partes das três convenções. Na oportunidade, DELBRASGEN, conforme instruções, atuou de forma a resguardar os dispositivos das convenções contra tentativas de flexibilização dos controles criados. O Brasil tem defendido que a implementação efetiva das ações de países em desenvolvimento dependerá diretamente do cumprimento das obrigações de financiamento e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos.

Convenção de Minamata sobre Mercúrio

43. DELBRASGEN somou-se aos esforços que alçaram o Brasil à posição de protagonismo para incluir, no texto da Convenção, dispositivos sobre a concessão de recursos financeiros, assistência técnica e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento. Durante a COP-3 (novembro de 2019), os principais interesses e preocupações brasileiros foram satisfatoriamente atendidos e o GRULAC endossou a candidatura do Secretário Pedro Piacesi para mandato de 2 anos junto ao Comitê de Administração do Programa Internacional Específico ("SIP", em inglês).

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)

44. A Missão tem acompanhado as discussões sobre o planejamento estratégico do Painel, cuja vice-presidência é exercida pela brasileira Thelma Krug, a fim de assegurar que os temas tratados não ensejam compromissos adicionais da parte dos países em desenvolvimento, sem que haja contrapartida dos países desenvolvidos. Nesse sentido, o Brasil tem defendido neste e em outros foros o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, sempre que há tentativa, por parte dos países desenvolvidos, em transferir a responsabilidade das ações voltadas para a questão da mudança do clima.

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

45. O Brasil é membro da OMM desde seu estabelecimento, em 1950, e segue comprometido com a instituição. Durante minha gestão, destaco a realização do 18º Congresso Meteorológico Mundial (junho de 2019), em que o representante permanente do Brasil junto à OMM, Carlos Edson Gomes, foi eleito, por consenso, para uma das vagas do Conselho Executivo. O Dr. Antonio Divino Moura, então Diretor do INMET, por sua vez, foi reeleito como primeiro vice-presidente e agraciado com o Prêmio IMO de Meteorologia, por sua trajetória de dedicados trabalhos de pesquisa científica. Entendo que a reeleição e a premiação do Dr. Divino Moura representam reconhecimento do espaço ocupado pela meteorologia brasileira no principal foro internacional sobre a matéria.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Grupo de Observação da Terra (GEO)

46. Membro fundador do GEO, o Brasil participou ativamente do seu processo de consolidação e de implementação do Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS, na sigla em inglês), e, nesse contexto, defende política de distribuição livre e gratuita de dados de satélites. O Dr Gilberto Câmara, ex-diretor do INPE, ocupa o cargo de diretor do secretariado do GEO, desde 2018, e tem mantido boa interlocução com a Missão. DELBRASGEN acompanha regularmente as deliberações do organismo. Durante minha gestão, recebi diversos representantes de órgãos da administração pública federal que integram o Grupo, aos quais foi prestada assistência logística e substantiva.

Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN)

47. Existe longa e produtiva relação entre o CERN e a comunidade científica brasileira, a qual ensejou o interesse em promover a acesso do país à organização na qualidade de membro associado. Com esse objetivo, durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, mantive encontros com a DG Fabiola Gianotti em que o interesse recíproco de associação do Brasil ao CERN foi reiterado. Nesse contexto, minuta de acordo foi transmitida à consideração do Governo brasileiro. Como estado membro associado, o Brasil poderia beneficiar-se de acesso a tecnologias

de ponta, barateamento e aprimoramento de tecnologias de saúde, vendas de produtos e serviços brasileiros, fornecimento de matérias-primas, como o nióbio, e cooperação educacional, aeroespacial e científica. Poderia, ainda, contribuir para elevar a competitividade comercial e econômica do país e impulsionar investimentos. A contribuição anual obrigatória seria da ordem de USD 13,5 milhões.

48. Em junho de 2019, tive a honra de acompanhar a visita do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, às instalações do CERN. A visita configurou ponto de inflexão nas tratativas para adesão do Brasil àquela organização, porquanto permitiu retomar o processo negociador em novos termos. A nova minuta de acordo está, no momento, sob análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty. Tendo em conta o impacto da crise sanitária da Covid-19 sobre o planejamento original relativo às etapas internas a serem cumpridas para a eventual adesão, DELBRASGEN manteve intercâmbio regular com a SERE e interlocutores do MCTI para promover a elaboração de novo cronograma de ações com vistas a avançar o processo. O novo cronograma foi comunicado pela DG ao Conselho do CERN, em setembro passado.

SAÚDE

49. Sede da Organização Mundial da Saúde (OMS), Genebra está no centro da chamada arquitetura global da saúde. Aqui também estão localizadas ou atuantes várias outras organizações e entidades governamentais, híbridas ou não-governamentais da área sanitária, a exemplo do UNAIDS, da UNITAID, do Fundo Global para luta contra HIV/AIDS, da Aliança GAVI para vacinas, da Parceira STOP TB (tuberculose), entre muitas outras.

50. No que concerne aos organismos com participação governamental, o Brasil é membro fundador da OMS (criada em 1948) e da UNITAID, assim como é um dos mais assíduos membros do Conselho de Coordenação de Programas do UNAIDS. Cabe à DELBRASGEN a representação primária do Brasil nos órgãos de governança e nos debates dessas organizações.

51. Além disso, esta Missão Diplomática tem ampla interlocução com outros atores relevantes da cena genebrina da saúde, em especial com a GAVI (para a qual o Brasil contribui, anualmente, com USD 1 milhão para financiar projetos de imunização em países de renda baixa ou média, nos termos da Lei n. 12.413, de 2011), com o Fundo Global (instituição cujo orçamento é quase três vezes superior ao da OMS e que tem sinalizado crescente interesse em maior interação com os BRICS) e com a Parceria STOP TB.

52. Com seus 194 estados membros, a OMS é, sem dúvida, a organização que demanda maior atenção do Brasil neste contexto. Ao longo dos últimos quatro anos, esta Missão pode promover – e influenciar, em conformidade com nossos interesses nacionais – uma intensa agenda de transformações da organização, que se pode dividir em um antes e um depois da pandemia de COVID-19.

53. No transcurso de minha gestão nesta Missão, a relevância que o Brasil atribui à OMS se manifestou também em visitas de trabalho de três Ministros da Saúde por ocasião das edições da Assembleia Mundial da Saúde de 2017, 2018 e 2019 (na de 2020, por conta da pandemia, a participação ministerial deu-se em modo virtual). Por ocasião das visitas ministeriais, pude organizar extensa programação de trabalho em que as autoridades brasileiras presidiram reuniões com países do BRICS, da CPLP e da Iniciativa “Política Externa e Saúde Global”. Tais oportunidades deram relevantes impulsos a linhas e projetos de cooperação internacional no domínio da saúde pública.

54. No pré-pandemia, vale destacar a eleição, em 2017, do DG Tedros Adhanom, primeiro nacional africano a ocupar essa posição. Em reconhecimento ao papel e peso do Brasil, Tedros convidou-me, no início de sua campanha, para integrar núcleo político informal para seu aconselhamento. O Brasil foi, aliás, o único país não-africano a participar daquele grupo. O DG sempre se manifestou como grande admirador do SUS e visitou o nosso país, em 2018, a convite do então Ministro da Saúde, Ricardo Barros. Em reconhecimento à contribuição do Brasil à sua eleição, Tedros nomeou a brasileira Mariângela Simão para a importante função de Diretora-Geral-Ssistente para Acesso a Medicamentos (o país não ocupava posto tão elevado na burocracia da OMS desde a década de 1970, quando o mais longevo dos seus DGs, o dr. Marcolino Candau, completou mais de 20 anos à frente do secretariado).

55. Como membro titular do Conselho Executivo da OMS entre 2017 e 2019, o Brasil desempenhou papel de relevo nas discussões e negociações sobre o Programa Geral de Trabalho da OMS e sua agenda de transformação. Tive a honra, durante esse período, de presidir aquele órgão de governança da OMS, em nome do Brasil, entre maio de 2018 e maio de 2019 (a terceira vez, nos mais de 70 anos da OMS, em que a responsabilidade tocou ao país). Para além de funções rotineiras do Conselho, pude conduzir, naquele contexto, negociações intergovernamentais sobre reforma da governança da OMS. Nesta oportunidade, foi possível vencer vários anos de impasse e oferecer resultados inovadores para uma melhor gestão da Organização. Tal reforma inaugurou práticas inovadoras e lançou as bases para possíveis aprimoramentos adicionais no futuro. Ainda na condição de presidente do Conselho Executivo da OMS, pude mediar questões sanitárias de viés político entre Israel e Palestina.

56. Outro ponto a realçar no período coberto por este relatório tem a ver com a criação do Dia Mundial da Doença de Chagas, capitaneada pelo Brasil e ratificada pelos órgãos de governança da OMS (não sem alguma resistência de países ricos e setores do secretariado), quando exercíamos a presidência do Conselho Executivo. Ao consagrar o 14 de abril para uma maior conscientização da comunidade internacional sobre este grave problema de saúde, particularmente agudo entre as populações mais pobres nas Américas e em expansão em outras regiões, o Brasil também logrou que a OMS reconhecesse o papel de um grande cientista nacional – Carlos Chagas. Em 2020, celebrou-se a primeira edição desse Dia Mundial, com envolvimento do DG, desta Missão, do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no caso do Brasil, além de muitos outros atores governamentais e não-governamentais interessados.

57. Também como membro titular do Conselho, esta Missão pôde, em representação do país, promover a agenda de acesso a medicamentos na OMS, em busca de iniciativas que, de modo

construtivo e baseadas no diálogo entre diferentes perspectivas sobre o assunto, ajudem a garantir o mais amplo acesso à saúde para todos e, ao mesmo tempo, a sustentabilidade dos sistemas de saúde no longo prazo. Como a pandemia de COVID-19 demonstra, sistemas resilientes são essenciais para preservar vidas e meios de subsistência. Parte fundamental de tal resiliência depende da capacidade do setor da saúde para prover-se dos meios (medicamentos e outros produtos médicos), cujos preços, no entanto, são crescentes e, para as terapias mais avançadas, muitas vezes proibitivos – para países ricos e pobres. Trata-se de tema particularmente crucial para países, como o Brasil, que têm sistemas públicos de saúde de acesso universal e gratuito.

58. Dentro desse esforço, cumpre salientar o papel da Missão na negociação de decisões do Conselho Executivo e da Assembleia Mundial da Saúde, entre 2017 e 2020, sobre a implementação da Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (vigente até 2022), que articula várias ações a cargo do secretariado da OMS e dos estados membros para incentivar maior nível de acesso a medicamentos, em combinação com iniciativas para resguardar direitos e flexibilidades na intersecção entre o direito à saúde, propriedade intelectual e inovação científica e tecnológica.

59. Também é digna de registro específico a contribuição político-diplomática do Brasil em Genebra para que a OMS pudesse levar a bom termo o chamado “Mapa do Caminho” sobre acesso a medicamentos, iniciativa (liderada pelo Diretor-Geral e pela dra. Mariângela Simão) que visou a melhor coordenar diversos mandatos e responsabilidades do secretariado nesse contexto. Em certo momento, o governo brasileiro esteve a ponto de fazer contribuição financeira para essas atividades, gesto que me parece ainda muito relevante e meritório, caso as condições fiscais do país também o permitam.

60. Ainda na fase pré-pandemia, vale salientar a atuação desta Missão Diplomática para a eleição, em julho de 2017, do sr. Guilherme Costa, funcionário de carreira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a presidência da Comissão do “Codex Alimentarius” (instância conjunta da OMS-FAO, que estabelece padrões de sanidade alimentar, essenciais para a produção de alimentos e para o comércio internacional).

61. A superveniência do novo coronavírus no romper de 2020 inaugura uma nova fase para a OMS e impõe-lhe desafios imensos e inéditos. Aqui também, a polarização EUA – China a que fiz referência mais acima adquiriu contornos concretos – e cruciais para a atuação da OMS.

62. A Organização buscou mobilizar apoio político-diplomático e financeiro para conter a dispersão do vírus e desenvolver soluções (vacinas, medicamentos, diagnósticos) para enfrentá-lo. Por pressão dos estados membros, a OMS também deu início a investigação sobre sua atuação na resposta ao novo coronavírus. Para tanto, estão em marcha o Painel Independente sobre Prontidão contra Pandemias e o comitê de revisão sob o artigo 50 do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que deverão apresentar relatórios finais e recomendações à Assembleia Mundial da Saúde de 2021.

63. É nesse contexto que despontam propostas de países para uma reforma da OMS. O Brasil, ao lado dos EUA, é um dos atores de destaque, juntamente com Alemanha, França, Chile, Coreia do Sul e Grupo Africano, que também circularam propostas concretas sobre como aprimorar a

Organização. Os próximos meses deverão confirmar em que medida ou direção o processo evoluirá. DELBRASGEN tem participado de reuniões informais, promovidas pela União Europeia, para intercâmbio sobre possíveis convergências entre as diferentes sugestões substantivas. Também veiculamos, em nome do Brasil, as perspectivas nacionais sobre essa discussão da reforma, por ocasião da 5ª sessão especial do Conselho Executivo da OMS, em 5 e 6/10, e da retomada da 73a sessão da Assembleia Mundial da Saúde, entre 9 e 14/11.

64. Na vertente de desenvolvimento de soluções e tecnologias contra o Sars-CoV-2, a OMS tem buscado implantar mecanismos e parcerias com o propósito duplo de acelerar a produção de vacinas, medicamentos e diagnósticos e garantir que sejam distribuídos de forma equitativa para todos. Em abril de 2020, foi lançado o chamado “ACT Accelerator”, sob a liderança do DG Tedros e da presidente da Comissão Europeia. Reúne países e entidades internacionais (OMS, Banco Mundial, GAVI, Fundo Global, UNITAID, etc.) em torno de 4 pilares: vacinas, testes-diagnósticos, medicamentos e fortalecimento dos sistemas de saúde. Tem o objetivo de distribuir, até o fim de 2021, 2 bilhões de doses de vacinas, 245 milhões de regimes de tratamento e 500 milhões de testes-diagnósticos para países de renda baixa ou média. Para tanto, o “ACT Accelerator” requer investimentos de USD 30 a 40 bilhões nos próximos 2 anos (até o momento, apenas cerca de 10% já teriam sido arrecadados).

65. Apesar de não ter sido convidado para o lançamento do “ACT Accelerator” (à época muito sob a ascendência de países europeus), o Brasil veio a ser confirmado, pela OMS, como um dos 27 membros governamentais do “Conselho de Facilitação”, instância máxima de governança da iniciativa, com a responsabilidade de dar orientações estratégicas e impulso político a sua agenda. Foram realizadas duas reuniões do mecanismo. O Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, representou o Brasil na reunião inaugural do Conselho, em setembro de 2020, ao passo que tive o privilégio de ser a chefe da nossa delegação à 2ª reunião, em 3/11.

66. A Missão em Genebra também tem apoiado, mediante gestões junto às autoridades e instituições relevantes, os esforços do governo brasileiro no âmbito da “COVAX Facility”, mecanismo desenvolvido no pilar de vacinas do “ACT Accelerator” para viabilizar a produção e a distribuição equitativa. Em setembro de 2020, o Brasil confirmou sua adesão, com vistas a adquirir doses em número suficiente para imunizar 10% da população nacional. Isso se combina com nossos esforços bilaterais com companhias farmacêuticas específicas, que dispõem de projetos de vacinas nas etapas mais avançadas de testes clínicos, sob acordos que também preveem transferência de tecnologia para o país.

67. Ilustra nossas credenciais na luta contra a pandemia o convite da OMS para que o Brasil participasse de suas iniciativas de coordenação de testes clínicos em matéria de medicamentos e, mais recentemente, de vacinas, os chamados “Testes de Solidariedade”. Em ambos os casos, o Ministério da Saúde confirmou a disposição brasileira para somar-se a tais esforços, que tencionam acelerar a aquisição de conhecimento científico e clínico sobre as melhores opções médicas para debelar a pandemia.

68. No mesmo espírito, ressalto que o Brasil é membro desde o lançamento, em maio de 2020, do “Chamado à Ação” pelo compartilhamento de dados e conhecimentos sobre soluções tecnológicas

contra a COVID-19 (ou C-TAP), iniciativa originalmente proposta pelo presidente da Costa Rica e propulsada pelo DG Tedros, com apoio de mais de 40 países (em sua maioria, latino-americanos) e da sociedade civil. O objetivo central seria promover licenciamento voluntário de direitos de propriedade intelectual que tenham relevância para o combate à pandemia e, assim, estimular, na prática, uma disseminação maior das capacidades produtivas ao redor do mundo.

69. Em meus contatos com os diversos interlocutores envolvidos nessas iniciativas, dentro ou fora do “ACT Accelerator”, tenho divulgado as medidas sanitárias, sócio-econômicas e científico-tecnológicas do Brasil no enfrentamento do vírus e de suas consequências sobre a renda, o emprego, a atividade econômica e o bem estar do povo brasileiro. Como tenho informado, detecto – no âmbito da saúde - uma grande expectativa e confiança nas capacidades de pesquisa e de produção do Brasil para ser partícipe ainda mais decisivo no plano internacional em matéria de vacinas, diagnósticos e futuros medicamentos.

70. A recente reaceleração da pandemia na Europa, após aparente sucesso na dita primeira onda, parece-me um alerta muito importante de que o mundo deverá permanecer vigilante e redobrar os esforços para identificar, com a urgência requerida, os melhores meios para lutar contra o vírus e permitir um retorno à normalidade. Este constitui, a meu juízo, o principal desafio para a OMS nos próximos meses ou anos e, por consequência, à maneira pela qual os estados membros, Brasil incluído, se relacionarão com a Organização.

71. Em paralelo aos esforços para viabilizar as ferramentas que venham a ser desenvolvidas ou identificadas sob o “ACT Accelerator” e, sobretudo, para que possam ser, de fato, distribuídas com um mínimo de equidade, como esta Missão tem insistido em afirmar e promover, a OMS continuará a ver-se confrontada com o imperativo de reformar-se, para atender as expectativas do conjunto de seus membros. Terá de reavaliar métodos de trabalho e meios de financiamento. O Brasil deverá manter-se atento à evolução desse debate, sobretudo para que não venha a resultar no aprofundamento de assimetrias na governança da OMS, calcadas no fato de que quase 90% de seu orçamento é financiado por contribuições voluntárias de países desenvolvidos e fundações filantrópicas (como a Fundação Gates, segundo maior contribuinte voluntário, atrás apenas dos EUA).

72. Também em olhar prospectivo, o Brasil deverá seguir participando da reconformação da agenda internacional da saúde, de modo a que imperativos legítimos de prontidão e resposta a emergências sanitárias não se vejam capturados ou instrumentalizados para ações que nada ou muito pouco tem a ver com a promoção da saúde pública. Refiro-me, aqui, a tentativas de que aspectos de segurança dominem ou monopolizem os debates multilaterais sobre saúde, em detrimento de temas como cobertura universal, acesso a medicamentos, doenças tropicais negligenciadas, entre outros, de especial relevância para a sociedade brasileira. Nesse contexto, parece-me igualmente relevante que o Brasil mantenha-se atuante nos debates sobre resistência antimicrobiana, que têm implicações diretas e significativas sobre setores dinâmicos da economia nacional, como agricultura e pecuária.

73. A crescente imbricação da saúde com agendas comportamentais – por via da luta contra as doenças não-transmissíveis e no campo da saúde sexual e reprodutiva – também aponta para

importantes interrogantes sobre como a OMS se relacionará com os estados-membros em áreas que estão longe de ser uncontroversas (inclusive no Brasil). Entre elas, poderiam destacar-se medidas econômicas, comerciais e tributárias sobre produtos como açúcar, bebidas, carnes vermelhas; além de recomendações sobre políticas públicas nacionais para as quais diferenças em matrizes socioculturais estariam no cerne da aplicabilidade de determinados padrões a todos os contextos. Para encontrar as respostas mais adaptadas às circunstâncias e interesses do país, o Brasil deverá continuar a incentivar a OMS a respeitar os mandatos coletivamente estabelecidos pelos estados membros, ao tempo em que aperfeiçoa suas formas de relacionamento com interlocutores da sociedade civil e do setor privado.

UNITAID

74. DELBRASGEN também vem mantendo elevado perfil de participação no âmbito da Unitaid, instituição cujo principal objetivo é apoiar o desenvolvimento e a disseminação de práticas e produtos inovadores contra HIV/AIDS, tuberculose e malária. A entidade apoia, ademais, projetos em áreas correlatas ou transversais, como projetos associados a direitos de propriedade intelectual (em que a criação do “Medicines Patent Pool” é o principal sucesso), saúde materna, neonatal e infantil, câncer cervical em pessoas vivendo com HIV, entre diversas outras “áreas de intervenção”. Desde 2017, quando retomei minhas funções em DELBRASGEN, assumi cadeira do Brasil, como membro fundador, no Conselho Executivo da organização. Em 2019, o Brasil foi escolhido para a vice-presidência do Conselho, na pessoa da representante permanente alterna desta Missão, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

75. No âmbito do “Grupo de Trabalho sobre Governança”, esta Missão participou ativamente do processo de renovação institucional da Unitaid, com modernização do marco institucional e dos métodos de decisão, funcionamento e monitoramento de projetos.

76. Foram promovidos por DELBRASGEN encontros entre os Ministros da Saúde que fizeram visitas de trabalho a Genebra em 2017, 2018 e 2019 e o diretor-executivo da Unitaid. Em fevereiro de 2018, a Missão organizou missão do então secretário-executivo do Ministério da Saúde a esta cidade, com foco em diálogo com a UNITAID.

77. Durante minha gestão, o Brasil beneficiou-se especificamente de projeto na área de prevenção pré-exposição (PrEP), com implementação pelo Ministério da Saúde. Esta Missão também se empenhou pela criação do mecanismo denominado “UnitaidExplore”, para acomodar projetos de interesse em novas áreas – como a Doença de Chagas, que conta com proposta de projeto aprovada pelo Conselho e aporte financeiro do Ministério da Saúde.

78. A Unitaid vem logrando atuar de maneira destacada no esforço internacional de combate à pandemia da COVID-19. O Conselho da organização mobilizou recursos da ordem de USD 35 milhões, e o secretariado trabalha com parceiros – em especial no âmbito do “ACT-Accelerator”.

79. Último desdobramento a registrar foi a nomeação, em outubro de 2020, do novo diretor-executivo da Unitaid, o francês Philippe Duneton. Há expectativa de que o cargo de vice-diretor-executivo venha a ser ocupado pelo Brasil.

UNAIDS

80. Com um programa de enfrentamento ao HIV/AIDS que é referência internacional, o Brasil tem tido participação ativa nos trabalhos do Programa Conjunto das Nações Unidas para o assunto – o UNAIDS. Como assinalei mais acima, o país é um dos mais frequentes membros da instância de governança do Programa Conjunto. Exercemos atualmente novo mandato, até 2021, numa das 3 vagas reservadas à região da América Latina e Caribe. A Missão em Genebra, em conjunto com o Ministério da Saúde, representa o Brasil perante o UNAIDS e junto ao Conselho de Coordenação de Programas.

81. A exemplo do contexto mais geral na OMS, no UNAIDS o Brasil também tem na questão do acesso a medicamentos uma das prioridades de sua atuação diplomática. Cabe notar que, por impulso de países desenvolvidos que são importantes contribuintes voluntários do UNAIDS, nem sempre aquela questão recebe a atenção e prioridade que deve ter. Outras pautas, sob a alegação de que o Programa Conjunto precisa recentrar-se para a dimensão de promoção dos direitos humanos, têm sido privilegiadas pelo secretariado, em especial sob a gestão da atual diretora-executiva, Winnie Byanyima, egressa da ONG britânica OXFAM. Isso apesar de que o acesso a tratamentos antirretrovirais ainda constitui o principal desafio real nos países com maior taxa de incidência de HIV/AIDS, em particular na África subsaariana.

82. Recentemente marcado por denúncias de assédio sexual e moral no secretariado (que resultaram na saída antecipada do predecessor de Byanyima, o malinense Michel Sidibé), o UNAIDS estaria buscando reafirmar seu espaço na constelação de entidades da saúde internacional e, assim, recuperar a capacidade de mobilizar recursos financeiros para a luta contra o HIV/AIDS, em meio a acirrada competição de outros organismos e de outras prioridades (a última delas, a COVID-19).

83. Enquadro nesse movimento o empenho atual do secretariado em impulsionar pautas e aspectos que atraem atenção de países doadores, como os escandinavos, britânicos e neerlandeses, mas não necessariamente condizem com mandatos-chave do Programa Conjunto estabelecidos por decisão coletiva de seus membros. A título de exemplo que teve implicação direta para o Brasil, registro que, em agosto de 2020, o secretariado – por iniciativa própria, sem consultas com os países interessados – lançou relatório, em nome do UNAIDS (apesar de elaborado por universidade norte-americana), com metodologia insustentável e críticas infundadas sobre medidas adotadas pelo Brasil (entre outros poucos países latino-americanos e africanos) para combater a pandemia da COVID-19, por supostamente ferirem direitos de pessoas que vivem com HIV/AIDS. Em nome do Brasil, a Missão em Genebra, em coordenação com os demais países interessados, contestou as bases e implicações do relatório, assim como tem buscado incentivar debate do órgão de governança sobre os devidos parâmetros para atuação do secretariado.

84. Ainda no domínio da saúde internacional, a Missão em Genebra tem a incumbência de representar o Brasil nas articulações com os demais países integrantes da Iniciativa “Política Externa e Saúde Global” (ou FPGH, na sigla em inglês pela qual é conhecida): África do Sul, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia. Lançada em 2007, a FPGH tem sido um grupo de referência na cena multilateral, em Genebra e em Nova York, na promoção do debate sobre as intersecções entre diplomacia e saúde pública. Em ilustração do apreço do Brasil pela iniciativa, recordo a participação Ministro de Estado Ernesto Araújo na reunião de Chanceleres que a Indonésia promoveu no último dia 3 de setembro.

85. No período de minha atual gestão à frente da Missão, tocou ao Brasil presidir a FPGH em 2018, ano em que escolhemos o tema de saúde e nutrição como eixo das ações e intercâmbios da Iniciativa. Naquele contexto, DELBRASGEN organizou, em maio de 2018, o tradicional café-da-manhã de trabalho dos Ministros da Saúde à margem da Assembleia Mundial da Saúde, com a presença do então ministro Gilberto Occhi. Na sede da OMS, promovemos também, em novembro de 2018, seminário de especialistas dos 7 países da FPGH sobre políticas nacionais em matéria de nutrição e saúde. Ainda naquele ano, lideramos a negociação em Genebra do projeto de resolução anual da FPGH para posterior finalização e aprovação, em Nova York, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), igualmente dedicado a nutrição e saúde.

86. Como de praxe, esta Missão também subsidiou e implementou a atuação diplomática do Brasil nas presidências “pro tempore” da França (2019) e da Indonésia (2020). Coube-me a honra de representar o Brasil na reunião virtual de ministros da saúde da FPGH, em maio passado, à margem da 73^a sessão da Assembleia Mundial da Saúde.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

87. A Missão em Genebra é responsável por defender os interesses do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o país é membro fundador. Nos últimos 4 anos, tem sido das tarefas mais desafiadoras nesta Missão Diplomática e para o país no domínio das normas internacionais do trabalho. Desde o início, em 2016, da discussão no Parlamento brasileiro sobre os projetos de modernização da CLT até o presente, tem sido intensa e permanente a mobilização do variado e maleável arsenal do sistema de supervisão normativa da OIT para críticas e contestações ao novo quadro legal interno e às opções de política econômica do Brasil.

88. O Congresso Nacional ainda discutia os projetos que culminariam na Lei n. 13.467, e comitês e setores do secretariado da OIT já sinalizavam, a pedido de sindicatos nacionais e confederações internacionais, com a perspectiva de incluir o Brasil em lista de países infratores de convenções internacionais do trabalho, como a n. 98 (sobre negociação coletiva). Em reação a esse movimento, o então Deputado Rogério Marinho, relator da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, veio a Genebra em maio de 2017 e, com o apoio desta Missão, empreendeu gestões junto a extensa lista de interlocutores governamentais e dos parceiros sociais, a fim de esclarecer os propósitos das mudanças em curso no Legislativo brasileiro e sua plena compatibilidade com as obrigações

internacionais do Brasil. Logramos evitar, naquela oportunidade, que o país se visse questionado – indevidamente – na Comissão de Aplicação de Normas (CAN) da Conferência Internacional do Trabalho daquele ano (CIT).

89. De forma contínua, DELBRASGEN deu seguimento a contatos com atores relevantes, à medida que o país rumava para a entrada em vigor do novo marco legislativo laboral, o que se deu em novembro de 2017. Meras duas semanas depois, o Comitê de Especialistas da OIT sobre Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR) – sobre bases e metodologias, no mínimo, frágeis – considerou, de forma extemporânea, que a reforma trabalhista infringiria a Convenção n. 98. Com base nessa avaliação, o Brasil foi incluído na lista de casos da CAN em 2018, não obstante amplo esforço de esclarecimento que mobilizou o conjunto do governo brasileiro e representantes sindicais patronais.

90. Sem nenhuma novidade ou justificativa legítima, o país foi levado, novamente, à Comissão de Aplicação de Normas em 2019, sob as mesmas alegações de infração ao princípio fundamental da negociação coletiva, tal como inscrito na Convenção n. 98 da OIT.

91. Nessas duas oportunidades, esta Missão assessorou, durante as sessões da CAN, o Ministro do Trabalho (2018) e o Secretário do Trabalho (2019) na apresentação, de forma objetiva e cabal, das razões pelas quais a Lei n. 13.467, em conjunto com a Constituição de 1988, não só não viola a negociação coletiva, como também serve, em realidade, de incentivo a ela no Brasil. Notamos, ao mesmo tempo, que o novo marco jurídico preserva o conjunto de direitos dos trabalhadores brasileiros, em nível constitucional, circunstância de que poucos outros países – desenvolvidos, inclusive – dispõem. As partes reclamantes e seus apoiadores limitaram-se a reiterar argumentos juridicamente contestados e, sobretudo, a politizar a questão, com críticas que não raro extrapolavam o domínio das relações trabalhistas. Nos dois anos, a Comissão de Aplicação de Normas fez apenas recomendações gerais e pedidos de informações factuais adicionais ao governo brasileiro, sem qualquer sinal de condenação ou recriminação à reforma trabalhista.

92. Apesar disso, continuam a multiplicar-se as petições e queixas ao Comitê de Especialistas para que, uma vez mais, se pronuncie em desfavor da Lei n. 13.467, no seu relatório relativo a 2020 (a ser emitido em fevereiro próximo). Ao mesmo tempo, é preciso notar, são evidentes as resistências na Organização, por parte do seu secretariado e da bancada dos trabalhadores, para dar seguimento ao exame das queixas apresentadas contra o regime Maduro na Venezuela, assunto discutido mais adiante.

93. Cabe notar que o relatório do CEACR é o substrato de que se valem as bancadas trabalhadora e empregadora na OIT para a confecção das listas de casos da CAN. Quanto à elaboração dessas listas, é preciso reiterar que o processo exclui qualquer envolvimento dos governos, apesar da retórica da Organização sobre o tripartismo como base de sua ação e legitimidade.

94. Não está demais lembrar também que os especialistas que integram o CEACR são, na prática, escolhidos pelo secretariado, ao largo dos órgãos de governança da OIT e ao arrepio de qualquer outro processo seletivo em qualquer outro organismo do sistema das Nações Unidas. Nessas condições, um escrutínio sobre as credenciais e visões daqueles especialistas fica ao quase inteiro critério do secretariado, e não dos membros da Organização.

95. Nessas condições, não surpreende que o sistema de supervisão normativa da OIT esteja longe de seguir os melhores critérios de transparência, objetividade e imparcialidade, o que o Brasil, também por intermédio da Missão em Genebra, tem feito notar e procurado sanar.

96. DELBRASGEN tem buscado incentivar discussões e aprimoramentos do sistema normativo da OIT, para que suas decisões sejam mais legítimas e transparentes, para o conjunto dos mandantes tripartites. O Brasil tem contado com o empenho da região da América Latina e Caribe (GRULAC) e alguns poucos outros países, como Egito e Índia, nessa direção. Países europeus e os EUA percebem o sistema normativo da OIT – que quase nunca os questiona – como importante instrumento de pressão sobre determinados outros países e como mecanismo para equalizar condições de competição econômica em nível internacional. Por sua vez, as bancadas trabalhadora e empregadora encontram nas regras e práticas vigentes todos os incentivos para manter o “status quo” na Organização. Na mesma linha, está o secretariado, que dispõe de ampla margem de manobra própria, contanto que esteja alinhada aos interesses dos parceiros sociais. A essa luz, mudanças – por relevantes e justificadas que sejam – sofrem grande resistência, e não tem sido diferente com as várias propostas do Brasil e do GRULAC para, ao menos, tornar o sistema menos enviesado.

97. Mesmo nesse quadro complexo, o Brasil tem conseguido manter-se como uma das principais vozes nos debates na OIT. Além de nossa condição de membro permanente do Conselho de Administração da OIT, exercemos a coordenação regional do GRULAC de 2018 a 2019, período em que esta Missão Diplomática teve a oportunidade de conduzir, pela região, as negociações da Declaração do Centenário da OIT, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho de 2019. Nessa qualidade, o Brasil dispôs de condições privilegiadas para, em consenso com a nossa região, avançar perspectivas de interesse dos nossos países, em matéria, por exemplo, de emprego decente, formalização, capacitação profissional, emprego juvenil e reforma do sistema normativo da OIT. Também como coordenador regional do GRULAC, DELBRASGEN desempenhou importante papel facilitador nas negociações da Convenção n. 190, de 2019, sobre assédio e violência no mundo do trabalho (a mais recente do acervo normativo da OIT).

98. Ao concluir o mandato à frente da coordenação regional, o Brasil foi escolhido para ser vice-presidente do Grupo de Governos da OIT entre 2019 e 2020. O Grupo reúne os coordenadores regionais e funciona como plataforma para formulação de possíveis posições conjuntas da bancada governamental nas reuniões do Conselho de Administração da OIT e da Conferência Internacional do Trabalho.

99. O país tem sido vocal, ainda, contra as violações a normas basilares da OIT por parte do regime de Nicolás Maduro. Em conjunto com outros países do Grupo de Lima e com a bancada empregadora, o Brasil foi um dos incentivadores a que se estabelecesse comissão de inquérito, ao amparo do artigo 26 da Constituição da OIT, para examinar as queixas de violações a Convenções da organização pela Venezuela. Criada em 2018, a Comissão emitiu recomendações em setembro de 2019, com severas críticas ao regime ilegítimo. Representantes de Maduro rechaçaram as recomendações, que não implementarão, o que sujeita a Venezuela a possíveis sanções pela Conferência Internacional do Trabalho. Discute-se agora como o Conselho de Administração acionará a Conferência para que disponha sobre as medidas aplicáveis ao caso. O Grupo de Lima,

alguns países europeus e a bancada empregadora preconizam resposta contundente da OIT, à luz da gravidade das violações identificadas pela Comissão de Inquérito.

100. Também entre destaques positivos, cabe registrar que o Brasil e a OIT mantêm importante programa bilateral de cooperação Sul-Sul e trilateral, com iniciativas na área de trabalho infantil em setores como produção de tabaco e de algodão, em parceria com países latino-americanos, africanos e asiáticos.

101. Em área correlata à do trabalho, saliento, igualmente, o esforço empreendido pela Missão em Genebra para a eleição, em 2019, do sr. Marcelo Caetano ao cargo de Secretário-Geral da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), também sediada nesta cidade. É a primeira vez que um nacional brasileiro ocupa a função.

102. Olhando-se para o futuro, entendo que os principais desafios para o Brasil na OIT estarão relacionados a duas ordens de assuntos:

(i) o tratamento que o país receberá no âmbito do sistema de supervisão normativa, em temas como reforma trabalhista e povos indígenas e tribais (a OIT, como é de conhecimento, tem a Convenção n. 169, principal norma de direito internacional vinculante sobre o assunto, embora ratificada por apenas 23 países, 15 dos quais da América Latina e Caribe, após mais de 30 anos de sua negociação); e

(ii) a implementação da Declaração do Centenário (2019) nas vertentes de (a) democratização da governança da OIT; (b) eventual transformação de normas sobre saúde e segurança ocupacionais em princípios fundamentais; e (c) promoção de maior coerência entre políticas laborais, financeiras e comerciais em nível internacional. Nesse contexto, caberá ver em que medida os impactos sociais e econômicos da pandemia de COVID-19 influenciarão na conformação da agenda de trabalho da OIT nos próximos anos. Também será oportuno identificar oportunidades para que a OIT, ao aplicar o programa lançado pela Declaração de 2019, abra espaços para outras visões e perspectivas, mais sintonizadas com os desafios contemporâneos ao mundo do trabalho.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP)

103. No período em que estou à frente desta Missão Diplomática, tive a honra e o privilégio de ter recebido visitas oficiais de cerca de 15 delegações parlamentares, para reuniões de trabalho da União Interparlamentar (UIP), aqui sediada, e no contexto de outros organismos internacionais genebrinos, como ilusto a seguir. Em todas elas, DELBRASGEN prestou a nossos congressistas o apoio cabível, em termos logísticos e substantivos. Em muitas dessas oportunidades, tive também a grata satisfação de receber os parlamentares brasileiros em atos na Residência oficial - a casa do Brasil em Genebra - para intercâmbios de trabalho e congraçamento por ocasião de resultados alcançados em suas missões.

104. A União Interparlamentar (UIP), fundada em 1889, constitui a única instituição de caráter global a reunir parlamentos nacionais. São membros da UIP 179 parlamentos, que se reúnem, em

assembleia, duas vezes ao ano. A estrutura de governança está composta por presidência (ocupada, atualmente, pelo parlamentar português Duarte Pacheco) e secretaria-geral (desde 2014, exercida pelo camaronês Martin Chungong). Cabe ao Congresso Nacional coordenar a participação do Brasil nos eventos da UIP.

105. A título de registro consolidado, listo, abaixo, as missões parlamentares às quais esta Delegação assessorou em reuniões e eventos nos últimos quatro anos:

- No âmbito da UIP:

* 138^a Assembleia, março de 2018 - compuseram a delegação brasileira os seguintes parlamentares, capitaneados pelo Deputado Átila Lins, coordenador do Grupo Parlamentar do Brasil na UIP: Senador Ciro Nogueira; Senador Antonio Anastasia; Senador Gladson Cameli; Deputada Sheridan Oliveira; Deputado Claudio Cajado; Deputado João Carlos Bacelar; Deputado Cesar Souza; Deputado Hugo Mota; e Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

* 139^a Assembleia, outubro de 2018 - a delegação parlamentar do Brasil, novamente liderada pelo Deputado Átila Lins, foi integrada pelos seguintes congressistas: Senador Ciro Nogueira; Deputada Iracema Portela; Deputado Claudio Cajado; Deputado Cabuçu Borges; Deputado Hugo Mota; Deputado Jorge Tadeu Mudalen; e Deputado Jaime Martins.

* Conferência Mundial sobre Parlamento Eletrônico, dezembro de 2018, da qual participaram, pelo Brasil, o senador Antonio Anastasia e ao então deputado Jarbas Vasconcellos. Na ocasião, a delegação brasileira fez apresentação sobre o instrumento de inteligência artificial "Ulysses", sistema desenvolvido pelo Parlamento brasileiro que permite a articulação automática de diversos dados legislativos;

* em maio de 2019, a deputada Mariana Carvalho participou, na qualidade de relatora escolhida pela UIP para o projeto de resolução "Achieving Universal Health Coverage by 2030: The role of parliaments in ensuring the right to health", de painel de debates na 72^a Assembleia Mundial da Saúde.

- No contexto de outros organismos internacionais sediados em Genebra:

* visita oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, em dezembro de 2019, quando manteve reuniões de trabalho com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Diretor-Geral da OMS e o Diretor-Geral da OIT, nas áreas de que se ocupa DELBRASGEN. Também compuseram a delegação oficial os deputados Marcos Pereira, Mário Heringer e Professor Israel Batista;

* Conselho de Lideranças da Rede Global de Legisladores em prol da Segurança no Trânsito (dezembro de 2018), com a participação do Deputado Hugo Leal;

* 21^a sessão do Comitê da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (março de 2019), do qual é membro a Senadora Mara Gabrilli;

- * 72ª Assembleia Mundial da Saúde (maio/2019): para a qual vieram, em missão oficial, a Deputada Mariana Carvalho e os Deputados Hiran Gonçalves e Juscelino Filho;
- * 108ª Conferência Internacional do Trabalho (junho/2019): a comitiva parlamentar brasileira foi integrada pelas Deputadas Professora Marciana e Rosangela Gomes; e pelos Deputados Bohn Gass e Lucas Vergilio;
- * 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (junho/2019): com a participação dos Deputados Rubens Bueno e Delegado Pablo;
- * 12ª Reunião do Mecanismo de Peritos sobre Direitos dos Povos Indígenas (julho/2019): com a presença da Deputada Joênia Wapichana;
- * 42ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (setembro/2019): na qual participaram a Deputada Erika Kokay e o Deputado Helder Salomão;
- * V sessão do GT sobre instrumento vinculante em empresas e direitos humanos (outubro/2019): a qual assistiu a Deputada Fernanda Melchionna; e
- * VIII Fórum de Empresas e Direitos Humanos (novembro/2019): do qual participou o Deputado Túlio Gadelha.

Contribuições pendentes

106. Desafio crescente e de natureza transversal refere-se ao pagamento das contribuições do Brasil para o orçamento de diversos organismos, órgãos e convenções internacionais sediados em Genebra e acompanhados por esta Missão diplomática. DELBRASGEN tem se empenhado reiteradamente junto aos interlocutores nos respectivos secretariados no sentido de informar sobre a situação fiscal complexa do País e de esclarecer que inexiste qualquer tipo de motivação política nos pagamentos em mora. Não obstante isso, atrasos prolongados trazem consigo sério risco de inclusão em listas públicas de devedores e suspensão do direito de voto do Brasil, entre outras sanções. Tal possibilidade comprometeria significativamente a capacidade desta Missão diplomática de participar em processos decisórios de interesse do Brasil nos organismos e convenções em tela, além de eventuais constrangimentos para a imagem internacional do País. A situação cria ainda dificuldades para o funcionamento regular dos organismos e foros para cujos orçamentos o Brasil é um dos principais contribuintes.

107. Sem prejuízo da importância de que também sejam considerados esforços para regularizar contribuições à Organização das Nações Unidas, tema acompanhado pela Missão Permanente em Nova York, convém citar as seguintes situações a respeito de organismos, órgãos e convenções com sede nesta cidade:

a) OIT

O Brasil é o 8º maior contribuinte para o orçamento regular da OIT. Nossas contribuições obrigatórias correspondem a 2,949% daquele orçamento.

Com o pagamento, pelo Brasil, de CHF 5.618.094, no último dia 10/12, restam pendentes nossas contribuições relativas a 2019 (CHF 14.546.406) e, parcialmente, de 2020 (CHF 11.436.855), valores que somam CHF 25.983.261.

Por termos recebido, em 2020, crédito de CHF 221.132, a título de "net premium" (receita auferida pela OIT em operações de câmbio em exercícios financeiros anteriores e redistribuída aos membros na proporção de suas contribuições), a dívida acumulada pelo Brasil em 1º/01/2021 é menor que a soma das contribuições dos últimos dois anos (2019 e 2020), o que permitirá ao Brasil manter direito a voto na OIT em 2021.

b) OMS

O Brasil é o 8º maior contribuinte para o orçamento regular da OMS. Nossas contribuições obrigatórias respondem por 2,948% daquele orçamento.

Nossa contribuição devida referente a 2019 eleva-se a USD 9.145.765,00 (nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco dólares estadunidenses) e CHF 9.109.182,00 (nove milhões, cento e nove mil, cento e oitenta e dois francos suíços). Desde 1º de janeiro último, o Brasil também se encontra em atraso em relação às contribuições regulares referentes a 2020 (USD 7.052.585,00 e CHF 7.200.689,00).

Se o Brasil não efetuar pagamentos ou propuser plano de pagamento até a 148ª reunião do Conselho Executivo, em janeiro de 2021, deverá ser listado como um dos países que poderão ter o direito de voto suspenso já na 74ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2021.

c) Unitaid

Consolidada na Lei 12.413, de 31 de maio de 2011, a contribuição anual brasileira à Unitaid é calculada com base na soma total do pagamento do equivalente a dois dólares por passageiro que embarcasse, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, tendo como parâmetro o exercício imediatamente anterior ao da contribuição.

Em função da complexidade do cálculo e da ausência de regulamentação legal que viabilize a cobrança dessa "taxa", a lei orçamentária anual no Brasil tem previsto linha orçamentária de R\$ 40 milhões para pagamento à organização. Há, ademais, descompasso entre a previsão orçamentária e os desembolsos que vêm sendo efetivamente realizados pelo Ministério da Saúde.

A última contribuição feita pelo Brasil, em dezembro de 2019, foi de R\$ 16,3 milhões, o que correspondeu a USD 4 milhões.

Encontra-se em aberto a contribuição referente a 2020.

d) Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT):

O Brasil é o 7º maior contribuinte para o orçamento regular da CQCT.

Segundo a escala de contribuições 2020-2021, o Brasil é responsável por 3,82% do total daquele orçamento.

Nossas contribuições em atraso ascendem a USD 168.334,98, assim compostos: valor residual de USD 71,98, relativo ao período 2018-2019; e primeira parcela da contribuição para o biênio 2020-2021, no valor de USD 168.263,00.

A persistência da falta de pagamento poderá sujeitar o Brasil a sanções sob a forma de perda do direito a participar das instâncias dirigentes da Convenção e de grupos de trabalho.

No que concerne ao Protocolo sobre Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, o país ocupa a 4ª posição entre os contribuintes (9,66% do total do orçamento regular).

O Brasil ainda não efetuou os pagamentos referentes ao biênio 2018-2019 e à primeira parcela da contribuição para o biênio 2020-2021. O montante total soma USD 615.528,50.

3^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2021

(nº 205/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 205

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de maio de 2021.

EM nº 00089/2021 MRE

Brasília, 13 de Maio de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **TOVAR DA SILVA NUNES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

00001.003587/2021-31



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 377/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 18 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003587/2021-31

SEI nº 2571426

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES

CPF: 342.835.101-06

ID.: 7630 MRE

1963 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 CPCD - IRBr
 1988 CAD - IRBr
 2001 Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
 2007 CAE - IRBr, "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro".

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
 1994 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1987 Secretaria de Controle Interno, Chefe de Divisão
 1992-95 Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-96 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
 1996-2000 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
 2000-03 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
 2003-06 Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
 2006-09 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2009-11 Presidência da República, Assessor Especial
 2011-12 Presidência da República, Porta-Voz
 2012-15 Chefe da Assessoria Especial para Assuntos de Defesa
 2015-18 Embaixada em Maputo, Embaixador
 2018- Embaixada em Lima, Embaixador

Obras publicadas:

2011 "Política Externa e Mídia", in Política Externa, volume 20, número 2
 2015 "Base Industrial de Defesa Brasileira e a Política Externa" in Caderno de Política Exterior, ano I número 1
 2018 "Gateway and Neighbourhood: Brazilian Perspective on South Atlantic Security" in "Navies and Maritime Policies in the South Atlantic" (Palgrave Macmillian)

Condecorações:

Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande-Oficial
 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
 Medalha da Vitória, Brasil
 Medalha Santos Dumont, Brasil
 Medalha Tamandaré, Brasil
 Medalha Duque de Caxias, Brasil
 Ordem Infante D. Henrique, Portugal

Ordre du Mérite, França
Ordem do Cedro, Líbano

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Rússia e da Ásia Central
Divisão de Rússia

RÚSSIA



**Maço Básico
OSTENSIVO**

Ficha-País

DADOS BÁSICOS SOBRE A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA	
NOME OFICIAL:	Federação da Rússia
GENTÍLICO:	Russo, russa
CAPITAL:	Moscou
ÁREA:	17.098.242 km ²
POPULAÇÃO:	147 milhões (2020)
LÍNGUA OFICIAL:	Russo (oficial) e outras 31 línguas cooficiais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (42,5%); ateus e agnósticos (42%); muçulmanos (12,5%); católicos (1%), outros (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Assembleia Federal, composta pela Duma de Estado (450 membros) [Câmara Baixa] e Conselho da Federação (170 membros) [Câmara Alta]
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Vladimir Putin (desde 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mikhail Mishustin (desde 2020)
CHANCELER:	Sergey Lavrov (desde 2004)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 1,70 trilhão (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 4,433 trilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 11.585,16
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 29.181,40
VARIAÇÃO DO PIB:	-3,1% (2020), -1,3% (2019); 2,5% (2018); 1,8% (2017); 0,2% (2016); -2,0% (2015); 0,7% (2014); 1,8% (2013); 4,0% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2019):	0,824 (52 ^a posição entre 188 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	72,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99,7% (INDEXMUNDI)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	4,5% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rublo
EMBAIXADOR NA RÚSSIA:	Tovar da Silva Nunes (desde novembro de 2018)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Alexey Labetskiy
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1100 brasileiros residentes na Federação da Rússia (estimado)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RÚSSIA (US\$ bilhões - Fonte: Ministério da Economia)						
Brasil-Rússia	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	4,68	4,32	5,38	5,03	5,3	4,27
Exportações	2,46	2,3	2,74	1,65	1,62	1,52
Importações	2,22	2,02	2,64	3,37	3,68	2,74
Saldo	0,243	0,279	0,091	-1,72	-2,06	-1,22

APRESENTAÇÃO

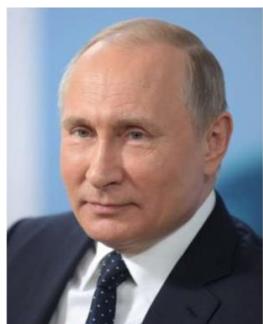
A Rússia é o país mais extenso do mundo, com mais de 17 milhões de quilômetros quadrados. Os montes Urais dividem seu território entre as planícies europeia oriental e siberiana ocidental. Na cordilheira do Cáucaso, situada no sudoeste russo, localiza-se o monte Ebrus, ponto culminante da Europa (5642 m). Possui vasta rede fluvial, a exemplo dos rios Volga e Don. A maior parte da Rússia é coberta pela taiga. Dentre suas abundantes riquezas naturais, encontram-se petróleo, gás, carvão e bauxita, além de madeira.

Sua população de 147 milhões, a nona maior do mundo, é composta de, aproximadamente, 200 etnias, sendo os russos étnicos mais de 80% do total. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação da Rússia, mas é reconhecido o direito de estabelecer línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Rússia possui fronteiras terrestres com quatorze países, além fronteiras marítimas com o Japão, no Mar de Okhotsk, e com os Estados Unidos, no Estreito de Bering.

Orgulhosa de sua história milenar e de sua cultura, a Federação da Rússia é internacionalmente reconhecida como estado sucessor da antiga União Soviética, herdeira de amplo arsenal nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

PERFIS BIOGRÁFICOS



VLADIMIR PUTIN (PRESIDENTE), 68 anos, nasceu em Leningrado (São Petersburgo), em 1952. É bacharel em Direito (Universidade de Leningrado) e doutor em Economia (Instituto de Mineração de São Petersburgo). Foi oficial de inteligência da KGB (Comitê para a Segurança do Estado) e serviu na Alemanha Oriental (1985-1990). No pós-comunismo, foi chefe da Comissão de Relações Exteriores de São Petersburgo (1991-1996); vice-chefe de gabinete do presidente Boris Yeltsin (1997), diretor do Serviço Federal de Segurança (órgão sucessor da KGB, 1998) e primeiro-ministro (1999). Tornou-se presidente após a renúncia de Yeltsin, vencendo, em seguida, as eleições de 2000. Foi reeleito em 2004, 2012 e 2018, com 71,9%, 63,6% e 76,7% dos votos, respectivamente. Impedido constitucionalmente de concorrer à reeleição, foi primeiro-ministro de seu aliado Dmitry Medvedev, entre

2008 e 2012. Seu atual mandato termina em 2024. Reforma constitucional aprovada em 2020 permite que concorra à reeleição.



MIKHAIL MISHUSTIN (Primeiro-Ministro), 55 anos, nasceu em Moscou, em 3 de março de 1966. Concluiu graduação e pós-graduação em Engenharia de Sistemas na Universidade Estatal Tecnológica de Moscou. Trabalhou no laboratório de testes do Clube Internacional de Computadores, entre 1990 e 1998. Foi vice-diretor do Serviço Tributário Federal (1998), vice-ministro para Impostos e Tributos (1999-2004), diretor da Agência Federal de Cadastro de Imóveis (2004-2006) e diretor da Agência Federal para Administração das Zonas Econômicas Especiais (2006-2008). Entre 2008 e 2010, afastou-se do serviço público e tornou-se presidente da UFG-Invest, um dos maiores conglomerados no setor de gestão de fundos de investimento da Rússia. Entre 2010 e 2020, foi diretor do Serviço Tributário Federal. Em 16 de janeiro de 2020, foi nomeado Primeiro-Ministro.



SERGEI LAVROV (Ministro dos Negócios Estrangeiros), 71 anos, nascido em Moscou, em 21 de março de 1950. Formado pela Universidade Estatal de Moscou de Relações Internacionais, vinculada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diplomata de carreira desde 1972, serviu na embaixada no Sri Lanka (1972-1976) e na missão permanente junto às Nações Unidas (1981-1988). Em Moscou, foi assessor (1976-1981), vice-diretor (1988-1990), diretor (1990-1992) e vice-ministro (1992-1994) da área de organizações internacionais da Chancelaria. Foi representante permanente junto às Nações Unidas por 10 anos (1994-2004). É ministro desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Até 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as conjunturas históricas dos dois países não favoreceram maior aproximação. Após a revolução bolchevique de outubro de 1917, as relações bilaterais passaram por uma longa fase de estagnação, tendo sido interrompidas nos períodos de 1918-1945 e de 1947-1961.

Em 1961, as relações diplomáticas entre o Brasil e a então União Soviética (URSS) foram restabelecidas. Nos anos seguintes, com a persistência da Guerra Fria, as relações desenvolveram-se, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento bilateral começou a ampliar-se no contexto da abertura política da URSS, com a *Glasnost* (em russo, “Transparência”) e a *Perestroika* (“Restruturação”) de Mikhail Gorbachev. Em 1988, o presidente José Sarney realizou a primeira visita de um Chefe de Estado Brasileiro à União Soviética.

Com a derrocada do comunismo e a dissolução da URSS em dezembro de 1991, o relacionamento bilateral intensificou-se. As relações entre o Brasil e a Rússia foram alçadas ao patamar de parceria em 2000. Em 2002, os dois países estabeleceram “parceria estratégica de longo prazo”. Em 2004, o presidente russo Vladimir Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil, ocasião em que foi estabelecida a meta de elevar o fluxo comercial bilateral ao patamar de US\$ 10 bilhões anuais; no entanto, o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008. Putin retornou ao Brasil em 2014 e em 2019. Dmitry Medvedev visitou o Brasil como Presidente em 2008 e em 2010 (para participar da II Cúpula do BRIC, em Brasília), e como Primeiro-Ministro em 2012 (para participar da Rio+20) e em 2013. Em junho de 2017, o presidente Michel Temer realizou a mais recente visita de Chefe de Estado brasileiro à Rússia.

Além dos encontros entre Chefes de Estado, visitaram a Rússia, nos últimos anos, as seguintes autoridades brasileiras: senador Nelson Trad Filho (outubro de 2020); então ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (novembro de 2019); ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para participar da 23ª Assembleia-Geral da Organização Mundial do Turismo (setembro de 2019); então secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general de divisão Valério Stumpf Trindade (junho de 2019); então ministro das Cidades, Alexandre Baldy, para o Fórum Urbano de Moscou (julho de 2018); então ministro-chefe do GSI, Sérgio Etchegoyen (agosto de 2018); deputados Capitão Augusto (PR/SP), Alberto Fraga (DEM/DF) e Marcelo Delaroli (PR/RJ), por ocasião da Conferência Internacional "Parlamentares contra as Drogas" (dezembro de 2017); então secretário-executivo do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Nardi, por ocasião da I Conferência Ministerial Global sobre Tuberculose (novembro de 2017); então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi (outubro

de 2017); então presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira e delegação parlamentar, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar e do III Foro Parlamentar do BRICS, em São Petersburgo (outubro de 2017); então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (maio de 2017); então ministro da Defesa, Raul Jungmann, por ocasião da VI Conferência sobre Segurança Internacional de Moscou (abril de 2017), entre outros.

No sentido inverso, além da participação do presidente Putin na XI Cúpula do BRICS (Brasília, novembro de 2019, quando esteve acompanhado dos ministros de Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov; Energia, Aleksander Novak; e Desenvolvimento Econômico, Maxim Oreshkin), destacam-se as seguintes visitas recentes de autoridades russas: vice-ministro do Interior, Igor Zubov (novembro de 2019); Secretário do Conselho de Segurança da Federação da Rússia, Nikolai Patrushev, para a IX Reunião de Conselheiros de Segurança Nacional do BRICS (outubro de 2019); vice-ministro da Ciência e Educação Superior, Grigory Trubnikov, para a VII reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS, em Campinas (setembro de 2019); ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov, para reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, no Rio de Janeiro (julho de 2019); vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da câmara alta do Parlamento, senador Sergei Kislyak (maio de 2019); e presidente da câmara baixa do Parlamento (Duma), deputado Vyacheslav Volodin, para a cerimônia de posse presidencial (janeiro de 2019).

O Senhor Presidente da República e o presidente Putin mantiveram, até o momento, dois encontros: em Osaka (cúpula do G20, junho de 2019) e em Brasília (XI Cúpula do BRICS, novembro de 2019). Na reunião bilateral mantida após a XI Cúpula dos BRICS, em Brasília, os dois líderes ressaltaram o amplo potencial da parceria estratégica bilateral e do incremento dos fluxos comerciais e investimento bilaterais. O formato do encontro, com a participação de Ministros de Estado, permitiu conversa aprofundada sobre vários temas da agenda bilateral, como agricultura, acesso brasileiro ao mercado de carnes russo, investimentos bilaterais, ciência e tecnologia, e cooperação espacial, entre outros.

Em 15 de junho de 2020, os dois Presidentes mantiveram contato telefônico, ocasião em que reiteraram a importância de aprofundar a cooperação bilateral, inclusive no combate à COVID-19. Em 17 de novembro de 2020, os dois líderes participaram da XII Cúpula dos BRICS,

realizada em formato de videoconferência. Naquela ocasião, o PR Putin dirigiu elogios ao Senhor Presidente da República.

Em 6 de abril de 2021, os dois Presidentes mantiveram novo diálogo telefônico, em que trataram da questão do processo de autorização da vacina Sputnik V no Brasil, entre outros temas da agenda bilateral.

Mecanismos bilaterais de alto nível – CIC e CAN

A Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia. É co-presidida pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro da Rússia.

O braço operacional da CAN é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), presidida, do lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores, e do lado russo, pelo vice-ministro de Desenvolvimento Econômico. Subdivide-se em dez subcomissões, mas nem todas são necessariamente convocadas a cada reunião da Comissão. São as seguintes as subcomissões: a) Cooperação Econômica, Comercial e Industrial; b) Ciência e Tecnologia; c) Cooperação Espacial; d) Cooperação Técnico-Militar; e) Cooperação Aduaneira; f) Cooperação Interbancária e Financeira; g) Energia e Usos Pacíficos de Energia Nuclear; h) Esporte e Turismo; i) Educação e Cultura e j) Comitê Agrário.

A CAN foi instituída em 1997. Até o momento, reuniu-se sete vezes: junho de 2000 (Moscou), dezembro de 2001 (Brasília), outubro de 2004 (Moscou), abril de 2006 (Brasília), maio de 2011 (Moscou), fevereiro de 2013 (Brasília) e setembro de 2015 (Moscou). A CIC, por sua vez, reuniu-se dez vezes: abril de 1999 (Brasília), setembro de 2001 (Moscou), fevereiro de 2004 (Brasília), outubro de 2005 (Moscou), novembro de 2008 (Brasília), outubro de 2010 (Brasília), maio de 2011 (Moscou), dezembro de 2013 (Brasília), setembro de 2015 (Moscou) e maio de 2017 (Brasília).

Os governos brasileiro e russo estão discutindo datas para as próximas edições da CAN e da CIC. Nos dias 28 e 29 de agosto de 2019, uma das dez subcomissões da CIC, o Comitê Agrário, reuniu-se em Moscou, para discutir pendências no comércio agrícola entre os dois países, especialmente no que concerne às exportações brasileiras de carnes para a Rússia.

Os copresidentes brasileiro e russo da CIC mantiveram videoconferência no dia 29 de setembro de 2020, com vistas à convocação de nova edição da CIC em 2021, em data a definir.

Instrumentos bilaterais em tramitação

Brasil e Rússia compartilham vasto acervo de tratados bilaterais, sobre os mais variados aspectos da relação multifacetada.

Em 16 de dezembro de 2020, por ocasião da 4^a Reunião dos Procuradores-Gerais do BRICS, realizada em formato virtual, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação Jurídica e Técnica Internacional entre a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria-Geral da Federação da Rússia. O documento prevê cooperação nas seguintes áreas: proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais; fortalecimento do combate ao crime, especialmente nas suas formas organizadas; assuntos de extradição e assistência jurídica; e recuperação de bens e ativos obtidos por meio do crime.

Em 22 de novembro de 2019, foram assinados dois atos bilaterais: Acordo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério do Interior da Rússia, e Memorando de Cooperação na Área de Segurança no Trânsito.

Com relação aos instrumentos pendentes de ratificação, tramitam no Executivo brasileiro: Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais (2017); Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas (2008); Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (2006); Acordo sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral (2010); e Acordo para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação (2010). Pelo lado russo, todos os instrumentos bilaterais assinados foram ratificados.

Principais áreas de cooperação

Cooperação Econômica, Comercial e em Investimentos

Da perspectiva brasileira, os principais temas bilaterais em discussão na área econômico-comercial são: (i) retomada das exportações de carnes bovina e suína para a Rússia; (ii) diversificação da pauta comercial; e (iii) oportunidades de investimentos russos no Brasil.

A recomposição do comércio agrícola bilateral tem avançado gradualmente. Em dezembro de 2017, autoridades sanitárias russas impuseram restrições à importação de produtos brasileiros, alegando presença da substância ractopamina em carregamentos do país. As restrições fitossanitárias foram levantadas parcialmente em novembro de 2018, mas em nível ainda insuficiente para normalizar as exportações de carne brasileiras.

O mercado russo de carnes suína, que era o primeiro destino mundial das exportações brasileiras desse produto em 2017, mostra-se atualmente mais restrito (US\$ 0,3 milhão exportado pelo Brasil em 2020, em comparação a US\$ 94 milhões em 2019, com pico de US\$ 686 milhões em 2017). A Rússia tornou-se autossuficiente no segmento de suínos, mas há espaço para exportações na área de alimentos suínos processados. As exportações de carne bovina crescem lentamente (total de US\$ 185 milhões em 2020), ainda distantes dos níveis anteriormente vigentes (pico de US\$ 500 milhões em 2015).

O Brasil possui, atualmente, 14 plantas de carnes bovina e suína habilitadas a exportar para a Rússia (9 exclusivamente de carne bovina, 4 de carne suína e 1 estabelecimento habilitado a exportar ambos os tipos de carne). Antes das restrições aplicadas em novembro de 2017, o Brasil possuía mais de 90 plantas habilitadas junto à autoridade sanitária russa.

Em relação à diversificação da pauta comercial, há possibilidades de expansão das exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado como tratores rodoviários para semirreboque, máquinas e equipamentos agrícolas (pulverizadores e niveladoras), produtos do setor moveleiro, cosméticos, calçados e vestuário. Em 2018, por exemplo, houve importante participação de tratores e caminhões na pauta de exportações brasileiras para a Rússia (US\$ 332 milhões), que não teve continuidade em 2019 e 2020.

Na área agrícola, destaca-se o potencial de novos nichos de exportação como lácteos, bovinos vivos e farinhas e gordura de origem animal, conforme ressaltado pela Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, durante encontro bilateral com o vice-Ministro da Agricultura russo, Sergey Levin, à margem de encontro de Ministros da Agricultura do G20 (Niigata, Japão, maio de 2019). Empresários individuais assinalam oportunidades em açaí, castanhas, nozes, vinhos, doces e cafés especiais.

O mercado russo de frutas tropicais também apresenta grandes oportunidades. As exportações brasileiras de frutas para a Rússia

alcançaram seu maior valor em 2020, de US\$ 22 milhões (+51%), impulsionadas pelo aumento na exportação de maçãs, que totalizou 11,8 milhões (+99%). Em 2019, o Brasil foi o maior fornecedor de mangas (US\$ 6 milhões) e de suco de frutas (US\$ 2,4 milhões) para a Rússia. O mercado russo de frutas, naquele ano, alcançou valor de US\$ 5,1 bilhões.

O principal produto de exportação russo para o Brasil são fertilizantes agrícolas, de interesse do agronegócio nacional. A Rússia tem interesse em aumentar suas exportações de trigo e pescado para o Brasil, mas o valor dessas exportações permanece em níveis relativamente modestos. Em novembro de 2019, o Brasil anunciou nova quota de 750 mil toneladas de importação de trigo com isenção da tarifa de 10%, o que abre espaço adicional para participação russa. Em 2020, o Brasil importou US\$ 49 milhões de trigo russo (de um total de US\$1,3 bilhão de importações brasileiras do cereal). Apenas no mês de julho de 2020, a Rússia enviou ao Brasil a quantidade recorde de 70 mil toneladas de trigo. Antes da isenção tarifária, o volume de importações de trigo russo situava-se em torno de 90 mil toneladas por ano.

Na área de investimentos, destaca-se a realização, em novembro de 2019, de missão de divulgação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em Moscou, liderada pelo então ministro-chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni. Nessa ocasião, empresas russas sinalizaram interesse em participar de projetos de infraestrutura no Brasil, inclusive por meio de licitações nas seguintes áreas: construção da ferrovia Ferrogrão (MT-PA) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol); conclusão da usina nuclear de Angra III; e novos terminais portuários no Sul e Sudeste do país.

Com vistas a estimular a agenda bilateral de investimentos, o Brasil apresentou, em março de 2019, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que se encontra sob análise do Ministério de Desenvolvimento Econômico russo.

Cooperação em Energia

Há grande potencial para a ampliação da cooperação bilateral em energia. A Petrobras importa derivados de petróleo da Rússia e, em setembro de 2018, adquiriu a primeira carga de gás natural liquefeito (GNL) russo, proveniente do projeto Yamal, no Ártico. A estatal Gazprom, maior produtora e exportadora de gás natural do mundo, possui escritório de representação no Rio de Janeiro, mas até o momento não realizou investimento no país. A estatal Rosneft, maior petroleira de capital aberto

do mundo no quesito produção, investiu cerca de US\$ 1,5 bilhão em conjunto de blocos exploratórios na Bacia do Solimões, no Amazonas.

Há potencial para o desenvolvimento de parceria bilateral na indústria nuclear civil. A *holding* estatal russa Rosatom, líder em construção de usinas e na produção e exportação de combustível nuclear, mantém escritório no Rio de Janeiro. Por meio de sua subsidiária Isotope, a Rosatom tornou-se, desde 2015, um dos maiores fornecedores de radioisótopos (Mo-99 e I-131) ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), utilizados na medicina nuclear brasileira. Nesse segmento, a empresa tem interesse em fornecer outros isótopos para fins medicinais, como os Lu-177 e Ge-68/Ga-68, bem como para fins industriais, como o Ir-192. A Rosatom também fornece, desde 2017, concentrado de urânio (U308) para a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), e tenciona cooperar com o Brasil em tecnologias de radiação, ciclo do combustível nuclear, medicina nuclear e capacitação de especialistas, bem como na construção de novas usinas no país. O Instituto Kurchatov, referência em pesquisa nuclear, tem interesse em colaborar com a Eletronuclear na extensão da vida útil de Angra 1. Como mencionado acima, foi expresso interesse empresarial na conclusão da usina nuclear de Angra III.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

O aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação representa uma das áreas mais promissoras do relacionamento bilateral. A Rússia tem domínio autônomo de tecnologias estratégicas como inteligência artificial, materiais avançados, segurança cibernética, energia nuclear, tecnologias da informação e comunicação (TICs) e tecnologias espaciais, entre outras áreas de potencial interesse do Brasil.

Nos últimos anos, foram dados passos importantes para aprimorar a cooperação entre parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras de negócios e outros ambientes de inovação do Brasil e da Rússia, com vistas ao estreitamento das relações bilaterais na área de inovação. Com apoio do Itamaraty, representantes de duas instituições russas (Fundação Skolkovo e Incubadora de negócios da *High School of Economics* de Moscou) visitaram o Brasil em novembro de 2018, para participar de seminário e de oficina de trabalho preparatório para a criação da *iBRICS Network* (4º seminário de Diplomacia e Inovação Científica e Tecnológica).

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi realizada missão à Rússia de três parques tecnológicos brasileiros (PqTEC, de São José dos

Campos; Porto Digital, de Recife; e Parque UFRJ, do Rio de Janeiro), que resultou no avanço do diálogo interinstitucional com vistas a explorar parcerias em inovação, com ênfase nos setores de energia, aeronáutica e tecnologia da informação.

No âmbito do BRICS, a Rússia apoiou a proposta brasileira de criação de rede de parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de empresas inovadoras do BRICS (*iBRICS Network*), aprovada em 2019.

Cooperação no combate à pandemia de COVID-19

A Rússia foi o primeiro país a registrar, em agosto de 2020, vacina contra a COVID-19, a Gam-COVID-Vac, rebatizada Sputnik V. O imunizante russo foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Gamaleya de Epidemiologia e Microbiologia, do Ministério da Saúde da Rússia. Além da Sputnik V, há outras 2 vacinas principais em desenvolvimento na Rússia (EpiVacCorona e CoviVac).

A Sputnik V já teve seu uso emergencial aprovado em 64 países. O Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) firmou memorandos de cooperação para a produção de vacinas com instituições dos seguintes países: Argentina, Belarus, Brasil, Cazaquistão, China, Coreia do Sul, Egito, Índia, Irã, Itália, México, Sérvia e Turquia.

No Brasil, a parte russa estabeleceu parceria com o grupo privado União Química, com capital 100% brasileiro, que contempla transferência de tecnologia para a produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina russa no Brasil. A empresa brasileira afirma ter capacidade de produzir 8 milhões de doses mensais da Sputnik V.

Em 30 de março de 2021, a União Química completou a produção do primeiro lote piloto da Sputnik V em sua planta em Santa Maria (DF). O lote foi encaminhado para o Instituto Gamaleya, em Moscou, para controle de qualidade. No mesmo dia, a ANVISA concedeu certificado de boas práticas de fabricação à planta de Guarulhos (SP) da União Química, que será responsável pelo envase de eventual produção no Brasil.

O Ministério da Saúde firmou, em 12 de março de 2021, contrato com o Fundo Russo de Investimento Direto para compra de 10 milhões de doses da Sputnik V.

No período de 19 a 23 de abril de 2021, a ANVISA realizou missão de inspeção à Rússia para verificar as boas práticas clínicas (BPC), relativas à condução dos estudos para o desenvolvimento da vacina Sputnik V, bem como as boas práticas de fabricação (BPF), relativas às condições

de produção da vacina. A Embaixada do Brasil em Moscou apoiou a missão.

Em reunião de diretoria colegiada, no dia 26 de abril, a ANVISA votou pela denegação dos primeiros pedidos de autorização para importação emergencial da Sputnik V protocolados por entes subnacionais. Manteve-se abertura para que a parte russa forneça dados e informações complementares. Cerca de 66 milhões de doses foram objeto de contratos de compra assinados diretamente por entes subnacionais. Em comunicado no dia 29 de abril, a ANVISA apresentou informações técnicas sobre os documentos que embasaram sua decisão a respeito do imunizante russo.

Cooperação Espacial

A cooperação espacial bilateral teve início em 1997, com a assinatura de acordo de cooperação em pesquisa espacial e utilização do espaço para fins pacíficos.

Diversas iniciativas conjuntas foram realizadas desde então, com destaque para a implantação de estações do sistema russo de navegação por satélite GLONASS no Brasil (as primeiras estações instaladas fora da Rússia), além da exitosa participação do astronauta brasileiro, Marcos Pontes, atual titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, em missão da Estação Espacial Internacional, a bordo da nave russa Soyuz TMA-8, em 2006, feito inédito para um cidadão brasileiro.

Em 2008, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Russa (Roscosmos) assinaram Programa de Cooperação para Utilização e Desenvolvimento do GLONASS. Na Universidade de Brasília (UnB), foram inauguradas a Estação Experimental de Referência do Sistema de Correção e Monitoramento em 2013 e, durante a visita do PR Vladimir Putin ao Brasil em 2014, a Estação Óptico-Quântica do GLONASS. Naquela visita, a parte russa firmou, ademais, contratos com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP), que inauguraram, em 2016, estações do sistema.

Em 2020, foi assinado contrato para instalação de quinta Estação do sistema GLONASS no Brasil, em Belém, como parte de acordo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e a Roscosmos.

Na área de monitoramento de detritos espaciais, a AEB e a Roscosmos colaboraram na criação do Observatório do Pico dos Dias, do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA/MCTIC), localizado na serra da Mantiqueira, em Brazópolis, próximo a Itajubá-MG, com base em acordo

assinado em 2015. O observatório, a mais de 1800 m de altitude, foi inaugurado em 2017 e abriga estação do projeto da Roscosmos “Sistema Eletro-Óptico Panorâmico para a Detecção de Detritos Espaciais (PanEOS)”. Conta com telescópio de 75 cm de abertura, que permitiu ao Brasil oferecer contribuição inédita para a mitigação dos detritos espaciais. As imagens geradas ficam disponíveis para pesquisadores brasileiros e são transmitidas para a Roscosmos pela internet. Contribui, também, para a educação científico-tecnológica local, em função do envolvimento dos estudantes dos cursos de ciências espaciais, como da vizinha Universidade de Itajubá.

Cooperação em Defesa

A cooperação bilateral em Defesa ganhou impulso a partir de 2008, por ocasião da visita do então presidente Medvedev ao Brasil, quando foi assinado o Acordo sobre Cooperação Técnico-Militar, que entrou em vigor em 2010 (Decreto 8.482/2015).

O Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Moscou, em 2012, e em vigor desde 2017 (Decreto 9.541/2018), conferiu novo marco institucional à cooperação bilateral nessa área, com a definição de setores prioritários (diálogo sobre aspectos político-militares da segurança global e regional, e intercâmbio de experiências sobre operações de manutenção da paz da ONU), bem como novas modalidades de cooperação (visitas recíprocas e reuniões de consultas; participação, efetiva ou como observador, em exercícios militares, bem como a realização de exercícios militares conjuntos; visitas de navios de guerra e aeronaves militares; e promoção do intercâmbio educacional).

No âmbito do diálogo político-militar, destacam-se as reuniões da Subcomissão de Cooperação-Técnico Militar da CIC, as reuniões de Chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e da Rússia, e os encontros entre Ministros da Defesa dos dois países, que contribuem para passar em revista a cooperação bilateral na área técnico-militar e definir prioridades futuras. A última reunião da Subcomissão de Cooperação Técnico-Militar ocorreu em maio de 2017, no âmbito da XI CIC, em Brasília. A última edição da reunião de Chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas teve lugar em Brasília, em junho de 2017. A reunião mais recente entre Ministros da Defesa dos dois países ocorreu em abril de 2017, à margem da VI Conferência sobre Segurança Internacional de Moscou.

Na área de cooperação técnico-militar, destacaram-se: (i) aquisição de 12 helicópteros de combate Mi-35M, entregues entre 2010 e 2012, atualmente estacionados na Base Aérea de Porto Velho (RO), onde desempenham funções de monitoramento da Amazônia brasileira; (ii) instalação, em março de 2019, de centro de manutenção de helicópteros da empresa *Russian Helicopters*, nos arredores de Belo Horizonte (MG), como parte do contrato de “offset” de aquisição das referidas aeronaves Mi-35M; e (iii) utilização, pelas Forças Armadas brasileiras, do sistema russo de mísseis antiaéreos portáteis Igla, cujas primeiras unidades foram recebidas em 2011. Nos anos recentes, a companhia estatal russa “Rosoboronexport” manifestou interesse em fornecer ao Brasil baterias de defesa antiaérea “Pantsir S-1” e aeronaves de treinamento e combate classe Yak-130. O assunto, contudo, não evoluiu, sobretudo em razão de limitações orçamentárias do lado brasileiro.

Em agosto de 2020, delegação brasileira, chefiada pelo Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, participou, em Moscou, da feira de defesa “Fórum Army 2020”, um dos maiores eventos internacionais de promoção de produtos de defesa. O Brasil contou com estande próprio na feira, montado pela Apex-Brasil.

Cooperação em Segurança

A cooperação Brasil-Rússia na área de segurança passou por adensamento em tempos recentes, em razão da intensificação do diálogo de alto nível entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e o Conselho de Segurança da Federação da Rússia (CSFR), com base na identificação de desafios compartilhados, como o combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nos últimos anos, foram realizadas quatro reuniões de consultas de alto nível entre o GSI e o CSFR: em dezembro de 2017 (Brasília); junho de 2018 (Durban, à margem da Reunião de Assessores de Segurança Nacional do BRICS); agosto de 2018 (Moscou); e outubro de 2019 (Brasília, à margem da Reunião de Assessores de Segurança Nacional do BRICS).

O Brasil tem participado das edições anuais da Reunião Internacional de Altos Representantes Responsáveis por Assuntos de Segurança, organizada pelo CSFR. No último encontro, que teve lugar em Ufá (17-20/6/19), a delegação brasileira foi chefiada pelo então secretário-executivo do GSI, general Valério Stumpf Trindade. A edição de 2020 foi cancelada em razão da pandemia de COVID-19.

A cooperação em segurança no âmbito do BRICS é sólida e diversificada, resultado, em larga medida, da institucionalização da Reunião de Assessores de Segurança Nacional (NSAs). Destaca-se, ademais, o intercâmbio regular no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs) sobre Contraterrorismo, Segurança no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Anticorrupção.

Cooperação em Educação e Cultura

A cooperação educacional ocorre predominantemente entre instituições de ensino superior. São relativamente frequentes as missões universitárias brasileiras à Rússia e variados os convênios diretos firmados entre instituições de ensino superior dos dois países. Desde 2002, mantém-se programa de leitorado brasileiro junto à Universidade Estatal de Moscou Lomonossov (MGU), com apoio do Itamaraty e da CAPES. Em junho de 2019, foi selecionado o quinto profissional à frente do leitorado brasileiro na MGU (Cesar Felipe Pereira, da Universidade Federal do Paraná).

Atualmente, 10 universidades russas ensinam a língua portuguesa. Há cerca de 480 estudantes brasileiros residentes na Rússia, especialmente nas áreas de medicina (Universidade de Kursk), engenharia e relações internacionais.

Há diversos acordos de cooperação vigentes entre universidades brasileiras e russas, por exemplo:

- Rede de universidades dos BRICS, com participação da UFMG, UFRJ, UFRGS, UFSC, UFV, UFF, INPA, PUC/RIO e UNICAMP;
- Acordos de cooperação firmados em 2019 pela Universidade Sechenov, de Moscou, especializada em pesquisas médicas, com Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Parcerias mantidas pela Universidade Russa da Amizade do Povos (RUDN) com a UnB e a Universidade Federal Fluminense (UFF) para promover o ensino da língua russa no Brasil.

Na área cultural, Brasil e Rússia assinaram, em 1997, Acordo de Cooperação Cultural, em vigor desde 1999. Destacam-se as atividades da escola de dança do Teatro Bolshoi em Santa Catarina, única filial da renomada escola de balé fora da Rússia.

No sentido inverso, a Embaixada do Brasil em Moscou promove diversas iniciativas de promoção da cultura brasileira, como festivais anuais de cinema brasileiro na Rússia, realização de concertos e ciclos de

música clássica brasileira, além do apoio a festival de samba em Moscou. No campo da dança clássica, há 17 bailarinos brasileiros em toda a Rússia, quatro deles no balé Bolshoi de Moscou. A Rússia é considerada o segundo país do mundo (depois de Israel) em que a capoeira brasileira mais se difundiu.

Para promover a literatura brasileira foram publicadas edições em russo de obras de Machado de Assis, Lima Barreto e Aluísio Azevedo, ao mesmo tempo em que se amplia a distribuição das obras para várias cidades russas. Em dezembro de 2019, foi publicada, na Rússia, coletânea de contos selecionados de Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles em russo.

Assuntos consulares

Estima-se que cerca de 1.100 brasileiros residam na Rússia.

Desde 2010 está em vigor acordo bilateral de isenção de vistos para viagens de turismo ou negócios (90 dias).

Remédios de uso corrente no Brasil como Ritalina, Metadona, Sibutramina, Tramadol e Lyrica são considerados estupefacientes e proibidos na Rússia, o que gera casos de prisão de brasileiros acusados de “tráfico de entorpecentes”. Cidadão brasileiro detido na Rússia nessas circunstâncias recebeu indulto presidencial em maio de 2021.

POLÍTICA INTERNA

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de poderes. A Federação da Rússia é composta de repúblicas, territórios, regiões (*oblasts*), cidades com status de unidade da Federação (por exemplo, Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, segundo a legislação do país, a Federação da Rússia compõe-se de 85 entes federativos, agrupados em 8 distritos federais (Noroeste, Central, Volga, Sul, Cáucaso do Norte, Ural, Sibéria e Extremo Oriente), para cada um dos quais existe um enviado plenipotenciário presidencial, cuja função é a de mediar as relações entre o centro federal e as regiões. Os distritos federais seriam os equivalentes às macrorregiões no Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

A Constituição de 1993 estruturou o Poder Legislativo (Assembleia Federal) em formato bicameral. A câmara alta da Assembleia Federal é o

Conselho da Federação, integrado por 170 senadores, que são eleitos de forma indireta (cada um dos 85 entes federativos envia dois representantes ao Conselho - um oriundo do Poder Legislativo local, outro nomeado pelo Executivo regional) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos para mandatos de cinco anos. A eleição à Duma ocorre por votação paralela: metade das vagas é preenchida por meio de sistema proporcional baseado nos votos nos partidos e outra metade é destinada à eleição direta de candidatos individuais. A sétima legislatura da Duma (2016-2021) caracteriza-se por confortável maioria governista, que dispõe de 341 assentos (75,8%). Em setembro de 2021, serão realizadas eleições para os 450 assentos da Duma de Estado.

O Poder Judiciário é constituído pela Corte Constitucional, pela Suprema Corte e por tribunais comuns. A Corte Constitucional, composta por 19 juízes e sediada em São Petersburgo, é responsável pelo controle constitucional dos atos normativos, pela interpretação do texto constitucional, pela resolução de conflitos de jurisdição entre órgãos governamentais e pelo procedimento para o avanço de acusações de traição contra o presidente da Federação da Rússia. A Corte Constitucional tem funções semelhantes às do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil. Já a Suprema Corte russa tem funções semelhantes às do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Brasil, sendo a instância judicial suprema para casos civis, penais, administrativos e outros sob a jurisdição dos tribunais comuns. Ademais, exerce supervisão judicial sobre as atividades das cortes subordinadas a ela e fornece explicações sobre questões processuais.

O presidente da Federação da Rússia é eleito com base em sufrágio secreto, direto e universal, para o máximo de dois mandatos consecutivos de seis anos cada um. É o chefe de Estado e o supremo comandante em chefe das Forças Armadas do país. Determina as linhas gerais das políticas públicas, as quais serão implementadas pelo governo nomeado pelo primeiro-ministro. A sede presidencial localiza-se no Kremlin. O primeiro-ministro, nomeado pelo presidente e aprovado pela Duma, é o chefe de governo e responsável por compor o gabinete de ministros. O escritório do primeiro-ministro é sediado na Casa Branca (*Bely Dom*). O primeiro-ministro é assessorado por dez vice-primeiros-ministros, responsáveis pela coordenação de políticas em eixos temáticos específicos (como defesa e políticas sociais). Em seguida, na linha de hierarquia do governo russo, encontram-se 21 ministros federais. Os vice-primeiros-ministros e os

ministros federais são nomeados pelo presidente da Federação da Rússia, após recomendação do primeiro-ministro.

O presidente Vladimir Putin é reconhecido internamente como o líder que logrou evitar a fragmentação territorial da Rússia, resgatou a estabilidade socioeconômica e recuperou o prestígio internacional do país após sucessivas crises na década de 1990, na esteira do colapso da União Soviética. Em março de 2018, Putin foi reeleito para seu quarto mandato presidencial, que se estenderá até 2024. Putin venceu com 76,6% dos votos válidos. Em números absolutos, recebeu 56.202.497 votos, recorde histórico.

Os dois primeiros mandatos do governo Putin (2000-2008) foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pelo fortalecimento do poder presidencial e pela recuperação econômica do país. Em seu terceiro mandato (2012-2018), a política externa assertiva de Putin conferiu-lhe ainda maior visibilidade e popularidade, sobretudo após a anexação da Crimeia, em 2014, com taxas de aprovação superiores a 80%.

Desde a vitória na eleição de 2018, Putin vem sinalizando que, sem descuidar das questões de segurança e política externa, o foco de seu mandato atual é a agenda doméstica, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e melhorar o padrão de vida da população.

Nesse contexto, o governo estabeleceu conjunto de metas – conhecidas como “decretos de maio” – para o período 2018-2024, que prioriza a agenda econômica e social doméstica, com foco na modernização da economia, na redução do atraso tecnológico e na elevação do padrão de vida da população. Em outubro de 2018, reforma da previdência foi aprovada no país, afetando negativamente o desempenho do partido governista Rússia Unida nas eleições regionais.

Ante os efeitos recessivos causados pela pandemia do novo coronavírus na Rússia, as metas dos “decretos de maio”, que previam gastos públicos da ordem de US\$ 360 bilhões, foram postergadas para 2030, em prol de medidas emergenciais para a retomada da economia.

Desde março de 2020, o governo russo aprovou três planos econômicos emergenciais. Os dois primeiros tiveram por objetivo apoiar a solvência das empresas mais afetadas pela pandemia e garantir renda mínima aos desempregados e à população de baixa renda. O terceiro pacote tem por objetivo prover estímulos à recuperação econômica até o fim de 2021, lançando mão de instrumentos como crédito subsidiado, garantias estatais a empresas, compras governamentais, redução da carga tributária e mudanças no Código Tributário voltadas à desoneração de

empresas. Com a adoção destas medidas, a queda do PIB russo em 2020 foi relativamente modesta (3,1%), menos de metade da projetada na zona do euro (7,3%).

Há amplo consenso no Kremlin de que novas medidas políticas e socioeconómicas são necessárias para dinamizar a economia e reenergizar a sociedade, a fim de evitar a repetição da "era da estagnação" que marcou parte do período soviético, o qual suscitou o aumento da corrupção, da descrença da população em relação às instituições governamentais e ao baixo desempenho econômico.

Em sua mensagem anual à Assembleia Federal, de janeiro de 2020, o presidente Putin anunciou à Assembleia Federal proposta de ampla reforma política, incluindo a realização de processo de emenda constitucional, com vistas a redefinir as relações entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. No mesmo dia, o então PM Dmitry Medvedev comunicou sua renúncia e de todo seu gabinete. No lugar de Medvedev, Putin designou como Primeiro-Ministro o então diretor do Serviço Tributário Federal, Mikhail Mishustin, cujo nome foi imediatamente aprovado pelo Parlamento russo. Em 21 de janeiro de 2020, o novo Primeiro-Ministro anunciou a composição de seu gabinete de ministros. O chanceler Sergey Lavrov, o ministro da Defesa Sergei Shoygu e o ministro da Agricultura Dmitry Patrushev foram mantidos em seus cargos.

As propostas de emendas constitucionais apresentadas pelo Kremlin foram aprovadas pelas duas Casas do Parlamento (11/3) e pelos parlamentos dos entes federativos (12/3), além de terem passado por exame de constitucionalidade pela Corte Constitucional em 16/3. O processo de aprovação de reforma constitucional foi concluído no dia 1º de julho de 2020, com a realização de plebiscito popular, que aprovou por 77,9% dos votos as novas emendas à Constituição de 1993. Aproximadamente 63% do eleitorado compareceu ao plebiscito. Os índices de maior aprovação foram observados nas regiões da Chechênia e de Tuva (superior a 90%). A única região em que as reformas não foram vitoriosas foi no Distrito Autônomo de Nenets (54%). Em Moscou, o apoio foi de cerca de 65% e, em São Petersburgo, de 80%. Com a reforma, Putin poderá concorrer à reeleição em 2024. As emendas entraram em vigor com a publicação de decreto presidencial em 4/7/2020.

Entre as emendas aprovadas, destacam-se (i) inserção de valores como a "fé em Deus transmitida por nossos ancestrais", a proteção da família tradicional, a defesa da "verdade histórica" e a honra à memória dos "defensores da Pátria"; (ii) referência ao status da Rússia como "sucessor

legal da União Soviética”; (iii) consagração do russo como idioma do povo “formador do Estado”; (iv) proibição de qualquer cessão do atual território russo, exceto para fins de demarcação, “redemarcação” e delimitação de fronteiras; (v) previsão de ajuda aos compatriotas russos residentes no exterior na “implementação de seus direitos, garantia da defesa de seus interesses e preservação da identidade cultural russa”; (vi) vedação a candidatos à presidência que tenham qualquer histórico de cidadania estrangeira ou de residência permanente no exterior, ou que não tenham residido na Rússia nos últimos 25 anos; (vii) indexação de aposentadorias e benefícios sociais à inflação; e (viii) incorporação da administração local à estrutura de poder federal.

Um dos principais desafios domésticos atuais do governo Putin é o de reverter o recente quadro de erosão de sua popularidade, que se encontra em níveis próximos a 60%, considerados baixos para os padrões russos.

Entre outubro e novembro de 2018, houve mobilizações populares contra as novas fronteiras entre Chechênia e Inguchétia, bem como protestos contra a especulação imobiliária e contra os efeitos ambientais de aterros sanitários. Entre julho e agosto de 2019, ocorreu uma série de protestos em Moscou após a rejeição, pela Comissão Eleitoral da capital russa, de candidaturas oposicionistas de destaque para o parlamento regional de Moscou, que arrefeceram após a realização das eleições legislativas regionais em setembro daquele ano.

Em julho de 2020, a prisão do então governador do Krai de Khabarovsk, Sergey Furgal, de partido de oposição ao Kremlin, sob acusação de integrar organização criminosa e ordenar assassinatos de empresários locais, desencadeou manifestações diárias na região, que chegaram a 35 mil manifestantes em seu ápice.

Em janeiro de 2021, a detenção do oposicionista Alexey Navalny gerou protestos em ao menos 65 cidades russas, com milhares de participantes e mais de 1800 detidos. Em agosto de 2020, Navalny foi envenenado, em solo russo, com a neurotoxina Novichok. Após sua recuperação, ao retornar à Rússia, Navalny foi imediatamente detido e deverá cumprir pena de 2 anos e 8 meses, referente a sentença de crimes financeiros no Caso Yves Rocher, de 2014. Novos protestos ocorreram após a confirmação da prisão de Navalny por tribunal russo, no início de fevereiro. No final de março, Navalny iniciou greve de fome, exigindo atendimento médico independente para melhor avaliar a deterioração de suas condições de saúde. Sua greve foi encerrada em 23 de abril, após ser examinado por médicos não vinculados à prisão em que se encontra detido.

No dia 29 de abril, Navalny participou, por via remota, de audiência de novo processo judicial (sob acusação de difamação de veterano da Segunda Guerra Mundial), mostrando-se abatido e fisicamente enfraquecido.

Em 21 de abril de 2021, o Fundo de Combate à Corrupção de Alexey Navalny, incluído pelo governo russo na "lista de organizações sem fins lucrativos que desempenham funções de agente estrangeiro", promoveu manifestações em várias cidades russas pela libertação do líder oposicionista. Cerca de 1.500 pessoas foram detidas. No dia 26 de abril de 2021, corte russa determinou a suspensão das atividades do Fundo de Combate à Corrupção, bem como do conteúdo publicado pela organização em suas plataformas de mídias sociais. Tramita na Justiça russa processo que poderá decidir pelo banimento do Fundo e sua classificação como "extremista".

Em sua mais recente mensagem anual à Assembleia Federal, em 21 de abril de 2021, o presidente Vladimir Putin conferiu grande ênfase aos temas domésticos de combate à pandemia de COVID-19, saudando a capacidade científica russa de desenvolver três vacinas contra o novo coronavírus (Sputnik V, EpiVacCorona e CoviVac). Na mesma ocasião, o mandatário russo anunciou série de medidas para estimular a retomada do crescimento econômico, incluindo o apoio a setores mais vulneráveis da população. Foram anunciadas, ademais, ações para mitigar as emissões russas de gases de efeito estufa.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o primeiro mandato do presidente Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de ator incontornável em questões de paz e segurança internacional. Para a população russa, a ascensão de Putin ao poder representou a progressiva retomada de uma política de caráter nacionalista, centrada na recuperação da autoestima de uma sociedade que historicamente valoriza a projeção internacional da Rússia como uma grande potência.

Não obstante tentativa inicial de reconhecimento e valorização dos laços da Rússia com o Ocidente – Putin, em seus primeiros anos de governo, chegara a declarar que seu país teria abraçado a "opção europeia" –, os avanços de projetos ocidentais de integração político-econômica, no

âmbito da União Europeia, e militar, no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), geraram importantes atritos com a Rússia.

Em 2008, na Cúpula de Bucareste da OTAN, foi feita primeira menção ao possível ingresso da Geórgia e da Ucrânia na aliança euroatlântica. No mesmo ano, a União Europeia lançou a Parceria Oriental, com vistas a aprofundar o relacionamento do bloco com Estados europeus “pós-soviéticos” (Armênia, Azerbaijão, Belarús, Geórgia, Moldova e Ucrânia). O apoio dos países ocidentais a movimentos populares como as chamadas “Revolução Rosa” (Geórgia, 2003), “Revolução Laranja” (Ucrânia, 2004) e “Revolução das Tulipas (Quirguistão, 2005), reforçaram a percepção de ameaça ao entorno de segurança russo. O envolvimento militar russo nas crises na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2014, especialmente com a incorporação da Crimeia à Federação da Rússia naquele ano, levou a uma deterioração sem precedentes, desde o fim da Guerra Fria, no relacionamento com as potências ocidentais. Em março de 2021, a concentração de tropas e armamento pesado nas proximidades da fronteira russo-ucraniana, em escala inédita desde 2014, suscitou temores de nova escalada de tensões regionais.

Desde a eclosão da crise na Ucrânia e a incorporação da Crimeia em 2014, vêm sendo renovadas e, em alguns casos, expandidas, as sanções econômicas à Rússia, aplicadas por EUA, UE, Austrália, Canadá, Noruega e Japão. Permanece suspensa, ademais, a participação russa no G8, o processo de acesso de Moscou à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a cooperação entre a Rússia e a OTAN e o mecanismo de cúpulas entre a Rússia e a UE. O governo russo, de sua parte, estipulou sanções retaliatórias direcionadas a uma lista de produtos agrícolas desses países.

As tensões foram exacerbadas pelo reforço da presença militar da OTAN no leste europeu, sobretudo na faixa territorial situada entre os mares Negro e Báltico, bem como pelas acusações contra a Rússia por casos de envenenamento com material nuclear (ex-oficial de inteligência russo Alexander Litvinenko, em 2006) e agentes químicos (ex-espião russo Sergei Skripal e sua filha, em 2018, e ativista político Alexey Navalny, em 2020). Em julho de 2020, os governos britânico, norte-americano e canadense dirigiram à Rússia duras acusações de espionagem, por alegados ataques cibernéticos a institutos de pesquisa envolvidos no desenvolvimento de vacina contra a COVID-19. Em março de 2021, movimentações militares de grande escala em torno das áreas separatistas do leste da Ucrânia (Donbass) e em ambos os lados da fronteira russo-

ucraniana, em escala inédita desde 2014, suscitou temores de novos conflitos na região. As tensões foram reduzidas com a decisão do governo russo de iniciar, no dia 23 de abril de 2021, a retirada das tropas deslocadas à fronteira.

A relação com a Europa também sofreu novo abalo com a prisão de Alexey Navalny no início de 2021, que foi objeto de duras críticas por parte de lideranças europeias e autoridades comunitárias, incluindo sentença condenatória contra a Rússia proferida pela Corte Europeia de Direitos Humanos no final de janeiro. Em fevereiro, o alto representante da União Europeia para Política Externa e Segurança, Josep Borrell, realizou visita a Moscou, com vistas a relançar o diálogo com a Rússia e buscar pontos de convergência. A visita, contudo, coincidiu com a expulsão de três diplomatas europeus do território russo, acusados de participar de protestos pró-Navalny. Em coletiva de imprensa na sequência de reunião com o alto representante europeu, o chanceler russo Sergey Lavrov afirmou que a EU não representa “parceiro confiável” e acusou o bloco de “mentir” sobre o envenenamento de Navalny.

Em março, o Conselho da União Europeia anunciou sanções contra quatro autoridades russas, que foram consideradas responsáveis pela “detenção arbitrária, julgamento e condenação de Alexei Navalny, bem como pela repressão de protestos pacíficos relacionados ao tratamento ilegal” recebido pelo opositor político. As medidas contemplam proibição de viagem para a União Europeia e congelamento de bens, e foram coordenadas com as sanções mais amplas anunciadas pelos EUA no mesmo período, no contexto dos casos Skripal e Navalny.

O recrudescimento da disputa de narrativas sobre as circunstâncias da II Guerra Mundial também tem contribuído para aprofundar desentendimentos entre a Rússia e países europeus, notadamente Polônia, Estônia, Lituânia e Letônia. O presidente Putin tem sido vocal em suas críticas a interpretações de que a União Soviética teria sido corresponsável – ao lado da Alemanha nazista – pela eclosão da guerra, o que qualifica de “revisionismo histórico”. Como narrativa alternativa, o mandatário russo sugeriu que acordos prévios entre países europeus ocidentais – Reino Unido, França e Polônia – e a Alemanha teriam sido o principal fator da conflagração.

Refletindo o legado da vitória aliada na II Guerra Mundial, o presidente Putin vem defendendo a convocação de reunião de cúpula dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a “buscar respostas para os desafios e ameaças atuais”. Da

perspectiva russa, a reunião poderia ensejar debates sobre crise econômica causada pela pandemia de COVID-19, novas regras para o controle de armamentos estratégicos, o combate ao terrorismo e extremismo, e a segurança da informação em escala global.

Entre os exemplos recentes de reaproximação da Rússia com países ocidentais, destaca-se a readmissão de parlamentares russos à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE), aprovada em junho de 2019. O presidente francês Emmanuel Macron vem defendendo a reconstrução da arquitetura de segurança europeia, que deveria envolver, em sua visão, o diálogo com a Rússia, que constitui uma “peça-chave para que a placa europeia possa viver em paz”. Ademais, número crescente de membros da UE, como Áustria, Chipre, Grécia, Hungria, Itália e Portugal, questionam crescentemente as sanções aplicadas contra Moscou e a política comunitária de suspensão de qualquer diálogo com a Rússia até a resolução do dossiê ucraniano.

No tocante às relações com os EUA, os presidentes Biden e Putin mantiveram primeiro diálogo telefônico em 26 de janeiro de 2021, ocasião em que os dois mandatários concordaram em manter uma comunicação “transparente e consistente” no futuro e anunciaram a decisão de renovar, até 2026, o tratado de redução de armas estratégicas Novo START. A renovação do acordo sem precondições, mudanças substantivas ou inclusão de terceiros países (como a China) foi vista como grande triunfo para a política externa russa e de segurança da Rússia. Ao preservar mesa de negociação exclusiva e em condições de paridade com Washington, Moscou reforça seu status internacional.

Ao mesmo tempo em que sinaliza disposição em dialogar com a Rússia sobre temas de mútuo interesse, a nova administração norte-americana também vem mostrando maior abertura para coordenar-se com aliados europeus no sentido de exercer maior pressão contra a Rússia em temas como o dossiê ucraniano e segurança cibernética, conforme ressaltado pelo presidente Biden em seu discurso na Conferência de Segurança de Munique, realizada em formato virtual em fevereiro último. Episódio recente (17/3) em que o presidente Biden chamou de “assassino” o presidente Putin levou Moscou a chamar para consultas o Embaixador russo em Washington, o que não ocorria desde 1998, no contexto de bombardeios de forças americanas e britânicas contra alvos no Iraque. Segundo a Chancelaria russa, é necessário identificar formas de retificar as relações entre a Rússia e os EUA.

O relativo distanciamento da Rússia em relação à Europa e aos EUA contrasta com a crescente projeção russa em outras regiões do mundo. No Oriente Médio e África do Norte, a campanha militar russa na Síria, iniciada em 2015, representou novo patamar no processo russo de sua reafirmação como grande potência. A estabilidade no Oriente Médio é considerada fundamental para salvaguardar os interesses geoestratégicos da Rússia na região, importante para a sua própria segurança, inclusive pelos potenciais vínculos com o risco de radicalização no Cáucaso do Norte e na Ásia Central e, em última instância, para mitigar o risco de terrorismo em solo russo.

O conflito sírio ganhou particular relevância para Moscou tanto por seu protagonismo nas discussões diplomáticas, como pela presença de tropas russas no terreno, a pedido do governo sírio. Essa atuação gerou dividendos domésticos, com o aumento de popularidade do governo, o fortalecimento do complexo industrial-militar e o treinamento de combate para as Forças Armadas. Em conjunto com Irã e Turquia, a Rússia estabeleceu o denominado “Processo de Astana”, a fim de possibilitar a distensão do conflito no terreno e buscar meios diplomáticos viáveis para a reconstrução da Síria, em apoio ao trilho político em Genebra.

Apesar de divergências com Ancara na implementação de acordo de desmilitarização da região síria de Idlib, Moscou tem logrado manter dinâmica positiva no âmbito do processo de Astana, bem como aprofundar o relacionamento russo-turco, alicerçado sobre ambiciosos projetos estratégicos (como a exportação do sistema russo de defesa antiaérea S-400, o gasoduto TurkStream e as obras da central nuclear de Akkuyu). Embora não tenha criado óbice formal às relações bilaterais, a decisão do governo turco, em julho de 2020, de reconverter em mesquita o histórico museu Hagia Sofia (Santa Sofia), em Istambul, foi descrita pelo patriarca russo Cirilo I como “ameaça para toda a civilização cristã”. O presidente Putin enfatizou a seu homólogo turco o “considerável clamor público” na Rússia em torno da decisão. O tema reveste-se, ainda, de forte simbolismo para Moscou, remetendo à atuação da Rússia czarista como protetora dos cristãos ortodoxos em todo o mundo, o que esteve entre as causas da guerra da Crimeia de 1853-1856.

O governo russo vem conferindo especial atenção à aproximação com a Ásia, principalmente com a China, com quem a Rússia mantém, segundo Putin em seu discurso à Assembleia Federal russa em fevereiro de 2019, “relações iguais e mutuamente benéficas”. Observa-se sinergia de interesses políticos, econômicos e de segurança entre Moscou e Pequim,

que tendem a crescer conforme ambos os países enfrentam tensões com Washington. Em julho de 2019, Rússia e China realizaram, pela primeira vez, patrulha aérea conjunta na Ásia e Pacífico, que contou com o desdobramento de bombardeiros nucleares. Contingentes chineses têm participado de grandes exercícios militares russos nos últimos anos. A Rússia, de sua parte, indicou que está auxiliando a China a desenvolver sistema de alerta precoce de mísseis balísticos, desde 2019.

A convergência de perspectivas geopolíticas entre Moscou e Pequim entre tem sido reforçada por crescente cooperação econômica. O comércio bilateral entre Rússia e China alcançou recorde histórico em 2018, ultrapassando o patamar de US\$ 100 bilhões. Em dezembro de 2019, o gasoduto russo *Power of Siberia* iniciou suas atividades de fornecimento de gás para a China. Prevê-se que a China consuma US\$ 400 bilhões de gás russo nos próximos 30 anos (o gasoduto tem capacidade operacional de 38 bilhões de m³/ano). A Gazprom já está em conversações com a China para a construção de outros dois gasodutos: o *Power of Siberia 2* e o *Far East*. Apesar dos esforços de diversificação, a perspectiva de diminuição da dependência russa do mercado europeu é baixa, dado que o volume de gás exportado à China ainda será comparativamente menor ao exportado à Europa (só em 2018, a Rússia exportou 202 bilhões de m³ de gás para o continente europeu).

Embora Moscou tenha optado por não aderir formalmente à iniciativa chinesa Cinturão e Rota ('Belt and Road'), Putin a endossa publicamente e menciona a necessidade de integrá-la à Ásia Central, com vistas a conectar a Europa e a Ásia, eventualmente criando zona de livre comércio em toda a Eurásia.

Com a entrada em vigor do Tratado para o Estabelecimento da União Econômica Eurasiática (1/1/2015 - UEEA), esta última, por meio da Comissão Econômica Eurasiática (CEEA), tornou-se responsável pela negociação de acordos comerciais entre seus membros (Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão) e terceiros países. Desde 2015, foram assinados, nesse formato, acordo de livre comércio com Vietnã (2015), acordo de cooperação em temas econômicos e comerciais com a China (2018) e acordo-quadro para estabelecimento de uma zona de livre comércio com Irã (2018), este último com previsão de entrada em vigor em 2021. No dia 17 de dezembro de 2018, firmou-se, em Montevidéu, Memorando de Cooperação Econômica e Comercial entre o

Mercosul e a União Econômica Eurasiática, que poderá facilitar o início de negociações visando a futuro acordo comercial entre os dois blocos.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta a Rússia, a associação com os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo.

No tocante à América Latina, a Rússia busca desenvolver, além do relacionamento político, a cooperação em áreas como energia, venda de material de defesa e investimentos em infraestrutura. Em termos comerciais, a pauta com a região tende a ser concentrada na importação de commodities agrícolas. Muitos países latino-americanos são considerados, por Moscou, parceiros estratégicos e dispõem, assim como o Brasil, de comissões bilaterais de alto nível com a Rússia.

Brasil e Rússia divergem em relação à situação política atual na Venezuela. Em setembro de 2019, Nicolás Maduro visitou Moscou, tendo sido precedido por duas visitas da “vice-presidente executiva” Delcy Rodríguez (março e agosto de 2019), bem como de visitas de outros integrantes do alto escalão do regime ilegítimo de Maduro, a exemplo do “ministro” da Defesa Padrino López (agosto de 2019) e do “vice-presidente setorial de planejamento” Ricardo Menéndez (abril de 2019). O chanceler Lavrov visitou Caracas em fevereiro de 2020. A Rússia foi um dos únicos países a apoiar a eleição ilegítima do deputado Luis Parra à presidência da Assembleia Nacional venezuelana, em janeiro de 2020. Moscou enviou observadores às eleições venezuelanas de dezembro de 2020 e reconheceu seus resultados. O Brasil reitera sua oposição àquele regime e defende a plena restauração da normalidade democrática na Venezuela.

A estratégia assertiva de política externa russa é respaldada por processo de revigoramento do aparato militar do país. Detentora do maior arsenal nuclear do mundo (6.375 ogivas nucleares, contra 5.800 dos EUA e 320 da China, segundo dados do Instituto de Pesquisa para a Paz de Estocolmo – SIPRI), a Rússia tem investido no aperfeiçoamento de sistemas de defesa antiaérea (baterias S-500, a entrarem em operação até o fim de 2021, com capacidade de destruir armas hipersônicas e satélites em baixa órbita, em antecipação ao que percebe como militarização do espaço pelos EUA), na renovação de sua frota de submarinos (recém-lançado submarino lançador de mísseis nucleares *Knyaz Vladimir*, da classe *Borei A*) e no desenvolvimento de novas armas estratégicas (veículos planadores hipersônicos *Avangard*, mísseis de cruzeiro nucleares *Burevestnik*, mísseis hipersônicos *Kinzhal*, submarinos nucleares não tripulados *Poseidon*, mísseis balísticos intercontinentais *Bulava* lançados de submarino, mísseis

balísticos intercontinentais de alta precisão *Sarmat* e sistemas de combate a laser *Peresvet*).

Em seu discurso anual à Assembleia Federal, o presidente Vladimir Putin saudou os avanços nos planos de modernização das Forças Armadas: a participação dos armamentos de ponta em 88% da tríade nuclear (ICBMs, SLBMs e bombardeiros estratégicos) em 2021; a entrada em serviço do primeiro regimento de mísseis balísticos intercontinentais “Sermat” em 2022; e o desenvolvimento dos sistemas de nova geração, como o “Burevestnik” e o “Poseidon”. O mandatário russo declarou esperar que avancem, tão logo a situação epidemiológica permitir, as negociações sobre segurança e estabilidade estratégica com os países ocidentais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômica da Rússia

A Rússia é a 11^a maior economia do mundo em termos nominais (US\$ 1,7 trilhão, comparado a cerca de US\$1,84 trilhão do Brasil) e a 6^a economia em paridade de poder de compra (US\$ 4,43 trilhões).

O setor de serviços é o principal ramo de atividade na Rússia (62% do PIB), seguido do industrial (32,4%) e do agrícola (4,7%). Um dos grandes desafios da Rússia é a necessidade de desconcentração e de diversificação da base econômica do país, extremamente dependente do setor de petróleo e gás, que responde por 60% das exportações do país e por quase metade das receitas orçamentárias do governo. Como herança do passado soviético, parte considerável do parque industrial volta-se para a área de defesa.

Segundo dados oficiais do governo russo, o PIB do país sofreu redução de 3,1% em 2020, em razão dos impactos econômicos da pandemia de COVID-19 e dos cortes na produção de petróleo. Para 2021, autoridades russas esperam que haja recuperação da taxa de crescimento em até 3,8%, abaixo da estimativa de crescimento global de 6%.

O PIB russo é altamente sensível às oscilações dos preços do petróleo, cuja indústria é o principal motor da economia do país, que ocupa a posição de segundo maior produtor dessa *commodity* no mundo, após os Estados Unidos. No primeiro trimestre de 2020, o preço do petróleo sofreu queda de 62% na Rússia, em razão de desentendimentos com a Arábia Saudita sobre cortes adicionais na produção de petróleo, situação agravada pelos impactos econômicos da baixa demanda provocada pela pandemia.

A “guerra” de preços com a Arábia Saudita foi resolvida com novos acordos de delimitação voluntária da produção (OPEP-Plus), anunciados em abril e prorrogados em junho, por meio dos quais a Rússia se comprometeu a reduzir sua produção de petróleo em 1,9 milhão de barris por dia (corte de 22%) nos meses de maio, junho e julho. Os cortes na produção vêm sendo aliviados desde agosto de 2020, com a expectativa de que a produção retorne à sua linha de base em abril de 2022. O baixo custo da produção de petróleo no país permite que o setor esteja bem posicionado para sobreviver a período protraído de baixos preços. A queda de preços, no entanto, prejudica planos de investimentos futuros no setor, que necessita de capital para compensar a elevada taxa natural de declínio de diversos campos maduros de petróleo no país e, assim, manter a produção em níveis pré-crise.

Comparada às maiores economias do mundo, a Rússia vem enfrentando os impactos econômicos da pandemia com menores perdas. Analistas atribuem o desempenho econômico russo à estabilidade que o país adquiriu na última década. A Rússia possui atualmente cerca de US\$ 580 bilhões de reservas, além de US\$ 170 bilhões em Fundo Soberano de Contingência. A dívida pública é reduzida (cerca de US\$ 250 bilhões, correspondentes a 15% do PIB) e a inflação situa-se em níveis controlados, abaixo de 5%. Ademais, em 2020, o Banco Central russo logrou manter a desvalorização do rublo em 16%, patamar capaz de evitar o aumento da inflação no contexto da pandemia.

Por outro lado, a Rússia enfrenta desafios estruturais relacionados a seu modelo econômico, tais como: (i) dependência das *commodities*; (ii) ineficiências decorrentes do forte controle estatal (cerca de 40% da economia e 50% do emprego formal); (iii) participação de pequenas e médias empresas no PIB de apenas 23%; (iv) queda demográfica, com redução da oferta de mão-de-obra qualificada, e declínio da renda real; e (v) necessidade de aperfeiçoamento de marcos jurídicos. Tais desafios, agravados por fatores conjunturais como as sanções internacionais e a baixa demanda por petróleo, dificultam o cenário da retomada econômica e apontam para recuperação lenta. Ainda assim, a Rússia avançou, em 2020, para a 28^a posição no ranking “Doing Business” do Banco Mundial.

Nos últimos anos, as sanções econômicas aplicadas por países ocidentais têm reduzido o ritmo de crescimento do PIB russo, sobretudo por impactar negativamente o nível do investimento. Em particular, a lei norte-americana CAATSA (*Countering America’s Adversaries Through Sanctions Act*), de agosto de 2017, que permite aos EUA adotarem novas

sanções contra a Rússia a qualquer momento, tem tido efeito inibidor ou mesmo paralisante de diversos projetos de investimento. De forma a controlar os efeitos adversos das sanções ocidentais e absorver eventuais choques de liquidez, o governo russo tem adotado rígido conservadorismo fiscal e monetário.

As sanções afetam setores importantes da economia russa. Na área de defesa, importante segmento industrial russo, as sanções incluem lista de entidades como a Rosoboronexport, *holding* que controla a indústria bélica, e de centros de pesquisa e desenvolvimento em áreas de tecnologia de uso dual, além de lista de produtos militares específicos. No setor de petróleo e gás, as sanções têm como objetivo evitar a expansão da oferta futura de energia da Rússia e lograram paralisar projetos de exploração petrolífera no Ártico e na plataforma continental do país. Por outro lado, as sanções ocidentais não têm interferido na produção corrente da Rússia, que conta com investimentos e participação expressiva de parceiros ocidentais.

As “contrassanções” russas, ao restringirem o acesso ao mercado russo de vários produtos alimentícios dos EUA, UE e países aliados, têm favorecido produtores locais, em processo de substituição de importações que segue em curso. As “contrassanções”, somadas a iniciativas governamentais destinadas a aumentar investimentos e produtividade no setor agrícola (em 2016, a Rússia superou os EUA como maior exportador de trigo do mundo), permitem ao governo russo buscar alteração no perfil comercial do país, de tradicional importador de alimentos a grande exportador agrícola, com capacidade para ingressar competitivamente em novos mercados (p.ex. China e Oriente Médio). O governo russo tem adotado, também, políticas de fomento à produção local em outros setores, como indústria farmacêutica e setor automotivo.

Principais Parceiros Comerciais da Rússia

A corrente de comércio total da Rússia, em 2020, alcançou US\$ 568 bilhões, com queda de 15% em comparação a 2019. O valor total das exportações foi de US\$ 337 bilhões (-20,7%), enquanto as importações somaram US\$ 231 bilhões (-5,3%), resultando em superávit comercial de US\$ 106 bilhões (-40%). A queda reflete principalmente a baixa nos preços do petróleo, do gás natural e de derivados, principais produtos da pauta exportadora do país.

A União Europeia continua a ser, em seu conjunto, o maior parceiro comercial da Rússia (cerca de 40% do total), com intercâmbio de US\$ 219 bilhões em 2020 (queda de 21,2% em relação ao ano anterior). Os

principais parceiros comerciais da Rússia na Europa foram Alemanha, Itália e França. Embora o saldo comercial tenha caído 46,1% em 2020, comércio com o bloco é superavitário para a Rússia (US\$ 55 bilhões em 2020) e está concentrado na exportação de hidrocarbonetos e na importação de maquinários, veículos e produtos químicos.

As trocas com a China, em parte devido às sanções ocidentais, têm crescido aceleradamente nos últimos anos, embora tenham apresentado queda entre 2019 e 2020, ano em que atingiram o patamar de US\$ 103 bilhões (-7,2%). A China consolidou-se como o maior parceiro comercial individual da Rússia, representando, em 2020, 20% do comércio exterior russo. Em 2019, Moscou e Pequim anunciaram meta de duplicar a corrente bilateral de comércio até 2024.

O comércio com os EUA, por sua vez, manteve sua importância, apesar das sanções impostas à Rússia. Em 2020, o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu US\$ 24 bilhões (cerca de 3,5% do comércio total e queda de 10% em relação ao ano anterior).

Comércio Brasil-Rússia

Em 2020, o fluxo comercial bilateral foi de US\$ 4,27 bilhões (-19,4% em relação a 2019), com exportações de US\$ 1,52 bilhão (-5,9%), importações de US\$ 2,74 bilhões (-26,2%) e déficit de US\$ 1,22 bilhão. Em anos anteriores, os dois países vinham mantendo intercâmbio comercial de cerca de US\$ 5 bilhões anuais. O máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008. Historicamente, o fluxo bilateral é superavitário para o Brasil. Em 2018, 2019 e 2020, contudo, houve déficit de US\$ 1,7 bilhão, US\$ 2 bilhões e US\$ 1,2 bilhão, respectivamente, em função das restrições à importação de carne bovina e suína provenientes do Brasil, impostas pelas autoridades sanitárias russas em dezembro de 2017, que alegaram presença da substância ractopamina em carregamentos brasileiros. As restrições fitossanitárias foram levantadas parcialmente em novembro de 2018, mas ainda em nível insuficiente para normalizar as exportações de carne brasileiras.

Os principais produtos exportados do Brasil para a Rússia em 2020 foram: soja (25%), carne bovina (12%), amendoim em grãos (7,7%), café não torrado (7,3%), carne de frango (7%), tratores rodoviários para semi-reboque (4,2%), alumina (3,5%) e açúcar (3,1%).

No sentido inverso, os principais produtos importados da Rússia em 2020 foram: adubos e fertilizantes (66%), carvão (9%), alumínio (6,3%) e, em níveis menores, metais preciosos (paládio), borrachas sintéticas,

derivados de petróleo, hulhas e trigo. As importações provenientes da Rússia mantiveram-se elevadas, apesar de diminuição relativa no último ano, no contexto da pandemia de COVID-19 (US\$ 2,71 bilhões em 2020, em comparação a US\$ 3,68 bilhões em 2019, US\$ 3,37 bilhões em 2018, e US\$ 2,64 bilhões em 2017), o que se deve, em grande parte, pela alta demanda de fertilizantes para a agricultura brasileira e pelos altos preços de petróleo e derivados. O agronegócio brasileiro importa cerca de 95% do cloreto de potássio utilizado, do qual 40% procede da Rússia.

Em 2020, o Brasil permaneceu como o principal fornecedor de soja para a Rússia (US\$ 387 milhões). Outros produtos de destaque são: tabaco, com 16,7%, sendo o Brasil o principal fornecedor do produto não processado para a Rússia; e café, (terceiro maior fornecedor), com 15% do total das importações russas, atrás de Vietnã (32,3%) e Itália (16,1%).

Em março de 2021, a União Econômica Eurasiática decidiu excluir do sistema de preferências tarifárias 75 dos 103 países em desenvolvimento, entre os quais Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Equador, Turquia, Coreia do Sul e China. A exclusão começa a vigorar em 12 de outubro de 2021 e vai levar a aumento da tarifa de importação para produtos importantes da pauta exportadora do Brasil para a Rússia, como carne bovina, frutas (exceto maçãs) e tabaco.

Investimentos

Em matéria de investimentos, os principais países investidores na Rússia, incluindo novos projetos e investimentos de subsidiárias de multinacionais, são França, China, Alemanha e EUA. Embora a UE detenha cerca de 70% do estoque total de investimento externo direto (IED) na Rússia, em 2017 a China tornou-se uma das principais origens de investimentos no país, com destaque para os setores de energia e agricultura, neste último caso em projetos próximos à fronteira comum de 4.200 km. Apesar das sanções norte-americanas, os EUA mantiveram a posição de maiores investidores diretos na economia russa (segundo dados mais recentes da UNCTAD, que também contabiliza investimentos norte-americanos realizados a partir de filiais europeias, ao contrário das estatísticas oficiais russas e americanas).

No tocante aos fluxos de investimento entre Brasil e Rússia, segundo estimativas oficiais, a Rússia investiu cerca de US\$ 1,8 bilhão no Brasil, especialmente em projeto gasífero no Amazonas (US\$ 1,5 bilhão) e nas áreas de energia elétrica, armazenamento de produtos agrícolas e portos.

A Rússia conta com grandes grupos empresariais, capitalizados e em crescente internacionalização, com reconhecida capacidade técnica e tecnológica em setores de relevância para o Brasil, tais como infraestrutura logística, ferrovias, mineração e energia (inclusive nuclear). Há interesse identificado de grupos russos em ampliar investimentos no Brasil, inclusive como forma de aperfeiçoar a infraestrutura logística do agronegócio brasileiro (portos e ferrovias).

No sentido inverso, empresas brasileiras dos setores de carnes (BRF, Frigol, JBS e Minerva), café (Cacique DMC, Café Jaguari), joias (H. Stern), refrigeradores (Metalfrio), aviação (Embraer) e motores (WEG) mantêm representação comercial na Rússia. Há nichos de oportunidade no setor financeiro, logística, medicina, serviços hospitalares e publicidade.

Alguns grupos russos já se encontram estabelecidos no Brasil ou demonstram firme interesse em investir no país:

Rosneft - maior petroleira do mundo de capital aberto nos quesitos produção e reservas, a estatal russa Rosneft opera, desde 2011, projeto de exploração e produção (E&P) na Bacia do Solimões (atualmente paralisado), onde detém reservas de gás natural de 60 bilhões de metros cúbicos.

Rosatom – a holding estatal russa do setor nuclear possui escritório para América Latina no Rio de Janeiro, tem interesse em participar da conclusão e operação de Angra 3, bem como da construção de novas usinas nucleares no país.

Eurochem - em 2016, o grupo russo (com sede na Suíça), produtor de fertilizantes, assumiu o controle da Fertilizantes Tocantins, que desde então inaugurou três unidades misturadoras no Brasil, com investimento total de US\$ 70 milhões.

Uralkali - um dos maiores produtores de cloreto de potássio do mundo, é acionista de terminal portuário no Porto de Antonina (PR) e manifestou, em julho de 2020, intenção de investir em novo terminal de descarregamento em outras áreas do Brasil. Uralkali e Uralchem concluíram, em 2019, acordo para adquirir o controle da Fertilizantes Heringer, que detém 19 plantas de produção e estrutura de distribuição em todo o Brasil.

Phosagro - a empresa anunciou planos de investir em terminal portuário no Brasil.

Acron – a empresa, grande produtora de fertilizantes nitrogenados, possui distribuidora no Brasil, já anunciou negociação com a Petrobras para possível aquisição e conclusão das obras da Unidade de Fertilizantes

Nitrogenados 3 (UFN3), em Três Lagoas (MS), bem como estudos para investir em porto.

Sodruggestvo - maior grupo privado russo do setor de agronegócio e maior importador russo de soja brasileira, é também investidor no Brasil. Mediante parcerias locais, desenvolveu diversos projetos de infraestrutura de armazenagem e processamento de grãos, bem como de distribuição de fertilizantes.

Power Machines – a empresa, maior grupo russo de engenharia hidrelétrica, adquiriu, em 2015, o controle acionário da Fezer, um dos maiores fabricantes brasileiros de equipamentos para usinas hidrelétricas.

A entrada em vigor, em 2018, da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda representa importante incentivo para os investimentos entre os dois países. Com vistas a fomentar ainda mais os investimentos bilaterais, o Brasil apresentou, em março de 2019, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que se encontra em análise pela área econômica do governo russo.

DADOS COMERCIAIS BRASIL-RÚSSIA

Corrente de Comércio Bilateral



Dez principais exportações brasileiras à Rússia, por ano

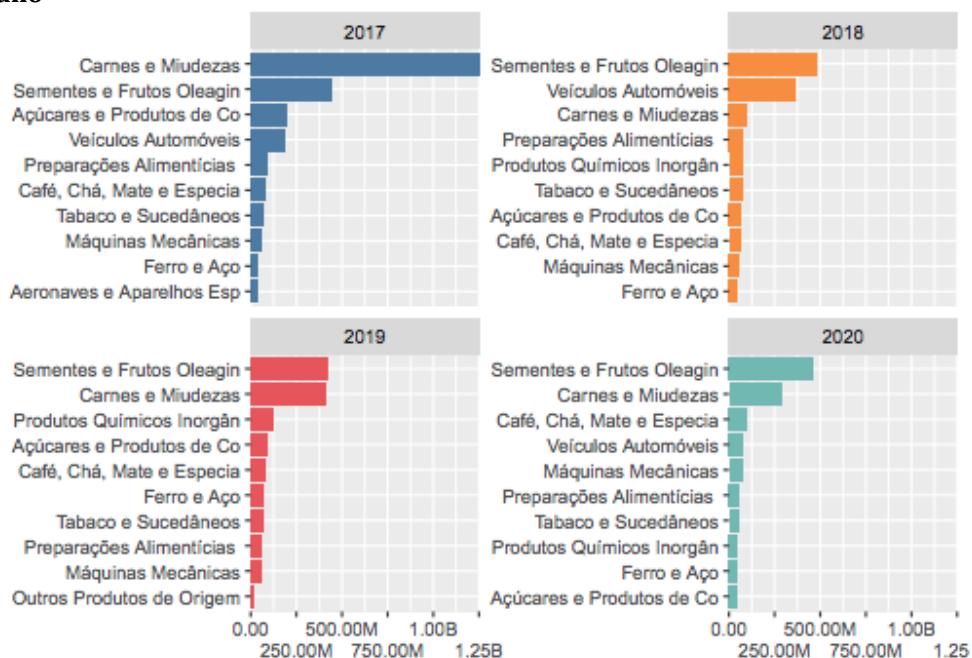


Tabela - Dez principais exportações brasileiras à Rússia, em 2020

Posição	Produto	2020	Variação	Porcentagem
1	Sementes e Frutos Oleaginosos	463.84M	9.46%	33.17%
2	Carnes e Miudezas	287.26M	-29.63%	20.54%
3	Café, Chá, Mate e Espécias	102.13M	29.70%	7.30%
4	Veículos Automóveis	76.06M	1.28K%	5.44%
5	Máquinas Mecânicas	72.29M	28.39%	5.17%
6	Preparações Alimentícias Diversas	54.90M	-3.41%	3.93%
7	Tabaco e Sucedâneos	50.34M	-28.93%	3.60%
8	Produtos Químicos Inorgânicos	45.96M	-63.81%	3.29%
9	Ferro e Aço	45.61M	-37.07%	3.26%
10	Açúcares e Produtos de Confeitaria	44.90M	-49.97%	3.21%

- Sementes e Frutos Oleaginosos (33.17) %
- Carnes e Miudezas (20.54) %
- Café, Chá, Mate e Espécias (7.3) %
- Veículos Automóveis (5.44) %
- Máquinas Mecânicas (5.17) %
- Preparações Alimentícias (3.93) %
- Tabaco e Sucedâneos (3.6) %
- Produtos Químicos Inorgânicos (3.29) %
- Ferro e Aço (3.26) %
- Açúcares e Produtos de Co (3.21) %
- Outros (11.09) %

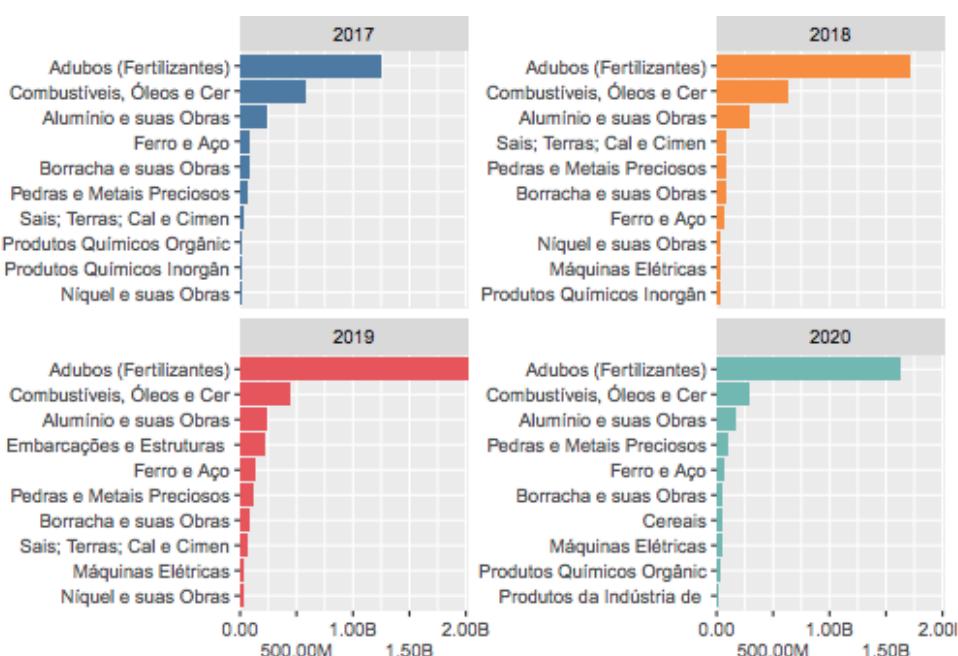
Brasil-Rússia, Exportações em 2020**Dez principais importações brasileiras originadas da Rússia, por ano**

Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país em 2020

Posição	Produto	2020	Variação	Porcentagem
1	Adubos (Fertilizantes)	1.62B	-19.38%	65.34%
2	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	288.84M	-33.87%	11.63%
3	Alumínio e suas Obras	157.94M	-29.39%	6.36%
4	Pedras e Metais Preciosos	86.56M	-23.15%	3.48%
5	Ferro e Aço	60.38M	-49.96%	2.43%
6	Borracha e suas Obras	51.27M	-32.97%	2.06%
7	Cereais	49.07M	167.13%	1.98%
8	Máquinas Elétricas	37.81M	11.95%	1.52%
9	Produtos Químicos Orgânicos	27.17M	4.56%	1.09%
10	Produtos da Indústria de Moagem	15.16M	14.08%	0.61%

- Adubos (Fertilizantes) (65.34) %
- Combustíveis, Óleos e Cer (11.63) %
- Alumínio e suas Obras (6.36) %
- Pedras e Metais Preciosos (3.48) %
- Ferro e Aço (2.43) %
- Borracha e suas Obras (2.06) %
- Cereais (1.98) %
- Máquinas Elétricas (1.52) %
- Produtos Químicos Orgânic (1.09) %
- Produtos da Indústria de (0.61) %
- Outros (3.5) %

Brasil-Rússia, Importações em 2020**Tabela - Dez principais países de destino de exportações brasileiras, por ano**

Posição	País	2020	Variação	Porcentagem
1	China	63.19B	9.42%	32.99%
2	Estados Unidos	19.02B	-29.76%	9.93%
3	Argentina	7.69B	-15.33%	4.01%
4	Paises Baixos (Holanda)	6.99B	-27.21%	3.65%
5	Espanha	3.86B	2.85%	2.02%
6	Japão	3.78B	-21.47%	1.97%
7	Canadá	3.75B	20.28%	1.96%
8	Alemanha	3.74B	-15.01%	1.95%
9	Chile	3.43B	-27.08%	1.79%
10	México	3.41B	-24.45%	1.78%
33	Rússia	1.40B	-8.36%	0.73%

Cronologia Histórica da Rússia	
Séculos VIII a.C. – XII d.C. – Tribos eslavas consolidam sua presença na planície europeia oriental. Ao longo de vários séculos, sucessão de tribos nômades asiáticas povoam a região, mesclando-se com as tribos eslavas.	
Séculos XIII-XV – Invasão e domínio mongol.	
1480 – Ivã III repele a Horda Dourada, marcando o fim do controle mongol sobre a Rússia.	
1547 – Ivã IV, o Terrível, torna-se o primeiro monarca moscovita a receber o título de czar de toda a Rússia.	
1582 – 1640 - Expansão da Rússia rumo à Sibéria.	
1682 -1725 – Reinado do czar Pedro I, o Grande, que estende as fronteiras da Rússia até o mar Báltico.	
1762-1796 – Reinado de Catarina II, a Grande, conhecido como a Era de Ouro do Império Russo.	
1812 – Invasão da Rússia pelo Grande Exército de Napoleão, derrotado pelo czar Alexandre I.	
1853-1856 – Guerra da Crimeia, perdida pela Rússia.	
1904-1905 – Guerra russo-japonesa, perdida pela Rússia.	
1905 - Revolução de 1905. Reprimida, mas força o czar a assinar o Manifesto de Outubro, que permite a criação de um parlamento.	
1917 – Revolução de Outubro. Fim da monarquia. Os revolucionários bolcheviques tomam o poder. Armistício com a Alemanha retira a Rússia da Primeira Guerra Mundial.	
1922 – Fim da Guerra Civil Russa. Fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).	
1924 – Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski e torna-se o primeiro Secretário-Geral do partido comunista soviético.	
1941 – Invasão da URSS por Hitler. A URSS une-se aos Aliados contra o Eixo.	
1945 – Fim da Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Divisão da Europa em zonas de influência ocidental e soviética.	
1953 – Morte de Stálin e ascensão de Nikita Khrushchev ao comando do partido soviético.	
1955 – Assinatura do Pacto de Varsóvia entre a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.	
1956 - Khrushchev denuncia os crimes de Stálin em discurso no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.	
1962 – Crise dos mísseis em Cuba.	
1964 – Ascensão de Leonid Brezhnev à liderança do partido comunista (1964-1982).	
1982 – Yuri Andropov assume a posição de Secretário-Geral do partido comunista.	
1984 – Após o falecimento de Andropov, Konstantin Chernenko ascende ao poder.	
1985 – Mikhail Gorbachev torna-se Secretário-Geral do partido comunista, após o falecimento de Chernenko. Gorbachev adota, como lema de seu governo, os conceitos “glasnost” (transparência ou abertura) e “perestroika” (reestruturação).	
1991 – Dissolução da URSS.	
1993 – Crise constitucional na Rússia. Exército bombardeia o parlamento e prende líderes opositores. Eleições para o novo parlamento e referendo sobre nova Constituição.	

1994 – Primeira Guerra da Chechênia. Yeltsin declara cessar-fogo unilateral em 1996.
1999 – Segunda Guerra da Chechênia. Vladimir Putin torna-se primeiro-ministro de Yeltsin em agosto. Com a renúncia de Yeltsin, em dezembro, Putin assume como presidente interino da Rússia.
2000 – Vladimir Putin vence a eleição presidencial no primeiro turno.
2008 – Após dois mandatos consecutivos do presidente Putin, seu aliado político Dmitri Medvedev ganha a eleição presidencial no primeiro turno.
2012 – Início do terceiro mandato do presidente Vladimir Putin.
2014 – Anexação da Crimeia. Suspensão da Rússia do G-8. EUA, EU e aliados ocidentais anunciam sanções contra a Rússia.
2018 – Início do quarto mandato do presidente Vladimir Putin (2018-2024).
2020 – Aprovação de reforma à Constituição de 1993, que faculta ao presidente Putin a possibilidade de concorrer à nova reeleição em 2024.

Cronologia das Relações Bilaterais
1828 – Estabelecimento de relações diplomáticas, em 3 de outubro.
1876 – Visita em caráter privado do imperador Dom Pedro II a São Petersburgo.
1918 – Rompimento de relações diplomáticas, em razão do não reconhecimento pelo Brasil do governo bolchevique.
1945 – Restabelecimento de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, após o encerramento da II Guerra Mundial.
1947 – Novo rompimento de relações diplomáticas, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra.
1959 – Restabelecimento de relações comerciais, durante a presidência de Juscelino Kubitscheck.
1961 – Restabelecimento de relações diplomáticas, durante a presidência de João Goulart.
1981 – Ato constitutivo da Comissão Intergovernamental de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica (CIC).
1988 – Visita do presidente José Sarney à então União Soviética.
1997 – Criação da Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (CAN).
1999 – I Reunião da CIC, em Brasília (23 e 24 de abril).
2000 – I Reunião da CAN, em Moscou (21 a 25 de junho).
2001 – II Reunião da CIC, em Moscou (25 e 26 de setembro).
2001 – II Reunião da CAN, em Brasília (12 de dezembro).
2002 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica.
2004 – Visita do vice-presidente José Alencar à Rússia.
2004 – Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil, a primeira de um Chefe de Estado da Federação da Rússia. Estabelecimento da "Aliança Tecnológica" entre os dois países.
2004 – III Reunião da CIC, em Brasília (18 a 20 de fevereiro).
2004 – III Reunião da CAN, em Moscou (11 e 12 de outubro).
2005 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia (18 de outubro).
2005 – IV Reunião da CIC, em Moscou (3 e 4 de outubro).
2006 – Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov ao Brasil (dezembro).
2006 – IV Reunião da CAN, em Brasília (4 de abril).
2008 – I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRIC, em Ecaterimburgo (maio).
2008 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil (25 e 26 de novembro).
2008 – Assinatura do Acordo de isenção de vistos de curta duração.
2008 – V Reunião da CIC, em Brasília (17 e 18 de novembro).
2009 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia, por ocasião da I Cúpula do BRICs, em Ecaterimburgo (junho).
2010 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil (15 e 16 de abril).
2010 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia. Assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica (maio).
2010 – VI Reunião da CIC, em Brasília (7 e 8 de outubro).
2011 – Visita do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da V Reunião da CAN (16 de maio) e da VII Reunião da CIC (17 de maio), em Moscou.
2012 – Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 26 de setembro).

2012 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Moscou (13 e 14 de dezembro).
2013 – Visita do primeiro-ministro Dmitry Medvedev ao Brasil e realização da VI CAN, em Brasília (19 a 21 de fevereiro).
2013 – Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Serguei Lavrov ao Brasil (Rio de Janeiro, 11 de junho).
2013 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na Cúpula do G-20, em São Petersburgo (5 de setembro).
2013 – Reunião informal dos Líderes do BRICS à margem da Cúpula do G-20 (São Petersburgo, 5 de setembro).
2013 – Visita do Ministro da Defesa Serguey Shoigu ao Brasil (16 e 17 de outubro).
2013 – VIII Reunião da CIC, em Brasília (8 de novembro).
2014 – Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil e participação na VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza (14 de julho).
2015 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na VII Cúpula do BRICS, em Ufá (9 de julho).
2015 – Viagem do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da IX Reunião da CIC (14 e 15 de setembro) e da VII Reunião da CAN (16 de setembro), em Moscou.
2016 – Visita de Sua Santidade Cirilo I, Líder da Igreja Ortodoxa Russa, ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, 19 a 21 de fevereiro).
2017 – X Reunião da CIC, em Brasília (22 de maio).
2017 – Viagem do presidente Michel Temer à Rússia (20 e 21 de junho).
2018 – 190 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia (3 de outubro).
2019 – Visita do presidente da Duma de Estado, Vyacheslav Volodin, ao Brasil (Brasília, 1º de janeiro), para a posse do Presidente Jair Bolsonaro.
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de secretários (Brasília, 11 de março).
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de diretores de Departamento (Brasília, 24 de abril).
2019 – Conversa entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Presidente Vladimir Putin, por ocasião da Cúpula do G-20 (Osaka, 28-29 de junho).
2019 – Visita do chanceler russo Sergey Lavrov ao Rio de Janeiro e encontro com o Ministro Ernesto Araújo, por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos BRICS (26 de julho).
2019 – Visita do presidente Putin ao Brasil e participação na XI Cúpula do BRICS, em Brasília (14 de novembro).
2020 – Contato telefônico entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Presidente Vladimir Putin (15 de junho).
2021 – Contato telefônico entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Presidente Vladimir Putin (6 de abril).

I - ACORDOS BILATERAIS VIGENTES			
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	02/03/2018	26/10/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	26/06/2010	08/07/2015
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	16/06/2017	01/08/2017
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	01/01/2007	07/03/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008
Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	01/08/2004	11/10/2004

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	12/12/2001	30/01/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Quarentena Vegetal	22/06/2000	26/06/2002	12/06/2002
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	14/01/2002	18/09/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002	13/08/2002
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Uzbequistão
GENTÍLICO:	Uzbeque
CAPITAL:	Tashkent
ÁREA:	447.400 km ²
POPULAÇÃO:	34.588.900 (2020)
LÍNGUA OFICIAL:	Uzbeque (língua oficial). Línguas minoritárias não oficiais incluem russo e tajique.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
CHEFE DE ESTADO:	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (est. 2020):	US\$ 59,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (est. 2020):	US\$ 250,1 bilhões
PIB PER CAPITA (est. 2020):	US\$ 1.763
PIB PPP PER CAPITA (est. 2020):	US\$ 7.378
VARIAÇÃO DO PIB:	0,8% (est. 2020) 5,56% (2019); 5,13% (2018); 5,3% (2017); 7,80% (2016); 8% (2015); 8,10% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2018):	0,710 (108 ^a posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	74,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	99,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	11%
UNIDADE MONETÁRIA:	Som uzbeque
EMBAIXADOR EM TASHKENT:	Tovar da Silva Nunes (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Javlon Vakhabov (residente em Washington – pendente apresentação de credenciais)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UZBEQUISTÃO (US\$ milhões – FOB / Fonte: MDIC)										
Brasil →Uzbequistão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-mar)
Intercâmbio	23,0	46,9	18,0	12,3	14,0	6,0	38,3	35,1	46,3	38,5
Exportações	21,0	46,6	17,0	9,9	13,5	5,3	38,1	27,7	44,7	38,0
Importações	2,0	0,3	1,0	2,4	0,5	0,7	0,2	7,4	1,6	0,5
Saldo	19,0	46,3	16,0	7,5	13,0	4,6	37,9	20,3	43,1	37,5

APRESENTAÇÃO

Núcleo histórico, geográfico e demográfico da Ásia Central, o Uzbequistão faz fronteira com todas as demais repúblicas pós-soviéticas regionais (Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tajiquistão), além do Afeganistão. Trata-se de um dos dois únicos países duplamente mediterrâneos (isto é, sem acesso ao mar e cercado por países na mesma condição) do mundo, ao lado de Liechtenstein.

O território uzbeque, de 447.400 km² (pouco maior do que o Paraguai), é caracterizado pela escassez de água, o que decorre, em parte, da drástica redução do volume do Mar de Aral, em consequência da irrigação intensiva para o cultivo do algodão no período soviético. O clima é caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Trata-se do país mais povoado da Ásia Central, com 34 milhões de habitantes, concentrados nas terras férteis da parte oriental do país, como o vale do Fergana. O crescimento demográfico vegetativo é relativamente elevado (2,8% por ano). Em sua maioria (88%), a população professa o Islã sunita, geralmente em sua vertente “russificada”, com costumes sociais comparativamente liberais. O Estado é laico.

Entre a população nacional, há aproximadamente 83% de uzbeques e 17% de minorias étnicas, como russos, tajiques e cazaques. Há expressiva diáspora uzbeque (2 milhões de pessoas) na Rússia, sobretudo em Moscou.

País rico em recursos naturais, o Uzbequistão conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.

O idioma uzbeque, o único oficial do país, pertence à família linguística túrquica. Em 1992, o cirílico foi substituído por versão modificada do alfabeto latino (“Yañalif”) na grafia do uzbeque. O russo segue sendo amplamente compreendido no Uzbequistão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHAVKAT MIRZIYOYEV

presidente



Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em Ciências Técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Tornou-se governador da região de Jizzakh, em 1996, e da região de Samarcanda, em 2001. Foi o primeiro-ministro do Uzbequistão por longo período (2003 a 2016).

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente com 88,6% dos votos.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem um filho e duas filhas.

ABDULLA ARIPOV*primeiro-ministro*

Abdulla Nigmatovich Aripov nasceu em maio de 1961, em Tashkent. Formou-se em Engenharia de Comunicações. É doutor em Economia pelo Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações de Tashkent.

Fez carreira no setor de comunicações, tendo trabalhado na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent (1983 a 1992); nas empresas Uzimpeksaloka (1993 a 1995) e JV TashAfinalAL (1995 a 1996); e em agências públicas de telecomunicações e correios (1995 a 2001).

Foi vice primeiro-ministro de 2002 a 2012, quando se afastou do governo para lecionar na Universidade de Tecnologias da Informação de Tashkent. Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro em substituição a Shavkat Mirziyoyev, eleito presidente. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo pelo parlamento uzbeque.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem cinco filhas.

ABDULAZIZ KAMILOV
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Abdulaziz Khafizovich Kamilov nasceu em novembro de 1947, na cidade uzbeque de Yangiyul. Formou-se em 1972 pela Academia Diplomática da União Soviética (atual Academia Diplomática Russa) e obteve doutorado em História pela Academia de Ciências da URSS, em 1980. Após ingressar na carreira diplomática, especializou-se no mundo árabe, tendo servido nas embaixadas da URSS em Beirute (1973-1976) e Damasco (1980-1984) e trabalhado no departamento de Oriente Médio do MID soviético. Com o colapso da URSS, transferiu-se para a chancelaria uzbeque e serviu na embaixada em Moscou (1991-1992) e no Serviço de Segurança Nacional. Foi vice-chanceler em 1994 e chanceler de 1994 a 2003. De 2003 a 2010, foi embaixador do Uzbequistão em Washington, cumulativo com o Brasil – foi o primeiro embaixador uzbeque acreditado no Brasil.

Tornou-se vice-chanceler em 2010 e voltou a ser chanceler em 2012. Foi mantido no cargo pelo presidente Mirziyoyev após a transição de 2016. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo pelo parlamento uzbeque.

Fluente em uzbeque, russo, inglês e árabe. Casado, tem um filho. Sua esposa, Gulnara Rashidova, é filha de Sharof Rashidov, líder do Uzbequistão soviético de 1959 e 1983. Visitou o Brasil em ao menos duas ocasiões: (i) em 2008, para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente e acompanhar o então ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev; e (ii) em 2009, no contexto de visita do então presidente Islam Karimov a Brasília.

SÍNTESE HISTÓRICA

O Uzbequistão contemporâneo corresponde aproximadamente à histórica Transoxiana (ou Sogdiana), o território situado entre os rios Amu Darya e Syr Darya, respectivamente conhecidos como Oxus e Jaxartes na antiguidade. Trata-se de uma das regiões do globo com mais antigo registro de presença humana. A área era habitada já no período paleolítico, quando nela foram desenvolvidas armas rudimentares, formulações teológicas e técnicas de domesticação de animais.

Sob o domínio persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Após a conquista da Pérsia por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas localidades tornaram-se importantes centros de intercâmbio comercial, político, religioso e cultural – o núcleo dos corredores de trânsito entre China e Europa coletivamente conhecidos como “Rota da Seda”.

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe entre os anos 709 e 712, quando o Islã sunita tornou-se a religião predominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região e provocou grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, o que deu origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongóis, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan e o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais estabeleceram controle sobre o antigo canato mongol. Nos séculos seguintes, a região sofreu diversas ondas de conquista militar, entre as quais se destaca a ascensão do Império Timúrida, de matriz turco-mongol, liderado por Amir Timur (Tamerlão), que se encontra sepultado em Samarcanda e atualmente é considerado herói nacional no Uzbequistão. Posteriormente, consolidaram-se três canatos/emirados independentes na área: Bucara, Khiva e Kokand. Essas unidades políticas sobreviveram até meados do século XIX, quando forças russas as anexaram, sob a forma de protetorados, no contexto do “Grande Jogo” entre os impérios tsarista e britânico pela hegemonia geopolítica na Ásia Central. A região passou a ser administrada por governadores-gerais indicados por São Petersburgo, que investiu no setor agrícola, com o objetivo de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos. No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas,

conhecidos como jadadistas, advogaram pela modernização e pela independência do Uzbequistão.

No âmbito da Guerra Civil posterior à Revolução Russa de 1917, houve conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, os basmachi, que ambicionavam a independência, mas foram vencidas militarmente. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ensejou o estabelecimento, em 1924, da República Socialista Soviética Uzbeque, cujas fronteiras foram arbitrariamente delineadas por Josef Stalin, então Comissário do Povo para as Nacionalidades da URSS, e passaram por diversas alterações nas décadas de 1920 e 1930.

A construção da ferrovia Turquestão-Sibéria (Turksib), concluída em 1930, contribuiu para a consolidação do poder soviético no Uzbequistão e para o desenvolvimento da economia do país, processo aprofundado durante a Segunda Guerra Mundial, quando parte expressiva do complexo fabril soviético foi realocada para a Sibéria e a Ásia Central e testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades e empreendimentos agrícolas estatais. O Uzbequistão também recebeu grande fluxo de refugiados e deportados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos uzbeques, sobretudo personalidades políticas e culturais, foram submetidos à repressão stalinista.

Nos anos 1970, o chefe do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, adotou práticas autonomistas e clientelistas que desgastaram a autoridade soviética na região. Após sua morte, Moscou indicou uma nova geração de líderes para reestabelecer seu controle na área, com destaque para Islam Karimov, que se tornou primeiro-secretário do Partido Comunista do Uzbequistão em 1989 e presidente do Uzbequistão soviético em 1990.

Em paralelo, a incursão soviética no Afeganistão (1979-1989) afetou diretamente o Uzbequistão. Passava pela cidade uzbeque de Termez o principal corredor de trânsito do Exército Vermelho naquela campanha militar. Milhares de uzbeques faleceram no conflito no país vizinho.

Com as reformas estruturais (*glasnost* e *perestroika*) implementadas por Mikhail Gorbachev para liberalizar e modernizar a União Soviética, Islam Karimov promoveu políticas que ensejaram maior autonomia política

e cultural ao Uzbequistão, como a valorização do Islã – cuja prática havia sido restrita por décadas – e do idioma uzbeque.

Em 1º de setembro de 1991, após a malfadada tentativa de golpe de Estado da linha-dura soviética contra Gorbachev, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu respaldo popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, Islam Karimov foi eleito o primeiro presidente da República do Uzbequistão, com 87% dos votos. O mandatário consolidou sua autoridade e foi reeleito sucessivamente em 2000, 2007 e 2015.

Durante seu prolongado governo, Karimov centralizou o poder político e promoveu a autossuficiência política e econômica do país. Permaneceu no cargo até falecer, vítima de infarto, em setembro de 2016. O parlamento nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como chefe de Estado interino, e determinou a realização de eleições antecipadas.

Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão com 88,6% dos votos, com base em plataforma reformista, visando a modernizar a economia, descomprimir o ambiente político interno e romper o isolamento internacional herdado da Era Karimov.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 30/4/1993 e são acompanhadas, de forma cumulativa, pela embaixada do Brasil em Moscou e pela embaixada do Uzbequistão em Washington.

O relacionamento ganhou alguma densidade na segunda metade da década de 2000. O primeiro embaixador brasileiro a apresentar credenciais em Tashkent foi Carlos Augusto Santos-Neves, em 2006, e, em 2008, Abdulaziz Kamilov (atual chanceler) tornou-se o primeiro embaixador uzbeque a apresentar credenciais em Brasília.

O fluxo de visitas intensificou-se nos anos seguintes. Em 2006 e 2007, o então assessor especial do MRE para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, visitou Tashkent. Em 2007, o então vice-chanceler uzbeque, Ilkhom Nematov, visitou Brasília para firmar protocolo sobre consultas políticas – o primeiro ato bilateral assinado entre Brasil e Uzbequistão. Em 2008, visitou o Brasil o então ministro das Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão, Elyor Ganiev. No mesmo ano, ocorreu, em Tashkent, a primeira – e até hoje única – reunião de consultas políticas, com a viagem à capital uzbeque do então SGAP II, embaixador Roberto Jaguaribe. Naquele contexto, o governo uzbeque anunciou apoio à candidatura brasileira a vaga permanente no CSNU.

O ápice da aproximação bilateral foi a viagem ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) do então presidente Islam Karimov, em maio de 2009, a única de um mandatário uzbeque à América do Sul.

À exceção do protocolo sobre consultas políticas de 2007, todos os atos bilaterais existentes foram assinados durante a visita presidencial. Esse arcabouço jurídico é composto por acordos de cooperação econômica e comercial, cooperação técnica, cultura, turismo e agricultura; acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos; memorando de consultas políticas; e uma declaração presidencial conjunta. Todos estão vigentes no plano internacional.

No mês seguinte à visita presidencial uzbeque, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a EMBRAPA realizaram missão ao país centro-asiático para prospectar possíveis áreas de cooperação técnica.

O então secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, liderou missão empresarial ao Uzbequistão, em 2010, para participar da Feira Internacional de Turismo de Tashkent e reunir-se com ministros da área econômica e com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria e o presidente da Uzbekenergo.

O Uzbequistão foi representado na Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, por seu então ministro da Proteção da Natureza, Nariman Umarov.

Nos anos seguintes, desacelerou-se o fluxo de contatos de alto nível. O hiato foi superado em 2016, quando o vice-primeiro-ministro uzbeque, Adham Ikramov, chefiou a delegação de seu país aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O embaixador do Brasil em Moscou, Tovar da Silva Nunes, realizou missão a Tashkent, em 21-22 de outubro de 2019, para apresentar cartas credenciais como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil junto à República do Uzbequistão, com residência em Moscou. Na oportunidade, compareceu a cerimônia solene com a presença do presidente Shavkat Mirziyoyev e manteve reuniões com autoridades dos ministérios da Agricultura, Investimentos e Comércio Exterior, Defesa e Cultura, bem como da Câmara de Comércio e Indústria e da estatal UZTrade, além de colegas do corpo diplomático e empresários locais. Os encontros sublinharam a existência de grande potencial para a cooperação entre Brasil e Uzbequistão.

Em fevereiro de 2020, foi enviada nota verbal à embaixada uzbeque em Moscou informando a concessão de “agrément” do governo brasileiro à indicação do senhor Javlon Vakhabov como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, não residente, da República do Uzbequistão junto à República Federativa do Brasil.

Assuntos consulares

Atualmente, a Embaixada do Brasil em Moscou contabiliza um cidadão brasileiro residente no Uzbequistão. Três nacionais brasileiros

foram repatriados do Uzbequistão com ajuda da embaixada em Moscou após a eclosão da pandemia de COVID-19. Pequeno fluxo de turistas brasileiros visita anualmente o país, mas os números são desconhecidos.

Por decisão unilateral do governo uzbeque, em vigor desde fevereiro de 2019, cidadãos brasileiros não necessitam de visto para visitas de caráter turístico com duração de até 30 dias. Acordo bilateral em vigor, firmado em 2009, prevê a isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos para visitas de até 90 dias.

POLÍTICA INTERNA

Após a morte de Sharof Rashidov, que liderou o Partido Comunista do Uzbequistão entre 1959 e 1983, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança da agremiação. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia na república, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo em que maior *status* era conferido à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após uma tentativa de golpe de estado em Moscou, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão, com 88,6% dos votos.

O novo chefe de Estado logo iniciou movimento de reformas políticas, sociais e econômicas que contemplam cinco objetivos prioritários: modernizar a administração pública; garantir a supremacia da lei; fomentar o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança do país. Mirziyoyev foi eleito pela mesma legenda oficialista antes comandada por Karimov, o Partido Liberal Democrático do Uzbequistão.

O resultado das eleições parlamentares realizadas em 5 de janeiro de 2020 confirmou a maioria na Câmara Legislativa do Partido Liberal Democrático (UzLiDeP), legenda do presidente Shavkat Mirziyoyev, com 53 cadeiras. Nurdinzhon Ismailov foi reeleito como presidente da câmara

baixa do parlamento uzbeque ("Oliy Majlis"). Em 16-17 de janeiro, foram realizadas eleições para o Senado, cujos membros foram eleitos em sessões conjuntas dos órgãos legislativos regionais, com seis senadores por cada uma das quatorze regiões uzbeques. Os dezesseis assentos restantes são preenchidos por indicação do presidente da República. Tanzila Narbayeva foi reeleita presidente do Senado.

No dia 8 de fevereiro de 2021, o presidente Shavkat Mirziyoyev sancionou lei que altera a data das eleições presidenciais de dezembro para 24/10/2021.

Organização administrativa e sistema político

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de estado e de governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O executivo detém grande parte do poder e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da república. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

COVID-19

Como resposta à pandemia de COVID-19, o país suspendeu voos internacionais e limitou severamente os deslocamentos internos, em regime

de quarentena que durou de março a maio de 2020, quando começou a ser flexibilizado gradualmente. A partir do dia 8/5, entrou em vigor o sistema das “cores de segurança”: vermelha, amarela e verde. A cor foi atribuída em função da dinâmica de propagação da infecção de coronavírus, por região. Nas regiões de cor vermelha (com casos confirmados de COVID-19 nos últimos 14 dias), as restrições mais rígidas permaneceram em vigor, sendo permitidas apenas atividades essenciais e passeios nas proximidades da residência. Nas áreas “amarelas” (sem casos confirmados de COVID-19 em 14 dias) foram liberados hotéis, pousadas, praias, resorts, restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos similares localizados tanto nos hotéis, pousadas e resorts, quanto ao ar livre. Já nas verdes (sem casos ativos), foram liberados parques, circulação e atendimentos em repartições, estâncias balneárias, academias de ginástica, teatros sem plateia (transmissão pela internet), escolas e centros religiosos, bem como a realização de festas e cerimônias de casamento. Em 03/05/2021, o país havia registrado 91.643 casos confirmados, com 652 mortes. O Uzbequistão aprovou o uso das vacinas AstraZeneca, Sputnik V e ZF-UZ-VAC 2001, esta última desenvolvida no país em parceria com a empresa chinesa Anhui Zhifei Longcom. Estima-se que mais de 600 mil doses já tenham sido administradas.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior uzbeque desde a independência caracteriza-se pela ênfase na autossuficiência, pela postura não intervencionista e pela busca de posicionamento equilibrado entre as potências regionais e globais com interesses geopolíticos ou econômicos na Ásia Central – sobretudo Rússia, China e EUA, mas também Turquia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Paquistão, Irã e União Europeia.

O ímpeto reformista do presidente Mirziyoyev também se manifestou na política externa. O Uzbequistão logrou distensionar as relações com seus vizinhos, antes marcadas por disputas territoriais, migratórias e de gestão de recursos hídricos; participou ativamente do processo de paz no Afeganistão; aprofundou os laços com os EUA, a Rússia, a União Europeia, a China, a Coreia do Sul, a Turquia e a Índia; promoveu política mais assertiva de atração de investimentos e de lançamento de candidaturas em organismos internacionais; retomou seu processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC); e aproximou-se da União Econômica Eurasiática (UEEA), junto à qual se tornou país observador em 2020.

Relações com a Rússia

A Rússia continua a ser o mais importante parceiro político, econômico e diplomático do país centro-asiático. Os presidentes Putin e Mirziyoyev trocaram visitas de Estado e firmaram acordos de cooperação em comércio, investimentos, segurança, educação e cultura. Os líderes lançaram, em 2018, as obras da primeira central nuclear uzbeque, a ser construída pela Rosatom na região de Navoi, com capacidade de 2.400 megawatts e conclusão prevista para 2028. A central nuclear deverá produzir 18% da eletricidade consumida pelo Uzbequistão.

O fluxo comercial bilateral superou a queda resultante da crise russa de 2015-2016 e, mesmo com a pandemia, atingiu US\$ 5,6 bilhões em 2020, com superávit russo de US\$ 2,7 bilhões. Essa cifra posiciona Moscou entre os principais sócios comerciais de Tashkent, ao lado de Pequim. Há cerca de mil firmas com participação russa instaladas no Uzbequistão, com estoque de investimentos superior a US\$ 8,5 bilhões.

A comunidade uzbeque na Rússia, estimada em 2 milhões de pessoas, remete aproximadamente US\$ 4 bilhões anuais para sua terra de origem, o que corresponde a quase 10% do PIB do Uzbequistão. Para apoiar essa diáspora, o governo Mirziyoyev inaugurou novos consulados-gerais em cinco cidades russas (São Petersburgo, Rostov-sobre-o-Don, Ecaterinburg, Kazan e Vladivostok), somando-se às duas representações previamente existentes (embaixada em Moscou e consulado-geral em Novosibirsk).

Relações com a China

Pequim é parceira estratégica de Tashkent e aporta recursos essenciais para o desenvolvimento do país centro-asiático.

A corrente bilateral de comércio foi de US\$ 6,4 bilhões em 2020, o que faz da China o maior sócio comercial uzbeque. O estoque de investimentos chineses no Uzbequistão é de US\$ 7 bilhões, contemplando setores como energia, têxteis, materiais de construção, ferrovias, tecnologia da informação e processamento de alimentos.

O Uzbequistão respalda a Iniciativa “Belt and Road” (BRI) e espera que tal plataforma contribua para aprimorar a logística e a conectividade da Ásia Central. As empresas chinesas Huawei e CITIC deverão aportar expressivos investimentos na infraestrutura digital uzbeque, inclusive no tocante ao monitoramento de zonas urbanas para fins de segurança pública.

Relações com os EUA

O relacionamento entre Tashkent e Washington é orientado tradicionalmente por considerações estratégicas e de segurança, como a preocupação de ambos os países com o terrorismo e o narcotráfico. Não por coincidência, a parceria estratégica bilateral foi firmada em 2002, logo após os atentados do 11 de setembro, quando Karimov reuniu-se com George W. Bush.

A posse de Mirziyoyev suscitou momento bilateral promissor. O novo presidente uzbeque foi recebido por Donald Trump em Washington e recebeu visita do secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross.

Em visita a Tashkent durante os dias 2 e 3 de fevereiro de 2020, o então secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, foi recebido pelo presidente Mirziyoyev, reuniu-se com seu homólogo, Abdulaziz Kamilov, e participou de encontro no formato C5+1 (Ásia Central+EUA) com os chanceleres de Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

Em carta ao presidente Mirziyoyev, divulgada em 13/03/2021, o presidente dos EUA, Joe Biden, registrou o trabalho "conjunto" dos dois países para a estabilização do Afeganistão e as reformas "significativas" empreendidas pela gestão Mirziyoyev no âmbito doméstico, bem como manifestou a expectativa da continuidade do Diálogo "C5+1" entre os EUA e os cinco países da Ásia Central pós-soviética.

O comércio bilateral não é expressivo (cerca de US\$ 300 milhões anuais), mas o Uzbequistão vem buscando captar tecnologias e investimentos norte-americanos para acelerar seu processo de reformas econômicas liberalizantes.

Relações com a Europa

A União Europeia firmou acordo comercial com o Uzbequistão em 1999 e possui delegação em Tashkent desde 2011. Os principais países europeus, com destaque para França e Alemanha, investem no país centro-asiático e mantêm programas de cooperação técnica, econômica e judicial. O presidente Mirziyoyev realizou visitas de Estado a Paris e a Berlim. A alta representante Federica Mogherini visitou Samarcanda em 2017, por ocasião da 13^a Reunião Ministerial UE-Ásia Central.

Relações com vizinhos da Ásia Central

O relacionamento entre o Uzbequistão e as demais repúblicas pós-soviéticas da Ásia Central é tradicionalmente difícil e permeado de rivalidades políticas. Os fluxos comerciais estão abaixo do potencial, e a conectividade física e logística é ainda deficiente.

Os laços entre Tashkent e Nur-Sultan melhoraram substancialmente sob Mirziyoyev, que fez sete visitas ao Cazaquistão em seus dois primeiros

anos de mandato. Foram assinados atos de cooperação econômica, alfandegária e empresarial, o que suscitou forte alta do comércio bilateral, com o Cazaquistão ocupando hoje a terceira posição entre os principais parceiros comerciais uzbeques (volume de trocas de US\$ 3 bilhões em 2020). Sucedendo Nursutlan Nazarbayev em 2019, o presidente cazaque Kassim-Jomart Tokayev assegurou que dará continuidade a essa reaproximação.

Em larga medida graças ao degelo nas relações entre o Uzbequistão e seus vizinhos, em 2018 voltou a realizar-se, em Nur-Sultan, após quase uma década de hiato, reunião de cúpula entre os cinco países da Ásia Central pós-soviética. O evento repetiu-se em março de 2019, em Tashkent.

Relações com outros atores regionais

A Turquia tem significativa influência diplomática na Ásia Central, inclusive em virtude da proximidade cultural e linguística. Mirziyoyev trocou visitas de Estado com seu homólogo Recep Tayyip Erdogan e facilitou o regime de vistos para cidadãos turcos.

Os laços entre Tashkent e Nova Delhi são tradicionalmente cordiais e se assentam em interesses compartilhados, como a estabilização do Afeganistão e, desde 2017, a presença de ambos os países na Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Empresas farmacêuticas e automotivas indianas investem no Uzbequistão.

A presença nipônica no Uzbequistão concentra-se no setor bancário e nos processos de venda de tecnologias avançadas, embora seja relativamente modesto o estoque de investimentos diretos do Japão no país centro-asiático.

A Coreia do Sul, por sua vez, valendo-se dos cerca de 200 mil coreanos que vivem no Uzbequistão desde as deportações do período soviético, mantém sólida presença na economia uzbeque, com investimentos nos setores automobilístico, de energia e têxtil, bem como na construção de clínicas médicas sofisticadas e na Zona Econômica Industrial Livre de Navoi.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo estimativa do FMI, o PIB do Uzbequistão, atualmente na faixa de US\$ 60 bilhões (valor nominal), cresceu apenas 1,5% em 2020, contra 6,2% em 2016, 4,5% em 2017, 5,4% em 2018 e 5,6% em 2019, em razão da desaceleração causada pela pandemia de COVID-19. As despesas relacionadas à crise na área de saúde e de apoio a famílias e empresas aumentaram o déficit fiscal para cerca de 4% do PIB em 2020. O desemprego chegou a 11%.

O governo uzbeque adotou, em 2020, uma série de medidas para combater as consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Em março, no início da pandemia, o presidente Shavkat Mirziyoyev criou, por decreto, o "Fundo Especial Anti-Crise" com aproximadamente US\$ 1 bilhão, dos quais US\$ 100 milhões foram destinados à área de saúde; US\$ 850 milhões para projetos de empreendedorismo, emprego e infraestrutura; e cerca de US\$ 50 milhões para suporte a famílias de baixa renda.

O Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 16% para 15% e forneceu, aos bancos comerciais, liquidez adicional da ordem de US\$ 460 milhões para ampliar a concessão de crédito no país e possibilitar a reestruturação de dívidas corporativas, no valor de aproximadamente US\$ 790 milhões, e de empréstimos a empreendedores individuais e pessoas físicas, avaliados em US\$ 470 milhões.

O FMI aprovou crédito de US\$ 375 milhões para o governo uzbeque, com o objetivo de "apoiar a resposta do Uzbequistão à pandemia de COVID-19, mediante a cobertura de necessidades fiscais e de balança de pagamentos do país e a redução do impacto da crise em suas reservas cambiais".

A dívida externa do país, no final de 2019, era de US\$ 15,8 bilhões (29% do PIB). O déficit em conta corrente atingiu 10% do PIB em 2020, com previsão de déficits elevados até 2023. O país possui US\$ 17 bilhões em reservas cambiais.

A agência de classificação de risco de crédito S&P Global confirmou, em 5/6, o rating do Uzbequistão em BB- para crédito de longo prazo em moeda estrangeira, com perspectiva negativa, em função da

deterioração da balança de pagamentos a partir de 2018, processo acelerado em 2020 pela pandemia de COVID-19. A agência estima que o crescimento real do PIB uzbeque apresente recuperação em 2021, mas que fique abaixo de 5% ao ano até 2023. O país é um dos 20 maiores produtores do mundo de gás natural, ouro, cobre e urânio. Cerca de 70% de suas exportações são para os países da União Econômica Eurasiática, sobretudo a Rússia. O investimento direto estrangeiro aumentou em 2019 para cerca de US\$ 2,3 bilhões, contra US\$ 600 milhões em 2018, e está concentrado na indústria extractiva mineral.

O volume do comércio exterior em 2020 totalizou cerca de US\$ 36,2 bilhões (-13,1%), com US\$ 15,1 bilhões em exportações e US\$ 21,1 bilhões de importações, gerando um saldo negativo de US\$ 6 bilhões. O país exporta produtos energéticos, algodão, ouro, fertilizantes minerais, metais ferrosos e não ferrosos, têxteis, alimentos, máquinas e automóveis. As importações incluem máquinas e equipamentos, alimentos, produtos químicos, metais ferrosos e não ferrosos. Os principais parceiros comerciais são China, Rússia, Cazaquistão, Coreia do Sul e Turquia. Em patamar mais baixo, encontram-se Alemanha, Japão, Afeganistão, Quirguistão, Ucrânia, Letônia, Belarus e EUA.

As remessas são importante fonte de riqueza para o país. Como indicado mais acima, a comunidade uzbeque na Rússia, estimada em 2 milhões de pessoas, remete aproximadamente US\$ 4 bilhões anuais para sua terra de origem. A título de comparação, em 2019, o Uzbequistão recebeu US\$ 2,3 milhões de investimento estrangeiro direto (UNCTAD).

O presidente Mirziyoyev tem adotado reformas com vistas à atração de investimentos estrangeiros diretos, à modernização da economia e à melhoria do nível de vida da população. Seu objetivo é diversificar a base produtiva, ainda fortemente concentrada na monocultura do algodão e na indústria mineral e de petróleo e gás. No contexto das reformas, oportunidades de investimento aparecem nos setores tradicionais (petróleo e gás, mineração, agricultura e indústria alimentar, têxteis) e em novos nichos da economia (serviços financeiros, construção civil, telecomunicações, turismo).

O Uzbequistão possui vastos recursos minerais, incluindo ouro (40% das exportações do país em 2020, entre as dez maiores reservas), urânio (sétimo maior produtor do mundo) e cobre. Atualmente, o governo uzbeque

está preparando legislação para tornar a exploração e desenvolvimento de depósitos de recursos naturais mais atraentes para investidores estrangeiros. Como primeiro passo nessa direção, foi emitido um documento que listava mais de 140 depósitos (incluindo ouro, prata, cobre, urânio, tungstênio) e áreas promissoras abertas para investimento estrangeiro.

O Uzbequistão é o 14º maior produtor de gás natural, que representa 10% de suas exportações. A empresa estatal Uzbekneftgaz responde por cerca de 16% do PIB. No segmento de exploração e produção, opera em parceria com diversas companhias estrangeiras, dentre as quais Gazprom, Lukoil, PetroVietnam, CNPC, Sasol (África do Sul) e KNOC (Coreia do Sul). Possui duas refinarias de petróleo e três unidades de processamento de gás natural, incluindo uma planta de GNL e um complexo de gás químico, o maior da Ásia Central.

A matriz energética do Uzbequistão concentra-se no gás natural, que responde por 66% da geração de energia. Em seguida, vêm o carvão (11,7%), a energia hidrelétrica (13%) e outras fontes (1%), conforme dados oficiais do governo uzbeque (2017). O potencial de fontes renováveis de energia é alto no Uzbequistão, especialmente em áreas remotas. O governo concedeu isenções tarifárias para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia – solar, eólica, hidrelétrica e biomassa – para atender à crescente demanda doméstica e para buscar aumentar as exportações de hidrocarbonetos.

O país possui a maior indústria automobilística da Ásia Central, com a presença de automotoras estrangeiras como Hyundai e a antiga Daewoo (Coreia do Sul), Peugeot e Citroën (França), Isuzu (Japão), MAN (Alemanha), Kamaz (Rússia) e General Motors (EUA). Tashkent mantém, ainda, parcerias com grandes produtoras de máquinas agrícolas, como a Claas (Alemanha) e a John Deere (Estados Unidos), com o objetivo de elevar a produtividade das culturas de trigo e algodão.

O setor agrícola no Uzbequistão emprega cerca de 25% da mão de obra do país e responde por 25% do PIB. A agricultura permanece em grande parte concentrada na cultura do algodão. O país é o nono maior exportador de algodão do mundo e o sétimo maior produtor. Outros produtos agrícolas importantes são legumes e verduras (como tomate, pepino, cebola, cenoura, repolho, beterraba, alho, pimentão, berinjela e brócolis), frutas (como damascos, maçãs, uvas, melões, melancias,

abóboras, caquis e romãs), grãos (trigo, cevada, milho, arroz, soja e gergelim) e gado. O país também produz seda e lã e está tentando diversificar sua agricultura.

O Uzbequistão deu início a processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 e, após a assunção de Mirziyoyev, priorizou a reativação do Grupo de Trabalho correspondente, que não se reunia desde 2005. Em 11/12/2020, o país tornou-se observador na União Econômica Eurasiática (UEEA), organismo cujos membros respondem por 70% do comércio exterior uzbeque e compreendem mercado de cerca de 200 milhões de pessoas.

Relações comerciais com o Brasil

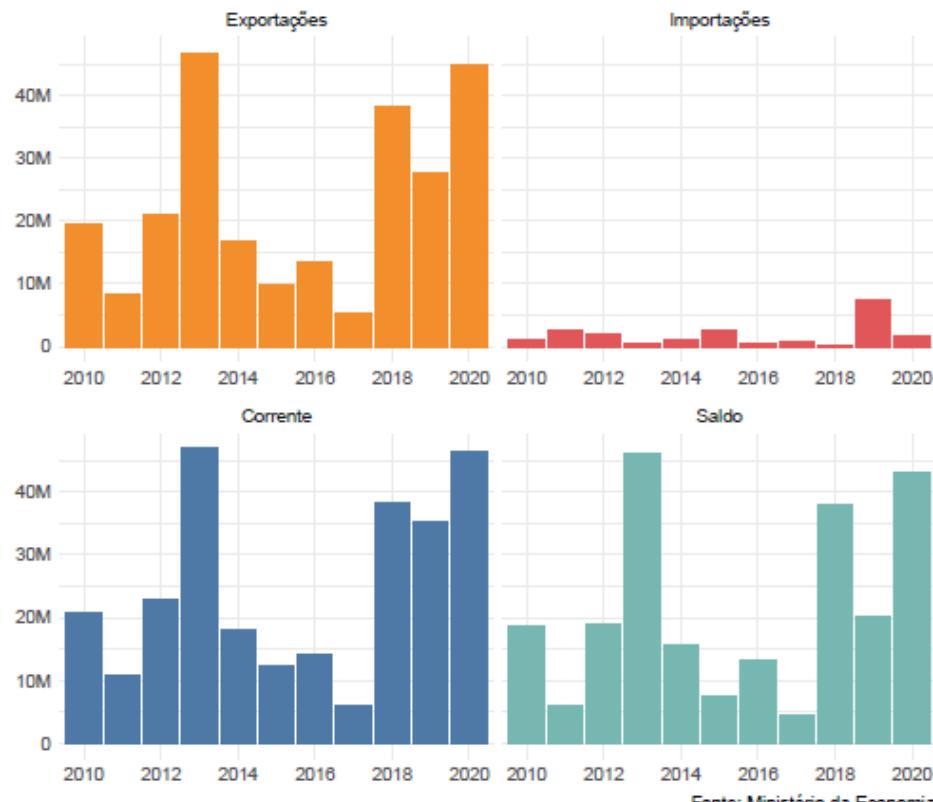
Segundo estatísticas do MDIC, o fluxo bilateral foi de US\$ 46,3 milhões em 2020, número muito próximo do recorde histórico registrado em 2013 (US\$ 46,9 milhões). Destacou-se em 2020 o considerável aumento do superávit brasileiro em relação a 2019. Os principais produtos exportados para o Uzbequistão foram açúcares e peças automotivas, e, em menor dimensão, café, ferro e borracha. O Brasil importou quantidades pequenas de fios têxteis, elementos químicos e frutas.

Entre janeiro e março de 2021, o fluxo de comércio entre Brasil e Uzbequistão foi da ordem de US\$ 38,5 milhões, quantia composta exclusivamente por exportações brasileiras (91% açúcares), e quase 500% acima dos valores registrados no mesmo período de 2020, posicionando o Uzbequistão como 80º maior destino de nossas exportações e sinalizando para breve a quebra do recorde histórico.

Há já uma moldura de acordos em vigor que permitem a ampliação do intercâmbio, com destaque para os seguintes, assinados em 2009, durante visita do presidente Karimov ao Brasil: Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial; Acordo de Cooperação Técnica; e Acordo de Cooperação em Agricultura.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Brasil-Uzbequistão, Fluxo de Comércio até 2020



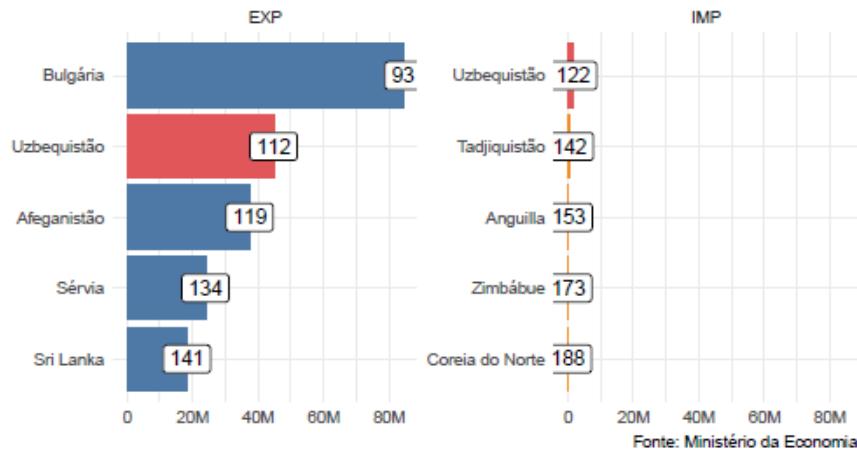
Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	45M (61.3%)	28M (-27.3%)	38M (621.2%)	5M (-60.9%)	14M (36.7%)
Importações	2M (-78.60%)	7M (3 647.39%)	200K (-72.45%)	725K (52.26%)	476K (-80.66%)
Saldo	43M (113.02%)	20M (-46.65%)	38M (731.32%)	5M (-65.06%)	13M (75.43%)
Corrente	46M (31.6%)	35M (-8.2%)	38M (537.7%)	6M (-57.1%)	14M (13.3%)

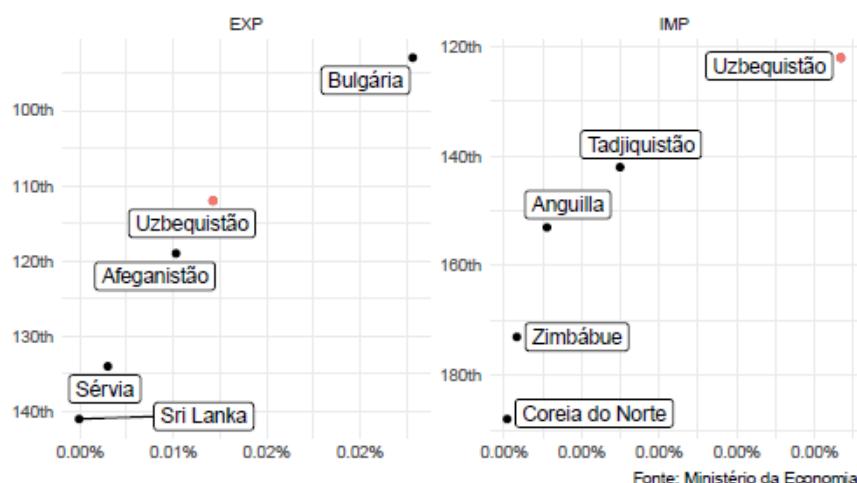
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	10M (-41.4%)	17M (-63.7%)	47M (123.3%)	21M (149.7%)	8M (-57.5%)
Importações	2M (101.08%)	1M (239.18%)	361K (-81.66%)	2M (-22.29%)	3M (135.90%)
Saldo	7M (-52.54%)	16M (-66.06%)	46M (144.67%)	19M (224.48%)	6M (-68.64%)
Corrente	12M (-31.8%)	18M (-61.4%)	47M (105.7%)	23M (109.7%)	11M (-47.5%)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

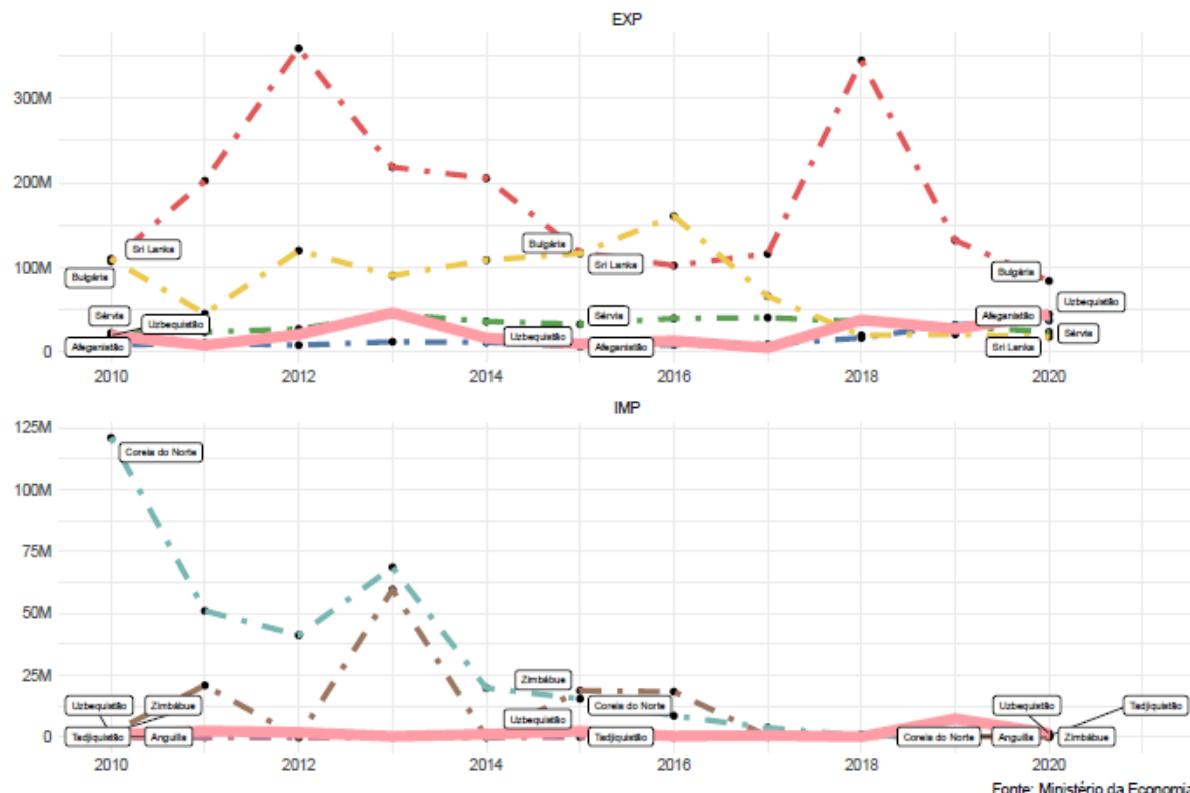
Brasil–Uzbequistão, parceiros comerciais próximos
em 2020



Brasil–Uzbequistão, ranking e proporção de comércio, em 2020



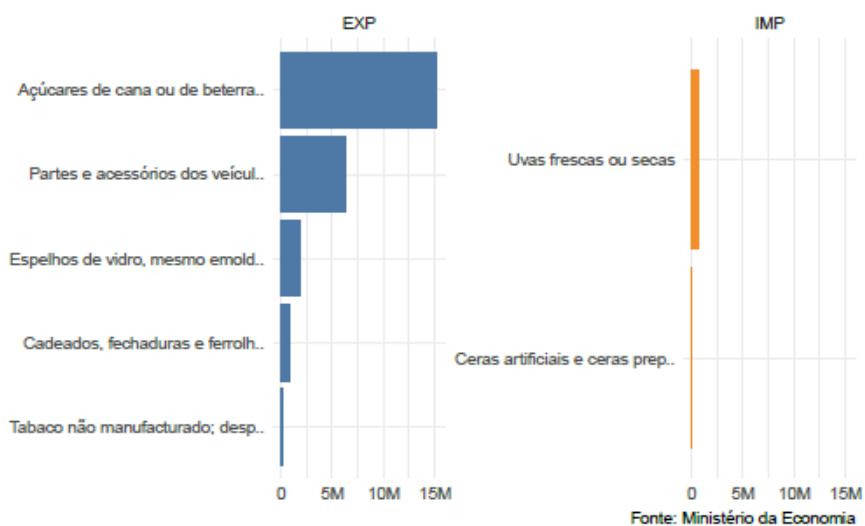
Brasil-Uzbequistão, evolução do comércio até 2020



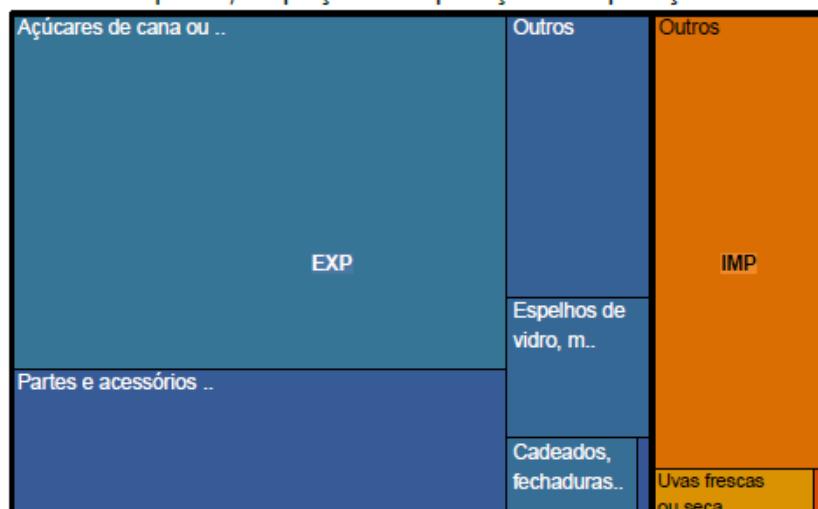
Dados Anuais				
	Direção	País	Valor	Variação
2020	EXP	Bulgária	84.22M	-36,29%
		Uzbequistão	44.76M	61,33%
		Afeganistão	37.43M	15,31%
		Sérvia	23.95M	-21,71%
		Sri Lanka	18.27M	-14,02%
	IMP	Uzbequistão	1.60M	-78,60%
		Tadjiquistão	552.26K	-21,38%
		Anguilla	204.89K	139,29%
		Zimbábue	62.26K	-83,31%
		Coreia do Norte	15.71K	-91,84%
2019	EXP	Bulgária	132.08M	-61,66%
		Afeganistão	32.46M	91,00%
		Sérvia	30.59M	-15,92%
		Uzbequistão	27.74M	-27,32%
		Sri Lanka	21.26M	6,00%
	IMP	Uzbequistão	7.48M	3.647,39%
		Tadjiquistão	702.46K	-12,41%
		Zimbábue	372.96K	-64,81%
		Coreia do Norte	192.62K	-71,67%
		Anguilla	85.62K	-38,79%
2018	EXP	Bulgária	344.51M	196,28%
		Uzbequistão	38.17M	621,22%
		Sérvia	36.38M	-10,83%
		Sri Lanka	20.05M	-69,73%
		Afeganistão	16.99M	83,20%
	IMP	Zimbábue	1.06M	142,74%
		Tadjiquistão	802.01K	86,79%
		Coreia do Norte	679.90K	-82,26%
		Uzbequistão	199.67K	-72,45%
		Anguilla	139.88K	53,23%
2017	EXP	Bulgária	116.28M	13,44%
		Sri Lanka	66.21M	-58,83%
		Sérvia	40.80M	2,20%
		Afeganistão	9.28M	5,62%
		Uzbequistão	5.29M	-60,93%
	IMP	Coreia do Norte	3.83M	-55,79%
		Uzbequistão	724.85K	52,26%
		Zimbábue	436.58K	-97,63%
		Tadjiquistão	429.36K	14.420,12%
		Anguilla	91.29K	69,22%

1.3 Produtos comercializados

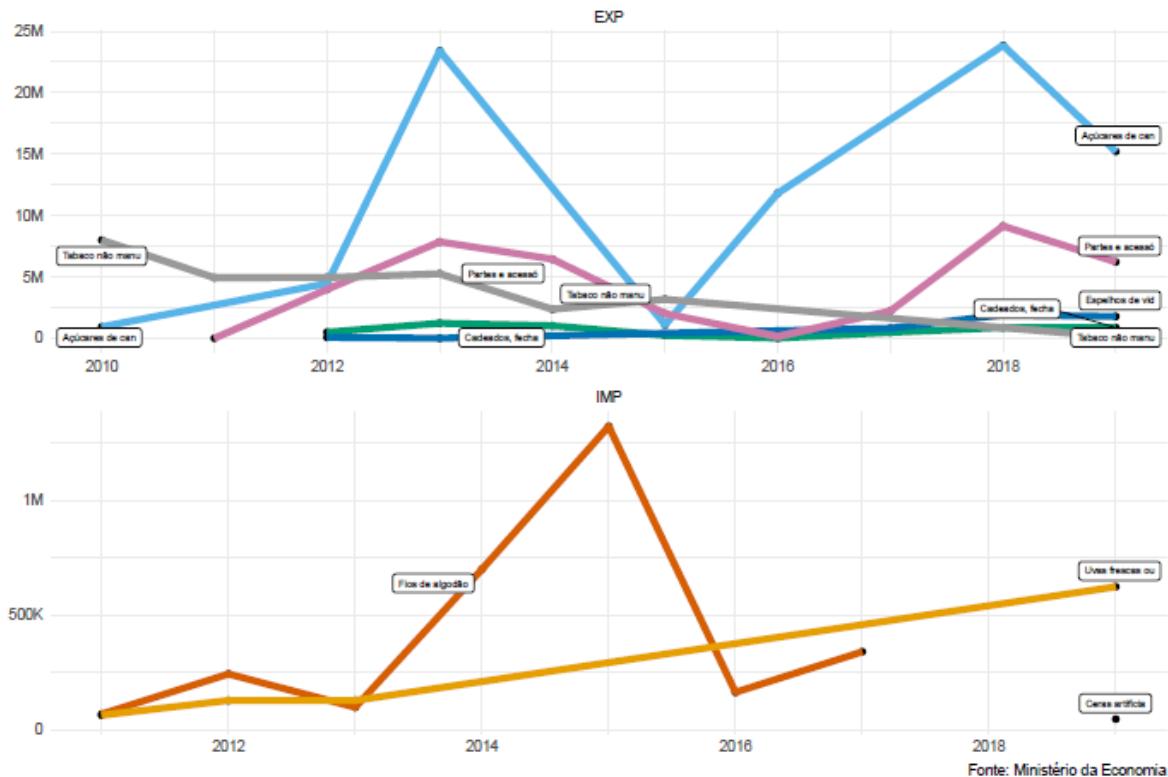
Brasil–Uzbequistão, pauta comercial, 2020



Brasil–Uzbequistão, Proporção de Exportações e Importações em 2020



Brasil-Uzbequistão, evolução do comércio, até 2020



Brasil-Uzbequistão, Dados Comerciais

Dados Anuais						
		Descrição	Código (SH4)	Valor	Vari-ação	Pro-porção
2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic...	1701	15.22M	-36,2%	54,9%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po...	8708	6.22M	-32,0%	22,4%
		Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os...	7009	1.77M	-7,3%	6,4%
		Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de seg...	8301	860.69K	-1,0%	3,1%
	IMP	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	96.96K	-96,9%	0,3%
2018	EXP	Uvas frescas ou secas	0806	624.28K	388,4%	8,3%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic...	1701	23.85M	101,9%	62,5%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po...	8708	9.14M	311,1%	23,9%
		Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os...	7009	1.91M	133,5%	5,0%
	IMP	Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de seg...	8301	869.68K	82,6%	2,3%
2017	EXP	Partes e acessórios dos veículos automóveis das po...	8708	2.22M	1 480,8%	42,0%
		Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os...	7009	818.88K	346 883,1%	15,5%
		Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de seg...	8301	476.36K	4 739,1%	9,0%
	IMP	Fios de algodão (exceto linhas para costurar), con...	5205	340.35K	108,1%	47,0%
2016	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic...	1701	11.81M	986,5%	87,2%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po...	8708	140.60K	-99,0%	1,0%
		Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de seg...	8301	9.84K	-95,9%	0,1%
	IMP	Fios de algodão (exceto linhas para costurar), con...	5205	163.51K	-87,7%	34,3%

1.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC em 2020



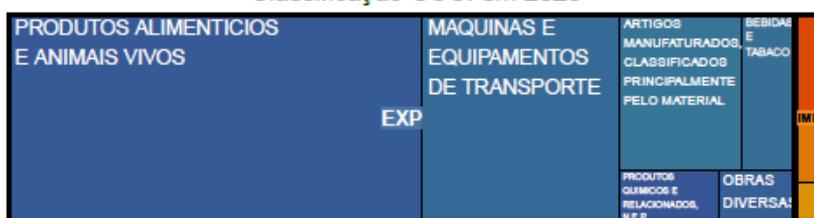
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Uzbequistão, Dados Comerciais

2020					
Direção	Classificação ISIC		Valor	%	
EXP	Indústria de Transformação		44.5M	99,5%	
	Agropecuária		155.4K	0,3%	
	Outros Produtos		65.5K	0,1%	
IMP	Indústria Extrativa		99.0	0,0%	
	Indústria de Transformação		1.1M	60,3%	
	Agropecuária		400.8K	30,7%	
Direção	Classificação Ponto Agregado		Valor	%	
EXP	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS		22.3M	40,8%	
	PRODUTOS MANUFATURADOS		10.1M	42,6%	
	PRODUTOS BÁSICOS		3.4M	7,6%	
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS		1.1M	67,1%	
	PRODUTOS BÁSICOS		520.8K	32,0%	
Direção	Classificação CGCII		Valor	%	
EXP	BRNS INTERMEDIÁRIOS (BI)		42.7M	95,3%	
	BRNS DE CONSUMO (BC)		1.5M	3,4%	
	BRNS DE CAPITAL (BK)		550.3K	1,2%	
IMP	BRNS INTERMEDIÁRIOS (BI)		1.1M	67,2%	
	BRNS DE CONSUMO (BC)		525.4K	32,8%	
Direção	Classificação CUCI		Valor	%	
EXP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS		23.5M	52,5%	
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE		11.3M	25,2%	
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL		5.3M	11,8%	
IMP	BRIBIDAS E TABACO		2.3M	5,0%	
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.		1.4M	3,1%	
	OBRAIS DIVERSAS		1.1M	2,4%	
IMP	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS		99.0	0,0%	
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL		780.1K	48,7%	
	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS		525.4K	32,8%	
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.		294.0K	18,4%	
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS		1.4K	0,1%	

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
500 a.C.	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
600 a.C.	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
328 a.C.	Alexandre, o Grande, assume o controle de Samarcanda.
Séc. VII	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
Séc. IX	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
1258	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
Séc. XIV	Tamerlão, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
Séc. XIX	Os russos incorporam a área do atual Uzbequistão.
1922	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
1950	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
1990	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
1994	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
1994	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
1995	O Partido Popular Democrático vence as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandado estendido por mais 5 anos.

2000	Islam Karimov é reeleito para outro mandato de 5 anos.
2001	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão formam a Organização para Coooperação de Xangai (OCX).
2001	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos para operações no Afeganistão.
2001	O presidente Karimov vence referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
2002	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
2004	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para divisão de recursos hídricos.
2005	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
2007	Islam Karimov é reeleito presidente.
2008	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de operações no Afeganistão.
2015	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
2016	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
2016	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
2008	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
2009	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor

EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR TOVAR DA SILVA NUNES**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Ao longo de minha gestão como embaixador em Moscou, iniciada em novembro de 2018, muito me beneficiei do valioso legado construído por meus antecessores ao longo de 193 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia. A parceria bilateral, tradicional e consolidada ao longo de vários anos, com rupturas e reatamentos, tem caráter estratégico e se alicerça sobre muitos valores convergentes e interesses compartilhados.

2. As circunstâncias resultantes da pandemia em curso obrigaram-me a rever o ritmo de consolidação do programa de trabalho. Não obstante, graças ao incansável trabalho de uma equipe motivada, profissionalmente muito preparada e comprometida com o serviço público, foi possível manter a Embaixada aberta, ativa e concentrada em produzir resultados tangíveis para o relacionamento bilateral ao longo de minha gestão. Atribuí especial atenção à retomada da plataforma bilateral de interlocução, consubstanciada, mas não limitada a ela, na Comissão de Alto Nível (CAN) e sua instância técnica, a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC). Mais do que a simples reativação dos canais de interlocução consolidados no passado, importou atualizar as prioridades que o Brasil, à luz de seus interesses estratégicos, procuraria privilegiar no seu relacionamento com a Rússia, em um momento em que o próprio Brasil passava por uma profunda reorganização de seus objetivos de política externa, enquanto a Rússia, depois de vinte anos de liderança de Vladimir Putin, procurava fortalecer sua presença internacional, apesar de todas as dificuldades criadas desde a reincorporação da Crimeia.

3. Considerando a particular diversidade e dramaticidade da história da Rússia, bem como a sua rápida transformação econômica depois dos anos 90, além do vasto e diverso território russo, procurei estabelecer contatos com instituições acadêmicas, autoridades subfederais, atores da sociedade civil, estudantes, jornalistas, artistas, para completar o quadro projetado pelos interlocutores oficiais. Para isso, desde o início, visitei diversas cidades russas como São Petersburgo, Murmansk, Ufa, Perm, Suzdal, Vladimir, Tula, Khanty-Mansiysk, Istra, Kazan e Rostov para compreender as complexidades da Rússia contemporânea, bem como para estabelecer contatos de interesse profissional. O esforço envolveu a identificação da solidez da economia russa e dos centros de pesquisa, as oportunidades comerciais e de investimento para o Brasil. Particular atenção foi conferida à aproximação com autoridades eclesiásticas, devido à grande importância de sua ligação com os meios produtivos.

4. Nesse esforço, encontrei um país dotado de cultura pujante e identidade singular, que ainda enfrenta dificuldades associadas a sua transição recente para o capitalismo, mas que detém

extraordinário capital em termos de recursos humanos e naturais. Uma grande potência diplomática, científica, energética e militar, defensora da multipolaridade e do multilateralismo como princípios organizadores do sistema internacional, ciosa de preservar sua posição autônoma, soberana e influente no concerto das nações, disposta a enfrentar adversidades para defender seus interesses. Com preocupações muito próprias de um antigo império, valores forjados em uma sucessão de tragédias e experiências históricas. Um estado multiétnico, multicultural e multiconfessional de dimensões continentais, cujos anseios e desafios, em vários aspectos, assemelham-se aos do Brasil.

RELAÇÕES BILATERAIS

5. Parte fundamental dos esforços do Posto durante minha gestão foi procurar contribuir para o aprofundamento das relações entre autoridades de alto nível, mediante a identificação de pontos importantes para o tratamento prioritário e elaboração de análises para embasar os contatos bilaterais. A frequência dos contatos no mais alto nível atestam a profundidade do relacionamento bilateral. Os presidentes Jair Bolsonaro e Vladimir Putin encontraram-se no contexto da reunião de líderes do BRICS à margem da Cúpula de Osaka do G20, em junho de 2019, e realizaram cimeira bilateral por ocasião da XI Cúpula do BRICS, em Brasília, em novembro de 2019. Mantiveram conversas telefônicas em junho de 2020 e em abril de 2021 e participaram, por videoconferência, das cúpulas do G20 e do BRICS de 2020. Além disso, mantiveram fluxo constante de correspondência.

6. Procurei contribuir para o esforço conjunto de relançamento, após anos de hiato por circunstâncias diversas, das principais plataformas de diálogo e cooperação entre Brasil e Rússia: a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), co-presidida pelo vice-presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, e pelo primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Mishustin; e a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), co-presidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, e pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Rússia, Vladimir Ilyichev. A CAN reunira-se sete vezes, mais recentemente em 2015, em Moscou, enquanto a CIC fora realizada dez vezes, com a última edição em Brasília, em 2017. Nesse contexto, a embaixada vem encetando esforços para apoiar a preparação substantiva e organizacional das próximas edições da CIC e da CAN, que poderão ocorrer em 2021 e, no caso da CAN, ensejariam visita ao Brasil do primeiro-ministro da Rússia. Em 2020, houve reuniões por videoconferência dos co-presidentes da CIC e, na sequência, dos pontos focais para temas de CIC e CAN no MRE e no Ministério do Desenvolvimento Econômico da Rússia. Foram designados pontos focais setoriais para as sete subcomissões da CIC que poderão ser convocadas (Econômica, Comercial e Industrial; Científico-Tecnológica; Espacial; Técnico-Militar; Energia e Nuclear; Aduanas; e Comitê Agrário), os quais já estão em contato entre si.

7. No tocante ao diálogo entre chancelarias, a Embaixada contribuiu substancialmente para as duas reuniões de consultas políticas Brasil-Rússia desde 2018: entre o então Secretário de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (SARP) do MRE, embaixador Reinaldo Salgado, e o vice-ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID) da Rússia, Sergey Ryabkov (Brasília, março de 2019); e entre a embaixadora Márcia Donner Abreu, atual SARP, e o vice-MNE Ryabkov (Moscou, outubro de 2020).

8. As seguintes autoridades do Executivo visitaram a Rússia durante minha gestão: o secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Valério Stumpf Trindade, para a X Reunião Internacional de Altos Representantes Responsáveis pelos Assuntos de Segurança (2019); o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, por ocasião da 23ª Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT) (2019); o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, no marco de missão de alto nível do PPI (2019); o presidente do CADE, Alexandre Barreto de Souza, para participar de fórum do BRICS sobre defesa da concorrência (2019); o presidente da APEX-Brasil, almirante Sergio Ricardo Segovia Barbosa (2020); e o secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Marcos Degaut, por ocasião do Forum Army 2020 (2020). Quanto a autoridades parlamentares e federativas, visitaram a Rússia o governador do Amapá, Waldez Góes (2019); o deputado Igor Timo (2019); os deputados Professora Dorinha e Giacobo, por ocasião da 45ª World Skills, em Kazan (2019); os senadores Irajá Silvestre Abreu Filho e Rodrigo Cunha, bem como o deputado Daniel Silveira, por ocasião do Fórum de Jovens Parlamentares do BRICS, em São Petersburgo (2020); e o senador Nelson Trad, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (2020). Do Judiciário, mencionaria missão a Moscou do então presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, para participar de fórum do BRICS (2019).

9. No mesmo período, destacaram-se as visitas oficiais ao Brasil das seguintes autoridades russas: o presidente Vladimir Putin, acompanhado de comitiva ministerial, por ocasião da XI Cúpula do BRICS, em Brasília (2019); o chanceler Sergey Lavrov, por ocasião de encontro de ministros dos Negócios Estrangeiros do BRICS, no Rio de Janeiro (2019); o presidente da Duma de Estado, deputado Vyacheslav Volodin, no contexto da posse do presidente Jair Bolsonaro (2019); o senador Sergey Kislyak, vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação (2019); e o vice-chanceler Sergey Ryabkov, no contexto da reunião de consultas políticas Brasil-Rússia (2019).

10. Como indício suplementar da solidez da relação bilateral, Brasil e Rússia trocaram apoios para suas respectivas candidaturas em diversos foros e instituições multilaterais. Em especial, a Rússia continuou a reiterar, inclusive no mais alto nível, seu firme respaldo ao pleito brasileiro a obter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

11. Minha gestão em Moscou coincidiu com as presidências brasileira (2019) e russa (2020) do BRICS, o que ensejou centenas de reuniões entre diversas áreas dos respectivos governos, culminando com as cúpulas de Brasília (2019) e de Moscou (2020, por videoconferência), além de numerosos eventos paralelos promovidos por empresários, acadêmicos e representantes da sociedade civil. O agrupamento continuou a constituir plataforma eficaz de cooperação setorial entre os cinco países, sobretudo em questões econômicas e de ciência, tecnologia e inovação, bem como coalizão influente em prol da reforma da governança global e do respeito ao direito internacional. A embaixada contribuiu para apoiar a participação brasileira no BRICS, em ritmo de atividades que manteve seu ímpeto apesar dos desafios sem precedentes decorrentes da pandemia em curso.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DA RÚSSIA

12. Evento-chave da política doméstica russa durante meu período em Moscou, que exigiu esforço de análise, em especial do possível impacto sobre os interesses brasileiros na Rússia, foi a reforma constitucional de 2020, aprovada por 77% do eleitorado em julho último. A reforma reorganizou parcialmente as competências dos três poderes, consagrou a supremacia da Constituição sobre o direito internacional, vedou a alienação de territórios a Estados estrangeiros, incluiu referências a valores tradicionais no texto constitucional russo e anulou a contagem dos mandatos presidenciais. Anunciada no início do processo de reforma constitucional, a mudança na chefia do governo, com a substituição de Dmitry Medvedev por Mikhail Mishustin no cargo de primeiro-ministro, em janeiro de 2020, representou importante renovação nas estruturas decisórias do país. Em paralelo, o governo russo continuou a implementar as metas ("projetos nacionais") para o mandato presidencial de 2018-2024, com ênfase na modernização da economia, no reforço da competitividade e na elevação do padrão de vida da população.

13. Outro episódio determinante da recente vida política russa foi a pandemia da COVID-19, que compeliu o governo a elevar alguns impostos e a lançar pacote de medidas de assistência econômica em prol dos grupos mais vulneráveis; suscitou a imposição de rigorosas medidas de isolamento social em grande parte do país; e mobilizou o governo, a academia e o setor privado nos esforços para desenvolver respostas efetivas contra o novo coronavírus, inclusive novas vacinas. O enfrentamento da pandemia tem sido relativamente descentralizado na Rússia, com autonomia para que as autoridades regionais adotem medidas adequadas a suas circunstâncias epidemiológicas específicas.

14. Embora o quadro político e socioeconômico continue a ser estável na Rússia, houve, nos últimos anos, protestos localizados com pautas específicas, como a reforma da previdência, a preservação ambiental, a realização de eleições locais e o tratamento de determinadas lideranças opositoras. O último ano foi, também, marcado pela multiplicidade de celebrações públicas alusivas aos 75 anos da vitória na II Guerra Mundial, tema de forte apelo simbólico na Rússia, embora o alastramento da COVID-19 tenha dificultado tais atividades.

15. Durante minha gestão em Moscou, a embaixada monitorou atentamente os complexos desafios que impactam o relacionamento entre a Rússia e os EUA. Não se concretizou a expectativa de reconciliação bilateral criada pela eleição de Donald Trump, e o diálogo foi prejudicado por acusações recíprocas de interferência em processos políticos domésticos; por divergências sobre dossieres sensíveis como Síria, Ucrânia, Venezuela, Irã e a expansão da OTAN; e pela intensificação das sanções unilaterais norte-americanas contra setores vitais da economia russa, como o complexo de energia e a indústria de defesa. O arcabouço de desarmamento e não proliferação enfrentou desgaste significativo, com a denúncia, por parte de Rússia e EUA, do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) e do Tratado Céus Abertos (OST). Somente após a mudança de governo em Washington, com a posse do presidente Joe Biden, foi possível lograr consenso russo-americano em prol da renovação, até 2026, do Novo START, o último acordo bilateral de desarmamento em vigor.

16. De maneira semelhante, as relações entre Moscou e os governos e organismos euro-atlânticos atravessaram dificuldades, em que pese a fluidez do diálogo bilateral entre a Rússia e países como Alemanha, França e Itália. Permaneceram suspensas a participação da Rússia no G8, o processo de acesso de Moscou à OCDE, a cooperação Rússia-OTAN e as cúpulas Rússia-UE. Por outro

lado, a presença russa no Conselho da Europa foi normalizada em 2019. Persistiu em vigor vasto arcabouço de sanções e contrassanções entre Moscou e a União Europeia, cuja interdependência econômica foi acentuada por novos projetos estruturantes, como o gasoduto russo-alemão Nordstream 2.

17. Recrudesceram, nos últimos anos, diversos focos de tensão no espaço pós-soviético, área vital para os interesses estratégicos da Rússia. O mais grave episódio foi o conflito armado entre Armênia e Azerbaijão em torno do Nagorno-Karabakh, entre setembro e novembro de 2020, que resultou em vitória decisiva de Baku. A Rússia atuou como mediadora, facilitou cessar-fogo entre as partes beligerantes e enviou missão de paz para estabilizar a área em disputa e facilitar atividades humanitárias. Quanto à Ucrânia, observou-se certa redução das tensões entre Moscou e Kiev após a posse do novo presidente ucraniano Vladimir Zelensky, o que permitiu a revitalização do Formato Normandia. Todavia, não houve avanços significativos rumo à implementação dos aspectos políticos dos Acordos de Minsk, fórmula internacionalmente acordada para a resolução do conflito ucraniano.

18. Em Belarus, manifestações populares contra a reeleição do presidente Alexander Lukashenko suscitaram agudas divergências entre os membros da UE, que impuseram sanções ao governo de Belarus, e Moscou, que ofereceu assistência econômica a Minsk. As relações com a Geórgia enfrentaram novas dificuldades com os protestos anti-russos de 2019 em Tbilisi, que motivaram a suspensão dos voos diretos entre os países vizinhos. A Rússia atualizou sua política regional diante de transições políticas no Cazaquistão, no Quirguistão e em Moldova, bem como do aprofundamento da liberalização política e econômica do Uzbequistão.

19. Moscou continuou a desempenhar protagonismo diplomático e militar no arco de crises entre o Oriente Médio, o Norte da África e a Ásia Central. A Rússia contribuiu para a estabilização gradual da Síria, inclusive por meio do desdobramento de militares e policiais que zelam pelo cessar-fogo em Idlib, e para o prosseguimento das tratativas políticas entre o governo Assad e a oposição, no âmbito do Comitê Constitucional Sírio. Envolveu-se ativamente, seja em caráter nacional ou mediante o Conselho de Segurança da ONU, nos processos de paz relativos à Líbia, ao Iêmen e ao Afeganistão. Como membro do Quarteto para a Paz no Oriente Médio, reiterou sua defesa da solução de dois Estados para a disputa israelo-palestina e criticou medidas unilaterais que não se coadunam com tal objetivo.

20. Proseguiu a reorientação gradual da política externa russa para as regiões de maior dinamismo econômico, principalmente a Ásia-Pacífico. Esse movimento tem como pedra angular a parceria estratégica com a China, maior parceiro comercial individual da Rússia e sócio privilegiado de Moscou em ambiciosas iniciativas nos setores de energia, segurança, telecomunicações e infraestrutura. A Rússia manteve suas relações tradicionalmente sólidas com a Índia, mormente na indústria de defesa; intensificou esforços para solucionar o contencioso territorial com o Japão em torno das Ilhas Curilas do Sul; exerceu influência nas tratativas atinentes à desnuclearização da península coreana; e reforçou seus laços com os países da ASEAN.

21. Nos últimos anos, a Rússia continuou a reforçar sua presença na América Latina, região visitada pelo presidente Putín em 2018 (Cúpula de Buenos Aires do G20) e 2019 (Cúpula de Brasília do BRICS), e empreendeu projetos de cooperação com governos latino-americanos nas

áreas de energia, defesa, ciência e tecnologia e, mais recentemente, no combate à COVID-19. Em paralelo, Moscou empreendeu esforços para recuperar sua influência política, econômica e de segurança na África, com destaque para a I Cúpula Rússia-África (Sochi, 2019), prestigiada por 43 mandatários africanos. Todos esses acontecimentos demandaram esforço de análise, relato e coordenação com especialistas para procurar-se entender os rumos da política interna e externa da Rússia, à luz dos interesses brasileiros.

ECONOMIA

22. Desde minha assunção em Moscou, em novembro de 2018, até o primeiro trimestre de 2021, a economia russa passou por duas fases: antes e depois da pandemia de COVID-19. Em 2019, o PIB cresceu 1,3%, em seguito à expansão de 2,5% em 2018. Segundo o Serviço Federal de Estatísticas (Rosstat), a economia russa apresentou queda de 3,1% em 2020, em razão das restrições ligadas à pandemia de COVID-19 e da queda drástica dos preços do petróleo a partir de março daquele ano. Segundo o FMI, a queda do PIB russo em 2020 foi menor do que a da maioria dos países e inferior à média global de 3,3% negativos. Em 2021, por seu turno, a economia russa deverá crescer 3,8%, abaixo da estimativa de crescimento global de 6%.

23. Devido a superávits fiscais acumulados nos anos anteriores e à existência de fundo de emergência no valor de USD 165 bilhões, o governo russo pôde implementar em 2020, com pequeno aumento da dívida pública (que passou de 14% para 19% do PIB), diversas medidas de apoio aos cidadãos e empresas mais afetados pela crise, bem como ao sistema financeiro e à infraestrutura de saúde pública. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), os gastos públicos da Rússia com a pandemia equivaleram a cerca de 4% do PIB, um dos menores percentuais entre os países do G20.

24. Mencionaria, ainda, dois indicadores macroeconômicos: a taxa de inflação na Rússia, em 2020, foi de 4,7%, acima da meta de 4% do Banco Central. Para 2021, o BC estima inflação entre 4,7% e 5,2%. Em abril último, a taxa básica de juros foi aumentada de 4,5% para 5% ao ano. As reservas cambiais do Banco Central estavam em USD 573,5 bilhões em 31/3 último, com elevação de USD 10 bilhões em relação aos últimos doze meses.

COMÉRCIO BILATERAL

25. Tem havido, na última década e meia, notável complementaridade comercial entre Brasil e Rússia. De um lado, o Brasil tem sido importante fornecedor de produtos agrícolas para a Rússia, como carnes, soja, tabaco, café, amendoim e frutas em geral. De outro, a Rússia tornou-se o principal fornecedor de fertilizantes (NPK nitrogenados, fosfatados e potássio) para o Brasil, com 1/4 do total importado pelo país. Por sua vez, fertilizantes correspondem a cerca de 75% das vendas russas para o Brasil.

26. A corrente de comércio Brasil-Rússia, que chegou a quase USD 8 bilhões em 2008, tem sido na faixa de USD 5 bilhões nos últimos anos. Segundo dados da Secex, o Brasil manteve superávit por vários anos, chegando a USD 2 bilhões anuais. A partir de 2018, contudo, passou a ter déficit, de USD 1,7 bilhão naquele ano e de USD 2 bilhões em 2019. Em 2020, de acordo com a Secex, o

Brasil, em valores FOB, exportou para a Rússia USD 1,54 bilhão e importou USD 2,7 bilhão, com déficit de USD 1,16 bilhão.

27. Entre as causas do déficit comercial brasileiro com a Rússia figuram a queda das exportações de carnes, devido a barreiras sanitárias impostas pela Rússia a partir de 2018, e o aumento da importação de fertilizantes, em função do crescimento da produção agrícola brasileira. A Rússia tornou-se o principal fornecedor de fertilizantes para o Brasil, com cerca de 40% das importações do segmento.

28. Além da queda do valor total das trocas comerciais, a Embaixada, com a ajuda da Apex-Brasil, que tem escritório em Moscou, tem desenvolvido trabalho de identificação de produtos e serviços brasileiros de maior valor agregado com possibilidades no mercado russo. A despeito da concentração no agronegócio, há ampla gama de produtos que, embora em pequenas quantidades, compõem a pauta com a Rússia, como motores e peças, aviões, equipamentos médicos, cosméticos, joias, máquinas e peças, calçados, aparelhos de som, autopeças etc. Um dos principais objetivos do posto tem sido estimular a ampliação e diversificação da pauta de exportação brasileira para a Rússia, em especial, no que diz respeito a produtos alimentícios de maior valor agregado. Ressaltaria, igualmente, a identificação de promissoras oportunidades para a exportação de produtos do setor moveleiro. A Embaixada elaborou para a ABIMÓVEL estudos sobre esses mercados, trocou informações com a instituição com a qual mantém constante diálogo. Envidamos esforços, ademais, para facilitar as tratativas direcionadas a solucionar dificuldades por que passam, no momento, as exportações brasileiras de produtos cárneos.

29. Atualmente, as empresas brasileiras presentes na Rússia refletem a pauta exportadora do país, havendo maior concentração na área alimentícia. Não há, contudo, investimento brasileiro de peso na Rússia, estando a totalidade das empresas nacionais presentes por meio de representante comercial, como BRFoods, JBS, Minerva Foods, Embraco (compressores), Embraer, H.Stern, WEG (motores elétricos), Metalfrio (refrigeradores), Frigol (alimentos) e Jaguari Café. Em contatos com empresários e instituições brasileiras, identifiquei nichos de oportunidade no setor financeiro, logística, medicina, serviços hospitalares e publicidade. Permanece um grande desafio a mobilização da classe empresarial brasileira para temas relativos à Rússia. É urgente a necessidade de eleição de um co-presidente brasileiro do Conselho Empresarial Brasil-Rússia, que possa somar esforços com o lado russo, hoje representado por um empresário de altíssimo perfil, com ampla capacidade de interlocução com todos os níveis do governo, parlamento e dos meios produtivos.

30. Durante minha gestão, foram organizados diversos eventos de promoção comercial e de investimentos, sempre em consonância com as demandas do empresariado brasileiro e à luz do constante esforço de diversificação da pauta exportadora. Mencionaria, em especial, o estande oficial do Brasil na feira de alimentos Prodexpo, que, em fevereiro de 2020, contou com a presença do presidente da Apex-Brasil, Sergio Segovia. A Embaixada buscou, ainda, divulgar novos produtos brasileiros na Rússia, com eventos promocionais da cachaça e do vinho nacional, entre outros, além da promoção do Brasil como destino turístico.

31. A União Econômica Eurasiática decidiu, em março de 2021, excluir do sistema de preferências tarifárias 75 dos 103 países em desenvolvimento, entre os quais Brasil, Argentina, Paraguai, Chile,

Equador, Turquia, Coreia do Sul e China. A exclusão começa a vigorar em 12 de outubro de 2021 e vai levar a aumento da tarifa de importação para produtos importantes da pauta exportadora do Brasil para a Rússia, como carne bovina, frutas (exceto maçãs) e tabaco.

FEIRAS E EVENTOS COMERCIAIS

32. Instruí o setor comercial da embaixada (SECOM) a procurar manter, apesar das limitações da pandemia, eventos importantes de promoção de produtos e serviços brasileiros, autorizados pela SERE. Em parceria com o Centro Internacional de Vinhos e Gastronomia, realizou-se em 15/12/2020 o segundo evento de promoção de vinhos e espumantes do Brasil "Brinda Moscou". Em 01/12/2020, apoiamos a Associação de Bartenders da Rússia na realização da fase final do Campeonato Nacional de Bartenders da Rússia. A cachaça foi a única bebida forte utilizada na competição para preparação de drinks. Em 02/11/2020, realizou-se, em cooperação com a Associação de Bartenders da Rússia, o evento "Segredos da Cachaça" - masterclass de preparação de caipirinha e outros drinks à base da cachaça. Em 24/10/2020, foi ministrada masterclass de preparação de caipirinha durante o 8º Festival de Bebidas Alcoólicas "Krepky Mir", em Moscou. Entre 23 e 29 de agosto de 2020, organizamos evento no âmbito da participação brasileira na feira internacional técnico-militar Forum Army 2020, uma das maiores do mundo nesse setor. O Brasil contou com estande institucional organizado pelo Escritório da APEX-Brasil em Moscou e com delegação chefiada pelo Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (MD), Marcos Degaut. Em 14/03/2020, no âmbito da feira de café CoffeeTeaRusExp, promovemos a palestra "Cerrado Mineiro: Primeira Denominação de Origem de Café do Brasil", ministrada por Gustavo Guimarães, da Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro. Entre 10 e 14 de fevereiro de 2020, apoiamos a APEX-Brasil em Moscou na preparação da principal feira de alimentos e bebidas da Rússia (PRODEXPO). Em 2019, o Brasil participou com estande próprio, patrocinado pela Apex-Brasil, na PRODEXPO-2019, de 11 a 15/2 de 2019. Entre 12 e 14 de março de 2019, apoiamos a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) na organização e participação da maior feira do setor de cafeicultura, Coffee & Tea Russian Expo 2019.

33. Logo antes da pandemia, foi possível avançar na promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, em particular nos setores de energia e infraestrutura. Teve lugar em Moscou, em 28/11/2019, o seminário de alto nível "Oportunidades de Investimento no Brasil", evento organizado conjuntamente pela Embaixada do Brasil, a Secretaria Especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e a Apex-Brasil. Em 25/11/2019, foi organizado, em São Petersburgo, o seminário "Melhores destinos do Brasil", com a participação de cerca de 40 operadoras de turismo, com o objetivo de promover e divulgar destinos brasileiros. Outro exemplo de esforço de promoção de produtos de alto valor agregado foi a realização, em 26/11/2019, da primeira edição do evento "Degustação de vinhos do Brasil", com a participação de sommelier brasileiro. Em 01/10/2019, foi a vez do evento "Brasil, o país do café" durante o Dia Internacional do Café. Em 13 e 23/9 de 2019, o SECOM realizou dois seminários de promoção do turismo em parceria com as empresas Compass Brasil DMC, Belmond Hotéis, Air Europa, Personal Brasil e Alitalia. Em 22/08/2020, realizou-se o evento "Cachaça: o sabor exclusivo do Brasil".

34. Procurou-se, igualmente, apoiar missões empresariais brasileiras na Rússia. Como resultado, a mais recente aeronave da EMBRAER, E195-E2, fez sua estreia na Rússia no Salão Internacional de Aviação e Espaço MAKS 2019, que teve lugar em Moscou entre os dias 27 e 30/8 de 2019.

Entre 14 e 17/5 de 2019, estiveram na Rússia representantes da ABIQUIFI e do Laboratório Aché, em missão de prospecção do mercado local de medicamentos e insumos farmacêuticos. A missão brasileira participou do "Russian Pharmaceutical Forum" em São Petersburgo e cumpriu agenda de reuniões de negócios em Moscou. A embaixada organizou seminário virtual sobre oportunidades e desafios para o acesso ao mercado de medicamentos no Brasil e na Rússia, com a participação de especialistas russos no mercado de fármacos e na legislação pertinente à certificação de medicamentos na Rússia.

INVESTIMENTOS

35. Durante minha gestão, o CEO do grupo Phosagro, Andrei Guryev, com quem desenvolvi programa de trabalho substantivo, assumiu a presidência do Conselho Empresarial Brasil-Rússia (CEBR), o que ampliou sobremaneira o raio de ação da entidade. Mantive constante diálogo com o CEBR, no sentido de apresentar o Brasil aos exportadores russos de fertilizantes não apenas como destino de vendas, mas também como mercado para investir, sobretudo em infraestrutura logística (portos, armazéns, unidades de mistura e ensaque etc.), de molde a tornar mais eficiente a importação e distribuição de fertilizantes no país. Nesse sentido, em novembro de 2019, o CEBR assinou acordo de parceria com a Apex-Brasil.

36. Os grupos Uralkali (cujas minas em Perm, nos Urais, visitei em 2019) e Eurochem já investiram no Brasil, em, respectivamente, terminal no Paraná (no porto de Antonina) e na aquisição da empresa brasileira Fertilizantes Tocantins (que possui ativos ligados à mistura e à distribuição de fertilizantes). O grupo Acron, com o qual a embaixada mantém diálogo, está negociando com a Petrobras a aquisição da planta produtora de fertilizantes nitrogenados UFN-III, em Três Lagoas (MS), além de um novo investimento em São Paulo ou Rio de Janeiro.

37. Durante reunião em Moscou, em 28/11/2019, com o então ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o CEO do Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF), Kirill Dmitriev, propôs a criação de um fundo Brasil-Rússia para investimento em projetos de interesse mútuo, em especial na área de infraestrutura. O ministro Lorenzoni, à época à frente do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), mencionou o interesse potencial do BNDES, não como investidor, mas como agente estruturador do fundo pela parte brasileira. Em 11/2/2020, o interesse russo no assunto foi reiterado em reunião do presidente da Apex-Brasil, Sergio Segovia, no RDIF.

38. A entrada em vigor, em 2018, da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda representou importante incentivo para os investimentos entre os dois países. No mesmo sentido, o Brasil apresentou, em março de 2019, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que se encontra em análise pela área econômica do governo russo.

39. Um ACFI com a Rússia daria mais segurança jurídica aos investimentos recíprocos. No caso do Brasil, por exemplo, a empresa WEG, que tem grande presença no mercado russo e escritório comercial em São Petersburgo, vem analisando a possibilidade de realizar investimento em fábrica na Rússia, em parceria com empresa da holding estatal Rostec.

40. Destacaria, ainda, minha participação, a convite do governo russo, no Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, em 2019, que reúne a elite política e econômica do país e da região. Já estiveram presentes nesse fórum os primeiros mandatários da China, da França, entre outros países. Trata-se da melhor plataforma na Rússia para trabalho de divulgação do Brasil como destino de investimentos.

ENERGIA

41. Instruí o setor de energia da Embaixada a acompanhar, com atenção, a política energética russa, notadamente:

- coordenação russa com países da OPEP, inclusive as tratativas voltadas para a sustentação dos preços do petróleo, no contexto da crise da COVID-19;
- cooperação e comércio energético com outros países, como União Europeia e China;
- construção de gasodutos para exportação, como o Nord Stream 2 (para a Alemanha), o TurkStream (Turquia) e o Power of Siberia (China);
- impacto das sanções ocidentais sobre o setor petrolífero russo;
- atuação dos principais grupos empresariais petrolíferos, em particular Rosneft, Lukoil e Gazprom;
- atuação da ROSATOM (holding que controla todas as etapas da indústria nuclear russa) na Rússia e no exterior, em particular na América Latina.

42. Esse setor é particularmente importante, tendo-se em conta o fato de que foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional brasileiro um novo marco legal para o segmento de transporte, armazenamento e distribuição de gás natural, com o objetivo de atrair novos investimentos, inclusive estrangeiros. A Rússia é um dos maiores "players" do mundo no setor, com interesse potencial relevante nessa área, tanto em matéria de investimento, quanto de cooperação tecnológica.

43. A Embaixada acompanhou, ainda, outros segmentos com potencial de cooperação econômica bilateral, como o de petróleo e gás, em que se destaca o projeto de exploração e produção da Rosneft na Bacia do Solimões, e o de energia nuclear, com conversações entre a Rosatom, que tem escritório de representação no Brasil, e o Ministério de Minas e Energia. A estatal russa Gazprom possui escritório de representação no Brasil, com o objetivo de analisar potenciais oportunidades de investimento no país.

44. Além disso, a Rússia possui uma das maiores e mais desenvolvidas indústrias de exploração e produção petrolífera em terra, o que é de interesse do Brasil, cujas bacias sedimentares terrestres ainda têm grande potencial exploratório. Por sua vez, a Rússia poderia beneficiar-se, em sua fronteira exploratória offshore, inclusive no oceano Ártico, do "know how" brasileiro de exploração e produção em águas profundas.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

45. Tendo em conta o notável potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Rússia, reestuturei o setor da Embaixada de modo a torná-lo mais pró-ativo e

eficiente. O histórico desse relacionamento data da década de 1990, e, desde minha sabatina no Senado Federal antes de assumir o posto, comprometi-me a fomentar os laços nesse campo de fundamental papel para o desenvolvimento nacional.

46. Pouco após minha chegada ao posto, em dezembro de 2018, visitei, a convite do lado russo, as instalações da Fundação Skolkovo. No mesmo mês, três parques tecnológicos brasileiros visitaram Moscou com o objetivo de criar caminhos para a internacionalização de "startups" brasileiras na Rússia. Essa iniciativa fez parte do Programa de Diplomacia da Inovação do Itamaraty. Em junho de 2019, foi realizado, no parque tecnológico russo Kalibr, evento de divulgação do Brazil Tech Award, premiação que tem como objetivo atrair empresas de base tecnológica para o Brasil. Entre as oito empresas finalistas, figuraram duas empresas russas: Motorica, que desenvolve próteses de última geração; e Talkbank, que oferece serviços bancários em plataformas de mídia social. Em fevereiro de 2020, o presidente da APEX-Brasil, almirante Sergio Segovia, visitou o parque tecnológico Skolkovo e sinalizou interesse de participação da APEX em programas e iniciativas do parque tecnológico russo.

47. Em maio de 2020, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, houve a primeira participação brasileira no Startup Village, um dos principais eventos organizados pela Fundação Skolkovo. A participação brasileira contou com representantes dos setores de varejo e logística e de fintechs. Desde então, tem-se intensificado o diálogo de Skolkovo com interlocutores brasileiros, como a ABO2O (Associação Brasileira Online to Offline). A Fundação Skolkovo foi visitada em outubro de 2020 pela Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia do MRE, embaixadora Márcia Donner Abreu. Em novembro, foi assinado memorando de entendimento entre a Associação para o Desenvolvimento de Clusters e Parques Tecnológicos da Rússia (AKITRF) e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), que poderá pavimentar o caminho para a participação de startups brasileiras em programas de "soft-landing" e incubação cruzada.

48. Entre os principais desafios para o aprofundamento da cooperação em CT&I está a necessidade de superação do desconhecimento entre as comunidades de empreendedorismo e inovação de ambos os lados. Para além da via institucional, entre os respectivos governos, universidades e instituições de ensino, o intercâmbio entre startups e parques tecnológicos tem constituído importante iniciativa para pavimentar a cooperação bilateral entre os dois países, como indicam as ações realizadas junto a parques tecnológicos como Skolkovo e Kalibr, ambos em Moscou. Outro desafio, que poderá ser convertido em oportunidades para o lado brasileiro, é a prospecção de parceiros em outras regiões da Rússia, cenário em que universidades e parques tecnológicos em polos como São Petersburgo, Kazan, Novosibirsk e Vladivostok despontam como potenciais parceiros.

COOPERAÇÃO ESPACIAL

49. A cooperação espacial bilateral teve início em 1992, quando os dois governos assinaram acordo de cooperação no campo da pesquisa espacial e de utilização do espaço para fins pacíficos. A partir de então, foram assinados diversos instrumentos bilaterais que aprofundaram a cooperação no tema, com destaque para a participação do astronauta brasileiro Marcos Pontes em missão da Estação Espacial Internacional, a bordo da nave russa Soyuz TMA-8, em 2006. Esse rico histórico

bilateral precisou ser renovado e intensificado. Por ocasião do encontro entre o ministro Marcos Pontes e o vice-ministro da Ciência e Educação Superior da Rússia, Grigory Trubnikov (Campinas, 2019), foi possível destacar o grande potencial da cooperação bilateral na área espacial. O lado russo manifestou, também, interesse em aprofundar a cooperação com o Brasil em matéria de desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e lançamentos comerciais a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).

50. Em 2020, a Agência Espacial Federal Russa (Roscosmos) assinou com a Universidade Federal do Pará contrato para a instalação e operação da quinta estação do sistema russo de navegação por satélite (GLONASS) no Brasil. A Roscosmos também assinou acordo de cooperação com o Instituto Federal de Rondônia para a instalação de estação do GLONASS em Colorado do Oeste. As outras quatro estações do GLONASS no Brasil estão nas cidades de Recife, Santa Maria (RS) e Rio de Janeiro (duas estações).

51. No âmbito do BRICS, durante a reunião de chefes de Agências Espaciais, em julho de 2020, Brasil, Rússia e África do Sul manifestaram sua concordância com a proposta de Memorando de Entendimento sobre Constelação BRICS, tema que tem sido discutido desde 2016. Todavia, não foi possível alcançar consenso entre Índia e China, que divergem na interpretação de alguns pontos do documento.

52. Em março de 2021, recebi, na embaixada, os professores Andrei Legg e Eduardo Escobar Burger, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que acompanharam, no Cazaquistão, o lançamento, pelo foguete russo Soyuz 2.1A/Fregat-M, a partir do Cosmódromo de Baikonur, do nanossatélite brasileiro NanoSatC-Br2. A iniciativa é resultado de parceria entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a agência espacial russa (Roscosmos). O NanoSatC-Br2, com peso de apenas 1,72kg, permitirá aos pesquisadores brasileiros monitorar a chamada "anomalia magnética do Atlântico Sul", que interfere nas tecnologias de comunicação eletromagnética. O lançamento do NanoSatC-Br2 também foi acompanhado, online, pelo ministro Marcos Pontes.

COVID-19 NA RÚSSIA E COOPERAÇÃO NA PRODUÇÃO DE VACINAS

53. Um dos principais desafios durante minha gestão foi o enfrentamento da pandemia de covid-19 na Rússia e seus impactos sobre o relacionamento bilateral e o funcionamento da embaixada, que, mesmo nos momentos mais agudos da pandemia na Rússia, manteve o seu funcionamento e o atendimento de demandas críticas. Desde o início da pandemia, diplomatas do posto acompanharam as medidas de cunho político, social e econômico adotadas pelo governo russo e os avanços em matéria de ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento de medicamentos e vacinas contra o novo coronavírus. Logo depois do registro da primeira vacina mundial contra a Covid-19 (Sputnik V), a embaixada apoiou, a pedido, esforços de interação entre os promotores da vacina na Rússia e entidades interessadas no Brasil.

54. Além da Sputnik V, a Rússia dispõe, ainda, de outras duas vacinas: a EpiVacCorona, desenvolvida pelo Centro de Virologia e Biotecnologia Vector, subordinado ao Serviço Federal de Supervisão na Área de Defesa dos Direitos do Consumidor (Rospotrebnadzor); e a CoviVac, desenvolvida pelo Centro Federal de Pesquisa Chumakov. Atualmente, a Sputnik V continua como

principal imunizante da campanha de vacinação em massa na Rússia, uma vez que sua produção em larga escala tem permitido sua primazia sobre as outras duas vacinas, que contam com produção relativamente limitada, sobretudo a CoviVac. No plano externo, a Sputnik V é, na prática, a vacina responsável pelos diversos acordos de cooperação do governo russo com outros países em matéria de enfrentamento da pandemia de covid-19.

55. Até 29 de abril de 2021, a Rússia registrou 4 796 557 milhões de casos de covid-19, com 109 731 mortes e 4 419 540 milhões de pacientes recuperados. Foram realizados, desde o início da pandemia, mais de 128,8 milhões de testes para a covid-19.

56. Teve início, em 5/12/2020, a vacinação do chamado grupo prioritário (profissionais de saúde, educação e assistentes sociais) em Moscou. Posteriormente, permitiu-se a vacinação de cidadãos com idade superior a 60 anos. Por instrução do presidente Vladimir Putin, iniciou-se, em 18/01/2021, a vacinação em massa, voluntária e gratuita da população russa.

57. Além das vacinas, acompanhamos os importantes avanços na área de medicamentos na Rússia, como na produção do Avifavir. O país conseguiu aumentar a capacidade de produção local de equipamentos de proteção individual e de ventiladores mecânicos, o que atendeu a demanda interna durante a crise e permitiu possibilidades de cooperação internacional.

58. A Rússia também identificou no alastramento do novo coronavírus oportunidade de política externa e lançou ambiciosa campanha de assistência humanitária internacional, contemplando, por exemplo, o desenvolvimento e a produção de vacinas e o envio de ventiladores, respiradores, kits de diagnóstico, equipamentos de proteção e descontaminação e suprimentos médico-hospitalares para numerosos países. Essas iniciativas contribuíram para melhorar a imagem internacional da Rússia, bem como para o aprofundamento da relação com parceiros considerados estratégicos.

59. Ainda em matéria de vacinas, acompanhamos as atividades do Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF), que negociou o fornecimento da Sputnik V a outros países, firmou acordos de cooperação com mais de 60 países, que, somados, de acordo com os dados do RDIF, alcançam mais de 3 bilhões de pessoas. Entre os parceiros do Fundo Russo estão Argélia, Argentina, Bolívia, Belarús, Cazaquistão, Emirados Árabes Unidos, Egito, Guatemala, Honduras, Hungria, Índia, Irã, Líbano, México, Nicarágua, Paraguai, Sérvia, Tunísia e Venezuela, que aprovaram o uso emergencial do imunizante russo e já receberam ou deverão receber doses da Sputnik V. A demanda externa da Sputnik V deverá ser atendida por parceiros do RDIF na Coreia do Sul, Índia e Brasil. No caso brasileiro, a parceria do RDIF com a União Química ensejou visitas do grupo farmacêutico a Moscou em outubro de 2020 e janeiro de 2021.

60. Após a conversa telefônica entre os presidentes Jair Messias Bolsonaro e Vladimir Putin em 6/4 último, em que foram discutidas possibilidades de cooperação entre Brasil e Rússia no enfrentamento da pandemia de covid-19 e de fornecimento e produção da Sputnik V no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) enviou à Rússia, entre 17 e 24 de abril, delegação para visitar as instalações dos grupos farmacêuticos russos Generium, nos arredores de Vladimir, na região de Moscou, e UfaVita, na cidade de Ufa, capital da República do Bascortostão. A pedido da Anvisa, e mediante instruções da SERE, diplomata do posto foi designado para acompanhar a equipe de inspetores da Anvisa em Vladimir, entre os dias 20 e 23 de abril. Como é

de conhecimento, em sessão pública, os diretores da Anvisa não aprovaram a importação da Sputnik V para o Brasil, quadro que, segundo a agência reguladora brasileira, poderá ser revertido mediante a apresentação de informações e documentos pendentes.

AGRICULTURA

61. O setor agrícola mereceu absoluta prioridade durante meu trabalho à frente do Posto. Encontrei na Rússia um setor em plena e rápida evolução, muito influenciado pelas sanções e contrassanções em vigor entre a Rússia e Estados Unidos, União Europeia, Noruega, Canadá e Austrália. As medidas, adotadas desde 2014, em função dos acontecimentos na Crimeia, incluem carnes, pescados, frutas, lácteos e diversos outros setores. Tais sanções ensejaram um robusto processo de substituição de importações na agricultura russa, por meio do qual as compras externas de produtos agrícolas passaram de USD 43 bilhões, em 2013, para USD 30 bilhões, em 2019. As metas de autossuficiência foram atualizadas na Doutrina de Segurança Alimentar (2020), segundo a qual a produção doméstica deve abastecer o mercado local nas seguintes proporções mínimas: 95% em grãos; 90% em açúcar, lácteos e óleos vegetais; 85% em carnes e pescados; 75% em sementes; e 60% em frutas.

62. Com a revitalização da agricultura russa, o país passou a competir por espaço no mercado externo. Exportações agrícolas, que eram de USD 17 bilhões em 2013, alcançaram USD 25 bilhões em 2019. A meta de atingir USD 45 bilhões em vendas externas, que havia sido estabelecida para 2024, foi adiada para 2030, em função dos efeitos da pandemia sobre a capacidade exportadora russa. Em busca de matéria prima a preços mais competitivos para alimentação animal, a Rússia aceitou flexibilizar suas conservadoras regulações quanto ao uso de biotecnologia.

63. No setor de carnes, o evento de maior destaque foi o fim do regime russo de quotas tarifárias para importação de carne suína, em janeiro de 2020, em linha com seu compromisso na OMC. O produto estrangeiro, que tinha tarifa intraquota zero, passou a ser taxado em 25% para acessar o mercado local. As importações caíram imediatamente a valores próximos de zero, havendo superado os USD 170 milhões em 2019. Recentemente, foi anunciada a eliminação das quotas de importação de carne bovina para o mercado russo, prevista para ser implementada em janeiro de 2022. Com a mudança, a tarifa intraquota, atualmente de 15% (11,25% com as preferências tarifárias), seria substituída por uma tarifa fixa de até 27,5% (20,625% com as preferências). Alguns detalhes, como a tarifa a ser aplicada, permanecem em aberto.

TEMAS SANITÁRIOS

64. Minha gestão em Moscou teve início imediatamente após o levantamento parcial das restrições russas a carnes bovina e suína, ocorrido em 31 de outubro de 2018. As medidas restritivas vigoravam desde 1º de dezembro de 2017, em função da detecção, por parte de autoridades sanitárias russas, de resíduos de ractopamina em amostras de carnes de origem brasileira. Desde então, o fluxo de habilitações vem sendo retomado muito lentamente. A presença de um adido agrícola na Embaixada muito me auxiliou na retomada da confiança entre os dois lados, em especial a partir de 2020. Em janeiro de 2021, havia 11 estabelecimentos produtores de carne bovina e 5 de carne suína habilitados a acessar o mercado russo. Estes se somam a 28 plantas de carnes de aves, 26 de lácteos e 21 armazéns e entrepostos. No total, são 91 estabelecimentos

brasileiros de produtos de origem animal habilitados a exportar para a Rússia. Esse número poderia ser significativamente maior caso houvesse uma troca mais eficiente de informações entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a autoridade sanitária russa (Rosselkhoznadzor), que negociam desde 2017 uma missão de inspeção russa a frigoríficos brasileiros.

65. Perante os desafios adicionais apresentados pela pandemia, foram buscadas alternativas para assegurar a continuidade do diálogo entre as autoridades sanitárias dos dois países, como reuniões por videoconferência. Como adaptação ao novo cenário de restrição de viagens internacionais, passou-se a negociar a possibilidade de que a próxima inspeção russa a frigoríficos brasileiros ocorra por videoconferência.

66. Desde o fim das restrições às carnes suína e bovina brasileiras, foi atribuída prioridade à reconstrução dos laços de confiança entre as autoridades sanitárias dos dois países. Esse foi o sentido de meus encontros com o Assessor de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Vice-Ministro Sergei Levin, representante da Rússia em reuniões ministeriais internacionais, inclusive BRICS. Hoje, já se pode observar boa vontade do governo russo na retomada de um relacionamento pragmático com o Brasil em temas sanitários e fitossanitários.

67. Ao fim de um ano de negociações, foi assinado pela parte russa o plano de trabalho para estabelecimento de sistema bilateral de certificação eletrônica, que deve ser firmado pela parte brasileira em breve. A inovação permitirá melhorias na rastreabilidade ao longo das cadeias de abastecimento, redução nos tempos e custos de comércio, diminuição no desperdício de alimentos, redução no uso de certificados fraudulentos e reforço na confiança entre os parceiros comerciais. Também merecem destaque as negociações para abertura do mercado da União Europeia para bovinos vivos e para farinhas e gorduras de origem animal.

68. Entre os interesses russos, ressaltaria a tentativa de abertura do mercado brasileiro de carne de aves. Em função do status sanitário de 14 entes federados russos como zonas não livres de influenza aviária, as autoridades brasileiras solicitam esclarecimentos quanto às práticas de regionalização e compartimentação em vigor. Em janeiro de 2021, estão habilitadas a exportar para o Brasil 13 plantas russas produtoras de pescado e uma de carne bovina.

69. O vice-ministro Levin visitou o Brasil (São Paulo e Bonito) em setembro de 2019, na X Reunião de Ministros de Agricultura do BRICS. Em outubro de 2020, acompanhei a embaixadora Márcia Donner Abreu, Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia do MRE, em reunião com Levin. Foram apresentados os pleitos brasileiros de agendamento de missão de inspeção a frigoríficos brasileiros, com ampliação do número de plantas habilitadas, e de certificação eletrônica, progredindo a caminho de um acordo de pre-listing bilateral.

70. Procurei promover, em coordenação com autoridades competentes no Brasil, o Comitê Agrário Brasil-Rússia como importante foro para avanço dos temas bilaterais na área agrícola. Sua quinta e mais recente edição ocorreu em agosto de 2019, em Moscou. No encontro, o lado brasileiro se comprometeu a enviar documento consolidado sobre as investigações acerca da detecção de ractopamina em produtos fornecidos à Rússia e concordou em considerar o fornecimento de produtos avícolas russos ao mercado brasileiro. As autoridades russas afirmaram sua disposição de analisar a proposta brasileira de minuta de protocolo de pre-listing bilateral. Foi rubricado pelos

dois lados o Certificado Sanitário Internacional que permitiu à Rússia passar a exportar carne bovina ao Brasil.

71. Em fevereiro de 2021, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) manteve conversações virtuais com o Serviço Federal de Vigilância Sanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor), no sentido de esclarecer os procedimentos oficiais de controle de qualidade da soja brasileira exportada para a Rússia, em particular no tocante ao teor de glifosato. A norma brasileira é de até 10 ml de glifosato por quilograma de soja, mais exigente do que o teto de 20 ml do Codex Alimentarius. Pela norma russa, o limite máximo é de 0,15 ml por quilograma.

72. Dessa forma, os governos brasileiro e russo puseram-se de acordo, no sentido de garantir que a soja brasileira exportada para a Rússia atenda aos padrões locais de excelência, a fim de dar continuidade ao comércio do produto.

COMÉRCIO AGROPECUÁRIO

73. A prioridade atribuída ao setor de agronegócio durante minha gestão foi acompanhada de manutenção de importante fluxo comercial nessa área, apesar das dificuldades e da desaceleração econômica durante a pandemia. As exportações do agronegócio brasileiro para a Rússia somaram USD 1,272 bilhão em 2019 e USD 1,189 bilhão em 2020. Apesar da ligeira queda, a inserção dos produtos agrícolas brasileiros no mercado russo começa a dar sinais de reação aos efeitos do processo de substituição de importações levado a cabo por Moscou. Enquanto alguns setores, como carne suína e açúcar, perderam espaço para a oferta doméstica, diversos produtos continuam a ter bom desempenho no mercado russo. Além disso, o crescimento de outras categorias começa a mostrar uma tendência de diversificação na pauta exportadora agrícola brasileira. O maior destaque nessa área é o amendoim, alimento do qual o Brasil é o principal fornecedor russo e que vem apresentando vendas crescentes ao longo dos últimos anos. Em 2019, as exportações brasileiras de amendoim para a Rússia foram de USD 97 milhões, chegando a USD 117 milhões em 2020.

74. Partindo de bases menores, gelatinas, rações para animais e especiarias também vêm registrando vendas crescentes para a Rússia nos últimos anos. Para os queijos brasileiros, a Rússia é o principal mercado externo, com USD 4,9 milhões em vendas em 2019 e em 2020. Outro caso de sucesso é o setor de frutas, com exportações brasileiras para o mercado russo atingindo USD 15 milhões em 2019 e USD 22 milhões em 2020. A Rússia tem consolidado sua posição como principal comprador da maçã brasileira, com USD 4,3 milhões em 2019 e USD 11,9 milhões em 2020. O Brasil é o principal fornecedor de mamão e manga, além de ser o segundo maior exportador de melão para o mercado russo.

75. Desde 2018, a carne bovina voltou a ganhar mercado na Rússia, com venda de USD 232 milhões em 2019 e USD 200 milhões em 2020, em que pese o número ainda baixo de plantas frigoríficas habilitadas. A carne de frango também tem destaque, com vendas de USD 114 milhões em 2019 e USD 109 milhões em 2020.

76. Não obstante a retomada da habilitação para cinco plantas brasileiras exportarem carne suína para a Rússia, o setor sentiu fortemente os impactos do fim do regime russo de quotas tarifárias de

importação. A nova estrutura tributária reduziu as exportações brasileiras, de USD 94 milhões em 2019, para menos de USD 300 mil em 2020.

77. Com os esforços russos para produção doméstica de proteína animal, as exportações de soja brasileira para a Rússia apresentam tendência de crescimento, com vendas de USD 360 milhões em 2019 e USD 387 milhões em 2020. Tais números credenciam a oleaginosa como o principal produto da pauta exportadora agrícola brasileira para a Rússia.

78. O café, um dos produtos mais tradicionais da pauta bilateral, vem conseguindo manter números elevados, com exportações de USD 140 milhões em 2019 e USD 161 milhões em 2020. Por esse motivo, a promoção do café brasileiro figurou como prioritária durante minha gestão. O comércio de fumo apresenta números relevantes, com vendas de USD 77 milhões em 2019 e USD 54 milhões em 2020, em que pese a tendência decrescente. O açúcar foi outra vítima da política russa de substituição de importações, com tendência de queda ao longo dos últimos anos. As exportações brasileiras para a Rússia foram de USD 89 milhões em 2019 e USD 57 milhões em 2020.

79. No sentido contrário, o comércio cresce em ritmo acelerado. O Brasil importou USD 46 milhões em produtos agrícolas russos em 2019 e USD 77 milhões em 2020. O primeiro lugar da pauta coube ao trigo, com importações de USD 18 milhões em 2019 e USD 49 milhões em 2020. Em seguida, veio o malte, com compras no valor de USD 13 milhões em 2019 e USD 14 milhões em 2020.

80. Nos últimos anos, o mercado russo de produtos agrícolas exibiu uma tendência clara de busca pela autonomia. Enquanto o regime de sanções, aliado a políticas protecionistas, acabou por fortalecer a produção doméstica, os eventuais ganhos de espaço no mercado externo permanecem subordinados a contingentes domésticos.

81. Em suma, apesar das dificuldades e restrições do lado russo para o setor do agronegócio, procurei trabalhar para encontrar um horizonte possível de atuação para preservar o acesso aos produtos brasileiros. Enquanto a Rússia deve continuar restringindo a entrada de bens que o país aspira produzir internamente, há uma grande variedade de produtos agrícolas brasileiros que não podem ser produzidos em território russo, seja por imperativos climáticos, seja por motivos econômicos. O mercado russo de frutas, com importações de USD 4,645 bilhões em 2019, apenas começa a ser desbravado por empresas brasileiras. Produtos de alto valor agregado como cafés especiais, vinhos e azeites podem encontrar nichos de mercado promissores entre as classes médias urbanas russas.

TEMAS CONSULARES

82. A jurisdição consular da Embaixada abrange a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão, onde não há Embaixada residente. A comunidade brasileira na Rússia é composta, majoritariamente, por estudantes, esportistas e empresários. A realização da Copa do Mundo na Rússia, em 2018, incentivou a busca do país como destino turístico para cidadãos brasileiros no ano seguinte. Essa tendência de aumento do número de turistas na Rússia foi interrompida, no entanto, pelas restrições impostas pelas medidas de fechamento das fronteiras decorrentes da

pandemia da COVID-19. Em 2018, estimava-se que havia 1.300 brasileiros na Rússia. Em 2020, esse número teve redução de 25% em função da pandemia.

83. Uma constatação de primeira hora da minha gestão foi a dificuldade de se prestar assistência consular cabível em todo o território da Rússia, além do Uzbequistão (objeto de relato a seguir). Tratei, portanto, de maximizar as possíveis fontes de apoio e antenas de coordenação (academias, universidades, igrejas, organizações cristãs, câmaras empresariais) nas várias regiões do país. O apoio dos pastores da Igreja Universal, presentes em várias cidades russas, tem-se revelado valioso e já incluiu doações a brasileiros desvalidos, oferta de abrigo e mesmo visitas, a pedido, de cunho espiritual a cidadão brasileiro preso. Além disso, o histórico muito positivo de trabalho consular honorário em São Petersburgo levou-me à convicção da necessidade de se criarem outros Consulados Honorários na Rússia. Minha sugestão é o exame da possibilidade de serem criados consulados honorários também nas regiões de Kazan, Vladivostok e Ecaterimburgo, onde há registro de maior número de brasileiros residentes, além de representarem importantes polos econômicos. Em Vladivostok, há considerável número de estudantes brasileiros que, nos últimos dois anos, passaram a residir na cidade, após a abertura de curso de medicina ministrado em inglês.

84. Em São Petersburgo, o senhor Taimuraz Bolloev, empresário influente e muito bem conceituado naquela área, exerce as funções de cônsul honorário do Brasil desde 2002, prestando impecável assistência aos brasileiros naquela cidade. O escritório de Bolloev conta com secretária com perfeito domínio do idioma português, que se destaca também pela cordialidade e pela atenção dispensada aos cidadãos brasileiros que procuram ajuda ou informações naquela cidade. Registro que o apoio do consulado honorário durante os difíceis meses iniciais da pandemia, em 2020, foi essencial para garantir assistência a brasileiros desvalidos e hospitalizados na região, bem como aos que enfrentaram problemas migratórios ao longo do ano de 2020.

85. Durante minha gestão, quatro brasileiros foram presos na Rússia, três deles por posse ou alegado tráfico de drogas. A todos foi prestado apoio consular cabível.

86. O caso de Robson do Nascimento Oliveira chamou-me a atenção para a necessidade de se intensificar campanha para a disseminação de informações a respeito de medicamentos proibidos na Rússia. Tais informações têm sido constantemente monitoradas e divulgadas na página eletrônica da embaixada durante minha gestão. Em sua visita a Moscou, em outubro de 2020, o Senador Nelson Trad disse considerar o tema de grande relevância e comunicou às autoridades russas que pretendia propor projeto de lei no Brasil que obrigasse as companhias aéreas a informar os passageiros de tais proibições.

87. A pandemia de Covid-19 implicou período de intenso trabalho por parte do setor consular da embaixada, que logrou atender incansavelmente a centenas de cidadãos brasileiros em necessidade. Foram organizadas, muitas vezes com prazos curtíssimos, quatro operações de repatriação, envolvendo 114 brasileiros, dos quais 26 foram repatriados com recursos do erário. Além de viabilizar a repatriação desses brasileiros, o Posto, ainda no contexto da pandemia, prestou assistência a diversos brasileiros enfermos, orientou centenas de brasileiros sobre medidas sanitárias e migratórias locais, interveio junto a autoridades locais para atender a situações individuais e monitorou inúmeros casos de brasileiros em situações particularmente delicadas.

88. Com o objetivo de modernizar e aperfeiçoar o atendimento a residentes temporários e permanentes, bem como aos turistas na Rússia, determinei a implementação de novas rotinas no setor consular, que abrangeram o agendamento automático de serviços consulares, o pagamento das taxas consulares por meio de depósito bancário, a atualização da parte consular do site da embaixada e a ampliação do número de vice-cônsules (há, atualmente, quatro oficiais de chancelaria nomeadas vice-cônsul, três das quais estão lotadas e em exercício no setor). Reorganizei os trabalhos internos do setor consular, de forma a agilizar o atendimento ao público, e, tendo em conta a grande quantidade de cidadãos brasileiros que residem a milhares de quilômetros de Moscou, aumentou-se a quantidade de serviços oferecidos por via postal.

COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

89. Em coordenação com a SERE, a embaixada logrou reestabelecer o leitorado brasileiro na Universidade Estatal Lomonossov de Moscou (MGU) em 2019, vacante desde 2017. O programa tem duração de dois anos, com possibilidade de renovação por mais dois. A MGU conta com um dos mais tradicionais departamentos de línguas ibero-românicas da Rússia.

90. Um desafio nessa área é a inexistência, na Rússia, até o momento, de instituição credenciada como aplicadora do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras, o que obriga interessados a se deslocarem a países vizinhos, como a Polônia, para prestar o exame. Em 2019, cumprindo sua etapa em processo de credenciamento solicitado por escola de línguas em Moscou, o posto enviou sua avaliação ao Ministério da Educação do Brasil.

91. Desenvolvi estreita relação de trabalho com a Biblioteca de Literatura Estrangeira M.I. Rudomino, com a qual a Embaixada celebrou acordo para a criação e promoção do Centro Cultural Ibero-Americano em julho de 2019. Desde então, a iniciativa viabilizou a organização de mais de 10 eventos, presenciais ou online, dedicados à literatura e outras modalidades aplicadas à expressão da promoção da cultura brasileira e da promoção da variante brasileira da língua portuguesa. O posto mantém diálogo com nove universidades russas que oferecem ensino de língua portuguesa.

92. Como forma de apoiar o programa de internacionalização das universidades brasileiras (Print-Capes), a embaixada lançou o podcast "Janela para o Brasil". Integralmente em russo, cada episódio (20 minutos) apresenta uma instituição de ensino superior brasileira, seus projetos e interesses de cooperação com a Rússia, caminhos para a mobilidade acadêmica, além de traços culturais da cidade em que se localiza. Publicada entre junho e dezembro de 2020, a primeira temporada do podcast contemplou 14 episódios.

93. A embaixada também se dedicou ao diálogo com universidades e instituições acadêmicas russas. Proferi palestra junto ao Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou (MGIMO) e facilitei o diálogo entre várias instituições de ensino do Brasil e da Rússia, entre elas a FGV e a Escola de Altos Estudos Econômicos de Moscou. O Posto participou, igualmente, de eventos acadêmicos, com universidades situadas em Kursk, Kazan, Vladivostok, Ecaterimburgo, Novosibirsk, Moscou e São Petersburgo.

94. Registro a necessidade de trabalhar junto a escolas do ensino fundamental na Rússia, como forma de difundir referências básicas sobre o Brasil desde tenra idade, contribuindo para romper estereótipos tradicionais. Ainda não foi possível ação em escala nacional nesse sentido. No entanto, o posto ganhou massa crítica ao realizar três projetos-piloto, recebendo estudantes de escolas da região de Moscou para eventos na embaixada e participando de festival de "contação de histórias", traduzindo o universo de histórias infantis brasileiras para o russo. Buscou-se, ademais, estimular a tradução de obras voltadas para esse público, fazendo uso do edital de apoio oferecido pela Fundação Biblioteca Nacional.

PROMOÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

95. A ação de promoção cultural contínua mais longeva é o Festival de Cinema Brasileiro na Rússia, que teve sua XII edição em 2019, com exibições em Moscou e São Petersburgo, alcançando público superior a 2.000 pessoas. A XIII edição foi adiada para 2021, em razão da pandemia.

96. Durante minha gestão, procurei dar relevo às iniciativas culturais desenvolvidas por cidadãos russos que cultivam a cultura brasileira de forma espontânea e autônoma, no lugar de depender da vinda de artistas brasileiros. Nesse sentido, atribuí importância estratégica a esses grupos, que apresentam qualidade excepcional, a exemplo dos coletivos "Samba Real", banda Esh, projeto Defesa, "Raccoon Batucada", "Back to Black Dance and Rythm" e iniciativas como o cineclube brasileiro em Moscou, festivais de forró, capoeira, jiu-jitsu organizados em diferentes regiões da Rússia. Tanto por meio de pequenos auxílios financeiros a eventos por eles organizados, quanto por apoio parcial a projetos de maior envergadura, é possível atingir crescente público e formar multiplicadores. Exemplos nesse sentido foram os apoios à realização do VI Festival de Samba de Moscou e a II Semana de Dança Afro-brasileira.

97. A participação do Brasil na II Guerra Mundial, fato relativamente pouco conhecido pela população russa, foi objeto de atenção especial de minha parte, em coordenação com o adido militar. A embaixada apoiou a organização da missão da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, da Associação de Ex-Combatentes do Brasil e da Sociedade Amigos da Marinha, que visitaram Moscou em 2019 para participar das comemorações do Dia da Vitória, em 9 de maio, entre associações de veteranos de guerra do Brasil e da Rússia. A embaixada promoveu, ainda, documentários relativos à participação do Brasil na guerra.

98. Durante minha gestão, o posto também promoveu a música clássica brasileira em Moscou, com a organização de concertos entre 2019 e 2020. Após o início da pandemia, as atividades de difusão da cultura brasileira foram realizadas por meios virtuais, como saraus, palestras sobre culinária e literatura, "streaming" de cinema brasileiro e gravações de entrevistas com artistas.

99. Buscou-se prestigiar, ainda, o Instituto Escola Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville, que celebrou 20 anos em 2020; o posto divulgou contos de Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles e obras clássicas de Machado de Assis, Lima Barreto e Aloísio de Azevedo; apoiou a participação brasileira em eventos de economia criativa, inclusive o segmento de jogos eletrônicos; e iniciou tradução de obra sobre a semana de arte moderna de 1922. Para o futuro, recomendo a elaboração de ação conjunta do posto com as demais missões na Europa, em especial aquelas baseadas em

cidades expoentes no cenário cultural mundial. A estratégia serviria, sobretudo, à promoção das artes plásticas, cujo custo de produção tende a ser elevado.

100. No tocante à diplomacia pública, a embaixada cooperou com jornais e canais de prestígio que veicularam entrevistas de autoridades brasileiras e divulgaram conteúdo brasileiro nas esferas econômica, comercial e cultural. Manteve presença em redes sociais de forma a contribuir para a construção de imagem positiva do Brasil na Rússia. Lançou, em 2019, o boletim eletrônico mensal "Panorama Brasil-Rússia", dirigido a formadores de opinião no Brasil e ao público russo que domina o português, que divulga as principais iniciativas bilaterais nas esferas política, econômica, comercial e cultural.

101. O posto concluiu, durante minha gestão, a reforma da residência oficial, após a constatação da existência de riscos estruturais. Verdadeiro monumento arquitetônico e artístico da segunda metade do século XIX (1876), a chamada "Casa Lopatina" é um dos primeiros exemplos do chamado "estilo russo" em arquitetura civil urbana. Sede da residência oficial do Brasil em Moscou desde 1963, o imóvel foi adquirido pelo governo brasileiro em 1988 e confere alto prestígio a eventos culturais e encontros políticos e comerciais nela organizados. A reabertura da residência oficial ocorreu em outubro de 2020, com reuniões e recepção que ofereci ao vice-chanceler da Rússia, embaixador Sergei Ryabkov, e à Secretaria para Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia do Itamaraty, embaixadora Márcia Donner Abreu, presente em Moscou para consultas políticas Brasil-Rússia. Em 10/2/21, recebi o prefeito de Moscou, Sergey Sobyanin, que outorgou à Embaixada os prêmios, em 2020, de "Melhor projeto de restauração e adaptação ao uso moderno" e "Alta qualidade dos trabalhos de restauração e reparação" no concurso que avalia ações no campo da preservação e valorização de patrimônio cultural na cidade. Cumpre registrar o privilégio para a diplomacia brasileira dispor de um imóvel próprio nacional condizente com a envergadura de nosso país. Durante minha gestão, consegui restaurar, igualmente, a totalidade dos móveis de estilo guardados em depósito durante parte da reforma, além de obras de arte, tapetes e tapeçarias.

ASSUNTOS PARLAMENTARES

102. Ao longo de minha gestão como embaixador em Moscou, iniciada em novembro de 2018, o setor de relações parlamentares e federativas contribuiu para a intensificação do diálogo e da frequência de visitas entre autoridades brasileiras e russas, acompanhando dinâmicas, eventos e processos de possível interesse para o Brasil no âmbito das duas casas do parlamento (Duma de Estado e Conselho da Federação) e dos entes federados russos.

103. O presidente da Duma de Estado, deputado Vyacheslav Volodin, chefiou a delegação russa no contexto da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro, em Brasília, em janeiro de 2019.

104. Em maio de 2019, o vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, senador Sergey Kislyak, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com diversas autoridades brasileiras.

105. Em agosto de 2019, os deputados Professora Dorinha (DEM/TO) e Giacobo (PL/PR) estiveram em Kazan, na Rússia, por ocasião da 45^a World Skills.

106. Em maio de 2020, o senador russo Andrey Klimov manifestou interesse em estabelecer contato com membros do Legislativo brasileiro para discutir, por meio de videoconferência, as medidas adotadas para combater a pandemia de covid-19 e suas consequências socioeconômicas nos dois países.

107. Em outubro de 2020, o senador Nelson Trad Filho (PSD/MS), então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizou visita oficial a Moscou, ocasião em que participou do ato de entrega de carta dirigida pelo PR Jair Bolsonaro ao PR Vladimir Putin; visitou Skolkovo, o maior parque tecnológico da Rússia; examinou possibilidades de cooperação entre o Mato Grosso do Sul e o Oblast de Rostov, no sul da Rússia; e se reuniu com as agências responsáveis pelo desenvolvimento da vacina russa contra a covid-19.

108. Paralelamente, o posto monitorou dinâmicas, eventos e processos nas duas casas do parlamento russo, como: (i) a tramitação do projeto de lei da "Internet soberana"; (ii) a reeleição de Valentina Matviyenko, política que nutre conhecida simpatia em relação ao Brasil, como presidente do Conselho da Federação, em setembro de 2019; (iii) a assunção do senador e ex-vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Grigory Karasin como novo presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, em março de 2021; e (iv) a publicação de estudo da ONG Transparência Internacional sobre a prática de "lobby" no Conselho da Federação).

- Assuntos parlamentares no âmbito do BRICS

109. O posto acompanhou a reunião do Fórum Parlamentar do BRICS, realizada à margem da 141a. Assembleia da União Interparlamentar, em Belgrado, em outubro de 2019.

110. Em março de 2020, os senadores Irajá Silvestre Abreu Filho (PSD/TO) e Rodrigo Cunha (PSDB/AL), bem como o deputado Daniel Silveira (PSL/RJ), estiveram em São Petersburgo, por ocasião do Fórum de Jovens Parlamentares do BRICS.

111. Em outubro de 2020, o senador Marcos do Val (PODE/ES) participou da reunião do Fórum Parlamentar dos BRICS, em formato de videoconferência.

- Assuntos federativos

112. Em janeiro de 2019, participei das celebrações do 75º aniversário do fim do cerco a Leningrado, em São Petersburgo, ocasião em que me reuni com o governador da cidade, Alexander Beglov. As autoridades petersburguesas manifestaram interesse no reforço das relações comerciais e culturais com o município do Rio de Janeiro, no âmbito da parceria já existente entre as duas cidades.

112. Em março de 2019, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivela, por meio de carta, convidou o prefeito de Moscou, Sergey Sobyanin, para visitar a capital fluminense no contexto da "World Chambers Congress", realizada em junho daquele ano.

113. Também em março de 2019, os organizadores do Fórum Urbano de Moscou, realizado em julho daquele ano, expressaram o especial interesse do governo de Moscou em contar com a participação do então prefeito de São Paulo Bruno Covas no referido evento.

114. Entre 18 e 22/3/19, o governador do Amapá, Waldez Góes, e o deputado federal Igor Timo (PODE/MG) estiveram em Moscou e reuniram-se com autoridades locais, empresas e organismos internacionais, a fim de apresentar o Programa Tesouro Verde (venda de créditos florestais). Exploraram, ainda, possibilidades de parceria em saneamento básico, segurança urbana e defesa civil. Durante a visita, o governador Waldez Góes assinou memorando de intenções com o Centro de Promoção Social e de Negócios da Rússia, com vistas a promover a cooperação na área do desenvolvimento sustentável. Firmou, também, declaração conjunta com o diretor do centro da UNIDO em Moscou, Sergey Korotkov.

115. Em abril de 2019, a Embaixada apoiou a viabilização da doação de "matrioshka" pelo governo de Moscou à Prefeitura de São Paulo, por ocasião do "World Travel Market Latin America", realizada entre 2-4/4 daquele ano, em São Paulo.

116. Em março de 2020, a presidente da União de Cidades da Rússia (URC), Aleksandra Ignatyeva, por meio de carta, manifestou interesse em estabelecer cooperação com instituição homóloga no Brasil e convidou municípios brasileiros a enviarem suas melhores práticas sobre "digitalização para a eficiência energética" e "transporte ecológico limpo".

117. Em junho de 2020, já no contexto da pandemia, a Embaixada viabilizou a inclusão, em bases humanitárias e sem custos, de doação russa de medicamentos e testes para covid 19 para o governo do Amapá, no voo de repatriação da Azur Air (ZZ9951) com destino ao Brasil que partiu de Moscou em 3/6.

118. Em fevereiro de 2021, o prefeito de Moscou, Sergey Sobyanin, figura política de primeira grandeza na Rússia, visitou a Embaixada e agradeceu os esforços do Brasil na reforma da residência oficial, que recebeu dois prêmios da prefeitura em 2020.

119. Em abril de 2021, o governo do Distrito Autônomo de Khanty-Mansiysk convidou mulheres líderes do Brasil (governadoras, prefeitas e vereadoras) para participar do projeto "Associação Euroasiática de Mulheres Líderes Regionais", a ser realizado no âmbito do III Fórum Euroasiático da Mulher (São Petersburgo, 13-15/10/21), sob o tema "O papel da mulher no desenvolvimento das regiões do mundo, durante e após a pandemia".

120. Em maio de 2021, a cidade de Nizhny Novgorod demonstrou interesse em celebrar acordo de irmanação com Salvador e solicitou ao posto sondagem sobre eventual interesse da capital baiana. O anúncio da pretendida parceria integraria as celebrações pelos 800 anos de fundação da cidade russa (21/8).

- Assuntos federativos no âmbito do BRICS

121. Em agosto de 2019, o chefe da República do Basçortostão, Radii Khabirov, por meio de carta, convidou os 27 governadores brasileiros para participar da quinta edição do Fórum dos Pequenos

Negócios das regiões do BRICS e da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), realizado em Ufá, em 26-27/9/19.

122. Em setembro de 2019, comitiva de municípios paulistas e nordestinos participou da primeira edição do "International Municipal BRICS Forum" (IMBRICS Forum 2019), em São Petersburgo.

123. A segunda edição do "International Municipal BRICS Forum", realizado em novembro de 2020, em formato de videoconferência, foi divulgado às entidades representativas das municipalidades brasileiras. No âmbito do evento, foi assinado acordo de cooperação entre as cidades de Guarulhos (SP) e Chelyabinsk, no sul dos Urais.

REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO (cumulatividade)

124. Ao longo de minha gestão como embaixador não residente junto à República do Uzbequistão, iniciada em novembro de 2018, tive como prioridade a identificação de oportunidades para uma maior aproximação entre Brasília e Tashkent. Particularmente promissores são os setores de agricultura, educação, energia, turismo e produtos de defesa.

125. Não obstante o desafio resultante da pandemia de covid-19 em curso, procedi à reestruturação da embaixada, com a designação de diplomata como "desk" para o Uzbequistão, o que aumentou a capacidade do posto de acompanhar diariamente os desdobramentos na política interna e externa de Tashkent e seus possíveis impactos sobre as potencialidades do relacionamento bilateral com o Brasil.

RELAÇÕES BILATERAIS

126. Como embaixador não residente, tive a oportunidade de realizar visita ao Uzbequistão em outubro de 2019, por ocasião da entrega de minhas cartas credenciais ao chanceler Abdulaziz Kamilov. Na oportunidade, compareci a cerimônia solene com a presença do presidente Shavkat Mirziyoyev e mantive reuniões com autoridades dos ministérios da Agricultura, Investimentos e Comércio Exterior, Defesa e Cultura, bem como da Câmara de Comércio e Indústria e da estatal UZTrade, além de colegas do corpo diplomático e empresários locais. Os encontros sublinharam a existência de grande potencial para a cooperação entre Brasil e Uzbequistão.

127. As relações bilaterais já contam com arcabouço jurídico básico consolidado, formado pelos acordos assinados durante a visita do então presidente Islam Karimov ao Brasil, em 2009.

128. Contribuiu para a fluidez dos contatos com as autoridades uzbeques a minha amizade pessoal com o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Farhod Arziev, ex-embaixador do Uzbequistão na Índia. Arziev foi instrumental, por exemplo, na liberação de carga brasileira proveniente de Minas Gerais que estava retida na alfândega uzbeque em 2020.

129. Desde o início de 2020, contudo, o alastramento da covid-19 constituiu desafio às iniciativas bilaterais então alentadas, como o projeto de enviar a primeira missão comercial do Brasil ao Uzbequistão. Não obstante, mantiveram-se os contatos frequentes e produtivos com o governo

uzbeque e com a embaixada uzbeque em Moscou, o que contribuiu para facilitar a repatriação de brasileiros que se situavam no país centro-asiático no início da pandemia, bem como a troca de apoios em organismos multilaterais.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DO UZBEQUISTÃO

130. O posto acompanhou a implementação das reformas políticas, sociais e econômicas empreendidas pelo presidente Shavkat Mirziyoyev desde sua chegada ao poder, em 2016, que contemplam cinco objetivos prioritários: modernizar a administração pública; garantir a supremacia da lei; fomentar o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança do país.

131. O ímpeto reformista também se manifestou na política externa. O Uzbequistão logrou distensionar as relações com seus vizinhos, antes marcadas por disputas territoriais, migratórias e de gestão de recursos hídricos; participou ativamente do processo de paz no Afeganistão; aprofundou os laços com os EUA, a Rússia, a União Europeia, a China, a Coreia do Sul, a Turquia e a Índia; promoveu política mais assertiva de atração de investimentos e de lançamento de candidaturas em organismos internacionais; retomou seu processo de acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC); e aproximou-se da União Econômica Eurasiática (UEEA), junto à qual se tornou país observador em 2020.

ECONOMIA

132. Segundo estimativa do FMI, o PIB do Uzbequistão, atualmente na faixa de USD 60 bilhões (valor nominal), cresceu apenas 1,5% em 2020, contra 5,4% em 2018 e 5,6% em 2019, em razão da desaceleração causada pela pandemia de COVID-19. As despesas relacionadas à crise na área de saúde e de apoio a famílias e empresas aumentaram o déficit fiscal para cerca de 4% do PIB em 2020.

133. O governo uzbeque adotou, em 2020, uma série de medidas para combater as consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Em março, no início da pandemia, o presidente Shavkat Mirziyoyev criou, por decreto, o "Fundo Especial Anti-Crise" com aproximadamente USD 1 bilhão, dos quais USD 100 milhões foram destinados à área de saúde; USD 850 milhões para projetos de empreendedorismo, emprego e infraestrutura; e cerca de USD 50 milhões para suporte a famílias de baixa renda.

134. O Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 16% para 15% e forneceu, aos bancos comerciais, liquidez adicional da ordem de USD 460 milhões para ampliar a concessão de crédito no país e possibilitar a reestruturação de dívidas corporativas, no valor de aproximadamente USD 790 milhões, e de empréstimos a empreendedores individuais e pessoas físicas, avaliados em USD 470 milhões.

135. O FMI aprovou crédito de USD 375 milhões para o governo uzbeque, com o objetivo de "apoiar a resposta do Uzbequistão à pandemia de COVID-19, mediante a cobertura de necessidades fiscais e de balança de pagamentos do país e a redução do impacto da crise em suas reservas cambiais".

136. A dívida externa do país, no final de 2019, era de USD 15,8 bilhões (29% do PIB). O déficit em conta corrente atingiu 10% do PIB em 2020, com previsão de déficits elevados até 2023. O país possui USD 17 bilhões em reservas cambiais.

137. A agência de classificação de risco de crédito S&P Global confirmou, em 5/6, o rating do Uzbequistão em BB- para crédito de longo prazo em moeda estrangeira, com perspectiva negativa, em função da deterioração da balança de pagamentos a partir de 2018, processo acelerado em 2020 pela pandemia de COVID-19.

138. A agência estima que o crescimento real do PIB uzbeque apresente recuperação em 2021, mas que fique abaixo de 5% ao ano até 2023. O país é um dos 20 maiores produtores do mundo de gás natural, ouro, cobre e urânio. Cerca de 70% de suas exportações são para os países da União Econômica Eurasiática, sobretudo a Rússia. O investimento direto estrangeiro aumentou em 2019 para cerca de USD 2,3 bilhões, contra USD 600 milhões em 2018, e está concentrado na indústria extrativa mineral. O PIB per capita permanece baixo, com previsão de USD 1.700 no final de 2020.

COMÉRCIO BILATERAL

139. As relações econômico-comerciais Brasil-Uzbequistão têm espaço para maior desenvolvimento. Há já uma moldura de acordos em vigor que permitem a ampliação do intercâmbio, com destaque para os seguintes, assinados em 2009, durante visita do presidente Karimov ao Brasil:

- Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial;
- Acordo de Cooperação Técnica; e
- Acordo de Cooperação em Agricultura.

140. Há expectativa de que seja realizada, quando possível para ambos os lados, a instalação da Comissão Intergovernamental de Cooperação conforme prevista no acordo de Cooperação Econômica e Comercial.

141. O comércio bilateral mantém-se pouco expressivo, tendo registrado, segundo a SECEX, trocas de USD 46,4 milhões em 2020 (exportações de USD 44,8 milhões e importações de USD 1,6 milhão) e de USD 35,24 milhões em 2019 (exportações de USD 27,74 e importações de USD 7,5 milhões). O principal produto de exportação brasileiro é o açúcar.

142. Para o Brasil, o Uzbequistão oferece oportunidades para a exportação, por exemplo, de alimentos, calçados e bens de capital. O país poderia tornar-se plataforma para a entrada de nossos produtos nos mercados centro-asiáticos, região que tem experimentado grande dinamismo econômico nas duas últimas décadas.

143. Em minha visita a Tashkent, em outubro de 2019, pude notar o grande interesse do Uzbequistão em conhecer melhor a bem sucedida experiência brasileira na agricultura e iniciar cooperação técnica, em particular com a Embrapa. O lado uzbeque apontou as seguintes áreas:

melhoria genética do gado bovino, P&D sobre uso da terra, recuperação de terras danificadas, técnicas de irrigação do solo, cultivo de frutas e de soja.

ENERGIA

144. O Uzbequistão é o sétimo maior produtor de urânio do mundo e o 14º maior de gás natural, que responde por 10% das exportações do país.

145. A empresa estatal Uzbekneftgaz responde por cerca de 16% do PIB. No segmento de exploração e produção, opera em parceria com diversas companhias estrangeiras, dentre as quais Gazprom, Lukoil, PetroVietnam, CNPC, Sasol (África do Sul) e KNOC (Coreia do Sul). Possui duas refinarias de petróleo e três unidades de processamento de gás natural, incluindo uma planta de GNL e um complexo de gás química, o maior da Ásia Central.

146. Não há registro de cooperação Brasil-Uzbequistão na área de energia.

TEMAS CONSULARES

147. A assistência consular aos cidadãos brasileiros situados no Uzbequistão foi prestada por meio da interlocução com as autoridades uzbeques e do apoio de parceiros locais, o que foi fundamental na repatriação de três brasileiros no contexto da pandemia da covid-19.

148. A experiência de repatriação no Uzbequistão durante a pandemia, administrada remotamente pelo posto a partir de Moscou, reforçou a necessidade urgente de se nomear cônsul honorário em Tashkent, capaz de prestar assistência consular tempestiva aos brasileiros no país centro-asiático.

149. Há registro de um residente e nenhum preso de nacionalidade brasileira no Uzbequistão. Pequeno fluxo de turistas brasileiros visita anualmente o país centro-asiático, mas os números são desconhecidos.

150. Por decisão unilateral do governo uzbeque, em vigor desde fevereiro de 2019, cidadãos brasileiros não necessitam de visto para visitas de caráter turístico com duração de até 30 dias.

COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

151. Destaco o diálogo entre a Faculdade de Direito da USP e a Faculdade de Direito Internacional e de Direito Comparado da Universidade Estatal de Direito de Tashkent como modelo de cooperação acadêmica a ser desenvolvido entre instituições educacionais brasileiras e uzbeques.

152. A embaixada apoiou a divulgação no Brasil de eventos culturais e educacionais no Uzbequistão, como os festivais internacionais de música "Grande Caminho da Seda" (em Margilan), "Youth-Techno Art-2019" (em Tashkent) e "Sharq Taronalari" (em Samarcanda), bem como o Festival Internacional de Artesanato de Kokand.

153. Além disso, dois jornalistas brasileiros da ONG ABrasOFFA participaram, a convite do governo do Uzbequistão, do "International Bakhishi Art Festival", realizado em 2-9/4/2019.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES
RELATÓRIO N° , DE 2021

SF21565-97095-05
A standard linear barcode representing the document's identifier.

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 16, de 2021, da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do
Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES,
Ministro de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na
Federação da Rússia e, cumulativamente, na
República do Uzbequistão.*

Relator: Senador **CID GOMES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata é filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares e nasceu em 11 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro/RJ.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1986); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1988); e o Curso de Altos Estudos (2007). Neste último, defendeu a tese “Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro”.

Em 2001, concluiu pós-graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris, França. É autor de artigos publicados em revistas de política externa.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007; e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Chefe de Divisão da Secretaria de Controle Interno (1987); Oficial de Gabinete do Ministro de Estado (1996-2000); Primeiro-Secretário da Embaixada em Paris (2000-2003); Conselheiro e Ministro-Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires (2006-2009); Assessor Especial da Presidência da República (2009-2011); Porta-Voz da Presidência da República (2011-2012); Embaixador em Maputo (2015-2018); Embaixador em Lima (desde 2018).

Foi agraciado com diversas condecorações nacionais: Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial; Ordem do Mérito Naval, Brasil, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, Brasil, no grau de Grande Oficial; Medalha da Vitória, Brasil; Medalha Santos Dumont, Brasil; Medalha Tamandaré, Brasil; Medalha Duque de Caxias, Brasil. Recebeu, ainda, a Ordem Infante Dom Henrique, Portugal; a Ordem do Mérito, França; e Ordem do Cedro, Líbano.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão.

País de maior extensão territorial do mundo, com população de aproximadamente 147 milhões distribuída em cerca de 200 etnias, a Rússia



SF21565-97095-05

conta com abundantes riquezas naturais, como petróleo, gás, carvão, bauxita e madeira.

Como sabemos, a Rússia herdou amplo arsenal nuclear da União Soviética e é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

No campo das relações bilaterais, Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828, com interrupções nos períodos de 1918-1945 e de 1947-1961. Portanto, o restabelecimento das relações diplomáticas se deu em 1961 com a então União Soviética.

Com a dissolução da União Soviética no início da década de 1990, as relações bilaterais foram intensificadas, chegando ao patamar de parceria em 2000. Dois anos após, foi estabelecida “parceria estratégica de longo prazo”. E, em 2004, o presidente russo Vladimir Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil, tendo sido estabelecida a meta de elevar o fluxo comercial bilateral ao patamar de US\$ 10 bilhões anuais, a qual não foi alcançada.

A mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia é a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).

Os dois países mantêm cooperação em diversas áreas (educação e cultura, espacial, defesa, segurança, entre outras). Merecem, porém, destaque os processos de aquisição da vacina Sputnik V.

Sobre o fluxo comercial bilateral: em 2020, foi de US\$ 4,27 bilhões (menos 19,4% em relação a 2019), com exportações de US\$ 1,52 bilhão (menos 5,9%), importações de US\$ 2,74 bilhões (menos 26,2%) e déficit de US\$ 1,22 bilhão. Em anos anteriores, os dois países vinham mantendo intercâmbio comercial de cerca de US\$ 5 bilhões anuais. O máximo alcançado em 2008 foi de US\$ 7,9 bilhões. O fluxo bilateral historicamente, é superavitário para o Brasil.

Os principais produtos exportados do Brasil para a Rússia em 2020 foram: soja (25%), carne bovina (12%), amendoim em grãos (7,7%), café não torrado (7,3%), carne de frango (7%), tratores rodoviários para semi-reboque (4,2%), alumina (3,5%) e açúcar (3,1%). E os principais produtos importados da Rússia em 2020 foram: adubos e fertilizantes (66%),



SF21565-97095-05

carvão (9%), alumínio (6,3%) e, em níveis menores, metais preciosos (paládio), borrachas sintéticas, derivados de petróleo, hulhas e trigo.

O Brasil permaneceu como o principal fornecedor de soja para a Rússia (US\$ 387 milhões).

Registro, ainda, a parceria entre Brasil e Rússia no âmbito do bloco BRICS, ao lado de Índia, China e África do Sul. Entre tantas iniciativas de relevo levadas a cabo por esse grupo de países, destaco o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cuja criação se deu por meio de Acordo assinado na reunião de cúpula dos BRICS, em 15 de julho de 2014, realizada em Fortaleza, durante o período de meu governo no Estado do Ceará. Cuida-se de instituição que nasceu com vocação para ser alternativa ao sistema do Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual jamais passou por reforma que viesse a contemplar de maneira mais adequada os anseios dos países emergentes.



SF21565-97095-05

Sobre a República do Uzbequistão, o documento informa que o país conta com mais de 34 milhões de habitantes.

Brasil e Uzbequistão estabeleceram relações em 1993 e são acompanhadas, de forma cumulativa, pela embaixada do Brasil em Moscou e pela embaixada do Uzbequistão em Washington.

A aproximação entre Brasil e Uzbequistão alcançou seu auge com a viagem ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) do então presidente Islam Karimov, em maio de 2009, a única de um mandatário uzbeque à América do Sul.

O fluxo bilateral foi de US\$ 46,3 milhões em 2020. Os principais produtos exportados para o Uzbequistão foram açúcares e peças automotivas, e, em menor dimensão, café, ferro e borracha. O Brasil importou quantidades pequenas de fios têxteis, elementos químicos e frutas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF21565-97095-05

3^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2021

(nº 136/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 136

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **OTÁVIO BRANDELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **OTÁVIO BRANDELLI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de abril de 2021.

EM nº 00065/2021 MRE

Brasília, 14 de Abril de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e **curriculum vitae** de OTÁVIO BRANDELLI para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 269/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 19 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002760/2021-84

SEI nº 2512499

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OTÁVIO BRANDELLI

CPF: 457.009.660-34

ID: 10247 MRE

1964 Nascido em Garibaldi/RS, em 15 de outubro de 1964, filho de Valdemiro José Brandelli e Ivone Comunello Brandelli.

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Direito pela PUC/RS.
 1987 Pós-graduações "lato sensu" em direito comercial, direito fiscal e direito tributário na Escola Superior de Advocacia/RS.
 1990 Especialista em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (conclusão dos créditos de mestrado, sem apresentar dissertação).
 1991-92 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, Brasília.
 1999 Pós-Graduação "lato sensu" em Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional da Haia, Países Baixos.
 2000 XXXVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, Brasília.
 2007 LII Curso de Altos Estudos, IRBr, Brasília (tese aprovada com louvor: "OMC. Solução de controvérsias e propriedade intelectual. Avaliação da factibilidade de aplicação do Acordo TRIPS em retaliações cruzadas na OMC").

Cargos:

1992 Terceiro-Secretário
 1997 Segundo-Secretário
 2003 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2007 Conselheiro, por merecimento
 2010 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2018 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1986 Ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção RS, sob o nº 24.502.
 1992-94 Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, assistente.
 1994 Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor.
 1995-96 Divisão de Política Comercial, assistente.
 1996-2000 Missão do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias, Bruxelas, Terceiro e Segundo Secretário.
 2000-2004 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, Segundo e Primeiro Secretário.
 2004-08 Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual. Nomeado em 09/02/2004.
 2008-13 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro.
 2011-13 Representante Permanente Alterno junto à ALADI, Montevidéu.
 2011-13 Representante Permanente Alterno junto à Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), Montevidéu.
 2013-15 Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Cedido em 14/11/2013.
 2015-18 Diretor do Departamento do MERCOSUL. Nomeado em 30/09/2015.
 2015-18 Coordenador Nacional Alterno do Grupo Mercado Comum - GMC do MERCOSUL. Designado em 14/09/2015.
 2015-18 Coordenador Nacional Alterno do Foro de Consulta e Concertação Política - FCCP do MERCOSUL. Designado em 14/09/2015.
 2015-18 Coordenador Nacional do Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL - GAIM. Designado em 01/12/2015.
 2018-19 Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum - GMC do MERCOSUL. Designado em 07/12/2018.

2018-19 Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política - FCCP do MERCOSUL. Designado em 07/12/2018.
 2019- Secretário-Geral. Nomeado em 01/01/2019.

Obras Publicadas

- 1993 "O Contencioso entre Brasil e EUA sobre Propriedade Intelectual", in *Carta Internacional*, São Paulo, USP (01/06/1993)
- 1994 "Direitos de Propriedade Intelectual", in *Boletim de Diplomacia Econômica* nº 18, Brasília, MRE/SGIE (01/08/1994).
- 1996 "Informe sobre la Propiedad Intelectual en Países Seleccionados de América Latina y el Caribe - Brasil", in *Aplicação do Acordo TRIPS da OMC*, Cidade do México, Banco Interamericano de Desenvolvimento (24/05/1996).
- 2006 "Uma Análise do Regime Internacional da Proteção da Propriedade Intelectual à luz dos Efeitos sobre Políticas Públicas de Gestão do Conhecimento", in *Gestão do Conhecimento - Uma Estratégia Empresarial*, Brasília, Editora do SERPRO (15/10/2006)
- 2007 "Espaços para os Países em Desenvolvimento", em co-autoria com Embaixador Roberto Jaguaribe. In: *Propriedade Intelectual. Tensões entre o Capital e a Sociedade*. Org. VILLARES, Fábio. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007 (01/10/2007).
- 2008 "Development Agenda at WIPO: Where Does it Stand?" In: *The Development Agenda: Global Intellectual Property and Developing Countries*, Org. NETANEL, Neil Weinstock. Oxford University Press, EUA. (10/02/2008).

Condecorações:

- 2017 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial.
- 2018 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz.
- 2019 Medalha Mérito Santos-Dumont.
- 2019 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial.
- 2019 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial.
- 2019 Medalha do Pacificador.
- 2019 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial.
- 2019 Medalha Amigo da Marinha.
- 2019 Ordem Nacional do Mérito, Grã-Grua (Paraguai)
- 2020 Medalha da Vitória.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
 Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS
E REGIONAIS NAS AMÉRICAS
Coordenação-Geral de Organização dos Estados Americanos

OEA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2021

SUMÁRIO

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
INFORMAÇÕES GERAIS	5
PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO RECENTE DO BRASIL	6
PILAR DE DEMOCRACIA	8
CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA	8
COOPERAÇÃO E OBSERVAÇÃO ELEITORAL	8
SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA	8
COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA	8
PILAR DE DIREITOS HUMANOS	9
PILAR DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL	11
PILAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	12
IX CÚPULA DAS AMÉRICAS	13
CRONOLOGIA HISTÓRICA	14
ATOS INTERNACIONAIS	15

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Organização dos Estados Americanos (OEA)
Estados-membros:	Todos os 35 países das Américas são Estados-membros da OEA. Cuba não participa das atividades da Organização. O regime ilegítimo de Nicolás Maduro denunciou a Carta da OEA em 28/4/2017, mas a Venezuela continua participando da OEA por meio de representante designado pela Assembleia Nacional venezuelana.
Fundação:	5 de maio de 1948
Ano de adesão do Brasil:	1948 (membro fundador)
Sede:	Washington, D.C., Estados Unidos
Principais instâncias:	Assembleia-Geral, Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente, Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.
Principais chefias:	Secretário-Geral, Luis Almagro Lemes (Uruguai) – desde 26/5/2015 Secretário-Geral Adjunto, Néstor Mendez (Belize) – desde 7/6/2015 (ambos atualmente em segundo mandato 2020-2025)
Idiomas oficiais:	Espanhol, francês, inglês e português.
Funcionários:	529, dos quais 30 brasileiros - 5,6% do total (dados relativos a 30/06/2020)
Orcamento 2021:	Teto orçamentário atual de US\$ 84.968.407 para o Fundo Ordinário da Organização, financiado principalmente por contribuições obrigatórias dos Estados membros (Resolução AG/RES. 2957 (L-O/20), aprovada na 50ª AGOEA, em outubro de 2020).
Contribuição brasileira:	US\$ 11,44 milhões/ano para o Fundo Ordinário. O Brasil é o 2º maior contribuinte, responsável por 13,4 % das cotas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SECRETÁRIO-GERAL DA OEA – LUIS LEONARDO ALMAGRO LEMES (Uruguai)



Diplomata e político uruguai. Graduou-se em Direito, em 1987, e iniciou sua carreira no serviço diplomático uruguai, em 1988. Em 2005, foi nomeado Diretor da Assessoria Internacional do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, na gestão do então ministro José Mujica. De 2007 a 2010, foi o Embaixador do Uruguai na China, tendo defendido a assinatura de um acordo comercial entre a China e o MERCOSUL. Com a posse do Presidente José Mujica, em 2010, Almagro assumiu a chefia da chancelaria uruguaia, tendo exercido o cargo até 1º de março de 2015. Foi eleito para o cargo máximo da OEA por ocasião da 49ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em Washington, em 18 de março de 2015. Em dezembro de 2018, lançou-se candidato à reeleição. Por ocasião de Assembleia-Geral extraordinária da OEA, realizada em março de 2020, foi reeleito como SGOEA para segundo mandato (2020-2025).

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO – NÉSTOR MENDEZ (Belize)



Diplomata de carreira, ocupou o cargo de Representante Permanente de Belize junto à OEA e de Embaixador de seu país nos EUA, de 2008 até sua posse como secretário-geral adjunto da OEA. Antes disso, serviu no Alto Comissariado de Belize para o Reino Unido e na Embaixada na Guatemala. Integrou a equipe negociadora do diferendo territorial entre Belize e Guatemala. É formado em Administração de Empresas, em Belize, em Estudos de Diplomacia, por Oxford, e tem Mestrado em Relações Internacionais pela George Washington University. Néstor Méndez foi eleito para o cargo de Secretário-Geral Adjunto por ocasião da 49ª Assembleia Geral Extraordinária. Tomou posse no cargo em 7 de junho de 2015. Néstor Méndez foi reeleito por aclamação em 20/3/2020. Em 17 de julho de 2020 iniciou-se seu segundo mandato (2020-2025).

INFORMAÇÕES GERAIS

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em atividade e sucede as Conferências Pan-americanas e a União Pan-americana (1910). Foi concebida com a finalidade de construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros. A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em maio de 1948 (a Carta entrou em vigor em dezembro de 1951).

Vinte e um países reuniram-se em Bogotá, em 1948, para a assinatura da Carta da OEA: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Os seguintes países se tornaram membros da OEA posteriormente à criação da Organização: Barbados (1967), Trinidad e Tobago (1967), Jamaica (1969), Granada (1975), Suriname (1977), Dominica (1977), Santa Lúcia (1979), Antígua e Barbuda (1981), São Vicente e Granadinas (1981), Bahamas (1982), São Cristóvão e Névis (1984), Canadá (1990), Belize (1991) e Guiana (1991). Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas, além de 69 países e a União Europeia em caráter de observadores permanentes.

A Assembleia-Geral (AGOEA) é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, em nível de Chanceleres. No período entre as sessões da AGOEA, os trabalhos são conduzidos pelo Conselho Permanente e pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, bem como pelas diversas Comissões. Há também, na Carta da OEA, a previsão de realização de Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para considerar temas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos, e para servir de Órgão de Consulta.

A Secretaria-Geral é o corpo funcional da OEA e também atua como secretaria de várias reuniões ministeriais no continente, como as Reuniões de Ministros de Justiça ou outros Ministros ou Procuradores Gerais das Américas (REMJA), Ministros de Segurança Pública (MISPA), Ministros do Trabalho, Ministros da Ciência e Tecnologia e Ministros da Educação das Américas. A Cúpula das Américas, encontro presidencial hemisférico de periodicidade trienal, também se realiza com o apoio do secretariado da Organização.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO RECENTE DO BRASIL

A atuação do Brasil no âmbito interamericano tem como base os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, consagrados na Constituição Federal, os quais orientam as ações para a promoção eficaz dos "pilares" definidos na visão estratégica da Organização: democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional. Nesse sentido, o Brasil tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, por meio de ações concertadas no contexto daqueles pilares.

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais); a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas; o Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas; e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Além do diálogo político no âmbito do Conselho Permanente e das atividades inerentes aos quatro pilares da OEA, o Brasil participa de diversas iniciativas de cooperação no âmbito do organismo, como o Grupo de Amigos do Haiti, fórum específico no qual tradicionalmente são tratados assuntos referentes àquele país, e a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP). Outra parceria relevante é a do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), composto por um conjunto de 50 instituições universitárias brasileiras que, em coordenação com a OEA, oferece bolsas de estudo para mestrado e doutorado em universidades brasileiras para estudantes do continente.

A Missão Permanente do Brasil junto à OEA tem por responsabilidade representar o Brasil junto à Organização e alguns dos órgãos que compõem o sistema interamericano, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana (CJI). De julho a setembro de 2017, o Brasil ocupou a Presidência de turno do Conselho Permanente da OEA. Em agosto do mesmo ano, o Representante Permanente brasileiro junto à OEA foi eleito para presidir a Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) da Organização, até julho de 2018.

O compromisso brasileiro com o Sistema Interamericano é ilustrado também pelo fato de o Brasil ter nacionais em algumas das mais altas posições da OEA e de outras instituições interamericanas, a saber: o Consultor Jurídico do Itamaraty, professor George Rodrigo Bandeira Galindo, membro da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), mandato 2019-2022; o embaixador Flávio Roberto Bonzanini, em seu primeiro mandato como Secretário-Geral da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL); o Sr. Arthur Weintraub, Secretário de Segurança Multidimensional da OEA; e a ex-Secretária

Nacional de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, membro da Comissão Interamericana da Direitos Humanos (CIDH), mandato 2018-2021.

Em 2018, o Brasil permaneceu engajado nos trabalhos da Organização, com ênfase na preparação, participação e seguimento da VIII Cúpula das Américas, realizada em abril, em Lima, com o tema “Governabilidade democrática frente à corrupção”, e da 48^a Assembleia-Geral da OEA, ocorrida em Washington, no contexto das celebrações dos 70 anos do organismo. Em outubro daquele ano, o Brasil recebeu, pela primeira vez em sua história, missão de observação eleitoral (MOE) da OEA, por ocasião das eleições gerais. Em 2020, MOE chefiada pelo Embaixador Agustín Espinosa, do Uruguai, acompanhou as eleições municipais no Brasil.

Ao longo de 2019 e 2020, o Brasil engajou-se sobretudo em temas relativos ao pilar de democracia da OEA, a exemplo das iniciativas da Organização sobre a situação na Nicarágua (Grupo de Trabalho do Conselho Permanente e Missão de Alto Nível) e quanto à crise na Venezuela, com destaque para seu tratamento também ao amparo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Além da continuação do acompanhamento dos assuntos referentes aos pilares da Organização, como a situação em países específicos, as discussões na Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP), o Brasil participa, em 2021, das negociações de anteprojeto de Carta Empresarial Interamericana, assim como das atividades voltadas à realização da IX Cúpula das Américas, a ocorrer nos EUA, em 2021.

PILAR DE DEMOCRACIA

O pilar de democracia da OEA inclui a discussão sobre a situação política da região e o seguimento da Carta Democrática Interamericana, bem como questões de natureza primordialmente jurídica, como as relativas à Comissão Jurídica Interamericana e o combate à corrupção. Cabe à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) acompanhar o tratamento dos assuntos e negociar os dois projetos de resoluções "omnibus" tradicionalmente aprovadas nessa área na Assembleia Geral: "fortalecimento da democracia" e "direito internacional". A Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD) tem a missão de contribuir para o fortalecimento dos processos políticos dos Estados membros, em particular o apoio à democracia como a melhor opção para garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento.

CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA

A Carta Democrática Interamericana (CDI), que completará 20 anos em 2021, foi mecanismo criado após longos debates no seio da Organização sobre a promoção e a consolidação da democracia no hemisfério, em linha com o artigo 2º da Carta da OEA. Como marco normativo do principal pilar da Organização, a CDI tem sido mencionada nas principais crises políticas do hemisfério.

COOPERAÇÃO E OBSERVAÇÃO ELEITORAL

As atividades de cooperação e observação eleitorais da OEA são vistas como ativo de alto valor agregado, imparcialidade e profissionalismo. A maioria dos Estados membros (28) já recebeu pelo menos uma missão de observação eleitoral (MOE). O Brasil recebeu sua primeira MOE nas eleições de outubro de 2018. Em 2020, por ocasião das eleições municipais, a OEA novamente enviou equipe de observadores ao país, conforme convite feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Por meio do Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais, a SFD apoia a Secretaria-Geral no enfrentamento dos conflitos político-institucionais na região. Para tanto, o Departamento implementa metodologia de análise política e cenários múltiplos; presta assessoramento e apoio técnico às Missões estabelecidas pelo Conselho Permanente e/ou o Secretário Geral; e coordena atividades voltadas à solução pacífica de controvérsias territoriais e à promoção de uma cultura de paz.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é o único órgão da OEA com sede no Brasil (Rio de Janeiro). Desde sua criação, o país tem apoiado e participado ativamente de suas atividades. O professor George Rodrigo Bandeira Galindo, atual consultor jurídico do Itamaraty, é membro da CJI, tendo sido eleito na AGOEA de 2018 para o período 2019-2022. A CJI serve de corpo consultivo da OEA em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e analisa os problemas jurídicos referentes à integração dos países com vistas ao desenvolvimento do Hemisfério.

PILAR DE DIREITOS HUMANOS

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem como marco inicial a aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em 1948. Nessa conferência, foram aprovadas também a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Americano de Resolução Pacífica. A Carta da OEA prevê os direitos fundamentais da pessoa humana como um dos princípios fundadores da Organização. Outro tratado internacional basilar para o sistema interamericano é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecido como “Pacto de São José da Costa Rica”, que entrou em vigor para o Brasil em 1992.

Em termos institucionais, o sistema interamericano conta com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte), ambos órgãos autônomos vinculados à OEA e encarregados da proteção dos direitos humanos no continente. A CIDH, criada pela OEA em 1959, recebeu atribuições adicionais decorrentes do Pacto de São José, de 1969, documento que, ademais, criou a Corte e definiu suas atribuições. A defesa dos direitos humanos no hemisfério também está a cargo da Secretaria-Geral da OEA, órgão central e permanente, que serve de depositária de tratados interamericanos e estabelece relações de cooperação entre os organismos especializados e outros organismos nacionais e internacionais.

A atuação da CIDH encontra amparo em três pilares: o sistema de petição individual; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados membros; e a atenção às linhas temáticas prioritárias, além da preocupação com grupos historicamente submetidos à discriminação. Inspirada pelo princípio *pro homine* e pela necessidade de acesso à justiça, a CIDH é o principal órgão da OEA para temas de direitos humanos e conta com sete membros independentes, que atuam a título pessoal. Com sede em Washington, a CIDH preza por promover a observância dos direitos humanos no hemisfério e desempenha papel consultivo junto à OEA.

Desde 1961, a CIDH realiza visitas *in loco* para observar a situação geral dos direitos humanos em países ou para investigar uma situação em particular, publicando informes especiais e relatórios. Entre 5 e 12 de novembro de 2018, a CIDH realizou visita *in loco* ao Brasil, em função de convite feito pelo Estado brasileiro em 29 de novembro de 2017. A Comissão visitou, além do Distrito Federal, oito estados da federação (Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Roraima), para observar a situação dos direitos humanos no país. O relatório, publicado em 12 de fevereiro de 2021, analisou instituições democráticas e de direitos humanos atuantes no país e teceu recomendações com vistas a fortalecer o respeito aos direitos humanos. Esta foi a segunda visita “*in loco*” da Comissão ao Brasil: a primeira ocorreu em 1995. A CIDH também está autorizada, desde 1965, a receber e processar denúncias ou petições sobre casos individuais em que sejam alegadas violações de direitos humanos.

Com membros eleitos para mandatos de quatro anos (e uma possível reeleição), a CIDH já teve seis comissários brasileiros ao longo de sua história (Dunshee de Abranches, Gilda Correa Meyer, Hélio Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Vannuchi e Flávia Piovesan). Em

2018, quatro novos comissários iniciaram seus mandatos junto à CIDH, entre os quais a brasileira Flávia Piovesan, cujo mandato expirará no final de 2021. Durante a 49^a AGOEA, em 2019, foram eleitos também quatro comissários: Edgar Stuardo Ralón Orellana (Guatemala); Margarete McCaulay (Jamaica), Esmeralda Arosemena de Troitiño (Panamá) e Julissa Mantilla Falcón (Peru). A CIDH conta atualmente com comissários de Brasil, Chile, Guatemala, Jamaica, México, Panamá e Peru.

A Corte é composta por sete juízes, nacionais dos Estados membros da OEA, eleitos a título pessoal e com reconhecida competência em matéria de direitos humanos. Cabe ressaltar que a Corte, com sede em São José, na Costa Rica, já teve dois juízes brasileiros (Antonio Augusto Cançado Trindade e Roberto Caldas, tendo este renunciado ao cargo meses antes do final de seu mandato). Segundo o Pacto de São José, somente os Estados-partes e a CIDH têm o direito de submeter um caso à decisão da Corte.

Na 51^a Assembleia Geral da OEA, a ser realizada este ano na Guatemala, haverá eleições para três vagas na CIDH e quatro na Corte; os novos comissários e juízes deverão assumir suas funções em 1/1/2022. O prazo para apresentação de candidaturas encerrou-se em 31 de março e, entre os candidatos a juiz da Corte, está o advogado brasileiro Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch.

O Brasil, interessado no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no continente, reconhece a importância do sistema interamericano e de seu papel histórico.

PILAR DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

O pilar de segurança multidimensional da OEA abrange temas de defesa e de segurança pública, como o tráfico de drogas, o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. A Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) tem a missão de promover e coordenar a cooperação entre os Estados membros da OEA, e destes com o Sistema Interamericano e outras instâncias do Sistema Internacional, para avaliar, prevenir, abordar e responder efetivamente a ameaças à segurança, com a visão de ser a principal referência hemisférica para o desenvolvimento da cooperação e capacitação dos Estados Membros da OEA.

A SSM é composta do Escritório Executivo da Secretaria de Segurança Multidimensional e das seguintes unidades: Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, com estatuto de departamento (SE/CICAD); Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, com estatuto de departamento (S/CICTE); Departamento de Segurança Pública (DSP); e Departamento contra o Crime Organizado Transnacional (DDOT).

A OEA tem desenvolvido intensa institucionalidade na área da segurança multidimensional, principalmente por meio do CICTE e da CICAD, o seguimento das convenções sobre armas (CIFTA e CITAA), as reuniões ministeriais sobre segurança pública (MISPA) e o relacionamento com a Junta Interamericana de Defesa (JID).

PILAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O pilar do desenvolvimento integral abrange gama variada de temas e áreas da Organização, abarcando as esferas econômica, social, educacional, cultural, científica e tecnológica do desenvolvimento. Tem como principais vetores as reuniões ministeriais e de comissões especializadas, tradicionais foros de coordenação e troca de experiências entre ministérios e autoridades setoriais da região, e a cooperação técnica, de forte interesse dos países de menor desenvolvimento relativo na América Latina. Destaque-se também o programa de bolsas de estudo da organização.

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) é a instância da Secretaria-Geral encarregada de apoiar o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), seus órgãos subsidiários e o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD). Tem como missão apoiar, facilitar e promover o desenvolvimento integral nos Estados membros, em coordenação com ações de fortalecimento da democracia, da segurança multidimensional e da promoção dos direitos humanos. A SEDI também promove o diálogo intersetorial, as parcerias público-privadas e a obtenção de consenso na integração de políticas públicas para o desenvolvimento humano sustentável. Procura, ademais, mobilizar recursos para a formulação, promoção e implementação de políticas, programas e projetos de cooperação técnica na área de desenvolvimento integral, promoção de mecanismos e fóruns para o intercâmbio de experiências e informações entre os Estados membros na área de sua competência, e o desenvolvimento de atividades para reforçar as capacidades humanas e institucionais para melhorar o desenvolvimento integral e a governabilidade em todo o Hemisfério.

IX CÚPULA DAS AMÉRICAS

Desde 1994, os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério reúnem-se periodicamente na Cúpula da Américas, para debater problemas comuns, buscar soluções e desenvolver visão compartilhada para o desenvolvimento da região. Em 2018, o Peru sediou a VIII Cúpula das Américas, que teve como tema “A Governança Democrática Contra a Corrupção” e resultou na assinatura do Compromisso de Lima. Em julho de 2020, os EUA assumiram a presidência do processo de Cúpulas das Américas para sediar o evento em 2021, no marco de 20 anos da Carta Democrática Interamericana. A Secretaria de Cúpulas das Américas, instância da Secretaria de Assuntos Hemisféricos (SAH) da OEA, assiste e apoia a presidência na etapa inicial da preparação da IX Cúpula.

CRONOLOGIA HISTÓRICA		
ANO	EVENTO	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
Outubro de 1889 a abril de 1890	Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas	Brasil participou da 1ª e das 9 posteriores, em anos alternados, até 1954
1902	Criação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)	Brasil foi um dos fundadores
1910	Criação da União Panamericana (UPA) na IV Conferência Internacional Americana, em Buenos Aires	Brasil foi um dos fundadores
1928	Criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)	Brasil foi um dos fundadores
1942	Criação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	Brasil foi um dos fundadores
1947	Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente (Rio de Janeiro)	Brasil conduziu as negociações que resultaram na adoção do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)
1948	Criação da Organização dos Estados Americanos, com a adoção da Carta da OEA (Bogotá)	Brasil foi um dos signatários da Carta
1948	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Bogotá)	Brasil foi um dos signatários do documento
1959	Criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	Brasil foi um dos fundadores
1962	Resolução da OEA suspende Cuba das atividades da organização	Brasil absteve-se na votação
1969	Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José", Costa Rica)	Brasil foi signatário
1970	As Conferências de Estados americanos são substituídas pelas sessões da Assembleia-Geral da OEA (AGOEAS)	Brasil participou de todas as AGOEAS. O último período ordinário foi realizado em Cancún, em 2017.
1994	Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Posterior criação de seu mecanismo de seguimento (MESECVI)	Brasil, sede da AGOEAS, liderou as negociações para aprovação do documento

1994	Primeira Cúpula das Américas (Miami)	Brasil participou de todas as edições. Em 2018 ocorreu a VIII edição, em Lima, Peru. A IX Cúpula ocorrerá nos EUA, em 2021.
2009	OEA faz cessarem os efeitos da Resolução que havia suspenso Cuba	Brasil apoiou a decisão
2014	XXI Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, ocorrido em Brasília.	O status do Congresso foi elevado ao de Conferência Especializada pela AGOEA por proposta brasileira.

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação no DOU
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos privilégios e imunidades dos observadores	09/10/2020	09/10/2020	03/11/2020

das eleições municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno			
Acordo de Cooperação Internacional entre o Ministério da Cidadania e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos (CICAD/OEA)	02/07/2020	09/07/2020	09/07/2020
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos privilégios e imunidades dos observadores das eleições gerais de 2018	23/08/2018	23/08/2018	27/08/2018
Acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente ao procedimento de observação das eleições gerais de 2018	11/12/2017	11/12/2017	
Carta Social das Américas	04/06/2012		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica Triangular em Terceiros Países	07/06/2010	07/06/2010	31/08/2016
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Acreditação dos Países da América Através da IAAC (Cooperación Inter-Americana de Acreditación) como Veículo para Facilitar o Comércio Internacional e na Região”	30/07/2008	30/07/2008	
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a OEA	23/05/2006	28/11/2007	04/11/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, por meio da SENAD, e a Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA), através da SE/CICAD, para Implementação de Projetos de Cooperação Horizontal	08/12/2005		MRE (sujeito à apreciação do Legislativo)
Convênio de Cooperação técnica entre o TSE do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto	17/07/2002	17/07/2002	26/10/2005
Carta Democrática Interamericana	11/09/2001		
Convenção Interamericana contra a Corrupção	29/03/1996	24/08/2002	08/10/2002

4º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Manágua"	10/06/1993	29/01/1996	20/07/1998
3º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Washington"	14/12/1992	25/09/1997	28/08/1998
Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades	23/02/1988	03/03/1994	14/04/1994
2º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Cartagena das Índias"	05/12/1985	30/10/1988	09/03/1989
Acordo sobre Prestação de Assist. Téc. para Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná.	21/05/1971	21/05/1971	15/07/1971
Convênio para a Instalação de um Escritório Sub-Regional do Centro Interamericano de Promoções de Exportações em São Paulo	28/01/1970	28/01/1970	20/04/1970
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	22/11/1969	25/09/1992	09/11/1992
1º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Buenos Aires"	27/02/1967		31/01/1968
Convênio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto Pan-American de Geografia e História para funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-American de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais	01/11/1955		MRE (sujeito à apreciação do Legislativo)
Carta da Organização dos Estados Americanos	30/04/1948	13/12/1951	19/02/1952
Tratado Interamericano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá)	30/04/1948	16/11/1965	
Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)	02/09/1947	25/03/1948	
Ato Constitutivo do Instituto Pan-American de Geografia e História (IPGH)	07/02/1928		Aguarda-se decreto de promulgação para entrada em vigor no país

**MISSÃO JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS
ESTADOS AMERICANOS EM WASHINGTON**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR FERNANDO SIMAS MAGALHÃES

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

INTRODUÇÃO

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é herdeira das conferências pan-americanas, realizadas entre 1889 e 1948, e consolidou-se como o mais importante foro político do hemisfério. Reúne todos os 35 países das Américas: Cuba teve sua suspensão revertida em decisão de 2009, mas o país permanece, por decisão própria, afastado.

2. Tendo em conta o peso específico do Brasil na região, a OEA constitui espaço privilegiado para a projeção dos interesses nacionais no hemisfério. Segundo maior contribuinte, atrás apenas dos Estados Unidos, o Brasil mantém interesse em todas as áreas de atuação da OEA, agrupadas em quatro pilares: defesa e promoção da democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, segurança multidimensional e desenvolvimento integral.

3. O secretário-geral da OEA é o ex-chanceler uruguai Luis Almagro, que iniciou seu primeiro mandato em maio de 2015 e foi reeleito em março de 2020. Em ambos os processos eleitorais, o Brasil apoiou o uruguai. Almagro tem marcado sua atuação à frente da OEA como defensor dos valores e princípios democráticos interamericanos, que estão consignados na Carta Democrática Interamericana (documento adotado em 2001) e em linha com os princípios plasmados na Constituição Federal de 1988.

4. A partir dos quatro pilares da OEA, apresento, a seguir, os principais desenvolvimentos ocorridos durante minha gestão à frente da Missão do Brasil junto à OEA, entre agosto de 2018 e maio de 2021, com particular ênfase no papel desempenhado pelo Brasil.

I) DEFESA E PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

5. Desde minha assunção, o Brasil participou ativamente e em posição privilegiada dos debates acerca dos principais temas políticos em discussão na OEA, por meio da participação em instâncias estabelecidas formalmente ou em agrupamentos informais de países.

6. A manutenção do alto perfil brasileiro no debate desses temas revela-se fundamental não somente para assegurar a defesa dos interesses do país, que faz fronteira com dez estados membros da OEA, mas também para garantir que a visão do país, sempre calcada nos dispositivos do Art. 4º da Constituição Federal, esteja refletida nos encaminhamentos de crises regionais. O Brasil é percebido pelos demais estados membros como um construtor de pontes e facilitador do diálogo, contribuindo para aproximar visões divergentes e obter consensos.

Venezuela

7. A crise na Venezuela foi o tema político mais visível na OEA durante minha gestão. O assunto mobiliza a atenção e os esforços dos estados membros e da Secretaria-Geral da OEA desde, pelo menos, 2015.

8. Tendo alçado a questão venezuelana a uma das prioridades de seu mandato, Almagro mantém postura crítica ao regime de Nicolás Maduro. Entre 2016 e 2018, apresentou quatro relatórios sobre a situação no país, que embasaram ação patrocinada por seis estados membros (Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai) no Tribunal Penal Internacional.

9. Os estados membros, por sua vez, buscaram tratar o dossiê venezuelano por meio de diversos mecanismos interamericanos. Quando assumi minhas funções, em agosto de 2018, dois marcos já haviam sido atingidos. Em 2017, grupo de estados membros havia logrado convocar a 29^a Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, voltada para discutir a situação na Venezuela. Ainda que tenha sido suspensa sem adotar declaração ou resolução devido à falta da maioria requerida para a tomada de decisão, a convocação da reunião, em abril de 2017, levou à decisão do governo de Maduro de denunciar a Carta da OEA. Além disso, na Assembleia-Geral de 2018, após gestões nas quais o Brasil teve importante papel, havia sido aprovada, pela primeira vez, resolução sobre a situação na Venezuela, a qual denunciou como ilegítimas as eleições de 20/5/2018 que reconduziram Nicolás Maduro à presidência.

10. O ano de 2019 pode ser considerado um divisor de águas para a discussão sobre a situação na Venezuela no âmbito interamericano. Por meio de duas importantes resoluções, aprovadas em janeiro e abril daquele ano, o Conselho Permanente desconheceu a legitimidade do mandato de Nicolás Maduro que seria iniciado em 10/1 e aceitou a nomeação do representante permanente designado pela Assembleia Nacional da Venezuela, até a realização de novas eleições e a nomeação de governo democraticamente eleito. Tacitamente, a resolução acabou por acolher a decisão do presidente encarregado Juan Guaidó de deixar sem efeito a denúncia da Carta da OEA, o que resultou na permanência da Venezuela na Organização. Foi aprovada, na 49^a Assembleia Geral (AGOEA) de 2019, nova resolução sobre a situação da Venezuela, de teor similar.

11. Após a 49^a Assembleia Geral, nova e importante iniciativa foi lançada: em 11 de setembro de 2019, foi aprovada a convocação de reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A Venezuela havia denunciado o TIAR em 2013, mas foi reincorporada ao tratado após a aprovação de lei nesse sentido pela Assembleia Nacional e de envio, por Juan Guaidó, de instrumento de ratificação à OEA, em agosto de 2019. Nas sessões do Órgão de Consulta realizadas em setembro e dezembro daquele ano, foram aprovadas duas resoluções com o objetivo de neutralizar as consequências da crise na Venezuela sobre a segurança da região, por meio da responsabilização de pessoas e entidades engajadas em atividades ilegais, como tráfico de drogas, violações de direitos humanos, lavagem de dinheiro e terrorismo. Foi criada também uma rede operacional para implementar as medidas adotadas nas resoluções.

12. Na 50^a AGOEA, realizada em outubro de 2020, foi aprovada resolução que condena a fraude no processo eleitoral, que viria ser consumada com a realização de eleições parlamentares, em 6/12/2020, no entendimento de que aquele pleito careceria de legitimidade por não haver

condições mínimas para sua realização de forma imparcial, livre, transparente e justa. Em 9/12/2020, o CP aprovou a resolução CP/RES. 1164, que rejeitou aquelas eleições e desconheceu a legitimidade do parlamento eleito fraudulentamente.

Nicarágua

13. De forma similar ao que ocorreu com o dossiê venezuelano ao longo de minha gestão à frente do Posto, a situação na Nicarágua invariavelmente esteve na agenda da OEA desde a eclosão dos protestos naquele país, em abril de 2018, que levaram, já naquele ano, à aprovação de declaração sobre o assunto na AGOEA. Participei ativamente da formulação de iniciativas e definição de estratégias no âmbito do Grupo de Trabalho do Conselho Permanente sobre a Nicarágua, estabelecido pouco antes de minha chegada ao Posto.

14. Em junho de 2019, na 49^a Assembleia-Geral, os estados membros aprovaram resolução que estabeleceu a conformação de comissão para conduzir gestões diplomáticas no mais alto nível, na busca de uma solução pacífica para a crise na Nicarágua. A comissão não foi reconhecida pelo governo de Daniel Ortega e teve sua entrada no território nicaraguense negada.

15. A comissão apresentou relatório no qual imputou ao governo Ortega graves violações de direitos humanos e indevido controle das instituições do Estado, bem como ações contra a liberdade de imprensa e de expressão. Afirmou que o governo Ortega fora responsável por "alteração da ordem constitucional que afeta gravemente a ordem democrática na Nicarágua, como se descreve no artigo 20 da Carta Democrática Interamericana" e recomendou a convocação imediata de "período extraordinário de sessões da Assembleia-Geral para examinar esta questão".

16. Dificuldades para reunir os votos necessários para a convocação de uma Assembleia-Geral extraordinária (2/3 dos estados membros ou 24 votos) não favoreceram avanços concretos. A situação da Nicarágua foi retomada apenas em junho de 2020, quando o secretário-geral Luis Almagro publicou relatório no qual reiterou os pontos presentes no documento final da comissão e elencou as diversas ações e gestões da Organização junto ao governo Ortega, principalmente no campo das reformas eleitorais. Em outubro de 2020, a 50^a Assembleia-Geral aprovou resolução com ênfase na necessidade de o governo nicaraguense empreender reformas eleitorais. Foi definido prazo até maio de 2021 para que o governo cumprisse os requisitos e condições para a realização de eleições livres e justas, previstas para novembro de 2021. Até o momento, a percepção geral é de que haveria pouca disposição das autoridades nicaraguenses de avançar nas reformas eleitorais necessárias para esse fim, o que parece confirmar-se pela adoção de recentes leis que limitam ainda mais o espaço político das forças de oposição.

17. O assunto seguirá em discussão na agenda da OEA.

Haiti

18. Nas últimas décadas, a OEA atuou em diversos episódios de crise e instabilidade no Haiti. Nos anos mais recentes, no entanto, a OEA passou a priorizar o apoio técnico ao país, por meio de projetos de desenvolvimento. O acirramento da crise política desde o final do ano passado, porém, levou a OEA a incluir em sua agenda política a questão haitiana.

19. Entre fevereiro e março de 2021, os estados membros e a Secretaria-Geral da OEA exploraram caminhos para possível contribuição da OEA para o arrefecimento da crise haitiana. Esse exercício resultou na aprovação, por consenso, de resolução pela qual o Conselho Permanente ofereceu seus bons ofícios para facilitar o diálogo e a busca de soluções negociadas pelos atores políticos haitianos.

20. Tendo em conta o tradicional apoio brasileiro ao Haiti, o Brasil participou ativa e construtivamente do exercício, sempre procurando construir pontes entre os estados membros e engajar a Missão do Haiti no processo. O Brasil também participa, junto com o Canadá e os Estados Unidos, da definição de parâmetros para a implementação da resolução adotada pelo CP.

Missões de observação eleitoral

21. No contexto dos esforços da OEA para promover e fortalecer a democracia no hemisfério, as atividades de cooperação e observação eleitorais da Organização continuam a ser vistas como ativo de alto valor agregado, imparcialidade e profissionalismo. A maioria dos estados membros (28) já recebeu pelo menos uma missão de observação eleitoral (MOE). O Brasil apenas recentemente passou a fazer parte deste grupo: o país recebeu sua primeira MOE nas eleições de outubro de 2018, cuja composição e funcionamento já estavam, em grande parte, acertados quando assumi o Posto. Em 2020, por ocasião das eleições municipais realizadas em novembro, a OEA novamente enviou equipe de observadores ao país, conforme convite formulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no início de agosto daquele ano.

22. Os resultados do engajamento brasileiro nessa área são considerados positivos tanto pela Organização, à luz da reconhecida experiência e capacidade do Brasil na matéria, quanto pelas autoridades eleitorais brasileiras, que se beneficiam de avaliação externa que contribui para o contínuo aperfeiçoamento dos processos relacionados à organização de eleições no Brasil. A principal fonte de financiamento das MOEs provém de contribuições voluntárias. No período em que estive à frente deste Posto, as missões de observação eleitoral receberam aportes de mais de 20 países, entre os quais o Brasil, que destinou contribuição de USD 100 mil, feita pelo TSE ao Fundo das MOEs, recursos que foram utilizados para contribuir para o financiamento de 11 missões.

Missões políticas da OEA

23. A Secretaria-Geral da OEA foi chamada a atuar em diversas ocasiões no período no qual chefei o Posto, remontando ao tradicional papel da Organização de facilitar o diálogo e a busca de soluções negociadas e pacíficas para as crises enfrentadas pelos estados membros. A Secretaria-Geral atuou com base nos mecanismos previstos na Carta Democrática Interamericana (CDI), em particular no artigo 17, que trata da possibilidade de assistência da Organização ao governo de um estado membro que considerar que seu processo político institucional democrático ou seu legítimo exercício do poder está em risco. Foi essa a base legal para o envio de missões da Secretaria-Geral da OEA à Guatemala (2020) e a El Salvador (2021), a pedido dos governos desses países.

24. Natureza um pouco distinta marcou o envolvimento da SGOEA com a situação política peruana, em novembro de 2020, na esteira da renúncia de Manuel Merino, que havia assumido a presidência após a destituição do ex-presidente Martín Vizcarra. A CDI não chegou a ser invocada e optou-se por caminho mais técnico, com a realização de visitas preliminares do ex-chanceler paraguaio Rubén Ramírez Lezcano, em sua qualidade de chefe da MOE, a qual já havia sido convidada para acompanhar o processo eleitoral que viria a ser realizado em 11 de abril de 2021.

II) PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

25. Os temas de direitos humanos tiveram acompanhamento prioritário durante minha gestão, nas duas frentes em que são tratados na OEA: na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP).

26. O fortalecimento e o correto funcionamento da CIDH constituem interesse permanente do Brasil na OEA. Decisões e medidas tomadas por aquele órgão têm impacto direto no âmbito doméstico junto aos órgãos de governo, à imprensa e à sociedade, razão pela qual me dediquei ao tema de forma especial e muitas vezes pessoal.

27. Além do trâmite diário de petições e casos envolvendo o país naquele órgão, participei ativamente, em conjunto com outros países, de diálogo com a CIDH sobre a necessidade de revisar procedimentos e rotinas da Comissão, com vistas a dotar suas decisões de maior clareza, previsibilidade e imparcialidade. Defendi, também, a ampliação do diálogo e da cooperação da Comissão com os estados.

28. Embora persista amplo espaço para aperfeiçoamento, o exercício, transcorrido em ambiente construtivo e cordial, gerou resultados positivos e concretos, com ganhos tanto para a Comissão (superação de algumas lacunas normativas e maior densidade institucional) quanto para os estados (maior previsibilidade).

29. Assuntos importantes que deverão permanecer na pauta da OEA são a questão da formulação e aplicação dos chamados "estándares" (padrões) interamericanos e a preparação e adoção de novo Plano Estratégico a partir de 2022. Meu sucessor iniciará a interlocução com a nova secretaria executiva da CIDH, que deverá iniciar seu mandato em junho. Durante a maior parte de minha gestão, esteve à frente da CIDH o brasileiro Paulo Abrão, cujo mandato não foi renovado, em agosto de 2020, pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro.

30. Ainda com relação ao aperfeiçoamento do sistema interamericano de direitos humanos, procurei, também em articulação com outras delegações, aperfeiçoar os critérios para a escolha de comissários para a CIDH e de juízes para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), com vistas à eleição dos candidatos mais capacitados e conscientes de seu papel institucional. A esse respeito, ressalto que, na próxima Assembleia-Geral da OEA, na Guatemala (novembro de 2021), haverá eleições para a CIDH e para a Corte IDH. Há cinco candidatos à CIDH (Barbados, Chile, Colômbia, Estados Unidos e México), para três vagas. Para a Corte IDH, há oito candidatos (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Peru, Paraguai e Suriname), para quatro vagas. Trata-se da eleição mais disputada da história daquele tribunal, tendo o Brasil sido o primeiro país a apresentar candidatura (Dr. Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch).

31. No âmbito da CAJP, instância da OEA para a discussão intergovernamental sobre direitos humanos, a delegação brasileira contribuiu ativamente para a construção de consensos e o estabelecimento de pontes em relação aos temas de maior controvérsia nas negociações, entre os quais liberdade de crença e religião, direitos das mulheres e pessoas LGBTI.

32. As negociações de resoluções "omnibus" sobre direitos humanos, aprovadas anualmente nas Assembleias-Gerais da OEA, constituem oportunidade para que as delegações possam compartilhar posições e influenciar o tratamento dos temas de direitos humanos na Organização. O Brasil é membro fundador do grupo de países amigos das pessoas com deficiência, criado em dezembro de 2019, e também integra o "core group" LGBTI, tendo assumido, de acordo com critério de rotação, a coordenação do grupo no segundo semestre de 2020. O Brasil copatrocinou, ademais, as seções da resolução "omnibus" relativas à liberdade de consciência e religião e pessoas apátridas e refugiadas.

33. Com o objetivo de colocar em evidência a relevância da temática da família e sua relação com a promoção e a proteção dos direitos humanos, em particular no contexto da pandemia, a delegação brasileira promoveu a celebração do Dia Internacional das Famílias no âmbito da OEA e liderou processo negociador de grupo de países, que resultou em comunicado conjunto alusivo à data.

34. A delegação também atuou, de forma constante, na defesa das posições brasileiras sobre temas relacionados a mulheres, crianças, povos indígenas e afrodescendentes.

35. No período em que chefiei o Posto, o Brasil teve destacada participação nas edições anuais da Semana Interamericana dos Afrodescendentes e da Semana Interamericana dos Povos Indígenas. Com relação ao combate ao racismo e à discriminação racial, a OEA tem como principal instrumento normativo a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, aprovada pelo Plenário do Senado Federal, em sessão realizada no último dia 10/2.

36. No que se refere à elaboração de futuras convenções na área de direitos humanos na OEA, ressalto iniciativa apresentada pela delegação do Equador, no sentido de iniciar discussões com vistas à elaboração de projeto de convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar toda a violência contra crianças e adolescentes. Com o apoio da delegação brasileira, foi aprovado mandato da Assembleia-Geral que encarregou a Secretaria-Geral, em consulta com estados membros e em colaboração com o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (INN) e outros órgãos da OEA, de realizar diagnóstico hemisférico sobre prevenção, erradicação e punição do abuso e de toda forma de violência contra a infância e a adolescência.

III) SEGURANÇA HEMISFÉRICA

37. Os temas de segurança e de defesa são tratados pela Comissão de Segurança Hemisférica (CSH). O principal documento de referência para o trabalho da Comissão é a "Declaração sobre Segurança nas Américas" (DSA), firmada no México em outubro de 2003, que tem por característica central o enfoque multidimensional das ameaças securitárias na região.

38. A ideia da multidimensionalidade, a partir da revisão da agenda de segurança global no pós-Guerra Fria, serve aos interesses do Brasil no âmbito regional, na medida em que está diretamente conectada aos objetivos de promoção dos espaços de democracia e de liberdade no hemisfério, assim como ao enfrentamento do crime organizado, do narcotráfico e da lavagem de dinheiro.

39. O Brasil mantém particular atenção para o acompanhamento dos temas de defesa, tendo em vista o tradicional alto perfil da representação do país na Junta Interamericana de Defesa (JID). Nesse sentido, empenhei-me para que o almirante Alexandre Rabello de Faria fosse eleito para a presidência do Conselho de Delegados (2021-2022), em sucessão ao atual presidente, também brasileiro, general Luciano José Penna (2019-2021). A expressiva votação recebida pelo candidato nacional refletiu o acerto da estratégia adotada e a relevância do Brasil na entidade. Ademais de manter a presidência do Conselho de Delegados da JID, o Brasil se encontra atualmente na presidência da Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), com vistas à realização da XV CDMA, prevista para setembro de 2022, em Brasília.

40. O Brasil continuou, após meu antecessor ter ocupado a presidência da Comissão de Segurança Hemisférica, no mandato 2017-2018, a participar de maneira proativa na conformação da agenda de segurança da OEA, como se pode verificar pela eleição de diplomatas brasileiros para vice-presidências da CSH nos mandatos 2019-2020 (segunda vice-presidência) e 2020-2021 (primeira vice-presidência) e na nomeação de nacional brasileiro para a chefia da Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) da OEA. A representação em posições na CSH e na secretaria refletem a prioridade atribuída pelo Brasil ao pilar de segurança multidimensional.

41. Tópicos específicos como tráfico de armas e de pessoas têm atenção dedicada no formato da Conferência das Partes da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo e Munições (CIFTA) e da Reunião de Autoridades Nacionais em matéria de Tráfico de Pessoas (RTP). O tema da lavagem de ativos, cada vez mais proeminente na agenda de segurança, é abordado no âmbito do Grupo de Peritos contra a Lavagem de Ativos (GELAVEX) e na Comissão Interamericana para o controle ao Abuso de Drogas (CICAD), dada sua conexão com o tráfico de entorpecentes. As entidades CICAD e CICTE (Comitê Interamericano contra o Terrorismo) também desenvolvem atividades relacionadas ao enfrentamento do crime organizado.

42. Verifica-se, ainda, potencial para promover os interesses brasileiros, sobretudo na área operacional, por meio de participação em Reuniões de Autoridades Nacionais. O objetivo dessas reuniões é a definição de parâmetros por autoridades especializadas para discussão e deliberação de recomendações nos respectivos campos de atuação, idealmente no nível ministerial. Os processos MISPA (Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas) e REMJA (Reunião de Ministros de Justiça ou Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas) são os mais tradicionais. As duas instâncias têm papel central para a promoção e impulso da agenda de interesse do Brasil no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica.

43. Nesse sentido, procurei orientar a atuação brasileira para promover iniciativas que visem a tornar mais operacionais os mandatos referentes ao enfrentamento do crime organizado no hemisfério, com o objetivo, inclusive, de consolidar e dar visibilidade a ações já existentes na matéria, tanto no âmbito da OEA quanto no nível subregional. As reuniões de autoridades são de grande utilidade e produzem valioso conhecimento mútuo dos atores, o que é necessário para a

fluidez da cooperação. As recomendações emanadas dessas reuniões têm apontado caminhos para a dinamização dos contatos e da sinergia das instituições. Faz-se necessário, dessa forma, melhor seguimento dessas recomendações, ademais de revitalizar iniciativas de cooperação que possam ter perdido impulso político.

IV) DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

44. Desenvolvimento integral é o pilar mais amplo e diversificado da OEA. São 13 as áreas que mantêm reuniões ministeriais/de alto nível: ciência e tecnologia; cooperação; cultura; desenvolvimento social; desenvolvimento sustentável; educação; trabalho; turismo; portos; competitividade; energia e clima; micro, pequenas e médias empresas; e telecomunicações.

45. Desde que assumi a chefia do Posto, além de reuniões de alto nível de Comissões Interamericanas em diversas áreas, foram realizados os seguintes encontros ministeriais, com engajamento ativo do Posto nas fases de preparação, durante as reuniões e nas etapas de seguimento: Segunda Reunião Especializada de Altas Autoridades em Cooperação; Quarta Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social; Oitava Reunião Interamericana de Ministros de Cultura; Quarta Reunião Ministerial da Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA); Décimo Primeiro Fórum de Competitividade das Américas; e Décima Reunião Interamericana de Ministros da Educação.

46. Nesse período, pude verificar que o pilar enfrenta significativos desafios que afetam a eficácia de suas ações e acabam gerando a percepção de pouca efetividade da OEA: considerável dispersão de esforços e mandatos; pouco aprofundamento nos debates intergovernamentais; insuficiência de recursos financeiros e humanos da secretaria; e dificuldades em evitar duplicação de esforços em relação ao trabalho de outras organizações.

47. No contexto específico da pandemia de COVID-19, a secretaria envidou consideráveis esforços para adaptar os programas existentes para apoiar a resposta dos estados membros aos impactos socioeconômicos da crise sanitária. O quadro de desafios descritos acima, no entanto, levou a resultados práticos aquém da resposta que se poderia esperar da Organização.

48. Em que pesem as dificuldades apontadas acima, a OEA é, para muitos estados membros, sobretudo aqueles de menor desenvolvimento relativo, fonte importante de cooperação técnica e assistência. Durante minha gestão, estive atento aos amplos esforços envidados por esses países, para manter a Secretaria Executiva para o Desenvolvimento Integral (SEDI) como plataforma privilegiada de vocalização de suas demandas, relativas sobretudo a temas como mudança do clima, desastres naturais, turismo e financiamento econômico.

49. O Brasil é visto como país que desempenha importante papel na prestação de cooperação para o desenvolvimento na OEA. Tendo em conta nossa capacidade e experiência na implementação de políticas públicas, os pontos de vista brasileiros contribuem para as discussões no âmbito do pilar de desenvolvimento, sobretudo no contexto de processos setoriais ministeriais ou de alto nível. Minha avaliação é de que o pilar de desenvolvimento integral da OEA constitui importante plataforma de engajamento construtivo do Brasil com os países do Caribe e da América Central.

50. Durante o período em que estive à frente do Posto, busquei valer-me tanto de minhas intervenções no CIDI, quanto de contatos informais com o secretariado e com outras Missões, para recomendar que a OEA defina suas prioridades e seus objetivos com maior clareza na área de desenvolvimento para que possa traduzir melhor seu potencial em projetos que tenham impacto tangível sobre as populações do continente.

51. Nessa linha, sobressai o interesse brasileiro em fortalecer a cooperação com a OEA na área de bolsas de estudo, por meio do Programa Bolsas Brasil. A OEA possui experiência única nessa área. Com a convocatória lançada em dezembro passado, o Programa Bolsas Brasil completou uma década de contribuição para o fortalecimento da formação acadêmica no continente. Desde que foi criado, o Programa ofereceu mais de 4 mil bolsas integrais de mestrado e doutorado para estudantes da região. Apesar dos impactos da pandemia e dos contingenciamentos sofridos em 2020, na 10ª edição, foram oferecidas mais de 350 bolsas de estudos de mestrado e doutorado em 40 universidades brasileiras de todas as regiões do país.

52. É também de grande interesse para o Brasil a tradicional atuação da OEA em gestão integrada de recursos hídricos e poderiam ser exploradas, ainda, novas áreas de eventual cooperação, como o setor de turismo.

53. Para os próximos anos, além das três áreas referidas acima, seria conveniente reavaliar possível reengajamento do Brasil na área de cooperação técnica com a OEA. Da mesma forma, seria importante conduzir esforço para fortalecer a participação do Brasil em processos técnicos setoriais e em reuniões ministeriais setoriais, em mais alto nível possível. Paralelamente, o Brasil deve seguir, como posição de princípio, advogando pelo aprimoramento dos métodos de trabalho do secretariado, com vistas à obtenção de resultados mais concretos e eficientes para a promoção do desenvolvimento de nossa região.

54. Outra área que procurei aprimorar desde que assumi o Posto foi o acompanhamento de temas de interesse do Brasil no âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Nesse domínio específico, o período desse relatório foi marcado pelo aumento de interação e de espaços de interlocução do Posto com a OPAS.

55. A presença de um brasileiro no alto escalão da OPAS, o diretor adjunto Jarbas Barbosa, desde agosto de 2018, certamente terá contribuído também para o aprimoramento da interlocução entre o Posto e a Organização nos últimos três anos.

56. Esse processo de aproximação do Posto às atividades do secretariado da OPAS tem sido de especial relevância no contexto da pandemia de COVID-19, em que a OPAS tem desempenhado papel relevante em apoio à resposta dos estados membros, sobretudo no que diz respeito: ao monitoramento da situação epidemiológica dos países; ao apoio aos Ministérios da Saúde (por meio de diálogo político e atividades de capacitação técnica); e ao contínuo fornecimento de "kits" de testes de diagnóstico e equipamentos de proteção pessoal, provenientes dos estoques estratégicos da OMS e da própria OPAS. Merece destaque, ainda, o papel facilitador da OPAS em apoio à participação dos países da região na iniciativa "COVAX Facility", com o intuito de ampliar o acesso a vacinas contra a COVID-19, por meio de seu Fundo Rotatório.

57. Nos próximos anos, seria essencial que o Posto continue acompanhando de perto esses e outros temas de interesse do Brasil na OPAS, buscando, cada vez mais, estreitar os contatos com o secretariado nesta capital, sem prejuízo da manutenção do relacionamento já consolidado do Ministério da Saúde com o escritório da Organização em Brasília.

V) ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

58. Entre 2018 e 2021, orientei a atuação brasileira nos assuntos administrativos e orçamentários na OEA a promover a transparência e eficácia dos atos de gestão da Organização, em particular acerca de seu planejamento e execução orçamentária. Para tanto, o país valeu-se de sua condição de membro do G-4, agrupamento informal que reúne os quatro maiores contribuintes ao Fundo Regular (Brasil, Canadá, EUA e México, cujas contribuições, somadas, representam 88% do financiamento total deste fundo). Atuando de maneira coordenada, o G-4 conseguiu superar resistências do secretariado e de outros estados membros e modificar padrões de gestão que, já em 2018, demonstravam esgotamento.

59. Diante da falta de perspectiva de aumento do orçamento da organização (o que aumentaria os encargos devidos pelos estados membros), e a escassez de reservas financeiras, as medidas propostas desde 2018 nortearam-se pelo objetivo de tornar a OEA mais apta a adaptar suas finalidades aos meios de que efetivamente dispõe.

60. Duas revisões normativas que aumentaram a transparência da administração tornaram obrigatório o aval do Conselho Permanente para que o secretariado pudesse: (i) criar novas divisões ou entidades em seu organograma; e (ii) transferir dotações orçamentárias superiores a 2,5% do total dos recursos de um capítulo do orçamento-programa para outra área. Como próxima etapa da revisão das normas gerais, busca-se atualmente o reforço da independência e da institucionalidade dos órgãos de controle e auditoria da OEA.

61. Entre os tópicos considerados pela Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários da OEA (CAAP), destaca-se a importância estratégica do projeto tecnológico "ERP/OASCORE". Diversos assuntos na pauta da CAAP, da Secretaria de Administração e Finanças e dos órgãos de controle dependem da conclusão bem-sucedida do projeto, que aumentará sensivelmente os níveis de eficiência e automação dos serviços do secretariado. Por essa razão, o OASCORE deverá, até sua conclusão, ser listado por todos os países do G-4 como uma de suas prioridades.

62. Cabe ressaltar, o compromisso da gestão do atual secretário-geral com a melhoria dos indicadores financeiros da Organização. Desde 2018, o saldo líquido da reserva do Fundo Regular (que indica qual seria o valor da reserva caso todas as quotas em atraso fossem pagas) tem crescido de maneira consistente, em sentido inverso à trajetória observada até 2014. Os progressos almejados entre 2018 e 2021 visaram a deixar a Organização menos dependente de atrasos circunstanciais nos pagamentos de quotas de estados membros.

63. A despeito desses desenvolvimentos positivos, o Brasil não pode perder de vista a importância de suas quotas para a OEA. O país é o segundo maior contribuinte ao fundo regular. Sua contribuição, atualmente de US\$ 11,4 milhões, corresponde a cerca de 13,4% do orçamento da

Organização. Em janeiro de 2021, o quitou integralmente sua dívida referente a 2019 e parcialmente a referente a 2020.

64. No contexto atual, a OEA encontra-se em condições de avançar a implementação de mudanças de grande impacto. Entre essas linhas de ação constaria dotar a OEA de órgãos de controle eficientes e independentes, da capacidade de prever, com antecedência à Assembleia Geral, os custos de mandatos ainda sob consideração dos estados membros, e de instrumentos tecnológicos que ampliem a transparência e automatização dos processos de gestão.

65. O principal motor para a articulação dessas transformações deverá continuar a ser o G-4, que nos dois últimos anos tem aumentado de maneira consistente seu perfil como centro dinâmico da administração da OEA. Tanto quanto compatível com os demais interesses brasileiros, a manutenção da coesão desse grupo deverá ser uma prioridade, a partir do qual o Brasil, valendo-se da expectativa de sua participação propositiva e conciliatória na Organização, poderá seguir contribuindo para alterar fundamentalmente os padrões de gestão vigentes na OEA.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

RELATÓRIO N° , DE 2021


SF21509.25973-11

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 14, de 2021 (nº 136/2021, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Relator: Senador **FERNANDO COLLOR**

Esta Casa Legislativa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

O indicado nasceu em Garibaldi/RS, em 15 de outubro de 1964. É filho de Valdemiro José Brandelli e Ivone Comunello Brandelli.

Bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 1986. Concluiu pós-graduações *lato sensu* em direito comercial, direito fiscal e direito tributário na Escola Superior de Advocacia/RS no ano de 1987. É especialista em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde concluiu os créditos de mestrado em 1990. Em 1999, frequentou o curso de Direito Internacional Público na Academia da Haia de Direito Internacional, Países Baixos.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no biênio 1991-92. Em 2000, participou do XXXVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. No ano de 2007, concluiu o LII Curso de Altos Estudos, tendo sua tese sido aprovada com louvor sob o título “OMC. Solução de controvérsias e propriedade intelectual. Avaliação da factibilidade de aplicação do Acordo TRIPS em retaliações cruzadas na OMC”. É autor de artigos, voltados, em especial, para o tema de propriedade intelectual.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1992. Tornou-se Segundo-Secretário em 1997. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de Segunda Classe em 2010 e Ministro de Primeira Classe em 2018.

Ao longo de sua carreira profissional, destacam-se as seguintes atuações: Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (2004-08); Conselheiro e Ministro-Conselheiro da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, em Montevidéu (2008-13); Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (2013-15). Acumulou extensa experiência na negociação de temas relacionados ao MERCOSUL. No período compreendido entre 2015 e 2019, foi Diretor do Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores; Coordenador Nacional Alterno do Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL; Coordenador Nacional Alterno do Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) do MERCOSUL; Coordenador Nacional do Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL (GAIM); Coordenador Nacional do GMC do MERCOSUL; e Coordenador Nacional do FCCP do MERCOSUL. Em 2019,

SF/21509.25973-11



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

foi nomeado Secretário-Geral das Relações Exteriores, função de responsabilidades desafiadoras, desempenhada com o desvelo e o espírito público característicos dos grandes quadros do nosso Itamaraty.

SF/21509.25973-11

O diplomata foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras: Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, em 2017; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, em 2018; Medalha Mérito Santos-Dumont; Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa, da Ordem do Mérito Naval e da Ordem do Mérito Aeronáutico Medalha do Pacificador, Medalha Amigo da Marinha, Grã-Grua da Ordem Nacional do Mérito, no Paraguai, todas em 2019; e Medalha da Vitória em 2020.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores com dados sobre a OEA, bem como sobre a participação do Brasil naquela Organização. Apoiado no material encaminhado pelo Ministério a esta Casa, teço as seguintes considerações.

Sucedânea das Conferências Pan-americanas e da União Pan-americana, a OEA é a mais antiga organização regional em atividade. Tem por objetivo construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros.

A Carta da OEA foi aprovada, em Bogotá, em 1948, e entrou em vigor em 1951. Estabelece a estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns. Nela, inscrevem-se os fundamentos que sustentam a visão coletiva almejada para o continente. Não podemos construir a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência: o respeito à soberania, o respeito à não-intervenção, o respeito à autodeterminação, à solução pacífica de controvérsias, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito às normas de direito internacional. De maneira convergente, tais orientações têm lastreado historicamente a prática da diplomacia brasileira na formulação e implementação da nossa política externa.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

O Brasil atua no sistema interamericano, portanto, visando promover os pilares definidos na visão estratégica da Organização, a saber: democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional. Nessa linha, o Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas, como: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais); a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas; o Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas; e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

SF/21509.25973-11

Nosso país participa igualmente em relevantes iniciativas de cooperação no âmbito da Organização, a exemplo do Grupo de Amigos do Haiti, e a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP).

O posto para o qual o diplomata é indicado, a Missão Permanente do Brasil junto à OEA, representa o Brasil junto à Organização e alguns dos órgãos que compõem o sistema interamericano, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana (CJI). Abrange, assim, temas centrais relacionados a nosso entorno, região de interesse direto para o país.

Os desafios no continente americano são significativos. Muitos deles, históricos.

Em janeiro de 1990, participei, na qualidade de Presidente eleito, de reunião do Conselho Permanente da OEA. Em meu pronunciamento na oportunidade, destaquei que: «Os ideais de paz, liberdade e justiça não se poderão realizar de maneira parcial. Não pode haver paz verdadeira onde imperam a doença e a fome. Não se pode falar em liberdade onde se vive única e exclusivamente para sobreviver. Não se pode pregar a justiça onde o atraso e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

a miséria são espectadores da prosperidade e do mais absoluto desperdício». Três décadas depois, essas palavras conservam uma atualidade constrangedora. As desigualdades econômicas permanecem uma marca do continente americano e desdobram-se hoje em deslocamentos de passivos contingentes humanos, motivados pela busca de melhores condições de vida e da dignidade que lhes é negada em seus países de origem.

Às questões do desenvolvimento econômico, somam-se problemas de outras naturezas a convocar o posicionamento e a ação da OEA. Movimentos de fragilização da democracia, desrespeito sistêmico aos direitos humanos, complexidade crescente das ameaças à segurança, a urgência civilizatória da sustentabilidade no uso de nosso patrimônio ambiental incomparável são alguns dos temas incontornáveis na agenda das Américas.

Espera-se que a atuação do Brasil na Organização e nos demais órgãos do sistema interamericano seja determinante para a reflexão, os debates e a composição de interesses em favor de avanços efetivos nessas dimensões essenciais para a consolidação de uma convivência pacífica no continente americano.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21509.25973-11

3^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2021

(nº 184/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 184

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 2021.

EM nº 00077/2021 MRE

Brasília, 28 de Abril de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PAULO CESAR DE CAMARGO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 321/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003141/2021-15

SEI nº 2542311

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS

CPF: 343.388.451-04

ID: 10100 MRE-DF

1963 Filho de Lázaro Ferraz Campos e Carmen Arbizu Oltra, nasce em 10 de abril em Barcelona, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1986 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 1988 Mestrado em Administração Pública e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
 2009 LIV Curso de Altos Estudos (CAE – IRBr): “O Memorando de Entendimento Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis e a Busca de Convergências com as Agendas Energéticas da OEA e do BID”

Cargos:

1991 Terceiro-Secretário
 1996 Segundo-Secretário
 2001 Primeiro-Secretário
 2006 Conselheiro
 2012 Ministro de Segunda Classe
 2019 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1991-95 Divisão de Meio Ambiente (DEMA), Assistente
 1995-99 Embaixada do Brasil em Lisboa
 1999-2003 Embaixada do Brasil em Tóquio
 2003-2004 Assessoria de Comunicação Social, Assessor
 2004-2007 Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assessor
 2007-2009 Delegação junto à OEA, Washington, EUA
 2009-2011 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF), Assessor Técnico
 2011-2012 Departamento de Administração (DA), Assessor
 2012-2013 Coordenação-Geral de Auditoria/CISSET, Coordenador-Geral, substituto
 2013-2016 Coordenador-Geral de Auditoria
 2016 Chefe da Divisão de Assuntos de Defesa
 2016 Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
 2019 Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e com o Congresso Nacional

Condecorações:

2000 Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial
 2017 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NA
ÁSIA, PACÍFICO E RÚSSIA (SARP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Pacífico (DAP)

NOVA ZELÂNDIA



Informação
ostensiva
Março de
2021



DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA	
--	--

NOME OFICIAL	Nova Zelândia
GENTÍLICO	neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL	Wellington
DATA NACIONAL	06/02 (<i>Waitangi Day</i>)
ÁREA	267,710km ²
POPULAÇÃO (est. jun/2020)	5,1 milhões (Stats NZ)
LÍNGUA OFICIAL	inglês e maori
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	unicameral (Parlamento com 120 assentos: 70 membros eleitos diretamente (7 maori), e 50 membros eleitos proporcionalmente). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Dame Patsy Reddy (desde setembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Jacinda Ardern (desde outubro de 2017)
CHANCELER	Nanaia Mahuta (desde novembro de 2020)
PIB NOMINAL (2019)	US\$ 205,2 bilhões (FMI)
PIB PPP (2019)	US\$ 215,77 bilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 41.670 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2019)	US\$ 43.810 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2019); 3,8% (2018); 3,2% (2017); 3,7% (2016) (BIRD)
IDH (2018)	0,921 (14 ^a posição entre 189 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018)	82,1 anos (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (set/2020)	5,3% (Stats NZ)
DÍVIDA EXTERNA (2019)	US\$ 102 bilhões (49% do PIB) (Stats NZ)
INFLAÇÃO (2019)	1,6% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Christopher John Langley (desde setembro/2018)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Paulo Cesar de Camargo (desde novembro/2016)
BRASILEIROS NO PAÍS	Existem cerca de 6.000 brasileiros residentes.
CUMULATIVIDADES	Tuvalu, Samoa, Kiribati e Tonga

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

Brasil → NZ	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	91	134	125	232	203	120	152	142	137	142	138,5
Exportações	46	87	62	74	69	64	96	83	77	72	80,9
Importações	45	47	63	158	134	55	56	59	60	70	57,6
Saldo	1	40	-1	-83	-65	8	40	24	17	2	23,3

PERFIS BIOGRÁFICOS

Dame Patsy Reddy
Governadora-Geral



Dame "Patsy" Reddy (Patricia Lee Reddy) nasceu em Matamata, na Ilha Norte, em 17/5/1954, filha de professores. É a 21ª governadora-geral da Nova Zelândia e a terceira mulher a ser nomeada para o cargo de governador-geral desde 1840. Estou Direito (graduação e mestrado) na "Victoria University" de Wellington e acumulou vasta experiência em administração pública e em funções de consultoria nos setores público e privado. Além de atuar na "Air New Zealand" e no grupo "Sky City Entertainment", trabalhou como diretora em empresas influentes como "Telecom Corporation", "Southern Petroleum" e "New Zealand Post". Na administração pública, foi presidente da Comissão de Cinema da Nova Zelândia e vice-presidente da "New Zealand Transport Agency". Tem participação ativa na gestão de organizações artísticas, inclusive como administradora do Festival Internacional de Artes da Nova Zelândia e do Festival de Jazz de Wellington, além de presidir o Conselho de Administração do "New Zealand Film Archive". Foi fundadora e membro do conselho consultivo da organização "New Zealand Global Women".

Jacinda Ardern
Primeira-Ministra



Jacinda Ardern nasceu na cidade de Hamilton, na Nova Zelândia, em 26/07/1980, e cresceu em ambiente rural. Formou-se na Universidade de Waikato em Estudos de Comunicação em Política e Relações Públicas. Após a universidade, trabalhou como consultora no gabinete da então primeira-ministra Helen Clark. Ingressou, aos 18 anos, no Partido Trabalhista da Nova Zelândia. Em 2008, entrou no Parlamento da Nova Zelândia, onde tem sido forte defensora das crianças e das mulheres. Tornou-se deputada para o eleitorado de Mt. Albert, Auckland, no início de 2017, e líder do Partido Trabalhista em agosto de 2017. Além de primeira-ministra (desde outubro/2017), ela ocupa o cargo de ministra da Segurança Nacional e Inteligência, Ministra das Artes, da Cultura e do Patrimônio e ministra da Redução da Pobreza Infantil, questão pela qual tem interesse particular.

Nanaia Mahuta*Ministra das Relações Exteriores*

Pela primeira vez em sua história, a Nova Zelândia tem uma ministra das Relações Exteriores. Antes ministra do Desenvolvimento Maori e também da pasta de Governo Local, a nova ministra é de ascendência maori, nascida em Auckland em 21/8/1970. É parlamentar desde 1996 e também ocupou posição ministerial no governo Trabalhista entre 2005-2008 (Aduanas, Desenvolvimento dos Jovens e Governo Local). Apesar de os registros não apontarem para larga experiência com temas internacionais, a futura ministra atuou como ministra-associada de Comércio e Ampliação das Exportações no primeiro governo de Ardern (área que é institucionalmente atribuída ao MFAT). Mahuta seguirá também com a atribuição pelo tema do Governo Local.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia estabeleceram relações diplomáticas em 1964. Alguns fatos contribuíram para intensificar o relacionamento bilateral: i) a abertura da embaixada do Brasil em Wellington (1997); ii) a mudança do Escritório Comercial da Nova Zelândia de Santiago para São Paulo (1999); iii) o lançamento da “Estratégia Latino-Americana” neozelandesa (2000); iv) a inauguração da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001); e v) a visita do então primeiro-ministro neozelandês ao Brasil (2013).

Comércio e investimentos:

Comércio

O comércio entre Brasil e Nova Zelândia é relativamente modesto. Em 2019, o intercâmbio bilateral somou cerca de US\$ 141,93 milhões (exportações de US\$ 71,94 milhões e importações de US\$ 69,99 milhões, com saldo positivo para o Brasil de US\$ 1,95 milhões). Recorda-se que, em 2018, o saldo positivo brasileiro foi de US\$ 16,7 milhões.

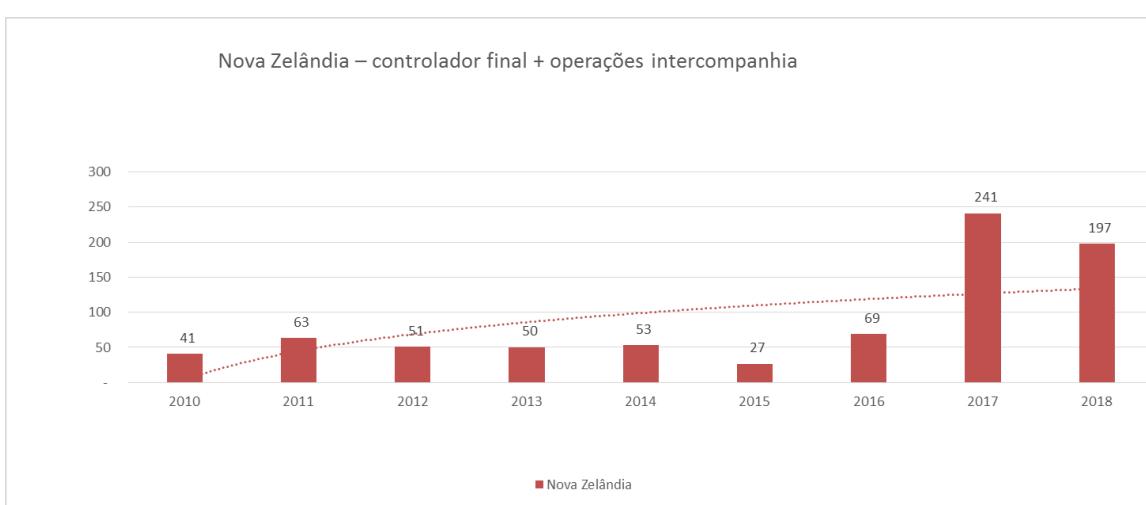
Em 2019, destacaram-se as exportações brasileiras para a NZ de café (20%), produtos de origem animal para confecção de fármacos (12%), suco de laranja (10%), pneumáticos (8%) e café solúvel (7,5%). No mesmo ano, as importações brasileiras da Nova Zelândia foram compostas de filés de peixe congelado (25%), aparelhos transmissores (9,7%), produtos lácteos (6,9%) e xarope de lactose (5,9%). A tarifa média dos produtos que compõem a pauta bilateral é bastante reduzida, variando de 0 a 2%.

Em fevereiro de 2019, foi encerrada a aplicação pelo Brasil do direito antidumping sobre as exportações para o Brasil de leite em pó originárias da Nova Zelândia e da União Europeia. As importações brasileiras de leite em pó provenientes da NZ estiveram sujeitas a medida antidumping no valor de 3,9% desde 2001. Com a extinção do direito antidumping, as exportações provenientes da NZ passaram a estar sujeitas aos 28% da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul (*tarifa most favoured nation* do bloco).

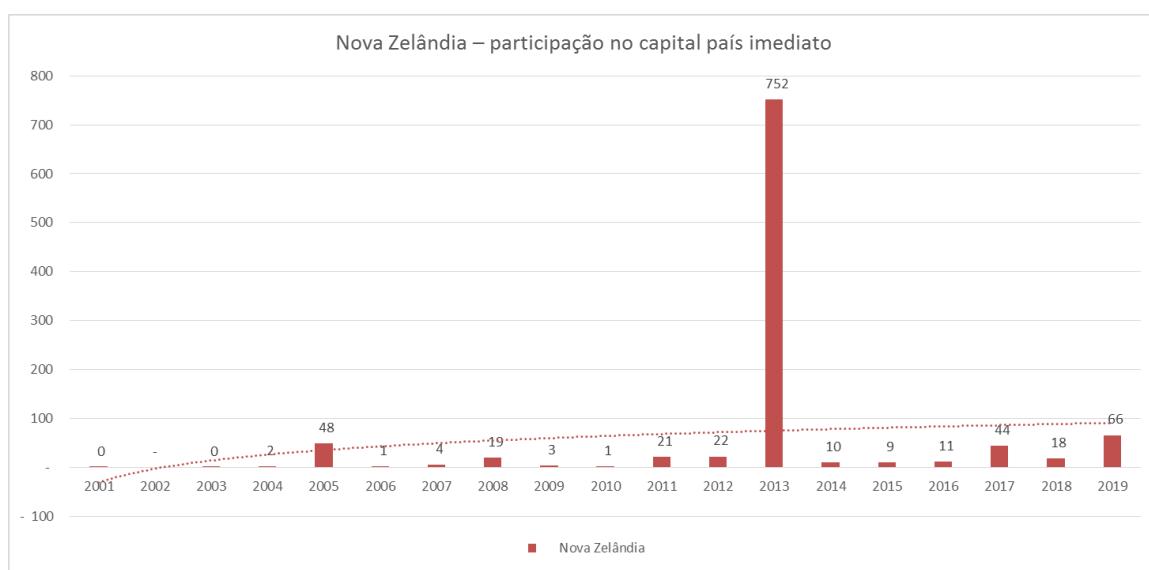
Investimentos

Em 2019, os investimentos de empresas neozelandesas no Brasil totalizaram cerca de US\$ 66 milhões, de acordo com dados do Banco Central do Brasil. Quando se levam em conta os investimentos intra-firma, esse montante sobe para US\$ 197 milhões. O estoque de investimentos neozelandeses no país, entre 2000 e 2018, soma US\$ 965 milhões, com destaque para 2013, quando a empresa “Leitíssimo” investiu no país cerca de US\$ 700 milhões.

Percebe-se, nos últimos anos, crescimento dos investimentos neozelandeses no Brasil. Empresas desse país têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores de agricultura (lácteos, tecnologia agrícola e consultoria, entre outros), tecnologia da informação e comunicação (aplicativos para rádios e celulares), serviços (educação, turismo e hotelaria), fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. Outros setores que merecem destaque são holdings, pesquisas de mercado e atividades imobiliárias.

Evolução dos Investimentos da Nova Zelândia no Brasil (em US\$ milhões)

Fonte: Banco Central do Brasil (fevereiro/2020)



Fonte: Banco Central do Brasil (fevereiro/2020)

Não há dados compilados sobre investimentos brasileiros na Nova Zelândia disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

Infraestrutura

O plenário do Senado Federal aprovou, em setembro de 2018, o texto do "Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia", celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013, propiciando a ratificação do acordo. O acordo gerou novo marco jurídico para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Nova Zelândia, contribuindo para o adensamento das relações bilaterais nos setores do turismo e do investimento. O acordo possui cláusula de livre determinação de capacidade, abolindo as restrições de frequência. Essa mudança representa marco adequado para o incremento do intercâmbio de carga e de passageiros entre os dois países.

Em decorrência da assinatura do acordo aéreo, a empresa *Air New Zealand* estuda a abertura de rota aérea direta entre Auckland e o Brasil (possivelmente Guarulhos), considerando que 30% da frequência do voo Auckland-Buenos Aires tem como destino final o Brasil.

Cooperação bilateral:

Ciência, Tecnologia e Inovação

A Nova Zelândia é celeiro dinâmico de pesquisa nos campos mais variados, da biotecnologia às ciências ambientais, em especial em áreas como processamento de laticínios, genética animal e vegetal. O país se orgulha de estar constantemente vivendo processos de reinvenção, e que, em razão de sua insularidade peculiar, habituou-se a ser autossuficiente. Nesse contexto, o potencial de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com o Brasil é significativo. Destaca-se a complementaridade da pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias, notadamente em temas como biogás, aproveitamento da biomassa, biocombustíveis e sistemas de rastreamento de gado.

O "Memorando de Entendimento na área de Cooperação Científica e Tecnológica", assinado por ocasião da visita da então primeira-ministra Helen Clark a Brasília, em novembro de 2001, teve sua validade expirada. Por sua vez, o "Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e de Inovação", celebrado em março de 2013 entre o CNPq e sua contraparte neozelandesa, *Education New Zealand*, por ocasião da visita do então primeiro-ministro John Key a Brasília, viabilizou, até julho de 2015, a ida de 195 estudantes brasileiros ao país, no contexto do Programa "Ciência sem Fronteiras".

Cooperação educacional

O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2017, cerca de 3.600 estudantes brasileiros passaram pela Nova Zelândia, a maioria deles em cursos de inglês. A *Education New Zealand* (ENZ), responsável pelo desenvolvimento da área internacional do sistema de educação neozelandês, homenageou o Brasil na edição de 2018 da *New Zealand International Education Conference*, ressaltando que o país é a maior fonte de estudantes na América Latina.

Meio Ambiente

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Conservação Ambiental, assinado por ocasião da visita do então MERE à Nova Zelândia em agosto de 2008, embasou as relações bilaterais em matéria ambiental. O Memorando, que tinha validade de cinco anos, expirou. Durante a vigência do Memorando, o MMA organizou, em 2010, visita técnica de representantes do Serviço Florestal Brasileiro à Nova Zelândia, com o objetivo de melhor conhecer a experiência daquele país em concessão florestal, economia florestal e gestão de parques. Também vale mencionar a visita do ministro Augusto Nardes, do TCU a Wellington, em abril de 2018, quando tratou do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente.

No âmbito multilateral, mencione-se que Brasil e Nova Zelândia são partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – que tem como objetivo principal a promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade – e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança à CDB – cujo objetivo é o de assegurar adequada proteção na transferência, no manuseio e no uso de organismos geneticamente modificados. No âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB), Brasil e Nova Zelândia têm tido iniciativas coerentes com a política conservacionista, como a proposta de criação de santuários nos respectivos oceanos.

Cultura

A maioria da população da Nova Zelândia possui pouco conhecimento sobre o Brasil, sendo que muitas vezes nossa imagem é associada ao bloco latino-americano de fala hispânica. Eventos recentes, como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas contribuíram para destacar o Brasil, já que o esporte é muito valorizado pelos neozelandeses. Segundo fator que contribui para a divulgação do Brasil é a grande presença de estudantes brasileiros, principalmente nas escolas de nível médio. Dentre os aspectos da cultura brasileira mais conhecidos na Nova Zelândia, destacam-se a música (bossa-nova, samba e choro), a capoeira e o jiu-jitsu brasileiro, esportes que contam com diversos profissionais nas principais cidades do país.

Cooperação trilateral com o Suriname

Na VIII Reunião de Consultas Políticas (fevereiro de 2018), o enfoque na área de cooperação em ciência e tecnologia recaiu sobre o programa de cooperação trilateral de fomento à cultura do arroz entre Brasil, Nova Zelândia e Suriname, lançado em abril de 2016 e considerado de grande relevância para a área de segurança alimentar. O programa envolve a Embrapa, a *New Zealand's Land Care* e o Ministério da Agricultura do Suriname. O projeto logrou triplicar a produtividade de arroz no país e foi citado pelo PNUD como um modelo de desenvolvimento sustentável. O projeto também possui importante alcance na área de segurança alimentar.

Temas consulares:

Comunidade brasileira

Em 2017, o número de entradas de brasileiros sob a rubrica “permanent and long term” foi de 787 indivíduos, representando aumento de 29% em relação a 2016. Estima-se que a comunidade brasileira residente seja de cerca de 6.000 pessoas.

Vistos e imigração

Os cidadãos de ambos os países foram isentos de visto para entrar e permanecer nos respectivos territórios por até 90 dias, em sintonia com o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, em vigor desde outubro de 2004. No entanto, a partir de 01/10/2019, o governo neozelandês passou a exigir a autorização de viagem eletrônica (*electronic travel authority* - ETA) para visitantes estrangeiros de alguns países, incluídos os brasileiros e cidadãos de 59 outras nacionalidades, ao custo de NZD 9,00 (por aplicativos) ou NZD 12,00 (por website). Dentre as nacionalidades que anteriormente estavam isentas do ETA, somente os cidadãos australianos permanecem com a isenção.

Paralelamente, foi também instituída a cobrança de taxa de conservação e turismo (*international visitor conservation and tourism levy* – IVL), com custo de NZD 35,00. Estão isentos dessa taxa apenas os cidadãos australianos e das ilhas do Pacífico (Samoa Americana, Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Niue, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, Ilhas Pitcairn, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu).

Brasil e Nova Zelândia também contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo.

Turismo

É grande o número de brasileiros que visitam a Nova Zelândia para turismo, sobretudo ecológico. Em 2019, em torno de 16 mil brasileiros visitaram o país. Em contrapartida, a Nova Zelândia não figura entre os principais emissores de turistas ao Brasil. Em 2017, o país enviou 9 mil turistas ao Brasil, tendo havido queda em relação a 2016 (15 mil), de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Já que não existem voos diretos entre o Brasil e a Nova Zelândia, a forma mais rápida de transitar entre os dois países é pela Latam/Qantas (via Santiago) ou pela Air New Zealand (via Buenos Aires). O órgão estatal *Tourism New Zealand* (TNZ), que promove a indústria de turismo no país, incluiu o Brasil entre os principais emissores de turistas a serem explorados, ao lado de Austrália, Reino Unido, EUA, Alemanha, Japão, China, Índia e Indonésia.

Encontros de alto nível:

Visitas e Encontros de Chefes de Estado e de Governo

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de chefe de governo brasileiro.

A então primeira-ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um chefe de governo neozelandês ao país. Na ocasião, foi inaugurada a embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o então primeiro-ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. Traduziu desejo do governo, então liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy", que incentivou a abertura da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001). Na ocasião, foi assinado o Acordo de Serviços Aéreos, com o intuito de

estimular as possibilidades de ligação aérea mais direta entre os dois países. O acordo foi ratificado pelo Congresso Nacional em setembro de 2018. A publicação pelo Brasil, em dezembro de 2018, do decreto de promulgação do Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (Decreto 9.608), poderá facilitar a implementação de conexão aérea direta entre o Brasil e a Nova Zelândia (Auckland e São Paulo ou Rio de Janeiro).

A visita do então primeiro-ministro John Key representou um avanço na cooperação em setores de interesse prioritário para os dois países, como esportes, turismo, educação, agricultura, comércio e investimentos. A então presidente Dilma Rousseff referiu-se particularmente ao aumento dos investimentos neozelandeses no Brasil e saudou a iniciativa da Fonterra de aumentar seus investimentos na produção de lácteos no país. A iniciativa de cooperação trilateral com o Suriname também foi lançada durante a visita de Key, tendo o projeto sido efetivamente iniciado em 2016. Com a cooperação trilateral, a Landcare Research e a EMBRAPA trabalharam juntas para a melhoria do cultivo do arroz nas terras altas do Suriname. Na ocasião, a Nova Zelândia demonstrou interesse em firmar Acordo de Coprodução Cinematográfica com o Brasil.

Em agosto de 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o governador-geral da Nova Zelândia, Jerry Mateparae, visitou o Brasil, onde cumpriu agenda no Rio de Janeiro e participou das cerimônias olímpicas.

Encontros de Chanceleres

O ministro Celso Amorim foi o primeiro e único ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008. Em sua última visita oficial, realizada em agosto de 2008, foram assinados dois acordos: o Programa de Férias e Trabalho e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Conservação Ambiental. Já do lado neozelandês, visitaram o Brasil os seguintes chanceleres: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, agosto de 2010).

Relações parlamentares

Em maio de 2018, em Wellington, realizou-se o encontro dos chefes de missão do GRULAC com os novos integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Nova Zelândia-América Latina e Caribe. A frente parlamentar é presidida pela deputada Sarah Dowie e incluiu o ministro da Juventude, Famílias e Comunidades, deputado Peeni Henare. A presidente do grupo fez questão de destacar o excelente contato que mantém com os brasileiros da sua região, Southland. Atualmente, por orientação do "speaker" Trevor Mallard, todos os grupos de amizade passaram a ter caráter exclusivamente regional.

Anteriormente, em 2009, o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Vieira Cunha lideraram missão do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil – Nova Zelândia. Em 2011, o Presidente do Parlamento neozelandês, Lockwood Smith, liderou delegação parlamentar ao Brasil, no contexto de missão mais ampla na América Latina, com o objetivo de estreitar os laços parlamentares entre os dois países. Em 2013, o Deputado Fernando Giacobo liderou missão da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados à Nova Zelândia. Em setembro de 2019, o deputado Arthur Maia (DEM/BA) visitou a Nova Zelândia, acompanhado de delegação, para conhecer o sistema neozelandês de proteção dos povos originários.

Com o início dos trabalhos de 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o **Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia** foi reinstalado, sob a presidência do deputado Loester Trutis (PSL/MS) e vice-presidência da senadora Soraya Thronicke

(PSL/MS). Originalmente criado em 2001, o Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os Poderes Legislativos do Brasil e da Nova Zelândia, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

Outras visitas

Igualmente, visitaram o Brasil as seguintes autoridades neozelandesas: o ministro do Comércio Exterior, Tim Groser (2010); o enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embaixador Colin Keating (2013); a subsecretária para Ásia e Américas, embaixadora Andrea Smith (2013); o ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce (2015); o Ministro da Educação Superior, Steven Joyce (2015); a subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (2016); a ministra dos Esportes da Nova Zelândia, Sussan Ley (2016).

Em 2010, o então governador da Bahia, Jacques Wagner, visitou a Nova Zelândia. Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás, Marconi Perillo, cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. Junto às autoridades neozelandesas, buscou oportunidades de parcerias em áreas de cooperação educacional e cultural. Em abril de 2018, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), visitou Wellington para tratar, com autoridades neozelandesas, do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente, com ênfase na exploração de possíveis projetos de cooperação internacional.

Mecanismo de Consultas Políticas

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 20 de novembro de 2001, com o objetivo de discutir o intercâmbio e a cooperação bilaterais, bem como promover a troca permanente de impressões sobre os diversos temas que compõem as agendas regionais e multilateral. A VIII edição do Mecanismo ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2018. A IX edição do Mecanismo de Consultas Políticas seria realizada em 27 de março de 2020, em Wellington, mas foi adiada *sine die* em razão da pandemia global de Covid-19.

ECONOMIA

A Nova Zelândia é um país pequeno de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nas últimas décadas, o governo neozelandês transformou o país - anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico - em uma economia mais industrializada, com poder de competir globalmente. Essa dinâmica de crescimento contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia de livre mercado.

Para compensar o isolamento geográfico e as reduzidas dimensões do mercado interno, a Nova Zelândia investe consistentemente em inovação, apresenta-se como um dos países mais ativos em matéria de política comercial e dispõe de vasta rede de acordos de livre comércio com outros países e regiões (total de 12 ALCs).

A Nova Zelândia é país signatário do CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*), acordo concluído em 2018, e que constitui a 4^a maior área de livre comércio, e do RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*), concluído em 2020, e que será a maior área de livre comércio, respondendo por um mercado de 2,2 bilhões de pessoas (cerca de 30% da população

mundial), e um PIB de mais de US\$ 26 trilhões (cerca de 30% do produto global). Em relação ao RCEP, a harmonização das regras de origem entre os países membros é apontada como um dos principais resultados do acordo, uma vez que permitirá o trânsito de bens entre os países signatários ao amparo de apenas um certificado de origem.

O país também possui alta credibilidade internacional e posições coincidentes com o Brasil em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios e redução de barreiras comerciais.

Conjuntura econômica

O PIB da Nova Zelândia contraiu 12,2% no segundo trimestre de 2020, em comparação com o trimestre anterior. A recessão mais recente havia sido registrada no contexto da crise de 2008. O dado reflete os efeitos da pandemia; trata-se da maior queda trimestral registrada no PIB neozelandês. As importações de bens e serviços recuaram 24,6%.

O setor agroexportador

A Nova Zelândia experimenta, desde 1991, um longo ciclo de crescimento econômico, apesar da retração ocorrida no biênio 2008-2009. O setor de serviços constitui o principal ramo de atividade do país e responde por aproximadamente 70% do PIB. O setor industrial contribui com 25% do PIB e o agrícola, com 5%.

Ainda assim, o setor primário exportador é o motor da economia neozelandesa, dadas as limitações do mercado doméstico, cuja população é de cerca de cinco milhões de habitantes. Representa fonte fundamental de divisas, exercendo, portanto, forte efeito multiplicador no restante da economia. O agronegócio neozelandês centra-se, historicamente, na criação de rebanhos ovino e bovino e na comercialização de seus subprodutos, entre os quais laticínios, carne, artigos de lã e de couro, totalizando cerca de 50% das exportações do país. A produção local de *commodities* agrícolas, de pesca e de extrativismo florestal é significativa. A maior parte desta produção é destinada ao mercado externo, assim como a produção manufatureira, que tem aumentado nos últimos anos.

Cerca de 90% da produção agrícola é exportada. No segmento industrial, a exploração de petróleo não é capaz de abastecer a demanda interna. O setor secundário constitui-se, principalmente, de empresas responsáveis pelo processamento da matéria-prima exportada ou consumida no mercado interno. No setor de serviços, destacam-se o turismo e o ensino de inglês em escolas especializadas; atividades ligadas a logística, transportes e comércio exterior e setores de telefonia, energia, engenharia, serviços públicos.

É sabido que o principal interesse ofensivo da Nova Zelândia é o setor lácteo. O país possui rebanho de 5 milhões de cabeças, com produção de 20 bilhões de litros de leite por ano, gerando um excedente exportável de cerca de 19,5 bilhões de litros. Em 2019, a Nova Zelândia foi a maior exportadora mundial de manteiga e de leite em pó integral, respondendo por cerca de 60% das exportações mundiais no último caso. Foi ainda a terceira maior exportadora de queijo e de leite em pó desnatado. Até 2025, projeta-se que a participação da Nova Zelândia nas exportações mundiais de leite em pó integral e de manteiga seja, respectivamente, de 54% e 48% do total.

Reforma da regulação de investimento estrangeiro

Em 14/05/2020, a Nova Zelândia adotou nova legislação que modifica sua legislação sobre investimento estrangeiro (*Overseas Investment Act*, de 2005). As mudanças fazem parte do que o país intitula "Fase 2" da ampla reforma que vem fazendo desde 2018. De acordo com o Tesouro neozelandês, a reforma ambiciona assegurar que os investimentos estrangeiros no país sejam coerentes com o interesse nacional da Nova Zelândia. A legislação de 2018 trouxe um novo regime de análise concernente a investidores estrangeiros interessados em adquirir terrenos residenciais, bem como medidas para incentivar investimento no setor de silvicultura.

Uma das leis aprovadas na ocasião contém medidas de emergência no contexto da pandemia da Covid-19, visando mitigar os efeitos econômicos negativos. O propósito é gerir riscos relacionados a investimentos estrangeiros enquanto se incentiva o investimento com redução da regulação. A segunda lei contém medidas de reforma que não necessitam ser adotadas imediatamente.

Os investidores passaram a ter que notificar o governo neozelandês sobre investimentos que: transfiram o controle de mais de 25% de empreendimentos já existentes; aumentem o grau de controle em empreendimento neozelandês já existente; resultem em aquisição de mais de 25% dos ativos de empreendimento neozelandês. As autoridades poderão aplicar "teste de interesse nacional" em casos excepcionais envolvendo setores-chave. Passado o período de emergência no contexto da Covid-19, esse regime será substituído por outro, em que o governo passará a ter o poder de revisar apenas investimentos em setores estratégicos, como infraestrutura crítica. Esse poder só será usado para gerir riscos significantes ao interesse nacional e à ordem pública.

POLÍTICA INTERNA

A Nova Zelândia apresenta-se como país de vanguarda: foi o primeiro a conferir voto às mulheres (1853); a assegurar cadeiras no parlamento aos povos originários, os Maoris (1867); a criar sistema de bem-estar social (1938); e, a partir de 2019, o primeiro a adotar o *wellbeing budget*, orçamento público que pretende garantir a seu povo, entre outros objetivos, a saúde mental e o combate às mudanças climáticas, à exclusão social e à violência doméstica. Tal proposta, apresentada pela primeira-ministra Jacinda Ardern na reunião de Davos, é construída a partir do conceito maori de "kaitiakitanga", ou seja, respeito às gerações atuais e futuras.

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político britânico. A rainha Elizabeth II é a chefe de Estado e é representada, desde 2016, pela governadora-geral, Dame Patsy Reddy. O poder executivo, porém, emana do Parlamento, apresentando-se a primeira-ministra, Jacinda Ardern, como chefe de governo desde outubro de 2017. No sistema político neozelandês, o Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo governador-geral, sendo o alistamento eleitoral obrigatório, embora seja conferido à população o voto optativo. O Parlamento neozelandês tornou-se unicameral em 1950, quando a Câmara Alta foi abolida.

O sistema eleitoral bipartidário foi substituído, em 1993, pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em representante local e outro em partido político. Existem 122 vagas no Parlamento: 70 vagas são preenchidas pelo voto eleitoral e 52 vagas pelo voto em listas de partidos. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos. Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos têm adotado políticas como a

eliminação de subsídios ao setor agrícola, a redução das tarifas de importação e a privatização de estatais.

O Tratado e o Tribunal de Waitangi: a questão dos povos originários

O Tratado de Waitangi, firmado em 1840 entre os britânicos e os chefes das tribos maori da Ilha do Norte, é considerado o marco fundador da Nova Zelândia. Discrepâncias entre as versões em inglês e em maori deram ensejo a conflitos fundiários no decorrer dos séculos XIX e XX. Depois de quase um século de reclamações maori não atendidas e petições infrutíferas ao governo e à coroa britânica (inclusive com viagens de delegações maoris à Inglaterra em 1882, 1884, 1914 e 1924), estabeleceu-se, em 1975, o Tribunal de Waitangi, encarregado de considerar eventuais transgressões ao Tratado de 1840.

Embora, a princípio, o tribunal só pudesse opinar sobre assuntos ocorridos depois de 10/10/1975, sua competência acabou se ampliando em 1985, para dirimir questões ocorridas desde a data de assinatura do tratado. Em geral, as recomendações do tribunal não são vinculantes para o governo, exceto em casos específicos em que se determine que certas terras devam ser devolvidas aos maoris (o que na prática pode ser relevante para a venda de certos bens de propriedade do Estado a terceiros). Além disso, de acordo com a ilegalidade do ato, os maori podem receber indenizações pecuniárias, mudar nome de localidades, receber terras ou direito de preferência de aquisição fundiária, além de preferência na exploração da pesca e silvicultura.

O elemento maori é considerado essencial para a formação e a identidade da Nova Zelândia. Nos últimos tempos, observa-se maior interesse no ensino e no uso do idioma nativo, bem como na difusão da cultura e dos valores maori. Apesar do elevado grau de miscigenação e assimilação dos maori na sociedade neozelandesa, a etnia conta com ministro para as Relações Coroa/Maori, para as Negociações do Tratado de Waitangi e para o Desenvolvimento Maori. Além disso, há um ministro para os Povos do Pacífico e um subsecretário para as Comunidades Étnicas.

Atentados em Christchurch

A Nova Zelândia foi abalada, em 15 de março de 2019, por ataques a duas mesquitas muçulmanas em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano, causando a morte de mais de 50 pessoas de diversas nacionalidades (principalmente de Bangladesh, Paquistão e Jordânia) e deixando dezenas de feridos. Em pronunciamento à nação, a PM Jacinda Ardern qualificou a situação como "one of New Zealand's darkest moments". Estima-se em 50 mil o número de muçulmanos no país (cerca de 1% da população), em sua maioria originários do subcontinente indiano e, mais recentemente, de Fiji.

A reação imediata aos ataques foi a revisão da lei de portes de armas, até então uma das mais liberais do mundo. Ardern anunciou, em 21/03/2019, projeto de lei para proibir que civis neozelandeses mantenham fuzis de assalto ou armas semiautomáticas de padrão militar, exceto para uso rural justificado ou prática esportiva. O Parlamento da NZ aprovou em prazo recorde (em 10/04/2019) a introdução de legislação anti-armamento apresentada por Ardern. O placar da votação (119-1) refletiu o grau de consenso na sociedade neozelandesa a respeito da introdução de limitações no comércio e porte de armas. A lei proíbe a venda, a posse e o porte de determinados tipos de armamento e equipamentos (fuzis de assalto, armas semiautomáticas de cano longo e carregadores de alta capacidade). As diretrizes do regime de controle de exportações da NZ também foram atualizadas para refletir o novo espírito da legislação. Estima-se que

ao menos 250 000 neozelandeses (5% da população) mantenha algum tipo de licença de porte de arma

Além da revisão da lei de porte de armas, Ardern anunciou a criação de comissão especial de inquérito (*Royal Commission*) para apurar as circunstâncias que levaram à tragédia em Christchurch, bem como propor linhas de ação para sanar eventuais omissões por parte de agentes públicos neozelandeses (em especial das agências de inteligência, NZSIS e GCSB). Com composição definida pela Governadora-Geral, as *Royal Commissions* gozam de autonomia e enviam seus relatórios diretamente ao Parlamento.

Por ocasião da 74.^a Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro de 2019, a primeira-ministra Jacinda Ardern conseguiu ampliar o "Apelo de Christchurch". No dia 23, durante as atividades da AGNU, juntaram-se aos apoiadores da iniciativa mais 31 países membros da ONU, a UNESCO e o Conselho da Europa. Ardern sugeriu que a estrutura transnacional construída a partir do "Apelo de Christchurch" poderia igualmente servir para enfrentar outras questões, como a mudança climática. Segundo comentários da imprensa local, a fala seria uma indicação prévia de iniciativa de meio ambiente em gestação pela Nova Zelândia, que contaria com o apoio de outros países.

Reeleição de Jacinda Ardern e o governo dos Labours

As eleições parlamentares da Nova Zelândia, encerradas em 17/10/2020, deram aos Trabalhistas da PM Jacinda Ardern uma vitória histórica. O partido recebeu das urnas o mandato para governar sozinho nos próximos 3 anos, sem a necessidade de formar coalizão. Na contagem dos votos, os Trabalhistas obtiveram 49% dos votos (o resultado havia sido de 37% em 2017); o "National" ficou com 27% (44,4% em 2017); o liberal "ACT" conquistou 8% (0,5% em 2017); e os Verdes, 7,6% (6,3% em 2017). O parceiro júnior da coalizão atual, "New Zealand First", ficou de fora do parlamento, com 2,7% dos votos (7,2% em 2017), abaixo da cláusula de barreira (5% dos votos).

A PM Jacinda Ardern divulgou em 02/11/2020 os nomes de seu novo ministério, com destaque para a indicação do atual ministro das Finanças, Grant Robertson, para a posição de vice-PM. Robertson segue à frente das finanças e também recebe a atribuição de conduzir a área de infraestrutura do novo mandato de Ardern. Pela primeira vez em sua história, a Nova Zelândia tem uma ministra das Relações Exteriores, Nanaia Mahuta, antes ministra do Desenvolvimento Maori e também da pasta de Governo Local.

Ao anunciar o novo ministério, Ardern designou como suas prioridades a recuperação econômica pós-Covid e a continuidade da resposta ao vírus, a fim de preservar o "status" adquirido pela Nova Zelândia no tratamento da pandemia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1964 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1986 - Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
- 1994 - Visita à Nova Zelândia do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.
- 1997 - Abertura da embaixada do Brasil em Wellington.
- 1998 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
- 2001 - Visita ao Brasil da primeira-ministra Helen Clark.
- 2001 - Abertura da embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
- 2004 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
- 2005 - Visita à Nova Zelândia do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.
- 2006 - Visita à Nova Zelândia do assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
- 2006 - Visita ao Brasil do ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio, Phil Goff.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
- 2008 - Visita do assessor especial para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
- 2008 - Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
- 2008 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
- 2008 - Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2009 - Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Reforestamento, David Carter.
- 2009 - Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
- 2010 - Assinatura entre a Petrobras e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
- 2010 - Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2010 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
- 2010 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
- 2011 - V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo secretário-geral e diretor executivo do MFAT, John Allen.
- 2013 - VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
- 2013 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
- 2013 - Visita do embaixador Colin Keating, enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).

- 2013 – Visita da embaixadora Andrea Smith, subsecretária para Ásia e Américas (novembro).
- 2014 – VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela diretora do Departamento de Américas do MFAT, embaixadora Jane Coombs.
- 2015 – Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce.
- 2016 – Visita ao Brasil da subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (maio).
- 2016 – Visita ao Brasil do governador-geral, Jerry Mateparae, por ocasião dos Jogos Olímpicos (julho).
- 2017 – Visita ao Brasil da diretora da Divisão de Américas, Felicity Buchanan (abril).
- 2018 – VIII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília (fevereiro).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1642 - O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
- 1814 - Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
- 1840 - O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
- 1860/1880 - “Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
- 1893 - As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
- 1914/19 - Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
- 1938 - O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
- 1939-1945 - Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
- 1953 - Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
- 1970 - Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
- 1973 - O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Européia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
- 1983 - Assinatura do Closer Economic Relations com a Austrália.
- 1984 - Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
- 1985 - O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
- 1996 - O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de vice-primeiro-ministro.
- 1999 - Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de primeira-ministra.
- 2008 - A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.

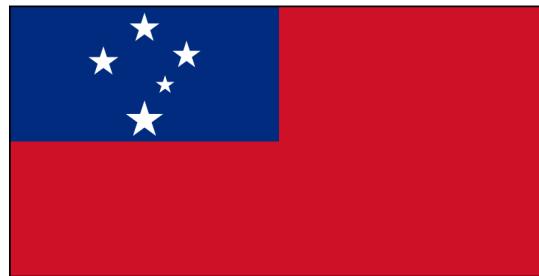
- 2008 - O Partido Nacional elege o primeiro-ministro John Key.
- 2009 – A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
- 2011 - O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.
- 2016 – Bill English assume como primeiro-ministro após a renúncia inesperada de John Key.
- 2017 – Jacinda Ardern se torna primeira-ministra.
- 2019 – Atentados de 15 de março em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano em mesquita, deixa 51 mortos e vários feridos.

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Comercial e Cooperação Científico-Tecnológica, Industrial e Econômica	04/11/1986	04/11/1986		
Acordo sobre Serviços Aéreos.	18/06/1996	17/09/1998	2831	29/10/1998
Acordo, por troca de Notas, que Modifica o Art. 9 do Acordo sobre Serviços Aéreos, de 18/06/96.	12/03/1998	27/03/1998		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários.	03/08/1999	03/08/1999		
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico	03/10/2001	27/03/2004	5052	19/04/2004
Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	20/11/2001	20/11/2001		
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos.	20/11/2001	21/10/2004	5246	15/10/2004
Memorando de Entendimento em Educação	23/04/2004	23/04/2004		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Administração, Pesquisa e Proteção em Áreas de Proteção Ambiental	29/08/2008	29/08/2008		
Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho	28/08/2008	03/08/2010	7252	02/08/2010
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/03/2013	24/11/2018	9.608	12/12/2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SAMOA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL:	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO:	samoano
CAPITAL:	Apia
ÁREA:	2.831 km ²
POPULAÇÃO (2020):	198.646 (<i>Pacific Community</i>)
LÍNGUA OFICIAL:	samoano (polinésio) 91,1%, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	protestantismo (54,9%), catolicismo romano (18,8%), mormonismo (16,9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Legislativa unicameral ou Fono (50 membros para a legislatura 2016-2021; membros dos 49 distritos eleitorais eleitos diretamente por voto majoritário simples e 1 assento para mulher, adicionado nas eleições de 2016 a fim de cumprir a representação mínima de 10% para mulheres). Os membros cumprem mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Tuimaleali`ifano Va`aletoa Sualauvi II (desde 21 de julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Tuilaepa Luplesolai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi (desde 1998)
CHANCELER:	Tuilaepa Luplesolai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 852 250 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 1,33 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 4.324 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 6.795 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,5% (2019); -2% (2018); 1% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,715 (111 ^a posição entre 189 países) (ONU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	73,3 anos (ONU)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99,1% (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	8,4% (ONU)
UNIDADE MONETÁRIA:	Tala
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ SAMOA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	4.450	3.503	1.413	2.334	2.311	1.033	2.310	2.632	2.859	2.982
Exportações	1.774	1.408	347	540	375	678	720	588	995	1.161
Importações	2.676	2.095	1.066	1.794	1.936	355	1.590	2.044	1.864	1.821
Saldo	-902	-687	-719	-1.254	-1.561	323	-870	-1.456	-869	-660

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tuimaleali`Ifano Va'aletoa Sualauvi II
Chefe de Estado



Bacharel em direito pela Australian National University e titular de diploma em estudos teológicos do Malua Theological College. É ex-defensor público, ex-procurador do estado e exerceu advocacia junto ao Supremo Tribunal de Samoa. Além disso, é pregador laico da Igreja Cristã Congregacional de Samoa e diácono do distrito de Aana. Tuimaleali`ifano detém um dos quatro principais títulos honoríficos de "Tama-a-Aiga" em Samoa. Ocupou a posição de vice-chefe de estado durante 28 anos. Foi eleito chefe de estado em 21 de julho de 2017.

Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi
Primeiro-ministro / Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Nasceu em 14 de abril de 1945 em Lepa, Samoa. Tornou-se mestre em Comércio pela Universidade de Auckland. É católico, casado e tem oito filhos.

Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 1981. Desde então, esteve à frente dos Ministérios das Finanças, do Turismo e do Comércio e Indústria nos cinco mandatos de Tofilau Eti Alesana como primeiro-ministro (de 1982 a 1986, e de 1988 a 1998).

Entre 1986 e 1988 manteve-se no Parlamento e foi porta-voz de seu partido, Human Rights Protection Party (HRPP), então na oposição. Passou a exercer o cargo de primeiro-ministro em 1998, quando

Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde. Acumula as funções de primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio e procurador-geral.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Samoa desde 1º de fevereiro de 2005. As relações diplomáticas foram estabelecidas por ocasião da visita a Samoa da missão oficial chefiada pelo embaixador Arnaldo Carrilho (que também esteve em Fiji, Kiribati, Tonga e Tuvalu, além de realizar visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico, cuja sede é em Fiji).

O Decreto nº 7.201, de 2 de junho de 2010, criou a embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente da Samoa, cumulativa com a embaixada em Wellington.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente de Samoa junto à ONU, Aliioaiga Feturi Elisaia, bem como os representantes permanentes de Fiji, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras no MRE. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em junho de 2012, o primeiro-ministro Tuilaepa Luplesolai Sailele Malielegaoi foi o primeiro chefe de governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o primeiro-ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em junho de 2013, o embaixador Eduardo Gradilone apresentou suas credenciais ao chefe de estado de Samoa, Tui Atua Tupua Tamasese Efi. Encontrou-se também com o primeiro-ministro e chanceler Tuilaepa Luplesolai Sailele Malielegao; com o vice-primeiro-ministro Fonotoe Pierre Nuafesili Lauofo; com o presidente ("speaker") do Parlamento, Laaulialemalietoa Leautea Polataivavao Fosi; com o ministro da Educação, Esportes e Cultura, Magele Mauiliu Magele; com o ministro da Agricultura e Pesca, Le Mamea Ropati Mualia; e com a secretária-geral em exercício do Ministério das Relações Exteriores e Comércio, Faalavaau Perina Sila.

Em abril de 2017, o embaixador Paulo Camargo apresentou credenciais em Samoa.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 2005, foi apresentada proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Samoa, cuja negociação não foi concluída. Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse samoano em receber do Brasil cooperação na área agrícola (coco, banana, café e cacau). A respeito dos desafios que Samoa enfrenta em matéria de desenvolvimento sustentável, especialmente problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, e devido às perdas florestais, há interesse em manejo de florestas e reflorestamento.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Similar a outros países da região, Samoa também possui grande déficit em seu comércio exterior. Em 2018, exportou US\$66,1 milhões e importou US\$ 454 milhões. O que traz balanço à economia de Samoa nessa área é a exportação e a importação de serviços, em que, em 2018, exportou US\$259 milhões e importou US\$96,1 milhões. Seus maiores parceiros comerciais para

exportação são Samoa Americana, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos. Singapura, China e Nova Zelândia são os principais fornecedores ao país.

Em relação ao comércio com o Brasil, embora pouco expressivo, é relativamente alto em comparação com os demais países insulares da região e tradicionalmente deficitário para o Brasil. Nota-se que a pauta exportadora brasileira concentra-se em produtos primários e alimentícios, como enchidos de carne (linguiças, salsichas etc.), couros e peles e tabaco. Já as importações brasileiras estão concentradas em produtos manufaturados, como memórias (de computador), aparelhos de circuitos elétricos e produtos derivados do zinco.

Em anos recentes, o intercâmbio comercial com Samoa tem frequentemente ultrapassado a marca dos US\$2 milhões, chegando a passar dos US\$ 3 milhões em 2011 e 2012.

Em passado recente, o Brasil já chegou a ocupar a quarta posição entre os países que mais compram de Samoa. Em 2020, o intercâmbio comercial foi de US\$2,98 milhões, com déficit de US\$660 mil para o Brasil (US\$1,16 milhões em exportações e US\$1,82 milhões em importações).

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Samoa. A comunidade brasileira residente é numericamente pouco expressiva, compondo-se, basicamente, de turistas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Samoa.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Samoa e o Brasil.

APRESENTAÇÃO

Samoa, oficialmente Estado Independente da Samoa, é um país situado na Oceania, constituído por duas ilhas principais (Savai'i e Upolu) e quatro ilhas menores. A capital é Apia. O povo Lapita descobriu e colonizou as ilhas samoanas há aproximadamente 3.500 anos, desenvolvendo as singulares língua e cultura samoanas. Seus vizinhos mais próximos são a Samoa Americana, Tonga a sul, Tuvalu a noroeste, Wallis e Futuna a oeste e Tokelau ao norte. Todo o arquipélago, que inclui Samoa Americana, foi chamado de "Ilhas dos Navegadores" por exploradores europeus antes do século XX por causa das habilidades marítimas dos samoanos.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899 e passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. Samoa é membro da Comunidade Britânica. É uma democracia parlamentar, matizada por práticas culturais locais.

A economia de Samoa tem crescido continuamente nos últimos anos. O PIB (PPP) chegou a US\$ 1,2 bilhão em 2017 e o PIB per capita (PPP) atingiu US\$ 6.021. As reformas

econômicas iniciadas na década de 1990 renderam ao país a reputação de ser a economia modelo do Pacífico.

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca, mas a participação desses setores no PIB vem caindo há várias décadas. Dois terços da força de trabalho do país obtêm seu sustento da agricultura de subsistência, setor dominante da economia. Os principais produtos produzidos são coco, fruta-pão, banana, cacau, manga, mamão e taro. Houve algum progresso na diversificação de produtos em anos recentes. A pesca apresentou o maior crescimento nos últimos anos, respondendo por cerca de 1/3 das divisas obtidas com as exportações. O turismo também vem crescendo de forma consistente nos últimos anos.

A indústria se resume à empresa Yazaki Samoa, que produz peças para veículos automotores. A empresa é a maior empregadora do setor privado, contando com aproximadamente 3 mil samoanos na fabricação de partes de veículos e sobretudo de componentes elétricos. Trata-se de um empreendimento japonês que se aproveita da posição geográfica da ilha para exportação de tais produtos a outros mercados, inclusive o brasileiro. Há duas empresas aéreas: a Polynesian Blue, “joint venture” criada pela Virgin Blue e o governo de Samoa, em 2005, e a Polynesian Airlines, empresa estatal que atende apenas o mercado interno e regional.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1914	A Nova Zelândia ocupa a Samoa Ocidental durante a Primeira Guerra Mundial e continua a administrá-la após a guerra
1962	Samoa Ocidental torna-se independente, a primeira nação insular do Pacífico a fazê-lo.
1976	Samoa se torna membro da ONU.
1997	Samoa Ocidental muda seu nome para Samoa.
2012	Samoa ingressa na OMC.

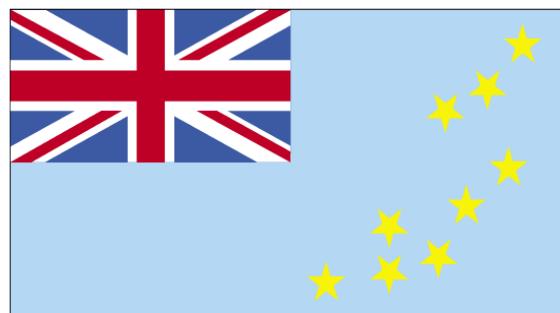
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento das relações diplomáticas
2005	Negociação não concluída de Acordo de Cooperação Técnica
2009	Visita de representantes oficiais samoanos ao Brasil
2010	Criação da embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente da Samoa, cumulativa com a embaixada em Wellington
2012	Primeira visita de um chefe de governo samoano ao Brasil, por ocasião da Rio+20
2013	Apresentação de credenciais do embaixador brasileiro ao chefe de estado samoano

2017	Apresentação de credencias do embaixador brasileiro ao chefe de estado samoano
------	--

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TUVALU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL:	Tuvalu
GENTÍLICO:	tuvaluano
CAPITAL:	Funafuti
ÁREA:	26km ²
POPULAÇÃO (2020 est):	11.342 (CIA)
LÍNGUA OFICIAL:	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (92,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (16 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pela governadora-geral Teniku T. Honolulu (desde 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Kausea Natano (desde 19 de setembro de 2019)
CHANCELER:	Simon Kofe (desde 20 de setembro de 2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 47,2 milhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 52 milhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 4 059 (Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA (2019)	US\$ 4 465 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	9,7% (2019); 2,5% (2018); 4% (2017) (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	Não há cálculo do IDH de Tuvalu.
EXPECTATIVA DE VIDA (2020 est):	67,9 anos (CIA)

ÍNDICE DE DESEMPREGO	Não há dados
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ TUVALU	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	0	8,5	187	456	0,3	2,3	28,3	911	739	662
Exportações	0	6,5	49	454	0	2,3	28,3	911	739	660
Importações	0	2	138	1,6	0,3	0	0	0	0	2
Saldo	0	4,5	-89	452	-0,3	2,3	28,3	911	739	658

PERFIS BIOGRÁFICOS

TENIKU TALESI HONOLULU

Governador-Geral interino



Teniku Talesi Honolulu foi nomeada Governadora-Geral interina de Tuvalu em 22 de agosto de 2019. Honolulu substituiu Iakoba Italeli, seu predecessor, que renunciou para concorrer nas eleições gerais de 2019.

KAUSEA NATANO

Primeiro-Ministro



Kausea Natano é, desde 19/09/2019, o 13.º Primeiro-Ministro de Tuvalu, indicado, por 10 votos a 6, pelo novo parlamento eleito dez dias antes. Tem exercido, desde 2002, a função de parlamentar representante do distrito de Funafuti; anteriormente, havia ocupado as posições de diretor da alfândega de Tuvalu e de secretário-assistente no ministério de Finanças e Planejamento Econômico. Em gabinetes anteriores, Natano exerceu as funções de ministro de Serviços Públicos e Indústrias, ministro das Comunicações e vice-Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tuvalu mantêm relações diplomáticas desde 12 de maio de 2006. O Decreto nº 7.197, de 2 de junho de 2010, criou a embaixada do Brasil em Funafuti, Tuvalu, cumulativa com a embaixada em Wellington.

Em maio de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho realizou primeira visita oficial do Brasil a Tuvalu, no contexto de missão à região do Pacífico, que envolveu também as Ilhas Fiji, Kiribati, Tonga e Samoa, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico, sediado em Fiji, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente de Tuvalu junto à ONU, Afeles Falema Pita, visitou o Brasil, a convite do governo brasileiro, juntamente com os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Vanuatu, Marshall e Micronésia. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras no MRE. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2012, o então primeiro-ministro de Tuvalu, Willy Telavi, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em junho de 2015, o embaixador Eduardo Gradilone apresentou credenciais ao governador-geral de Tuvalu, Sir Iakoba Taeia Italeli. Na ocasião, encontrou-se também com o primeiro-ministro, Enele Sosene, além dos ministros das Relações Exteriores, Comércio, Turismo, Meio Ambiente e Trabalho, Taukelina Finikaso; das Comunicações e Transporte, Monise Laafai; de Assuntos Internos, Namoliki Neemia; de Recursos Naturais, Elisala Pita; das Finanças e Desenvolvimento Econômico, Maatia Toafa; e da Saúde, Satini Manuella, além do secretário de

Assuntos Exteriores, Temate Melitiana, e do secretário de governo, Papasi Nelesone. Essa foi a última visita de autoridade brasileira ao país insular.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Até 2012, o comércio bilateral era extremamente reduzido e intermitente. Não se observava tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. Embora em 2008 o volume de comércio tenha alcançado US\$ 58 mil, a partir de 2010 retomou-se uma tendência de quase nulidade do comércio bilateral.

Em 2014, chegou-se ao recorde de US\$ 456 mil. Entretanto, a quase totalidade das exportações teve origem brasileira – apenas US\$ 1,6 mil corresponderam a exportações de Tuvalu. Trata-se de uma redução significativa em relação a 2013, quando o Brasil importou US\$ 138 mil do país. Em 2019, o fluxo de comércio ficou em US\$ 700 mil, composto por exportações brasileiras. E, em 2020, foi de cerca de US\$662 mil. A quase totalidade das vendas brasileiras ao pequeno país insular é de petróleo.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Tuvalu.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tuvalu.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados quaisquer atos bilaterais. Tuvalu concordou com a proposta de assinar acordo básico de cooperação técnica. As áreas prioritárias seriam: mudanças climáticas; treinamento e qualificação profissional; futebol; e aviação civil. Há hipótese de estudantes tuvaluanos estudarem em universidades brasileiras.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. O país se beneficia de razoável estrutura de governo e de um fundo fiduciário, criado pelo Reino Unido. O fundo, que já contou com contribuições de Japão e Coreia do Sul, atualmente recebe recursos da Austrália e Nova Zelândia. O Parlamento, com 16 membros, é renovado a cada quatro anos. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

Tuvalu tornou-se membro da ONU e da “Commonwealth” em setembro de 2000. O país é membro do Foro das Ilhas do Pacífico e da Comunidade do Pacífico.

A maior parte da população do país está envolvida nas atividades de pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. Cerca de 2/3 da força de trabalho é empregada pelo governo. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias

do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca, principalmente para empresas taiwanesas e japonesas, e a concessão do domínio de Internet “.tv”.

Tuvalu faz parte da relação de *Least Developed Countries* das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. Tuvalu é particularmente vulnerável aos impactos da mudança do clima, dada a baixa altitude de seu território – fato a que a ONU chama a atenção em relatórios ao menos desde 1989.

A maior parte das exportações de Tuvalu compõe-se de peixes, crustáceos e moluscos. Já as importações envolvem sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. Os principais destinos das exportações de Tuvalu são Japão, Tailândia e Índia. Já as importações provêm na maior parte de Fiji, Singapura e Japão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado conjunto sobre as ilhas Ellice e as ilhas Gilbert.
1976	Separa-se formalmente da Colônia das Ilhas Gilbert e Ellice.
1978	Independência.
1986	Vota para permanecer uma monarquia constitucional independente com o monarca britânico à frente.
1987	A Grã-Bretanha, a Nova Zelândia e a Austrália criaram o Fundo Fiduciário de Tuvalu para fornecer ajuda ao desenvolvimento. As contribuições para o fundo também vêm da Coreia do Sul e do Japão.
2000	Admitido nas Nações Unidas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Tuvalu
2006	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Willy Telavi ao Brasil, durante a Rio+20

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

KIRIBATI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	quiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
ÁREA:	811km ²
POPULAÇÃO (2019):	117 606 (<i>Banco Mundial</i>)
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kempsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
CHANCELER:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 194,6 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 278,6 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 1.655 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 2.369 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	2,2% (2019); 2,3% (2018); 0,8% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2019):	0,623 (132 ^a posição entre 188 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	68,1 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	41,3% (<i>Kiribati National Statistics Office</i>)

UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ KIRIBATI	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	397	100,5	245,6	118	34	174, 4	71	57,5	300,7	36.254
Exportações	174	100	245,6	117	34	174	67	57	288,7	36.253
Importações	223	0,5	0	0,9	0	0,4	4	0,5	12	0,5
Saldo	-49	99,5	245,6	116	34	173, 4	63	56,5	276,7	36.252

PERFIL BIOGRÁFICO

Taneti Mamau

Chefe de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Taneti Mamau nasceu em 1960. Tomou posse no cargo em março de 2016, tendo sido o único candidato da oposição para as eleições presidenciais daquele ano. Obteve apoio do ex-presidente Teburoro Tito, de quem fora ministro das Finanças. Em 22/6/2020, Mamau foi reeleito após competição acirrada com Banuera Berina.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, missão oficial chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho às Ilhas do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região, incluía Kiribati (além de Fiji, Samoa, Tonga e Tuvalu, e visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico).

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York, e mantém Embaixada naquele país, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Wellington.

O então presidente de Kiribati, Anote Tong, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20 em 2012.

Em setembro de 2019, o Presidente Taneti Mamau enviou, por meio da Embaixada em Wellington, carta de felicitações ao Presidente Jair Bolsonaro por ocasião do Sete de Setembro, com passagem na qual reafirma “my Government commitment in strengthening our partnership for the mutual benefits of our two countries”.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Há possível cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais. Durante a visita da então embaixadora em Wellington ao país, o então presidente de Kiribati demonstrou interesse pela perspectiva de propor candidatos de Kiribati para cursos de treinamento oferecidos pelo Brasil (ABC).

Em encontro com autoridades do Kiribati em novembro de 2013, o então embaixador do Brasil na Nova Zelândia constatou haver possibilidade e interesse de cooperação em matéria de processo legislativo, pesca, esportes (especialmente futebol), educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres, saneamento e outras, em particular quanto a projetos de maior escopo social. Futebol é o objeto de colaboração mais desejado e seria o de maior visibilidade, inclusive porque parte expressiva da população acompanha o desempenho de times brasileiros mediante gravações de competições e jogos passados (não há TV local).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

A economia de Kiribati é fortemente dependente do setor pesqueiro e de agricultura, com copra (coco) sendo o produto mais exportado do país.

O comércio bilateral, embora tímido (algumas centenas de milhares de dólares/ano), foi de US\$ 36 milhões em 2020, em razão da exportação de jatos da Embraer pelo Brasil.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Kiribati.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Kiribati.

ACORDOS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Kiribati é o país de menor desenvolvimento relativo em toda a área.

A República de Kiribati tornou-se independente em 1979. O país é membro da “Commonwealth” e tem tradição de estabilidade política.

É constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km² no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança do clima.

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento. Kiribati possui recursos escassos, sendo sua maior fonte de financiamento a de ajuda de outros países, assim como a concessão de licenças de pesca e as remessas de nacionais no exterior. O país é pequeno, isolado e geograficamente fragmentado, seu território tem grande área coberta por terras inférteis. O país goza de relativo bem-estar social, fruto da estabilidade política e de tradições culturais de solidariedade.

Copra é o principal produto exportado pelo país, mas os setores de pesca e os recursos marinhos são fundamentais para Kiribati. Vários países desenvolvem atividades pesqueiras sob licença na ampla área de mais de 3,5 milhões de quilômetros quadrados da zona econômica exclusiva, uma das maiores do mundo. Exceto pelo pescado, frutas (banana e mamão) e poucos legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (da Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala).

Apesar das limitações, Kiribati apresenta uma situação financeira estável, fruto de gasto público controlado e de investimentos offshore. O país mantém também um fundo de reserva com os royalties cobrados das empresas mineradoras que exploram os depósitos de fosfato de Banaba.

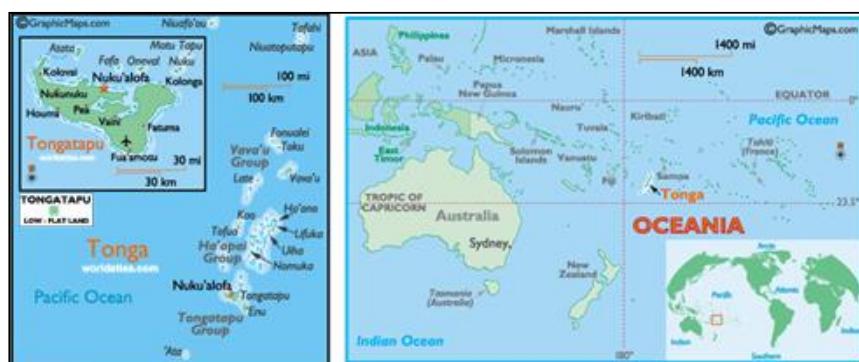
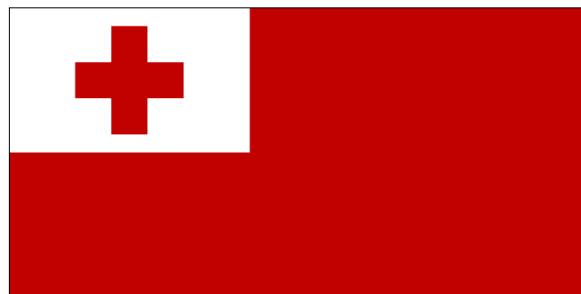
Em 9 de março de 2016, Taneti Maamaau (do Tobwaan Kiribati Party) foi eleito com 60% dos votos. O Vice-Presidente é Kourabi Nenem. As últimas eleições foram realizadas em 22/06/2020. Taneti Maamaau foi reeleito presidente de Kiribati por mais de 8000 votos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1820	Nomeadas Ilhas Gilbert, em homenagem ao capitão naval britânico Thomas Gilbert
1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado sobre as Ilhas Gilbert e as ilhas vizinhas de Ellice (hoje Tuvalu)
1943	As Ilhas Gilbert e Ellice são tomadas por forças japonesas
1979	Em 12 de julho, as Ilhas Gilbert tornam-se uma república independente dentro da Comunidade com o nome de Kiribati. Ieremia Tabai torna-se presidente.
1999	Ingresso na ONU

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Missão oficial brasileira a Kiribati
2010	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Presidente de Kiribati visita o Brasil por ocasião da Rio+20

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TONGA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL:	Reino de Tonga
GENTÍLICO:	tonganês
CAPITAL:	Nuku'alofa
ÁREA:	747km ²
POPULAÇÃO (2020 est.):	106 095 mil (<i>CIA</i>)
LÍNGUA OFICIAL:	inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	protestantismo (64,1%), mormonismo (18,6%), catolicismo romano (14,2%), outras religiões (2,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rei Tupou VI (<i>desde 18 de março de 2012</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Pohiva Tu'i'onetoa (<i>desde 8 de outubro de 2019</i>)
CHANCELER:	posição vaga (<i>desde 12 de setembro de 2019</i>)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 450,3 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 661,9 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 4 364 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 6 414 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	0,3% (2018); 2,7% (2017); 3,3% (2016) (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,717 (105. ^a posição entre 189 países) (<i>ONU</i>)

EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	70,8 anos (ONU)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99,4% (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1% (ONU)
UNIDADE MONETÁRIA:	pa'anga
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ TONGA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1.367	736	644	471	868	880	1186	1.17 5	1.02 2	627,8
Exportações	455	703	641	471	868	880	1183	1.17 5	1.00 0	576,3
Importações	912	33	3	0	0	0	2,9	0	22	51,5
Saldo	-457	700	638	471	868	880	1180	1.17 5	978	524,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI

24.º Soberano de Tonga



Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959, terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988 graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA e entre 1990 e 1995 foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998 deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de ministro das Relações

Exteriores e de ministro da Defesa. No ano de 2000 tornou-se primeiro-ministro, mas em 2006 abandonou o cargo por motivos não especificados, em contexto de violentos protestos pró-democracia em fevereiro daquele ano. Em 2008 foi designado alto-comissário de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então rei Tupou V (o segundo filho de Tupou IV foi retirado da linha sucessória após casar-se com uma plebeia).

Pohiva Tu'i'onetoa

Primeiro-Ministro



Pohiva Tu'i'onetoa nasceu em 30 de junho de 1961. Com formação em ciências contábeis e administração financeira, é doutor em Ministério Cristão pela *Faith Evangelical Lutheran Seminary* (hoje *Faith International University & Seminary*), EUA. É funcionário público desde 1979 e ocupou o cargo de auditor-geral entre 1983 e 2014.

Elegeu-se membro do Parlamento de Tonga em 2014. Chefiou, durante a gestão de 'Akilisi Pohiva como primeiro-ministro, os ministérios de Trabalho, Comércio e Indústria; de Polícia, Prisões e Combate ao Fogo; de Renda e Alfândega; e de Finanças e

Planejamento Nacional.

Com o falecimento de 'Akilisi Pohiva, foi eleito primeiro-ministro pelo Parlamento em 27 de setembro de 2019. Assumiu o cargo em 8 de outubro seguinte.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tonga foi um dos últimos países membros das Nações Unidas com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas, em dezembro de 2011.

Em 22 de outubro de 2004 a Missão do Brasil junto à ONU encaminhou nota à representação permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. No primeiro semestre de 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo embaixador Arnaldo Carrilho (que na ocasião também visitou Fiji, Kiribati, Samoa e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico).

Em junho de 2011 a então embaixadora do Brasil em Wellington visitou Tonga no contexto da candidatura brasileira à Direção Geral da FAO. Foi recebida, na ocasião, pelo então primeiro-ministro e pelas seguintes autoridades: secretário de Estado/CEO do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mahe’uli’uli Sandhurst Tupouniu; CEO do Ministério da Agricultura & Alimentação, Florestas e Pesca; CEO do Ministério da Educação, Condição Feminina e Cultura, Emeli Pouvalu e a *protocol officer* do MNE, Ilaisipa Alipate, também responsável pela área cultural do Ministério.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado, por fim, em dezembro de 2011, por ocasião da visita da embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 21 de dezembro de 2011.

Durante a visita, a embaixadora foi recebida pelo então primeiro-ministro, Lord Tu’ivakano, e manteve encontros com os ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

Em junho de 2012 a delegação de Tonga na Rio+20 foi chefiada pelo representante permanente do país na ONU, Sonatane Tu’ā Taumoepeau Tupou. Na ocasião, o chefe da delegação de Tonga não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em 2015, Tonga expressou informalmente apoio à candidatura de José Graziano para a reeleição da direção da FAO.

Em abril de 2015, o então embaixador Eduardo Gradilone visitou Tonga para apresentar suas credenciais ao Rei do país insular.

Em fevereiro de 2017, o embaixador Paulo Camargo apresentou suas credenciais ao rei Tupou VI de Tonga e manteve encontros com autoridades civis e religiosas do país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Tonga expressou interesse em estabelecer cooperação técnica com o Brasil em diferentes áreas. Durante sua visita, em 2011, a embaixadora Fontenele Reis entregou ao primeiro-

ministro de Tonga texto de proposta de Acordo de Cooperação Técnica. As principais áreas identificadas pelas autoridades de Tonga são:

Educação: formação de recursos humanos, especialmente nos níveis superior e técnico; envio de estudantes para cursos de graduação no Brasil, com prioridade para cursos na área de engenharia ambiental; capacitação de diplomata tonganês no Instituto Rio Branco.

Gestão de recursos naturais, energia e mudança do clima: levantamento hidrográfico do país ou na modelagem sobre a disponibilidade de água potável no subsolo da ilha (com a preocupação de como as mudanças climáticas podem afetar os mananciais subterrâneos); treinamento de pessoal na área de hidrogeologia e de exploração de minerais em águas profundas "offshore"; cooperação na área de mudança do clima e geração de energia renovável (em particular solar e eólica), bem como compartilhamento de tecnologias para aperfeiçoamento da agricultura.

Esportiva: interesse em receber técnicos brasileiros na área de futebol e de enviar tonganeses para apoiar o treinamento de rúgbi no Brasil. Durante sua visita a Tonga, a embaixadora Fontenele Reis entregou ao seu primeiro-ministro texto de proposta de Acordo de Cooperação na Área de Esportes.

Agricultura e segurança alimentar: em 2011, o Brasil recebeu cinco representantes de Tonga para participação em cursos em diferentes segmentos de cooperação agrícola e, em 2012, 15 tonganeses foram recebidos para participar em cursos organizados pela ABC dentro de seu programa de capacitação em segurança alimentar. Há grande interesse em ampliar a cooperação na área agrícola, com ênfase no manejo de sementes, correção de solos e controle de pragas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra de US\$ 1,368 milhão, um aumento substancial frente aos US\$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira de 2008, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US\$ 208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011.

O recorde no intercâmbio de 2011 foi resultado de um pico de exportações de Tonga (US\$ 912 mil). Em razão desse salto de exportações tonganesas, a tendência de crescimento do saldo comercial a favor do Brasil foi revertida em 2011, quando o Brasil registrou déficit de US\$456 mil no comércio com Tonga. Em 2012 as exportações de Tonga voltaram a níveis reduzidos (apenas US\$ 33 mil), mas as exportações brasileiras continuaram a crescer, registrando US\$ 702 mil e saldo positivo para o Brasil em US\$ 669 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo frutos do mar congelados, conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos, partes de motores de explosão, peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras em 2020 (cerca de US\$556 mil) consistiram, basicamente, de enchidos de carne, petróleo, miúdos de frango e partes de máquinas.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira em Tonga.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tonga.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Tonga e Brasil

APRESENTAÇÃO

Tonga é a única nação da Oceania que nunca perdeu completamente a sua independência. As ilhas que a compõem se uniram no Reino da Polinésia em 1845 e se tornaram uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth. Historicamente, o rei escolhia o primeiro-ministro e o gabinete.

Em 2009, foram adotadas reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de novembro de 2010 o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de 9 para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do primeiro-ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca.

Desde as reformas de 2010, o primeiro-ministro escolhe o gabinete entre os parlamentares. Entre os ministros que compõem o gabinete, quatro podem ser escolhidos entre indivíduos da sociedade civil ou do setor privado.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em 25 de novembro de 2010, o *Human Rights and Democracy Party* conquistou 12 das 17 cadeiras de representantes do povo.

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007.

A economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior. As atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para a Nova Zelândia e, em menor escala, para a Austrália e o Japão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1616	Exploradores holandeses são os primeiros europeus a visitar Tonga.
1900	Tonga se torna um estado britânico protegido, mas não é formalmente colonizado.
1958	Tonga adquire maior autonomia da Grã-Bretanha.
1970	Tonga deixa de ser um protetorado britânico e torna-se totalmente independente dentro da British Commonwealth.

1988	Tonga assina acordo permitindo que navios de guerra nuclear dos EUA passem por suas águas.
1999	Movimento pró-democracia organiza convenção para discutir novas constituições mais democráticas.
2005	Ministros eleitos entram no gabinete pela primeira vez. Previamente eram escolhidos pela família real.
2007	Tonga se torna o 151º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), 12 anos depois de solicitar sua adesão.
2017	O rei Tupou dissolve o parlamento e demite o primeiro-ministro, acusando o governo de ter tentado remover alguns de seus poderes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil à Tonga
2011	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Vinda de delegação de Tonga ao Brasil para a Rio+20
2015	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2017	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga

EMBAIXADA DO BRASIL EM WELLINGTON**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR PAULO CESAR DE CAMARGO**

Transmito versão simplificada e ostensiva do relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Wellington (2016-2021).

VISÃO GERAL

2. Brasil e Nova Zelândia são países que vêm ampliando o conhecimento mútuo ao longo dos anos, com consequências concretas sobre a excelente relação bilateral. Contribuem para essa dinâmica, de benefício para os dois países, os crescentes contatos entre estudantes, turistas e empresários brasileiros e neozelandeses, que têm ajudado a relativizar os mais de 12 mil quilômetros que separam geograficamente o Brasil da Nova Zelândia. Estou certo de que a presença da Embaixada do Brasil em Wellington, estabelecida em 1997, é um impulsionador importante desse movimento. Nos quase cinco anos desde que assumi a chefia da Embaixada na Nova Zelândia, em 20 de novembro de 2016, sempre procurei reforçar esse patrimônio que são nossas relações bilaterais, avançando os interesses do Brasil e dos brasileiros por meio da promoção de nossos produtos, da nossa capacidade de inovação, assim como da riqueza da cultura brasileira. A assistência à comunidade brasileira local também constituiu componente importante durante minha gestão no Posto.

3. A Nova Zelândia é um país de escala muito particulares. Detentor de um território (268 mil km²) de dimensão superior ao do Reino Unido (244 mil km²), a Nova Zelândia possui uma população de 5 milhões de habitantes, praticamente a metade da população de Londres (9,3 milhões). País de renda elevada (PIB 'per capita' de US\$ 42 mil), a Nova Zelândia é composta por uma sociedade bastante diversa, o que se deve sobretudo à presença Maori, os habitantes que os colonizadores europeus encontraram quando aportaram no que hoje é o país. Apesar de reduzida, a sociedade local não é facilmente categorizada como "conservadora" ou "progressista". Em referendos realizados em 2020, a legalização da 'cannabis' foi rejeitada pelos eleitores (por 53% dos votos), ao mesmo tempo em que a morte assistida foi aceita (65% a favor).

4. No plano internacional, a Nova Zelândia é um país comprometido com o multilateralismo, com a defesa da paz – com marcado ativismo contra a nuclearização – e fortemente voltado ao comércio exterior, especialmente de produtos agrícolas e de serviços.

5. Essas características fazem com que o relacionamento entre o Brasil e a Nova Zelândia, marcadamente positivo, ofereça amplo potencial para parcerias voltadas a aprofundar os diversos interesses que compartilhamos. Como detalhado no presente relatório, a Embaixada do Brasil em Wellington promoveu diversas atividades com esse objetivo, engajando-se com o governo, público local, instituições acadêmicas e de pesquisa, setor empresarial e comunidades Maori, entre outros.

6. A pandemia de Covid-19 evidentemente afetou o transcurso regular das relações bilaterais. O ano de 2020 foi quase exclusivamente dedicado a tratar dos efeitos da pandemia, sobretudo no que respeita à assistência aos brasileiros com dificuldades de retornar ao Brasil, como descrito abaixo. Mesmo considerando as necessárias mudanças que ocorrerão em diversos aspectos da vida pós-pandemia, estou confiante de que a retomada da "nova" normalidade, quando ocorrer, propiciará ainda mais oportunidades para explorar o potencial da parceria bilateral, o que em parte se deverá à maneira bem-sucedida com que a Nova Zelândia lidou com a pandemia em seu território.

AÇÕES REALIZADAS PARA EXPLORAR ASPECTOS INOVADORES DA RELAÇÃO BILATERAL

7. A relação bilateral está marcada por pauta essencialmente positiva. Brasil e Nova Zelândia compartilham valores e posições em diversos temas da agenda internacional, do apego à democracia ao desarmamento, da importância do multilateralismo à valorização do livre comércio mediado por regras claras. Os dois países são importantes exportadores agrícolas, embora em escalas diferentes. As relações no nível interpessoal vêm gradativamente ganhando vulto, com aumento no fluxo de turistas, estudantes e empresários, embora ainda sobretudo no sentido Brasil-Nova Zelândia.

8. Esse perfil torna a relação com a Nova Zelândia particularmente aberta a caminhos inovadores para o aprofundamento das parcerias bilaterais, aos quais conferi destaque durante minha gestão. Uma lição geral que retiro das diversas interações que mantive com os mais variados interlocutores locais é que se mostra fundamental apresentar à sociedade neozelandesa o Brasil e aquilo que o Brasil produz. Diversamente do que ocorre em outros países, em que é visto a partir de estereótipos consolidados, na Nova Zelândia a imagem do Brasil é algo ainda em construção. Essa circunstância é certamente uma oportunidade para ajudarmos a moldar a forma como somos vistos. É um trabalho que requer paciência e, sobretudo, persistência.

9. Exemplo de eixo inovador para aproximação bilateral é nosso comércio exterior, no qual, ao contrário do que tradicionalmente ocorre, o comércio de serviços compõe parcela quase tão relevante quanto as exportações e importações de mercadorias. A participação dos serviços na pauta comercial deve-se essencialmente aos estudantes e turistas que o Brasil envia para a Nova Zelândia. Em 2018 (dados mais recentes pré-pandemia), o Brasil foi o 6º principal emissor de estudantes estrangeiros na Nova Zelândia no ensino médio e universitário (cerca de 3.700). Além desse grupo, aproximadamente 14 mil turistas brasileiros visitavam a Nova Zelândia anualmente. Em ambos os casos, são números importantes dentro da escala neozelandesa e ativos para a maior aproximação entre os países. Prova da importância do Brasil no mercado educacional local é que, em 2018, fomos o país homenageado da "New Zealand International Education Conference", o maior evento anual do setor educacional da Nova Zelândia (no ano anterior o país homenageado foi os EUA e, no seguinte, o Japão).

10. Durante minha gestão, busquei (i) tornar o intercâmbio de estudantes mais equilibrado, com maior fomento à ida de neozelandeses ao Brasil; (ii) estimular maior colaboração entre pesquisadores dos dois países; e (iii) incentivar o estudo da língua portuguesa na Nova Zelândia.

A assimetria nos fluxos educacionais entre os dois países tem sido abordada pelas autoridades educacionais dos dois países, sobretudo com o propósito de ampliar a colaboração entre pesquisadores dos dois lados, e não apenas a mobilidade de estudantes. A Capes tem procurado atrair instituições universitárias e estudantes neozelandeses, por meio do Programa Institucional de Internacionalização (CAPE/PrInt). Por sua vez, a Education New Zealand ampliou a participação de projetos no Brasil contemplados com a "Prime Minister's Scholarship Latin America" (estabelecida em 2016), que financia missões de estudantes locais para instituições brasileiras. Além disso, a Fapesp e a Education New Zealand promoveram em 2020 chamada conjunta para financiamento de projetos de pesquisa. Se as restrições impostas à mobilidade internacional pela Covid-19 impactaram severamente os fluxos de estudantes, a colaboração entre pesquisadores pode se revelar um instrumento fundamental para o fortalecimento das parcerias educacionais e de inovação entre os dois países.

11. O ensino da língua portuguesa é outro elemento que aproxima a Embaixada da comunidade neozelandesa. Desde 2018, a Universidade Massey, em Wellington, tem oferecido curso de língua portuguesa nos formatos presencial e à distância. É o único curso dessa natureza na Nova Zelândia. A Embaixada vem consistentemente prestigiando essa iniciativa, que não apenas dá visibilidade à língua portuguesa na Nova Zelândia, como mais amplamente promove a cultura brasileira. Meta que poderá ser explorada no médio prazo é a do credenciamento da Universidade Massey como centro de aplicação do exame de proficiência CELPE-Bras.

12. Uma vez passada a fase mais crítica da pandemia na Nova Zelândia, a Embaixada do Brasil voltou seu foco para áreas em que haveria possibilidade de cooperação mesmo no contexto das restrições impostas pela Covid-19. O setor digital e de 'startups' ganhou mais destaque no trabalho do Posto, que intensificou contatos para aproximar os setores respectivos no Brasil e na Nova Zelândia, especialmente na área de inovação na agricultura (as chamadas "agtechs"). Trata-se de área com potencial para impulsionar parcerias de benefício mútuo. A condição central para que isso ocorra – e é o papel que a Embaixada tem procurado desempenhar – é apresentar aos neozelandeses a natureza vibrante do ecossistema brasileiro de 'startups'.

AÇÕES REALIZADAS PARA O APROFUNDAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E A NOVA ZELÂNDIA

13. Atuando em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Embaixada em Wellington apoiou a intensificação dos laços comerciais entre o Brasil e a Nova Zelândia. Estatísticas do Ministério da Economia brasileiro registraram comércio bilateral de bens no valor de US\$ 138,6 milhões em 2020, com saldo favorável ao Brasil de cerca de US\$ 23 milhões (excluídos os serviços). Embora Brasil e Nova Zelândia sejam importantes atores no comércio mundial de alimentos, a pauta de comércio bilateral exibe grande participação de produtos alimentícios manufaturados, o que sugere complementaridade entre as cadeias produtivas nesse setor. Mercosul e Nova Zelândia, juntamente com a Austrália, mantêm diálogo exploratório sobre temas comerciais.

14. Além do comércio bilateral, Brasil e Nova Zelândia convergem no favorecimento ao multilateralismo comercial. Ambos estão comprometidos com a preservação dos pilares da Organização Mundial do Comércio. Nesse contexto, à margem do Fórum Econômico Mundial de 2020, Brasil e Nova Zelândia somaram-se à declaração em favor da implementação de um esquema de "Multi-party interim appeal", de 24/1/2020, a fim de oferecer opção para solução de controvérsias comerciais diante do impasse que tem paralisado o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. As nações coincidem igualmente na importância de tornar o acervo de normas comerciais mais equilibrado e moderno. No âmbito do Grupo de Cairns, que reúne os mais importantes exportadores agrícolas globais, têm trabalhado para a redução dos subsídios agrícolas domésticos, que desequilibram a concorrência nesse setor. Ao mesmo tempo, ambos estão ativamente engajados na negociação sobre comércio eletrônico, um dos principais desafios para a modernização das normas da OMC.

15. Parte do esforço para apoiar a intensificação do comércio bilateral é liderada pelo setor de promoção comercial da Embaixada do Brasil, o qual está em contato constante com empresários brasileiros interessados em conhecer e explorar o mercado neozelandês. A cada ano, diversas consultas sobre inteligência comercial são atendidas pela equipe do Posto. A fim de oferecer ao público brasileiro informações práticas e consolidadas sobre o potencial comercial existente na Nova Zelândia, a Embaixada elaborou, em 2020, o "Guia Como Exportar Nova Zelândia", com dados sobre o país e os procedimentos aplicáveis a operações de comércio exterior.

16. Elemento central para a maior aproximação entre o Brasil e a Nova Zelândia são as conexões aéreas ligando os dois países. Infelizmente, um resultado concreto produzido pela pandemia foi a suspensão das escassas e indiretas rotas aéreas conectando o Brasil à Nova Zelândia. Antes da Covid-19, a Latam operava rotas ligando Auckland a Santiago, com conexões ao Brasil, e a estatal Air New Zealand oferecia a rota Auckland-Buenos Aires. Dificuldades de diferentes naturezas impostas às duas empresas fizeram com que essas opções de voo fossem suspensas. Atualmente, as rotas remanescentes entre os dois países exigem trajeto bastante mais largo, ocasionalmente mais complicado do ponto de vista da documentação exigida, como vistos para trânsito nos EUA ou na Austrália. Diante do potencial oferecido pelo mercado brasileiro, uma vez retomada a normalidade na mobilidade internacional, seria fundamental continuar o trabalho de convencimento que vinha sendo feito junto a empresas aéreas para que se estabeleça rota direta entre o Brasil e a Nova Zelândia. Acordo bilateral sobre serviços aéreos firmado pelos dois países está em vigor desde 2018, o que deverá fornecer a base regulamentar para uma eventual decisão das empresas.

17. Ainda na área econômica, cabe ressaltar que a Nova Zelândia tem apoiado o pleito do Brasil para ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O apoio neozelandês é importante também por favorecer mais interações entre agências dos dois governos. Em abril de 2018, a Embaixada facilitou encontros e apoiou a missão à Nova Zelândia liderada pelo Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, que discutiu com contrapartes neozelandeses o papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente. Em julho de 2019, o Ministro Vital do Rêgo, também do TCU, esteve em Wellington para encontros com autoridades locais responsáveis pelo tema da desburocratização. Em 2020, a

Embaixada também atuou para aproximar área técnica do governo brasileiro responsável pela regulação do trabalho com seus homólogos no Worksafe, da Nova Zelândia.

18. A vertente das relações parlamentares é outra via de aproximação bilateral que a Embaixada tem estimulado ao longo dos anos. A Nova Zelândia possui sistema parlamentar unicameral (não existe o correspondente ao Senado). O Parlamento neozelandês (também chamado de "Beehive", ou colmeia de abelhas, devido à forma do edifício que abriga o Legislativo local) possui o Grupo Parlamentar de Amizade Nova Zelândia-América Latina e Caribe, com o qual a Embaixada tem interagido. É o órgão correspondente ao Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia, no Congresso Nacional. Com exceção da Austrália, não há grupos de amizade parlamentar com países individuais. Em setembro de 2019, tive o prazer de acolher e prestar apoio à delegação liderada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA) e também integrada pelos deputados Shéridan Oliveira (PSDB-RR), Expedito Netto (PSD-RO) e Uldurico Júnior (PROS-BA), que vieram obter informações quanto a questões relacionadas à população maori na Nova Zelândia.

19. Aspecto central para o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o Brasil na Nova Zelândia são as ações de promoção da cultura brasileira. A Embaixada do Brasil é um centro impulsor e parceiro de iniciativas voltadas à difusão de nossa cultura. Além das atividades promovidas pela Embaixada, apoiamos e prestigiamos eventos organizados pela comunidade brasileira na Nova Zelândia, como o "Brazilian Day", em Auckland, e o "World Fair", em Palmerston North.

20. Na área de cinema, nossa atuação se desdobra em três atividades: a) "Cinema na Embaixada" – Entre os anos de 2017 e 2019, a Embaixada abriu suas portas ao público local, quando foram apresentados 25 filmes brasileiros. Por conta da pandemia, a atividade não teve lugar em 2020; b) "Mostra de cinema brasileiro" – A Embaixada realizou três edições da atividade entre 2017 e 2019. No primeiro ano, a mostra foi realizada apenas em Wellington, sendo que nos anos seguintes o evento ocorreu em três cidades (New Plymouth, Palmerston North e Wellington); c) "Latin America and Spain Film Festival LASFF", junto com as representações de outros países latino-americanos presentes em Wellington (Argentina, Chile, Cuba, México e Peru) e Espanha – o Brasil contribui anualmente com um filme para o Festival, que ocorre em diversos pontos do território da Nova Zelândia. O Brasil foi o coordenador do evento em 2019.

21. A promoção da literatura brasileira também está no centro da atividade cultural da Embaixada. Além de diversas palestras promovidas em diferentes pontos do país, cabe destacar evento com a presença da escritora Adriana Lisboa, em 2017, no qual a artista apresentou sua obra em português e em inglês, além de abordar a literatura brasileira na atualidade. Cabe mencionar ainda evento realizado pela Embaixada, em 2020, para marcar os 100 anos do nascimento de Clarice Lispector. Em um contexto mundial marcado por severas restrições à organização de eventos públicos, a Embaixada tem orgulho de ter reunido cerca de 200 pessoas para celebrar a vida e obra de uma de nossas principais escritoras. Prova da qualidade do evento foi o fato de que os parceiros na organização do evento foram o Programa de Língua Portuguesa da Universidade de Massey, assim como a editora Penguin (uma das maiores do mundo) e a Unity Books (a principal livraria de Wellington).

22. A fim de estimular maior cooperação cultural entre o Brasil e a Nova Zelândia, foi negociado Acordo bilateral de Coprodução Audiovisual, que atualmente está pendente de providências internas em Wellington. A Embaixada vem mantendo contato com o lado neozelandês a fim de viabilizar a assinatura do instrumento oportunamente.

23. Entre 2017 e 2019 a Embaixada também organizou, em sua sede em Wellington, 33 encontros com famílias a fim de disseminar a língua portuguesa e difundir a cultura brasileira. Trata-se de atividade que associou promoção da nossa cultura com a aproximação da comunidade brasileira radicada no país.

AÇÕES REALIZADAS JUNTO À COMUNIDADE BRASILEIRA NA NOVA ZELÂNDIA.

24. Conforme o censo realizado na Nova Zelândia em 2018, na contagem dos residentes, havia no país 6.663 pessoas que se consideraram dentro do grupo étnico "brasileiros". Ademais, como assinalado anteriormente, antes da Covid-19, cerca de 17 mil brasileiros desembarcavam anualmente na Nova Zelândia. Conforme dados estatísticos neozelandeses, em média 3.300 desses nacionais são estudantes e cerca de 14 mil, turistas.

25. O setor consular da Embaixada tem conseguido com sucesso oferecer tratamento ágil às diferentes demandas da comunidade brasileira na Nova Zelândia. Além da produção de diversos documentos, atos e procedimentos visando a tornar mais cômoda a vida dos brasileiros que se encontram no país (foram cerca de 2 mil documentos em 2020), o setor consular atua na organização de eleições, na visita a nacionais brasileiros que se encontram presos na Nova Zelândia, além de estender o alcance geográfico de seu serviço por meio de consulados itinerantes, realizados regularmente. Sendo a Nova Zelândia um país sujeito a desastres naturais, como terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas, a Embaixada elaborou e divulgou manual sobre medidas de segurança, em português, especificamente voltado aos brasileiros que se encontram no território do país.

26. O advento da pandemia representou desafio significativo para a prestação da assistência à comunidade de brasileiros. Mesmo que a Nova Zelândia tenha conseguido satisfatoriamente lidar com a disseminação do vírus em seu território, o impacto econômico e social da pandemia foi palpável, especialmente em setores nos quais atuam integrantes da comunidade brasileira. A Embaixada buscou prestar o apoio possível às pessoas que perderam empregos, tiveram cursos cancelados, ou buscavam apoio para dificuldade de outra natureza relacionada às restrições impostas pela pandemia.

27. Felizmente, o governo brasileiro foi capaz de oferecer aos brasileiros interessados, sem qualquer custo, o transporte por via aérea para sua repatriação ao Brasil. Trata-se de ação sem paralelo entre as demais representações diplomáticas que atuaram na repatriação de seus nacionais na Nova Zelândia, cujos governos exigiram pelo menos custeio parcial dos gastos de transporte de seus nacionais. O voo de repatriação organizado pela Embaixada do Brasil, viabilizado pelo aporte financeiro do governo brasileiro, partiu em maio de 2020 levando a bordo 185 brasileiros e 25 chilenos. Após escala em Santiago, embarcaram outros 59 brasileiros com destino ao Brasil. A

cortesia oferecida pelo Brasil ao Chile foi posteriormente retribuída em voo de repatriação organizado por aquela nação amiga, que transportou 42 dos nossos nacionais na Nova Zelândia até Santiago, onde puderam fazer conexão para o Brasil.

28. Embora o voo de repatriação tenha sido o elemento mais visível da assistência à comunidade brasileira no contexto da pandemia, o setor consular da Embaixada trabalhou incessantemente em outras frentes de apoio. Cerca de 120 de nossos nacionais contaram com apoio da Embaixada no contato com empresas aéreas, para embarcar nos raros voos comerciais com destino ao Brasil nos meses de fevereiro, março e abril de 2020. Aproximadamente cerca de 800 brasileiros foram apoiados pela Embaixada por meio de (a) gestões junto a autoridades da NZ e de terceiros países, para apoiar o trânsito internacional no retorno ao Brasil; (b) comunicação com empresas aéreas e agências de viagem; e (c) orientações sobre opções de retorno ao Brasil.

CUMULATIVIDADES

29. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia acumula a função de representação de nosso país junto a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu. Além de possuírem relevância geopolítica por sua localização no Pacífico, a circunstância insular dessas nações lhes confere posição central nas negociações sobre mudança do clima, em virtude dos riscos a que estão sujeitos em decorrência da elevação do nível dos oceanos. São parceiros que o Brasil procura apoiar dentro das suas possibilidades, tanto na relação bilateral quanto nos foros multilaterais.

30. Cabe destacar visita que realizei a Tonga, em 2017, quando fui recebido pelo Rei Tupou VI e outras autoridades locais, civis e religiosas. Na ocasião, pude perceber o papel importante que um país como o Brasil pode desempenhar, mesmo considerada a distância existente entre nossos territórios. Penso que nossa política externa se beneficiaria da ampliação dos esforços de aproximação com esses países, por exemplo, por meio de projetos de cooperação técnica, que costumam ser muito bem recebidos.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

31. Como destacado ao longo do presente relatório, durante minha gestão procurei enfrentar o desafio de aumentar o conhecimento sobre o Brasil junto à sociedade neozelandesa. Penso que deixo uma contribuição relevante a esse respeito, mas sempre é possível fazer mais.

32. Entre os fatores que poderiam contribuir para elevar o perfil da relação bilateral estaria a instalação de uma adidânciaria militar junto à Embaixada, ou pelo menos o aumento das visitas de adidos militares brasileiros que estão em capitais da região. A experiência com o programa de modernização e ampliação da capacidade de transporte militar da Força Aérea da Nova Zelândia mostrou que maior interação entre os órgãos militares é de fundamental importância para ampliar o conhecimento e a confiança nos produtos da indústria de defesa.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

33. O perfil da relação Brasil-Nova Zelândia aponta para a possibilidade de uma agenda marcada por ampliação de investimentos, inovação, intercâmbio científico e educacional e promoção da sustentabilidade. Mesmo o contexto desafiante do pós-pandemia não deverá diminuir a viabilidade dessas possibilidades de cooperação bilateral. Ao contrário, penso que abrirá oportunidades novas, que até então estavam latentes, como a aproximação na esfera digital, para benefício das nossas duas sociedades e governos.